



DIÁRIO

República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — Nº 18

QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

(*) Emendas oferecidas ao Projeto de Lei nº 6, de 1992-CN,
que autoriza o Poder Executivo a abrir ao Orçamento
Fiscal da União crédito especial até o limite de
Cr\$70.000.000.000.00, para os fins que especifica.

(*) Serão publicadas no Suplemento "A" à presente edição.

PARECER Nº 7, DE 1992-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre o Projeto de Lei nº 2, de 1992-CN, que "altera dispositivos da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 1992".

Relator: Senador Esperidião Amin

I — Relatório

O Senhor Presidente da República, nos termos do artigo 61 da Constituição Federal, submete à deliberação do Congresso Nacional, o Projeto de Lei nº 2, de 1992-CN, que altera dispositivos da Lei nº 8.211, de 22 de julho de 1991, que "dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para 1992", objetivando introduzir modificações nas outras providências", objetivando introduzir modificações nos artigos 10 e 22 da supra citada lei.

Propõe o Projeto que seja acrescentado ao artigo 10 da Lei nº 8.211, de 1991, o qual estabelece critérios para a emissão de títulos da dívida pública federal, dispositivo permitindo que tais critérios sejam estendidos também de forma a tender o pagamento da equalização, prevista no art. 2º da Lei nº

8.187, de 1º de junho de 1991, que "autoriza a concessão de financiamento à exportação de bens e serviços nacionais".

Propõe ainda o Projeto a inclusão de dispositivos no parágrafo único do art. 22, da referida lei, de forma a permitir a emissão de Títulos Públicos Federais, para fazer em face das despesas decorrentes do pagamento integral e antecipação da equalização de taxas de juros dos financiamentos às exportações, conduzidos nos termos do Programa de Financiamento às Exportações — PROEX e em conformidade com a Lei nº 8.187, de 1º de junho de 1991.

Conforme informações constantes da Exposição de Motivos que acompanha o referido projeto, após a edição do Decreto nº 94.444, de 12 de junho de 1987, as operações conduzidas ao amparo do "Programa de Financiamento das Exportações — FINEX", foram transferidas, a partir de 1º de janeiro de 1988, do Banco Central do Brasil — BACEN, para a Programação relativa às Operações Oficiais de Crédito, integrante do Orçamento Fiscal da União, resultando dar uma maior transparência dos gastos públicos.

As operações até então amparadas pelo antigo Programa de Financiamentos à Exportações — FINEX, e conduzidas pelo Banco Central do Brasil — BACEN, após a obrigatoriedade de se integrar ao Orçamento das Operações Oficiais de Crédito, passou a contar com a necessidade de regulamentação por meio de lei específica, visto o disposto no art. 19 da Lei nº 4.320/64 que dispõe:

EXPEDIENTE

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

MANOEL VILELA DE MAGALHÃES

Diretor-Geral do Senado Federal

AGACIEL DA SILVA MAIA

Diretor Executivo

CARLOS HOMERO VIEIRA NINA

Diretor Administrativo

LUIZ CARLOS BASTOS

Diretor Industrial

FLORIAN AUGUSTO COUTINHO MADRUGA

Diretor Adjunto

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

Impresso sob responsabilidade da Mesa do Senado Federal

ASSINATURAS

Semestral Cr\$ 70.000,00

Tiragem 1.200 exemplares

“Art. 19. A Lei de Orçamento não consignará ajuda financeira a qualquer título, empresa de fins lucrativos, salvo quando se tratar de subvenções cuja concessão tenha sido expressamente autorizada em lei especial.”

Fato da mais alta relevância deu-se com a promulgação da nova Constituição que instituiu novo instrumento de relação a função orçamento: a Lei de Diretrizes Orçamentárias — LDO. A de nº 8.211, de 22 de julho de 1991. “que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o ano de 1992, e dá outras providências”, no seu art. 20 estabelece o seguinte preceito:

“Art. 20. Serão observadas as disposições dos arts. 18, parágrafo único e 10, da Lei nº 4.320, de 19 de março de 1964, quando da consignação de dotações orçamentárias para a equalização de encargos financeiros ou de preços, bem como para o pagamento de bonificações a produtores e vendedores e para ajuda financeira, a qualquer título, a empresa com fins lucrativos.

Parágrafo único. O descritor das despesas referidas neste artigo indicará, no orçamento, as disposições legais sob cujo amparo as despesas serão efetuadas.”

Os preceitos legais estabelecidos nas duas legislações anteriormente citadas, foram satisfeitas mediante a vigência do diploma legal de nº 8.187, de 1º de junho de 1991. Porém, ocorreu que, por ocasião da aprovação dessa lei, já se achava em fase final de tramitação nesta Casa do Congresso Nacional, a supra citada Lei de Diretrizes Orçamentárias, impedindo que esta contivesse na ocasião o que se está pleiteando agora com o projeto, que visa dotar o PROEX dos recursos necessários à execução de sua programação.

Cabe ao PROEX, com amparo no art. 1º da Lei nº 8.187/91, conceder assistência financeira ao exportador, no caso da exportação de bens e prover financiamento, no caso da exportação de serviços e bens, quando destinados a governos estrangeiros. Com amparo no art. 2º, a equalização. A equalização refere-se à diferença entre a taxa de juros praticada nos financiamentos e a taxa referencial máxima admitida pelo Banco Central.

É importante destacar que as dotações destinadas ao pagamento de equalização vêm tendo como fonte de recursos os retornos dos financiamentos oficiais concedidos às exportações ao amparo do Programa de Financiamento às Expor-

tações — PROEX (denominação dada à atividade orçamentária que substituiu o FINEX), com uma agravante que consiste na redução da disponibilidade financeira do programa para novos financiamentos em função dos gastos efetuados a fundo perdido com o pagamento das equalizações. O pagamento das equalizações não tem sido feito em tempo hábil, porque depende dos fluxos dos retornos dos financiamentos anteriormente concedidos, prejudicando de forma significativa a credibilidade das instituições financeiras que participam do programa.

O que objetiva o Poder Executivo com o projeto ora sob análise, é a inclusão na LDO de dispositivos que permitam a captação de recursos financeiros de forma a evitar que não recaia sobre as instituições o ônus de tais atrasos, que, no caso dos agentes nacionais, realizaram, tempestivamente os pagamentos ao exterior, objetivando manter intocada a credibilidade externa de suas instituições, arcando, pois, com os respectivos custos financeiros ou repassando-os aos exportadores originais.

Ao projeto não foram apresentadas emendas.

II — Voto

Diante do exposto, por considerarmos que o projeto encontra-se de acordo com o que estabelece a Constituição e demais preceitos legais, somos pela aprovação do Projeto de Lei nº 2 de 1992-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo.

Sala da Comissão, — Senador Esperidião Amin, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio de 1992, aprovou, unanimemente, o Parecer do Relator, Senador Esperidião Amin, favorável ao Projeto de Lei nº 2/92-CN, nos termos propostos pelo Poder Executivo. Ao projeto não foram apresentadas emendas.

Compareceram os Senhores Deputados: Messias Góis, Presidente; Clóvis Assis, Segundo Vice-Presidente; Nilson Gibson, Pedro Pavão, Magalhães Teixeira, Lourival Freitas, Etevalda Grassi de Menezes, Edivaldo Motta, Fernando Bezerra Coelho, Alcides Modesto, João Faustino, Elio Dalla Vecchia, Munhoz da Rocha, Werner Wanderer, Murilo Rezende, Rodrigues Palma, Aloizio Mercadante, Ivo Mainardi, Beto Mansur, Sérgio Arouca, Paulo Bernardo, Mussa Demeis, Ariosto Holanda, Roberto Franca, João Paulo, Flávio Derzi, Marcelo Luz, Antonio Faleiros, Annibal Teixeira, Pedro No-

vais, Paulo Mourão, Adauto Pereira, Ivânio Guerra, José Santana de Vasconcellos, Giovanni Queiroz, Saulo Coelho, Ivan Burity, Basílio Villani, Fernando Diniz, Augusto Carvalho, Maria Laura, Ruberval Pilotto, Jackson Pereira, Neuto de Conto, Pedro Irujo, Antonio Barbara, Nestor Duarte, Nil-ton Baiano, Francisco Rodrigues, Sérgio Machado, Paulo Portugal, João de Deus Antunes, Marino Clinger, Joaquim Suce-tugal, José Aldo, Hélio Rosas, Felipe Néri, José Maranhão, Israel Pinheiro, Sérgio Naya, Samir Tannús, Luiz Girão e Senhores Senadores Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Pre-sidente: Valmir Campelo, Terceiro Vice-Presidente: João Ro-scha, Esperidião Amin; Henrique Almeida, José Eduardo, Sal-danha Derzi, Mansueto de Lavor, Magno Bacelar, Levy Dias, Dario Pereira, Marcio Lacerda, Francisco Rollemberg, Alfre-do Campos, Onofre Quinan, Lucídio Portela e Cid Sabóia de Carvalho.

Sala de Reunião, 28 de maio de 1991. — Deputado Mes-sias Góis, Presidente — Senador Esperidião Amin, Relator.

PARECER Nº 8, DE 1992-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públi-cos e Fiscalização, sobre a “Prestação de Contas do Presidente da República, relativa ao exercício financeiro de 1983”.

Relator: Senador Lourival Baptista

I — Relatório

O Congresso Nacional, em cumprimento de atribuição constitucional inserida no rol de sua competência exclusiva, especificada no art. 49, inc. IX da Carta Magna e, observando o que dispõe o art. 166, § 1º, inc. I, do mesmo Estatuto Fundamental, é convocado ao exame e julgamento das contas anuais, prestadas pelo Senhor Presidente da República, rela-tivas ao exercício financeiro de 1983.

No âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da qual participamos como membro titular, tivemos a honra de sermos designados pelo seu Presi-dente, para relatar a proposição sob exame, o que fazemos, na conformidade deste relatório e parecer que ora apresen-tamos:

1. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cumprimento ao que dispunha o art. 81, inc. XX, da Constituição Federal de 1967, com a Mensagem nº 127/84, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, a Prestação de Contas anuais, relativa ao exercício financeiro de 1983, e bem como o Relatório sobre a Execução Orçamentária e a Situação da Administração Federal, elaborado pela Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presi-dência da República.

2. Na Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados foi designado, à época, relator da proposição, o ilustre Deputado João Alves que, após minuciosa análise, apresentou relatório e concluiu seu parecer opinando favoravelmente à aprovação das contas exa-minadas, nos seguintes termos:

“VOTO DO RELATOR

Tendo em vista os termos do parecer prévio profe-rido pelo Tribunal de Contas da União, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, e as considerações do presente Relatório, somos favoráveis à aprovação das contas do Senhor Presidente da República, relativas

ao exercício financeiro de 1984, conforme disposto no Projeto de Decreto Legislativo anexo.”

3. Concluída a votação na Câmara dos Deputados, em 27-9-89, com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº PDC-96-A, de 1985, a proposição foi encaminhada ao Sena-do Federal em 28-6-89, onde recebeu o nº PDS 18/85.

4. Em decorrência das novas regras processuais ditas pelo texto da Carta Constitucional de 1988, o processo foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para opinar quanto ao rito processualístico da proposição. Naquela Comissão, obteve a mesma, o Parecer de nº 345/90-CCJ, que recomendou a remessa do projeto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscaliza-ção, do Congresso Nacional, por versar matéria de compe-tência deste órgão técnico, nos termos, do que preceitua o art. 166, § 1º, inc. I, da Lei Maior, cuja síntese transcrevemos a seguir:

“PARECER Nº 345, DE 1990-CCJ

Votação em turno único, do Parecer nº 345, de 1990, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1985, (nº 96/85, na Câmara dos Deputados), que aprova as Contas do Presidente da República, rela-tivas ao exercício financeiro de 1983, concluindo, com voto vencido, em separado, do Senador João Menezes e voto vencido do Senador Aureo Mello, que:

— Permanece a competência do Congresso Nacio-nal para julgar as contas anuais do Presidente da Repú-blica;

— É da competência da Comissão Mista Perma-nente para examinar e emitir parecer sobre as contas anuais do Presidente da República, inclusive, sobre os projetos em curso, que versem idêntica matéria (Gri-famos).

É o nosso relatório.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação do parecer, em turno único.

(Aprovado)

Aprovado o parecer, passa a constituir-se em nor-ma a ser seguida em decisão posteriores.” (Grifamos).

5. Após a análise das peças componentes do processo de prestação de contas em apreço, especialmente quanto aos termos do Relatório e Parecer Prévio, do Tribunal de Contas da União; Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, da Câmara dos Deputados e ainda, o conteúdo das demais peças componentes do proces-sado e, considerando a unanimidade dos votos e pareceres favorável à aprovação das contas, pelo egrégio Tribunal e pela Câmara dos Deputados, endossamos os pareceres ante-riores, acatando e acompanhando o voto do então relator, Deputado João Alves, por estar convicto quanto ao bom e fiel cumprimento dos preceitos constitucionais e determina-ções legais pertinentes, por parte do Poder Executivo, na gestão econômica, orçamentária, financeira e patrimonial da União, durante o exercício referido.

II — Voto do Relator

Da análise sobre os dados constantes do Processo de Prestação de Contas do Senhor Presidente da República, veri-fica-se que:

— os prazos constitucionais e legais pertinentes à matéria foram devidamente cumpridos;

— o Tribunal de Contas da União, em análise preliminar, considerou regulares as contas do referido exercício, opinando favoravelmente a sua aprovação;

— os pareceres do Relator da matéria bem como o Plenário da Câmara dos Deputados foram unânimes em aprovar as contas em apreço, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 96-A, de 1985, conforme se infere da leitura das peças do processo, em apenso ao nosso parecer.

Pelo exposto, endossamos integralmente as decisões anteriormente tomadas e o nosso voto é pela **aprovação** das contas prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativamente ao exercício financeiro de 1983, na conformidade com o Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 018/85 em anexo.

Sala da Comissão — Senador **Lourival Baptista**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em reunião extraordinária, realizada em 28 de maio de 1992, aprovou o parecer do Relator, Senador **Lourival Baptista**, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 18/85, referente às contas prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativamente ao exercício de 1983, com abstenção do Senhor Deputado **Augusto Carvalho**.

Compareceram os Senhores Deputados: **Messias Góis**, Presidente; **Clóvis Assis**, Segundo Vice-Presidente; **Nilson Gibson**, **Pedro Pavão**, **Magalhães Teixeira**, **Lourival Freitas**, **Etevalda Grassi de Menezes**, **Edivaldo Motta**, **Fernando Bezerra Coelho**, **Alcides Modesto**, **João Faustino**, **Ello Dalla Vecchia**, **Munhoz da Rocha**, **Werner Wanderer**, **Murilo Rezende**, **Rodrigues Palma**, **Aloizio Mercadante**, **Ivo Mainardi**, **Beto Mansur**, **Sérgio Arouca**, **Paulo Bernardo**, **Mussa Demes**, **Ariosto Holanda**, **Roberto Franca**, **João Paulo**, **Flávio Derzi**, **Marcelo Luz**, **Antonio Faleiros**, **Annibal Teixeira**, **Pedro Novais**, **Paulo Mourão**, **Adauto Pereira**, **Ivânio Guerra**, **José Santana de Vasconcellos**, **Giovanni Queiroz**, **Saulo Coelho**, **Ivan Burity**, **Basílio Villani**, **Fernando Diniz**, **Augusto Carvalho**, **Maria Laura**, **Ruberval Pilotto**, **Jackson Pereira**, **Neuto de Conto**, **Pedro Irujo**, **Antonio Barbara**, **Nestor Duarte**, **Nilton Baiano**, **Francisco Rodrigues**, **Sérgio Machado**, **Paulo Portugal**, **João de Deus Antunes**, **Marino Clinger**, **Joaquim Suceña**, **José Aldo**, **Hélio Rosas**, **Felipe Néri**, **José Maranhão**, **Israel Pinheiro**, **Sérgio Naya**, **Samir Tannús**, **Luiz Girão** e Senhores Senadores **Chagas Rodrigues**, **Primeiro Vice-Presidente**: **Valmir Campelo**, **Terceiro Vice-Presidente**: **João Rocha**, **Esperidião Amin**, **Henrique Almeida**, **José Eduardo**, **Saldanha Derzi**, **Mansueto de Lavor**, **Magno Bacelar**, **Levy Dias**, **Dario Pereira**, **Márcio Lacerda**, **Francisco Rollemberg**, **Alfredo Onofre Quinan**, **Lucídio Portela**, **Cid Sabóia de Carvalho**.

Sala de Reunião, 28 de maio de 1992. — Deputado **Messias Góis**, Presidente — Senador **Lourival Baptista**, Relator.

PARECER Nº 9, DE 1992-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a “Prestação de Contas do Presidente da República, relativa ao exercício financeiro de 1984”.

Relator: Senador **Lourival Baptista**

I — Relatório

O Congresso Nacional, em cumprimento de atribuição constitucional inserida no rol de sua competência exclusiva,

especificada no art. 49, inciso IX da Carta Magna e, observando o que dispõe o art. 166, § 1º, inciso I, do mesmo Estatuto Fundamental, é convocado ao exame e julgamento das Contas anuais, prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1984.

No âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da qual participamos como membro titular, tivemos a honra de sermos designados pelo seu Presidente, para relatar a proposição sob exame, o que fazemos, na conformidade deste relatório e parecer que ora apresentamos:

1. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cumprimento ao que dispunha o art. 81, inciso XX, da Constituição Federal de 1967, com a Mensagem nº 177/85, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, a Prestação de Contas anuais, relativa ao exercício financeiro de 1984, bem como o Relatório sobre a Execução Orçamentária e a Situação da Administração Federal, elaborado pela Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

2. Na Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas da Câmara dos Deputados foi designado, à época, relator da proposição, o ilustre Deputado **Nosser Almeida** que, após minuciosa análise, apresentou relatório e concluiu seu parecer opinando favoravelmente à aprovação das contas examinadas, nos seguintes termos:

“VOTO DO RELATOR

Tendo em vista os termos do parecer prévio proferido pelo Tribunal de Contas da União, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, e as considerações do presente Relatório, somos favoráveis à aprovação das Contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1984, conforme disposto no Projeto de Decreto Legislativo anexo.”

3. Concluída a votação na Câmara dos Deputados, em 27-9-89, com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº PDC-115-A; de 1985, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal em 3-10-89, onde recebeu o nº PDS/46/89.

4. Em decorrência das novas regras processuais ditas pelo texto da Carta Constitucional de 1988, o processo foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para opinar quanto ao rito processualístico da proposição. Naquela Comissão, obteve a mesma, o Parecer de nº 345/90-CCJ, que recomendou a remessa do projeto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, por versar matéria de competência deste órgão técnico, nos termos do que preceitua o art. 166, § 1º, inciso I, da Lei Maior, cuja síntese transcrevemos a seguir:

“PARECER Nº 345, DE 1990-CCJ

Votação em turno único, do Parecer nº 345, de 1990, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1985, (nº 96/85, na Câmara dos Deputados), que aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1983, concluindo, com voto vencido, em separado, do Senador **João Menezes** e voto vencido do Senador **Aureo Melo**, que:

— permanece a competência do Congresso Nacional para julgar as contas anuais do Presidente da República;

— é da competência da comissão mista permanente para examinar e emitir parecer sobre as contas anuais do Presidente da República, inclusive, sobre os projetos em curso, que versem idêntica matéria” (Grifamos.)

É o nosso relatório.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação do parecer, em turno único.

(Aprovado.)

Aprovado o parecer, passa a constituir-se em norma a ser seguida em decisões posteriores.” (Grifamos.)

5: Após a análise das peças componentes do processo de prestação de Contas em apreço, especialmente quanto aos termos do relatório e parecer Prévio, do Tribunal de Contas da União; relatório e parecer da Comissão de Fiscalização Financeira e Tomada de Contas, da Câmara dos Deputados e ainda, o conteúdo das demais peças componentes do processo, considerando a unanimidade dos votos e pareceres favorável à aprovação das contas, pelo Egrégio Tribunal e pela Câmara dos Deputados, endossamos os pareceres anteriores, acatando e acompanhando o voto do então relator, Deputado Nasser Almeida, por estar convicto quanto ao bom e fiel cumprimento dos preceitos constitucionais e determinações legais pertinentes, por parte do Poder Executivo, na gestão econômica, orçamentária, financeira e patrimonial da União, durante o exercício referido.

II — Voto do Relator

Da análise sobre os dados constantes do Processo de Prestação de Contas do Senhor Presidente da República, verifica-se que:

— os prazos constitucionais e legais pertinentes à matéria foram devidamente cumpridos;

— o Tribunal de Contas da União, em análise preliminar, considerou regulares as contas do referido exercício, opinando favoravelmente a sua aprovação;

— O parecer do Relator da matéria bem como o Plenário da Câmara dos Deputados foram unânimes em aprovar as contas em apreço, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 115-A, de 1985, conforme se infere da leitura das peças do processo.

Pelo exposto, endossamos integralmente as decisões, anteriormente tomadas e o nosso voto é pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativamente ao exercício financeiro de 1984, na conformidade do Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 46/89 em anexo.

Sala da Comissão — Senador Lourival Baptista, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio de 1992, aprovou o Parecer do Relator, Senador Lourival Baptista, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 46/89, referente às Contas do Presidente da República, relativamente ao exercício de 1984, com abstenção do Senhor Deputado Augusto Carvalho.

Compareceram os Senhores Deputados: Messias Góis, Presidente; Clóvis Assis, Segundo Vice-Presidente; Nilson Gibson, Pedro Pavão, Magalhães Teixeira, Lourival Freitas, Etevalda Grassi de Menezes, Edivaldo Motta, Fernando Bézerra Coelho, Alcides Modesto, João Faustino, Ello Dalla-

Vecchia, Munhoz da Rocha, Werner Wanderer, Murilo Rezende, Rodrigues Palma, Aloizio Mercadante, Ivo Mainardi, Beto Mansur, Sérgio Arouca, Paulo Bernardo, Mussa Demes, Ariosto Holanda, Roberto Franca, João Paulo, Flávio Derzi, Marcelo Luz, Antonio Faleiros, Anibal Teixeira, Pedro Novais, Paulo Mourão, Adauto Pereira, Ivânio Guerra, José Santana de Vasconcellos, Giovanni Queiroz, Saulo Coelho, Ivan Burity, Basílio Villani, Fernando Diniz, Augusto Carvalho, Maria Laura, Ruberval Pilotto, Jackson Pereira, Neuto de Conto, Pedro Irujo, Antonio Barbara, Nestor Duarte, Nilton Baiano, Francisco Rodrigues, Sérgio Machado, Paulo Portugal, João de Deus Antunes, Marino Clinger, Joaquim Sucena, José Aldo, Hélio Rosas, Felipe Néri, José Maranhão, Israel Pinheiro, Sérgio Naya, Samir Tannús, Luiz Girão e Senhores Senadores Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente: Valmir Campelo, Terceiro Vice-Presidente: João Rocha, Esperidião Amin, Henrique Almeida, José Eduardo, Saldanha Derzi, Mansueto de Lavor, Magnó Bacelar, Levy Dias, Dário Pereira, Marcio Lacerda, Francisco Rollemberg, Alfredo Campos, Onofre Quinan, Lucídio Portela e Cid Sabóia de Carvalho.

Sala de Reunião, 28 de maio de 1992. — Deputado Messias Góis, Presidente — Senador Lourival Baptista, Relator.

PARECER Nº 10, DE 1992-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a “Prestação de Contas do Presidente da República, relativa ao exercício financeiro de 1985”.

Relator: Senador Lourival Baptista

I — Relatório

O Congresso Nacional, em cumprimento de atribuição constitucional inserida no rol de sua competência exclusiva, especificada no art. 49, inciso IX da Carta Magna e, observando o que dispõe o art. 166, § 1º, inciso I, do mesmo Estatuto Fundamental, é convocado ao exame e julgamento das contas anuais, prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1985.

No âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da qual participamos como membro titular, tivemos a honra de sermos designados pelo seu Presidente, para relatar a proposição sob exame, o que fazemos, na conformidade deste relatório e parecer que ora apresentamos:

1. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cumprimento ao que dispunha o art. 81, inciso XX, da Constituição Federal de 1967, com a Mensagem nº 119/86, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, a prestação de contas anuais, relativa ao exercício financeiro de 1985, bem como o Relatório sobre a Execução Orçamentária e a Situação da Administração Federal, elaborado pela Secretaria de Controle Interno da Secretaria de Planejamento da Presidência da República.

2. Na Comissão de Fiscalização e Controle, da Câmara dos Deputados foi designado, à época, relator da proposição, o ilustre Deputado João Alves que, após minuciosa análise, apresentou relatório e concluiu seu parecer opinando favoravelmente à aprovação das contas examinadas, nos termos seguintes, atribuindo uma média considerável para a sua aprovação pelo Congresso Nacional:

“VOTO DO RELATOR

Tendo em vista os termos do parecer prévio proferido pelo Tribunal de Contas da União, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, e as considerações do presente Relatório, somos favoráveis à aprovação das Contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1985, conforme disposto no Projeto de Decreto Legislativo anexo.”

3. Concluída a votação na Câmara dos Deputados, em 27-9-89, com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1987, a proposição foi encaminhada ao Senado Federal em 22-9-89 por intermédio do OF.PS.GSE. nº 86/89, em 21-9-89, onde recebeu o nº PDS 38/89.

4. Em decorrência das novas regras processuais ditas pelo texto da Carta Constitucional de 1988, o processo foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para opinar quanto ao rito processualístico da proposição. Naquela Comissão, obteve a mesma, o Parecer de nº 345/90-CCJ, que recomendou a remessa à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, por versar matéria de competência deste órgão técnico, nos termos do que preceitua o art. 166, § 1º, inciso I, da Lei Maior, cuja síntese transcrevemos a seguir:

“PARECER Nº 345, DE 1990-CCJ

Votação em turno único, do Parecer nº 345, de 1990, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1985 (nº 96/85, na Câmara dos Deputados), que aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1983, concluindo, com voto vencido, em separado, do Senador João Menezes e voto vencido do Senador Áureo Melo, que:

— permanece a competência do Congresso Nacional para julgar as contas anuais do Presidente da República;

— é da competência da Comissão Mista Permanente para examinar e emitir parecer sobre as contas anuais do Presidente da República, inclusive, sobre os projetos em curso, que versem idêntica matéria. (Grifamos).

É o nosso relatório.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação do parecer, em turno único.

(Aprovado)

Aprovado o parecer, passa a constituir-se em norma a ser seguida em decisões posteriores.” (Grifamos).

5. Após a análise do processo de prestação de contas em apreço, especialmente quanto aos termos do Relatório e Parecer Prévio, do Tribunal de Contas da União; relatório e parecer da Comissão de Fiscalização e Controle, da Câmara dos Deputados e ainda, o conteúdo das demais peças componentes do processado considerando a unanimidade dos votos e pareceres favoráveis à aprovação das contas, pelo egrégio Tribunal e pela Câmara dos Deputados, endossamos os pareceres anteriores, acatando e acompanhando o voto do então relator, Deputado João Alves, por esta convicto quanto ao bom e fiel cumprimento dos preceitos constitucionais e determinações legais pertinentes, por parter do Poder Executivo,

na gestão econômica, orçamentária, financeira e patrimonial da União, durante o exercício referido.

II — Voto do Relator

Da análise sobre os dados constantes do Processo de Prestação de Contas do Senhor Presidente da República, verifica-se que:

— os prazos constitucionais e legais pertinentes à matéria foram devidamente cumpridos;

— o Tribunal de Contas da União, em análise preliminar, considerou regulares as contas do referido exercício, opinando favoravelmente à sua aprovação;

— Os pareceres do Relator da matéria bem como o Plenário da Câmara dos Deputados foram unânimes em aprovar as contas em apreço, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 1, de 1987, conforme se infere da leitura das peças do processo, em apenso ao nosso parecer.

Pelo exposto, endossamos integralmente as decisões anteriormente tomadas em relação à matéria que ora apreciamos, sem merecer reparos, e o nosso voto é pela aprovação das contas prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativamente ao exercício financeiro de 1985, na conformidade do Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 38/89 em anexo.

Sala da Comissão — Senador Lourival Baptista, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio de 1992, aprovou o Parecer do Relator, Senador Lourival Baptista, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 38/89, referente às Contas do Presidente da República, relativamente ao exercício de 1985, com abstenção do Senhor Deputado Augusto Carvalho.

Compareceram os Senhores Deputados Messias Góis, Presidente; Clóvis Assis, Segundo Vice-Presidente; Nilson Gibson, Pedro Pavão, Magalhães Teixeira, Lourival Freitas, Etevalda Grassi de Menezes, Edivaldo Motta, Fernando Bezerra Coelho, Alcides Modesto, João Faustino, Elio Dalla Vecchia, Munhoz da Rocha, Werner Wanderer, Murilo Rezende, Rodrigues Palma, Aloizio Mercadante, Ivó Mainardi, Beto Mansur, Sérgio Arouca, Paulo Bernardo, Mussa Demes, Ariosto Holanda, Roberto Franca, João Paulo, Flávio Derzi, Marcelo Luz, Antonio Faleiros, Annibal Teixeira, Pedro Novais, Paulo Mourão, Adaauto Pereira, Ivânio Guerra, José Santana de Vasconcellos, Giovanni Queiroz, Saulo Coelho, Ivan Burity, Basílio Villani, Fernando Diniz, Augusto Carvalho, Maria Laura, Ruberval Pilotto, Jackson Pereira, Neuto de Conto, Pedro Irujo, Antonio Barbara, Nestor Duarte, Nilton Baiano, Francisco Rodrigues, Sérgio Machado, Paulo Portugal, João de Deus Antunes, Marino Clinger, Joaquim Suceña, José Aldo, Hélio Rosas, Felipe Néri, José Maranhão, Israel Pinheiro, Sérgio Naya, Samir Tannús, Luiz Girão e Senhores Senadores Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente: Valmir Campelo, Terceiro Vice-Presidente: João Rocha, Esperidião Amin, Henrique Almeida, José Eduardo, Saldanha Derzi, Mansueto de Lavor, Magno Bacelar, Levy Dias, Dario Pereira, Márcio Lacerda, Francisco Rollemberg, Alfredo Campos, Onofre Quinan, Lucídio Portela e Cid Sabóia de Carvalho.

Sala de Reunião, 28 de maio de 1992. — Deputado Messias Góis, Presidente — Senador Lourival Baptista, Relator.

PARECER Nº 11, DE 1992-CN

Da Comissão Mista de Plano, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a "prestação de contas do Presidente da República, relativa ao exercício financeiro de 1986".

Relator: Senador Lourival Baptista

I — Relatório

O Congresso Nacional, em cumprimento de atribuição constitucional inserida no rol de sua competência exclusiva, especificada no art. 49, inciso IX da Carta Magna e, observando o que dispõe o art. 166, § 1º inciso I, do mesmo Estatuto Fundamental, é convocado ao exame e julgamento das contas anuais, prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1986.

No âmbito da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, da qual participamos como membro titular, tivemos a honra de sermos designados pelo seu Presidente, para relatar a proposição sob exame, o que fazemos, na conformidade deste relatório e parecer que ora apresentamos:

1. O Excelentíssimo Senhor Presidente da República, em cumprimento ao que dispunha o art. 81, inciso XX, da Constituição Federal de 1967, com a Mensagem nº 115/87, submeteu à apreciação do Congresso Nacional, a prestação de contas anuais, relativa ao exercício financeiro de 1986."

2. O egrégio Tribunal de Contas da União, na qualidade de órgão autônomo e auxiliar do Congresso Nacional, no exercício do controle externo das atividades da Administração Pública Federal, em observância ao que dispõe o art. 71, inciso I, da Constituição Federal, em análise preliminar sobre o processo de prestação de contas do Presidente da República, relativo ao exercício financeiro de 1986, apresentou a este Parlamento o seu relatório e parecer prévio, com a seguinte conclusão:

É de parecer que o Congresso Nacional poderá aprovar as contas relativas ao exercício financeiro de 1986, apresentadas pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República.

Sala das Sessões, 19 de junho de 1987. — Fernando Gonçalves — Presidente; Carlos Átila Álvares da Silva — Relator; Luciano Brandão Alves e Souza, Alberto Hoffmann, Adhemar Paladini Ghisi, Ewald Syzenando Pinheiro, Mário Pacini, Ivan Luiz, e Thales Bezerra de Albuquerque Ramalho (Ministros)"

3. Na Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados foi designado, à época, relator da proposição, o ilustre Deputado Nion Albernaz que, após criteriosa análise, apresentou relatório sintetizado e concluiu seu parecer opinando favoravelmente à aprovação das contas examinadas, nos seguintes termos:

"VOTO DO RELATOR

Tendo em vista os termos do parecer prévio proferido pelo Tribunal de Contas da União, como órgão auxiliar do Congresso Nacional, e as considerações do presente relatório, somos favoráveis à aprovação, com restrições, das contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1986, conforme disposto no Projeto de Decreto Legislativo anexo."

4. A votação na Câmara dos Deputados, foi concluída com a aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 119-A, de 1989 e a proposição foi encaminhada ao Senado Federal em 15-2-90, onde recebeu o nº PDS 1/90.

5. Em decorrência das novas regras processuais ditas pelo texto da Carta Constitucional de 1988, o processo foi remetido à Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado, para opinar quanto ao rito processualístico da proposição. Naquela Comissão, obteve a mesma, o Parecer de nº 345/90-CCJ, que recomendou a remessa do projeto à Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, do Congresso Nacional, por versar matéria de competência deste órgão técnico, nos termos do que preceitua o art. 166, § 1º, inc. I, da Lei Maior, cuja síntese transcrevemos a seguir:

"PARECER Nº 345, DE 1990 — CCJ

Votação em turno único, do parecer nº 345, de 1990, da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, ao examinar o Projeto de Decreto Legislativo nº 18, de 1985, (nº 96/85, na Câmara dos Deputados), que aprova as Contas do Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1983, concluindo, com voto vencido, em separado, do Senador João Menezes e voto vencido do Senador Áureo Melo, que:

— permanece a competência do Congresso Nacional para julgar as contas anuais do Presidente da República;

— e da competência da Comissão Mista Permanente para examinar e emitir parecer sobre as contas anuais do Presidente da República, inclusive, sobre os projetos em curso, que versem idêntica matéria (grifamos).

É o nosso relatório.

A discussão da matéria foi encerrada na sessão ordinária anterior.

Passa-se à votação do parecer, em turno único.

(Aprovado.)

Aprovado o parecer, passa a constituir-se em norma a ser seguida em decisões posteriores." (Grifamos.)

6. O nosso estudo teve como suporte básico as informações contidas no Relatório e Parecer Prévio apresentado pelo Tribunal de Contas da União, e no Parecer do Relator retro-mencionado, bem como no Parecer da antiga Comissão de Fiscalização e Controle e na decisão do Plenário da Câmara dos Deputados, que concluiu pela aprovação do Projeto de Decreto Legislativo nº 109, de 1989, em sessão de 6-12-89 com a seguinte ementa, às fls. 20, do processado:

"PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 109, DE 1989

— Aprova, com restrições, as contas do Presidente da República, relativas ao exercício de 1986."

7. Em que pesem as observações conclusivas apontadas no parecer do ilustre relator anteriormente designado, as quais julgamos oportunas e proveitosas em face dos reclamos da sociedade por mudanças políticas, institucionais e comportamentais no âmbito da Administração Pública, não pretendíamos esperar por resultados mais eficazes, em razão das dificuldades econômico-financeiras enfrentadas e do momento de transição e de abertura democrática vivenciadas pela nação brasileira, naquele período.

8. O Regimento Interno do Senado Federal, como subsidiário ao Regimento Comum do Congresso Nacional admite, em seu art. 132, § 6º, letras **a** e **b** que “os membros da comissão que não concordarem com o relatório poderão dar voto em separado ou assiná-lo, uma vez constituído parecer, com restrições, pelas conclusões, ou declarando-se vencidos”. Prevê também aquele mesmo Estatuto, no § 7º do mesmo artigo que “**contam-se como favoráveis os votos pelas conclusões ou com restrições**” (grifamos), o que respalda regimentalmente o nosso voto, robustecido e alicerçado nas decisões anteriores, já mencionadas, o que nos leva a votar favoravelmente à aprovação das contas ora apreciadas, por considerá-las dentro de um nível razoável de aceitação, mesmo porque as “restrições” aventadas pelo relator que nos antecedeu, demonstram um caráter meramente de protesto, motivado talvez, pelo estado psicológico e pelo clima de insatisfação decorrentes do longo período em que o Congresso Nacional permaneceu alheio às relevantes questões nacionais.

É o nosso relatório.

II — Voto do Relator

Diante do exposto, opinamos favoravelmente à **aprovação** das contas do Senhor Presidente da República, relativas ao exercício financeiro de 1986, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 1/90 em anexo, e na conformidade do disposto no art. 13 da Resolução nº 1, de 1991-CN, lamentando a pendência, no Legislativo Federal, de proposição de expressivo significado para a Nação brasileira, consumados quatro anos, sem o veredicto do Congresso Nacional.

Sala da Comissão — Senador **Lourival Baptista**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio de 1992, aprovou o Parecer do Relator, Senador **Lourival Baptista**, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 1/90, referente às contas prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativamente ao exercício de 1986, com abstenção do Senhor Deputado **Augusto Carvalho**.

Compareceram os Senhores Deputados: **Messias Góis**, Presidente; **Clóvis Assis**, Segundo Vice-Presidente; **Nilson Gibson**, **Pedro Pavão**, **Magalhães Teixeira**, **Lourival Freitas**, **Etevalda Grassi de Menezes**, **Edivaldo Motta**, **Fernando Bezerra Coelho**, **Alcides Modesto**, **João Faustino**, **Elio Dalla Vecchia**, **Munhoz da Rocha**, **Werner Wanderer**, **Murilo Rezende**, **Rodrigues Palma**, **Aloizio Mercadante**, **Ivo Mainardi**, **Beto Mansur**, **Sérgio Arouca**, **Paulo Bernardo**, **Mussa Demes**, **Ariosto Holanda**, **Roberto Franca**, **João Paulo**, **Flávio Derzi**, **Marcelo Luz**, **Antonio Faleiros**, **Annibal Teixeira**, **Pedro Novais**, **Paulo Morão**, **Adauto Pereira**, **Ivânio Guerra**, **José Santana de Vasconcellos**, **Giovanni Queiroz**, **Saulo Coelho**, **Ivan Burity**, **Basílio Villani**, **Fernando Diniz**, **Augusto Carvalho**, **Maria Laura**, **Ruberval Pilotto**, **Jackson Pereira**, **Neuto de Conto**, **Pedro Irujo**, **Antonio Bárbara**, **Nestor Duarte**, **Nilton Baiano**, **Francisco Rodrigues**, **Sérgio Machado**, **Paulo Portugal**, **João de Deus Antunes**, **Marino Clinger**, **Joaquim Sucena**, **José Aldo**, **Hélio Rosas**, **Felipe Néri**, **José Maranhão**, **Israel Pinheiro**, **Sérgio Naya**, **Samir Tannús**, **Luiz Girão** e Senhores Senadores **Chagas Rodrigues**, **Primeiro Vice-Presidente**: **Valmir Campelo**, **Terceiro Vice-Presidente**: **João Rocha**, **Esperidião Amin**, **Henrique Almeida**, **José Eduardo**, **Saldanha Derzi**, **Mansueto de Lavor**, **Magno Bacelar**, **Levy Dias**, **Dario Pereira**, **Márcio Lacerda**, **Francisco Rollemberg**, **Alfredo**

Campos, **Onofre Quinan**, **Lucídio Portela** e **Cid Sabóia de Carvalho**.

Sala de Reunião, 28 de maio de 1992. — Deputado **Messias Góis**, Presidente — Senador **Lourival Baptista**, Relator.

PARECER Nº 12, DE 1992-CN

Da Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, sobre a “**Prestação de Contas do Presidente da República relativa ao exercício financeiro de 1987**”.

Relatório

O Congresso Nacional, em cumprimento de atribuição Constitucional inserida no rol de sua competência exclusiva, especificada no art. 49, inciso IX da Carta Magna e, observando o que dispõe o art. 166, § 1º, inciso I, do mesmo Estatuto Fundamental, é convocado ao exame e julgamento das contas anuais, prestadas pelo Senhor Presidente da República relativas ao exercício financeiro de 1987.

Após a análise do processo de prestação de contas em apreço, especialmente quanto aos termos do Relatório e Parecer Prévio do Tribunal de Contas da União; Relatório e Parecer da Comissão de Fiscalização e Controle da Câmara dos Deputados e ainda, o conteúdo das demais peças componentes do processado considerando a unanimidade dos votos e pareceres favoráveis à aprovação das contas, pelo Egrégio Tribunal e pela Câmara dos Deputados, endosso os pareceres anteriores, por estar convicto quanto ao bom e fiel cumprimento dos preceitos constitucionais e determinações legais pertinentes, por parte do Poder Executivo, na gestão econômica, orçamentária, financeira e patrimonial da União durante o exercício de 1987.

Voto do Relator

Verificamos que:

— os prazos constitucionais e legais pertinentes à matéria foram devidamente cumpridos;

— o Tribunal de Contas da União, em análise preliminar considerou regulares as contas do referido exercício, opinando favoravelmente à sua aprovação;

— os pareceres do relator da matéria bem como o Plenário da Câmara dos Deputados foram unânimes em favor das contas em apreço, nos termos do Projeto de Decreto Legislativo nº 172 de 1990 conforme se infere da leitura das peças do processo, em apenso ao nosso Parecer.

Pelo exposto, endossamos as decisões anteriormente tomadas em relação à matéria que ora apreciamos, sem merecer reparos, e o nosso voto é pela **aprovação** das contas prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativamente ao exercício financeiro de 1987, na conformidade do Projeto de Decreto Legislativo nº 20/92 em anexo.

Sala da Comissão, 19 de maio de 1992. — Deputado **Rodrigues Palma**, Relator.

CONCLUSÃO

A Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização, em Reunião Extraordinária, realizada em 28 de maio de 1992, aprovou o parecer do relator, Deputado **Rodrigues Palma**, favorável ao Projeto de Decreto Legislativo nº PDS 20/92, referente às Cntas prestadas pelo Senhor Presidente da República, relativamente ao exercício de 1987, com abstenção do Senhor Deputado **Augusto Carvalho**.

Compareceram os Senhores Deputados: **Messias Góis**, Presidente; **Clóvis Assis**, Segundo Vice-Presidente; **Nilson**

Gibson, Pedro Pavão, Magalhães Teixeira, Lourival Freitas, Etevalda Grassi de Menezes, Edivaldo Motta, Fernando Bezerra Coelho, Alcides Modesto, João Faustino, Elio Dalla Vecchia, Munhoz da Rocha, Werner Wanderer, Murilo Rezende, Rodrigues Palma, Aloizio Mercadante, Ivo Mainardi, Beto Mansur, Sérgio Arouca, Paulo Bernardo, Mussa Demes, Ariosto Holanda, Roberto Franca, João Paulo, Flávio Derzi, Marcelo Luz, Antonio Faleiros, Annibal Teixeira, Pedro Novais, Paulo Mourão, Adauto Pereira, Ivânio Guerra, José Santana de Vasconcellos, Giovanni Queiroz, Saulo Coelho, Ivan Burity, Basílio Villani, Fernando Diniz, Augusto Carvalho, Maria Laura, Ruberval Pilotto, Jackson Pereira, Neuto de Conto, Pedro Irujo, Antonio Barbara, Nestor Duarte, Nil-

ton Baiano, Francisco Rodrigues, Sérgio Machado, Paulo Portugal, João de Deus Antunes, Marino Clinger, Joaquim Suce-na, José Aldo, Hélio Rosas, Felipe Néri, José Maranhão, Israel Pinheiro, Sérgio Naya, Samir Tannús, Luiz Girão e Senhores Senadores Chagas Rodrigues, Primeiro Vice-Presidente: Valmir Campelo, Terceiro Vice-Presidente: João Rocha, Esperidião Amin, Henrique Almeida, José Eduardo, Sal-danha Derzi, Mansueto de Lavor, Magno Bacelar, Levy Dias, Dario Pereira, Marcio Lacerda, Francisco Rollemberg, Alfrê-do Campos, Onofre Quinan, Lucídio Portela e Cid Sabóia de Carvalho.

Sala de Reunião, 28 de maio de 1992. — Deputado Mes-sias Góis, Presidente — Deputado Rodrigues Palma, Relator.

RELATÓRIO Nº 2, DE 1992 - CN

Da Comissão Parlamentar Mista de Inqué-rito destinada a apurar responsabilida-des no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

RELATOR DO VENCIDO: Senador RONAN TITO

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR
RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA COMPANHIA NACIONAL DE
ABASTECIMENTO — CONAB

Relatório Final

Brasília, maio de 1991

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR
RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA COMPANHIA NACIONAL DE
ABASTECIMENTO — CONAB

S U M Á R I O

1. INTRODUÇÃO

2. APURAÇÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR

2.1. Preliminares - O Cenário Econômico, Político e Institucional

2.2. Dos Motivos Alegados para a Importação

2.3. Do Caminho "Natural" de Reduzir os Preços pela Importação

2.4. Da Formação do Estoque Regulador: Importar ou Comprar no País?

2.5. Dos Preços Estimados e de suas Atualizações

2.6. Aspectos Operacionais, Gerenciais e Decisórios da Importação

2.7. A Questão das Taxas de Câmbio Utilizadas na Transação

2.8. Principais Pontos Levantados no Relatório de Inspeção do TCU

2.9. Outros Aspectos a Considerar

3. CONCLUSÕES

ANEXOS

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO DESTINADA A APURAR RESPONSABILIDADES NO ÂMBITO DA COMPANHIA NA- CIONAL DE ABASTECIMENTO - CONAB

1. INTRODUÇÃO

O Requerimento nº 587-CN, de 18 de junho de 1991, define como ob-
jetivo da CPMI a apuração de responsabilidades no âmbito da CONAB nas
importações de alimentos durante o primeiro ano do Governo Collor, es-
pecialmente carne, leite, butter oil, arroz e trigo.

A condução dos trabalhos da CPMI, no entanto, levou a concentrar
as investigações nas operações ligadas à importação de carne bovina da
CEE, razão porque deixa de apresentar resultados sobre os demais pro-
dutos.

Restrita à importação de carne bovina, a CPMI interessa analisá-
la sob duas diferentes óticas:

a. a expressão dos fatos avaliados para a implementação e prática
da política econômica para a agricultura, levando em conta o parâmetro
fornecido pelo conjunto legal denominado Lei Agrícola; e,

b. a das eventuais irregularidades praticadas por membros do go-
verno federal.

2. APURAÇÕES DA COMISSÃO PARLAMENTAR

2.1. O CENÁRIO ECONÔMICO, POLÍTICO E INSTITUCIONAL

A primeira fase do Governo Collor, intitulada de "os tempos heróicos de Collor e Zélia", pelo ex-Ministro da Fazenda Bresser Pereira, caracterizou um dramático conflito com todos aqueles setores que lhe parecia fazer oposição ao desejo de modernizar, a qualquer custo, a economia do País. Foi a época do controle espetacular e pirotécnico da inflação por meio do sequestro dos bens financeiros, do afrontamento direto do Judiciário, da tentativa de dobrar o Legislativo por meio de uma "enxurrada" de medidas provisórias, da atitude do "hateu, levou" contra os críticos do governo, da agressão à imprensa (invasão da Folha de São Paulo), da crítica ácida aos "empresários atrasados" da FIESP, do escárnio das "carroças" da indústria automobilística, etc.

A demonstração redentorista e de autosuficiência do Governo também não poupou a agricultura brasileira. A batalha comandada pela ex-Ministra Zélia Cardoso e sua equipe para obter do Senhor Presidente o veto integral à Lei Agrícola (Lei nº 8171, de 1991) e o programa de modernização que o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento (MEFP) propôs, por meio da Portaria nº 477, de 1990, são emblemáticos da prepotência, empáfia e, exatamente por isso, reveladores de imaturidade política e do desconhecimento da realidade sócio-econômica brasileira.

Ademais, em nome de seu conceito de modernidade, o Governo Collor reduziu súbita e dramaticamente a presença do Estado na agricultura. De uma só vez, o Ministério da Agricultura teve extinto o órgão de extensão rural (a Embrater) e o de crédito rural (o BNCC); viu minguar, a níveis inimagináveis, o de pesquisas (a Embrapa) e o de fomento à cacauicultura (à CEPLAC); perdeu o comando da CFP, COBAL e CIBRAZEN, fundidas na CNA, depois CONAB, para o MEFP; acompanhou a queda do IBC e o desmonte dos programas de apoio à irrigação, aos pequenos agricultores, ao desenvolvimento rural do Nordeste e outros mais. O resultado foi o profundo enfraquecimento do Ministério da Agricultura.

Hoje, todos sabem como este "sonho" acabou. A equipe ministerial foi completamente refeita e a postura do Governo Federal mudou completamente. Ainda assim, não se pode desprezar os profundos prejuízos de todas estas atitudes da época.

Para a safra 90/91, o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, no comando da política econômica, decretou a modernidade a qualquer custo: desconheceu a presença de numerosíssimo contingente de pequenos produtores, reduziu drasticamente os subsídios ao crédito e contingenciou os recursos disponíveis, do que resultou uma péfida colheita de 56,7 milhões de toneladas de grãos e, em consequência, uma necessidade imediata de importar alimentos, ao custo de quase 2 bilhões de dólares. De novo, em outras circunstâncias, estava criado cenário parecido ao que o Plano Cruzado, havia proporcionado ao País, 5 anos antes, fato aliás, tratado com riqueza de detalhes pela CPI do Senado Federal, criada pelo RQS 59, de 1987.

2.2. DOS MOTIVOS ALEGADOS PARA A IMPORTAÇÃO

Da Elevação do Preço da Carne Bovina durante a Safra

Ao fim do exercício de 1990, o Plano Collor, depois de 10 meses de lançamento, dava sinais de esgotamento, os quais, percebidos pela equipe da Ministra Zélia, levaram à edição das medidas provisórias 294 e 295, no primeiro dia de fevereiro de 1991, logo cognominadas de Plano Collor II, trazendo a idéia de uma "trégua de preços". Tal como o Cruzado, este último plano veio a ser lançado em fevereiro, quando os números da safra tornam-se conhecidos e, em geral, funcionam como elemento de estabilização de preços.

Já a 9 de fevereiro, o MEFP, por meio de seu Secretário Nacional de Economia, Edgard Pereira, em entrevista à *Gazeta Mercantil* do dia 09/02/91, anunciava a intenção de importar carne bovina, por conta do fenômeno da alta do produto nacional em plena época de safra. Pelos seus cálculos, a mesma chegaria a Cr\$ 3.000/arroba, posta no armazém (matéria intitulada: "Brasil vai importar carne bovina").

Logo a seguir, traduzindo sua intenção antes revelada, na verdade uma decisão interna da equipe econômica, o mesmo Secretário Nacional formaliza, em expediente dirigido ao Ministério das Relações Exteriores, pedido de apoio administrativo e político de compra da carne da CEE, e interpreta politicamente a elevação dos preços do boi em pé, no mercado interno, como "boicote" dos pecuaristas à "trégua dos preços" do Plano Collor II e, ademais, amplia a expressão do fato, atribuindo-lhe similitude com as ocorridas nos governos Castello Branco e José Sarney. (ver Qf. SNE, de 19/2/91 ao Itamaraty, anexo ao of. 620/CONAB,

dirigido à CPIM, de 23/10/91).

Este argumento foi trazido à baila nas respostas oferecidas pelo Sr. João Mauro Boscher à CPMI, em todas as vezes que lhe foram solicitados esclarecimentos. Já se disse que a mentira dita repetidas vezes transforma-se em verdade. No caso presente, ainda que não seja correto tê-la como mentira, é prudente investigar-se as circunstâncias para buscar o razoável da história, como aliás, seria de se esperar das autoridades econômicas do País, à época.

O certo é que antes mesmo da edição do Plano Collor II, o preço do boi gordo, dentro da safra, estava em alta. Assim, em 10/1/91, a *Gazeta Mercantil* informava que tais preços já haviam subido 20%. O mesmo noticiaram *O Globo*, de 28/1 e a *Folha de São Paulo*, de 29/1. A razão levantada pela imprensa foi a expectativa de retomada das exportações de carne bovina destinada à CEE e aos Estados Unidos. Elementos de reforço neste sentido foram:

a) o gasto de 400 milhões de cruzeiros do Governo Brasileiro em 1990 para reforma e instalação dos laboratórios responsáveis pelos exames de sanidade do rebanho bovino em Campinas (SP) e Pedro Leopoldo (MG), por exigência dos importadores (*O Globo*, 28/1/91);

b) a entrada de confinadores no mercado de bois magros antes da época em que tradicionalmente o faziam, conforme comentários na ocasião (*Gazeta Mercantil*, 28/1/91); e,

c) os boatos que davam como certa a edição de um novo plano econômico, razão suficiente para intranquilizar os diferentes mercados de bens e, no caso específico, trazer à tona o comportamento dos pecuaristas de tratar o gado vivo como ativo e de atrelá-lo à variação da taxa cambial com a moeda americana, caso a hipótese do plano se con-

firmasse (*Folha de São Paulo*, 29/1/91; *Jornal de Brasília*, 2/2/91).

Ao fim destes argumentos, deve-se lembrar que o preços altos na safra 90/91 estavam, em termos reais, 30% abaixo dos praticados durante a safra 89/90, mais precisamente em fevereiro de 1990.

Estes dados e informações mostram que a repetida semelhança do comportamento dos pecuaristas, ao longo da história recente, referida pelo Secretário Nacional de Economia, não foi devidamente absorvida pela equipe da Ministra Zélia. Algumas vezes para que, no campo político, determinados acontecimentos como esse possam apresentar uma relação causa-efeito aparentemente verdadeira, a sua essência técnica tem que ser relegada a segundo plano. Para qualquer autoridade pública na área da política econômica, é absolutamente necessário conhecer o corte patrimonialista da economia nacional e o comportamento assumido por determinados bens como ativos, em meio a cenários de crise e de incerteza. Em nossa economia, é recorrente a busca de proteção do valor dos bens da corrosão inflacionária. Consegue-se isto apelando à indexação; transformando os valores voláteis em ativos, tais como ouro, dólar, imóveis e, no caso, em gado vivo. Assim, obnubilados pelo fervor à política do liberalismo a qualquer preço da fase inicial do Governo Collor, as autoridades da área econômica passaram a, necessariamente, desconhecer tal aspecto e a reforçar a defesa da sua política, atacando os "adversários". No caso específico da pecuária de corte, por ocasião da discussão sobre a possibilidade de ser estimulado o confinamento, ficou registrado nos documentos oficiais (NOTA OAP 25/90, item 2, de 7/12/90) que quanto mais extensiva a criação mais funcionaria como ativo, daí os argumentos favoráveis ao próprio confinamento, por incorporar custos empresariais impossíveis de serem ab-

sorvidos por orientações patrimonialistas. Mesmo assim, esta possibilidade foi desprezada, porque se esperava ofertar carne importada em 60 dias apenas.

A atitude do pecuarista, neste caso, revelou, mais do que tudo, a racionalidade que se espera do agente econômico diante das informações de mercado. Neste particular, há de ressaltar que o liberalismo de última hora quer racionalidade quando a mesma age a favor do desempenho da política econômica; se contra, prefere o dirigismo.

Por outro lado, a argumentação a respeito da inviabilização das tabelas de preços ao consumidor por conta da alta de preços da carne, no atacado, padece de maior acurácia. Ao mencionar a adoção de alíquota zero para o imposto de importação e, com isso, abrir o mercado nacional às carnes dos países do Cone Sul, em condições de competitividade, o próprio Secretário Nacional de Economia mostrou-se pouco convicto com o sucesso da iniciativa, o que poderia, ao ver desta CPMI, estar indicando fixação artificial do preço do produto nas tabelas da "trégua" (ver anexo II ao Of. 620/CONAB), que, no fim, só seriam viabilizadas com preços subsidiados tais como os praticados pela CEE ou, então pela assunção de prejuízos por parte do Governo Federal.

Outras Considerações

O processo decisório que levou à importação das 100 mil toneladas de carne parece ter sido, pois, cívado de informações, razões, análises e justificativas que não têm sustentação em argumentos válidos.

Ressalte-se o fato de que a equipe que procedeu às análises finais e tomou a decisão, não ouviu os setores responsáveis pelo setor

produtivo da agricultura; preferiu ser assessorada por uma Associação de Exportadores do que ouvir as opiniões dos órgãos associativos que representam o setor produtivo, tais como CNA, OCB, CONTAG e outros.

Isto parece indicar que a equipe ou se julgava suficientemente bem assessorada ou, o que é mais provável, evitou ouvir os posicionamentos daqueles que - muito provavelmente - mostrariam pontos divergentes a seus intentos.

E mais. Não foram poucos os alertas dados de que não era uma operação adequada, de que traria prejuízos ao erário público e gastos desnecessários de divisas, de que havia alternativas internas a explorar, de forma a atender os objetivos explicitados pela equipe.

Em vão. A área econômica do Governo Federal, conjugando a Secretaria Nacional de Economia, o Departamento de Abastecimento e Preços e a CONAB, preferiu, talvez, sucumbir aos argumentos voltados à viabilização das exportações que esta operação proporcionaria, a fazer uma análise mais aprofundada acerca dos reflexos internos de tal ato.

Atenderam - não se sabe se por única e exclusiva motivação - aos intentos do setor exportador, cuja filosofia está expressa, sem rebuscos, nas palavras do Sr. José Milton Dallari, em depoimento à esta CPI.

"O mercado internacional tem duas mãos. Não podemos dizer que vamos exportar para os demais mercados mundiais se não importarmos nada."

"Acredito que um componente importante do Brasil, para essas importações, é que estávamos, infelizmente, com um passivo muito grande com relação à Comunidade Econômica Europeia e

aos Estados Unidos, em termos de controle sanitário, de discussão da cota Hilton, de fraudes praticadas aqui no Brasil e no exterior, o que estava gerando um contencioso muito grande entre a Comunidade e o Brasil."

Assim, para amainar a má-vontade criada por estes fatores, junto à CEE, pareceu mais fácil e mais adequado à área econômica do Governo Federal, despendar US\$ 150 milhões, independentemente do prejuízo que pudesse causar ao setor pecuário nacional - sob a alegação, como se viu, de que estaria organizando um "boicote" no abastecimento - e do alto risco da operação, em termos comerciais e em termos operacionais.

A decisão de importar, ao contrário de confinar internamente parece, também, não ter levado em conta aspectos importantes, racionais, que poderiam ter reorientado a política seguida. Se, por um lado, aos argumentos apresentados de que seria mais barato financiar o confinamento do que importar, as autoridades econômicas contrapõem argumento de que o mercado já aquecido, elevaria ainda mais seus preços, pela valorização intrínseca do boi de engorda e, por via de consequência, da cadeia produtiva de carne, não há como contestar que, da mesma forma, não foram atingidos os objetivos mais urgentes que a importação visava.

Edgard Pereira, em seu depoimento, reconheceu que

"...o confinamento era um dos elementos que seriam importantes para o segundo semestre."

Mas, o que ele queria era carne no mercado ainda no primeiro semestre, de modo a regular o preço, ainda na safra. Ocorre que a carne importada só foi colocada no mercado ao final do segundo semestre, época, em que, se houvesse sido financiado o confinamento, os animais

já, estariam sendo abatidos. Cai por terra, assim, mais um argumento que procura justificar a operação realizada.

Deparou-se, assim, com uma clara e evidente demonstração de decisão política e administrativa que não consultou os interesses nacionais e que fugiu aos mais mezinhos princípios de administração e de análise econômica, sob o estrito senso do interesse público.

Uma decisão tomada sem consulta ao setor afetado - o próprio Ministério da Agricultura e da Reforma Agrária não evidenciou a necessidade de importação - que trouxe, ao final das contas, enormes prejuízos ao erário, que consumiu divisas desnecessariamente, que possibilitou, pela forma de condução, possíveis desvios da legalidade e a ocorrência de fraudes, do que há evidentes indícios nas investigações até aqui realizadas.

Resolveu-se, enfim, parcialmente, a questão dos altos estoques de carne da CEE; resolveu-se a necessidade que tem o setor exportador brasileiro de carne, obtendo a continuidade do fluxo de exportação; resolveu-se, talvez, questões particulares, a partir de processos levados a efeito na contratação de corretores, supervisores, transportadores e armazenadores, mas gerando um passivo demasiadamente grande para a sociedade, já que se pagou mais por um produto que está, ainda nos dias de hoje, caro e que continuará a aumentar de preço mais e mais.

Trata-se, por fim, de uma evidente operação lesiva aos cofres públicos, patrocinada não sob o manto do autoritarismo ditatorial, mas sob o manto do autoritarismo arrogante, que não admite o diálogo e que se julga auto-suficiente demais para aceitar processos decisórios democráticos.

2.3. Do Caminho "Natural" de Reduzir os Preços pela Importação

Apresentados os pontos e argumentos ausentes da tese oficial, de modo a repor um mínimo de equilíbrio à abordagem do assunto, a tese governamental continua a merecer atenção por serem "estranhos" os aumentos de preços na safra quando, normalmente, deviam estar em descenso. Para tais casos, a complementação da oferta, por meio da importação, cai como uma luva, podendo, até, ser considerada como uma solução "natural".

A "naturalidade" do encaminhamento da solução dada ao problema merece ser contraposta a alguns fatos e elementos de convicção diversos. Não pode passar despercebida a atitude do Governo Federal frente à agricultura, na safra 90/91, e nada mais expressivo do que o resultado obtido, equivalente a pouco mais de 56 milhões de toneladas de grãos. A partir deste dado, as próprias autoridades já poderiam prever o que lhes esperaria a seguir. Safra curta significa pouca disponibilidade de estoques, pequeno período de tranquilidade de preços e outras consequências. Não fosse a recessão continuada, os problemas seriam ainda maiores. Assim, a implementação de planos salvacionistas, manipulando o financeiro e o monetário com baixo grau de conexão com os problemas da economia real e da produção; a alternativa às importações - sob o argumento de que o mercado externo é uma avenida de duas mãos - e o caminho da modernidade - podem representar um escárnio às instituições e à pobreza do País.

No quadro referencial dos últimos anos da economia brasileira, as importações de alimentos não podem ser consideradas elementos do pla-

nejamento nem da ordenação de um quadro de transformação do aparato produtivo; revelam, pelo contrário, improvisação e atitude de última hora. O abandono das alternativas seja pelo confinamento, seja por outras tecnicamente consistentes, em todas as ocasiões tem sido invocado por exigirem "amplos estudos". Isto é verdade mas quando serão implementados?

Ocorre que a orientação era importar e não procurar alternativas para regular o mercado (ver razões no item 11, Of. 849/CONAB, de 20/12/91). Aqui, a experiência mostra que mudam as autoridades políticas, mudam as orientações de governo mas permanecem intactos os mecanismos por onde parte da tecnoburocracia, de mãos dadas com certos cartéis, agem, utilizando-se do mesmo *script*. Trata-se, neste particular, daquilo que um dia foi denominado de "privatização dos negócios de Estado" no sentido de os mesmos passarem a ser realizados sob a ótica privada, instância que, mais do que nunca, tem abastecido o setor público de gestores e de administradores. Assim, decisões que, na aparência, respondem exclusivamente ao interesse público, acodem, em primeira instância, a interesses particulares que, se profundamente investigados, mal poderiam disfarçar sua face mesquinha e corruptora.

Porque, então, importar carne bovina? Seria inconsequente aquele que argumentasse com o fato de a importação não ser um instrumento de combate a altas de preços, mas daí atribuir a ela, isoladamente, o êxito do controle da sua alta exige, igualmente, dose relativamente reforçada de inconsequência. Para mostrar nosso raciocínio, vamos por partes.

No caso das carnes, a ninguém que tenha a responsabilidade de acompanhar o desenvolvimento e a aplicação das políticas econômicas do

setor é dado desconhecer o fato de o Brasil projetar-se, já há bastante tempo, como exportador líquido do produto, com reflexos importantes para a economia do país (na série 1970/91, este fato não foi confirmado apenas nos anos de 1978, 1979, 1986 e 1990). Dificuldade particular foi constatada no período 1988/90, quando as exportações nacionais caíram de 529 mil para 300 mil e 225 mil toneladas e as importações cresceram de, nesta mesma ordem, 22 mil para 120 mil e 271 mil toneladas, gerando, evidentemente, saldo negativo de 46 mil toneladas em 1990. Projetada esta tendência, o desempenho de 1991 poderia ter sido um verdadeiro desastre para o setor exportador de carne bovina.

Tendo em conta estes dados, e, em especial, o do triênio recente, acabam sendo muito reveladores os termos do Relatório de Viagem do Sr. João Mauro Boscherio quando, em viagem à Europa, no qual historia a negociação dos termos de compra das 100 mil toneladas de carne da CEE.

Por aquele documento constata-se que o Sr. Boscherio:

buscou nos representantes dos frigoríficos exportadores os seus companheiros de viagem e de negociação em Paris e em Bruxelas. Estiveram com ele, além do Diretor da CONAB, Nelmar de Castro Batista, os representantes dos frigoríficos ANGLO, BORDON, SÁDIA, e da ABIEC (pp 2 e 3). A propósito, o Sr. Dallari, representante da ABIEC, que viajou à Europa, acompanhando o Sr. Boscherio, havia negado, pela *Gazeta Mercantil* ("Governo fará importações da CEE", de Graça Silva), que sua instituição se faria presente às negociações em Bruxelas, com o argumento de que o interessado na importação era o Governo Federal!)

- afirma haver associação entre a importação pretendida e a negociação da cota Hilton, a renegociação das exigências sanitárias, a negociação do processo de "dumping" iniciada pelo Decex, contra a CEE.
- alega que a venda da carne tinha "caráter político", portanto não prevalecia o aspecto comercial da operação; e,
- entende que a importação daquela quantidade e naquele momento propiciaria "a necessária tranquilidade para nossas exportações".

Se foram acopladas as duas vertentes do argumento até então apresentado, quais sejam, a alta dos preços no mercado interno e a íntima associação da importação com a exportação, o cenário se ilumina para uma compreensão mais precisa dos mecanismos atuantes no caso. As altas de preços no mercado interno estavam associadas a especulações sobre a reativação do setor da exportação que, para se concretizar (o que efetivamente ocorreu, já que os dados mostram ter ela passado de 225 mil, em 1990, para 315 mil toneladas de carne bovina em 1991), dependia da remoção dos acima citados passivos com a CEE. Neste contexto, as altas de preço no mercado interno eram em tudo por tudo convenientes aos interesses dos exportadores, no mínimo para justificar a importação e, em o fazendo, permitir a continuidade e até, se possível, a intensificação do fluxo exportador, daí o acompanhamento feito à missão brasileira à Europa, durante as negociações para a referida importação.

Assim encaminhadas as negociações, tudo indica que saíram beneficiados diretamente os exportadores com fluxo garantido de receita em moeda forte e a CEE por desovar parte de seu imenso estoque de mais de 720 mil toneladas do produto (Anexo III, p. 3, do Ofício 620/CONAB).

No quadro mais amplo em que os interesses públicos e particulares, nacionais e estrangeiros, mostram uma conformação imbricada, o lote de 100 mil toneladas de carne importada funciona mais como uma peça do equacionamento dos interesses envolvidos do que expressão quantitativa do mercado à época.

A luz do art. 60. da Portaria Interministerial 657/91. (que não poderia ter sido aplicada pois a importação lhe antecedeu no tempo, mas que aqui é citada como referência para o raciocínio), teria sido razoável formar o estoque estratégico da carne com até 224 mil toneladas do produto importado (1/12 do consumo aparente anual de 2685 mil toneladas). Sendo assim, 100 mil toneladas é o número que, econometricamente, reduz o preço de mercado até seu nível "normal"? É quase certo que, pelas evidências documentais, pelos depoimentos, em particular o do Sr. Dallari, e pela experiência no trato com a matéria, as 100 mil toneladas, por ser produto de uma "negociação política" resolveu, em primeiro plano, os problemas tanto da CEE quanto o dos exportadores brasileiros e, em última instância, já sem graus de liberdade a explorar na equação assim montada, o do mercado nacional que, passado mais de um ano da gênese do problema original, ainda teve que utilizar a maioria esmagadora do produto para voltar ao equilíbrio. Entre outras consequências, salienta-se que o ajustamento de uma situação "problemática" ficou para o Governo Nacional ao se ver frente a um estoque por um tempo muito mais prolongado do que ele próprio previa (a proposta inicial era usar o estoque regulador nos 60 dias seguidos à decisão, ou seja, no 1º semestre de 1991).

2.4. DA FORMAÇÃO DO ESTOQUE REGULADOR: IMPORTAR OU COMPRAR INTERNAMENTE?

Para garantir o abastecimento normal da população, a Lei Agrícola (Lei 8174, de 17 de janeiro de 1991) estabelece em seu art. 31 que "o Poder Público formará, localizará adequadamente e manterá estoques reguladores e estratégicos, visando garantir a compra do produtor, na forma da lei, assegurar o abastecimento e regular o preço do mercado interno." Estes estoques, que contemplam, prioritariamente, produtos básicos, "devem ser adquiridos preferencialmente de organizações associativas de pequenos e médios produtores", conforme estabelece o § 3º do mesmo artigo. Na eventualidade de serem formados por importação, "os produtos agrícolas que receberem vantagens, estímulos tributários ou subsídios diretos ou indiretos no país de origem, desde que os preços de internação no mercado nacional caracterizem-se em concorrência desleal ou predatória, terão tributação compensatória, ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA" (art. 29, Lei 8174, de 1991).

Deste conjunto de citações, ressalta-se o seguinte:

- a. cabe ao Poder Público formar estoques reguladores e estratégicos de produtos básicos;
- b. tais produtos devem ser adquiridos preferencialmente junto as organizações associativas de pequenos e médios produtores, no mercado interno;
- c. ao apelar, eventualmente, para as importações, os produtos se sujeitam à tributação compensatória;

d. o Conselho Nacional de Política Agrícola, neste último caso, tem de ser ouvido preliminarmente.

As discussões que à época ocuparam parte do debate político e econômico centraram-se sobre a aplicabilidade ou não de tributação compensatória sobre a carne importada. Duas peças de natureza jurídica, uma da Procuradoria Jurídica da própria CONAB (PARECER PROJU/ADEST Nº 051/91, processo nº 0880/91, de 12/4/91) e outra, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PARECER PGEN/CAT/Nº 304/91, DE6/3/91), assumiram a defesa da inaplicabilidade da tributação tendo em conta os fins a que se destinava o produto importado.

Acompanhando a ordem dos elementos, anteriormente apresentada, nada há que ser colocado contra a formação de estoques reguladores e estratégicos por parte do Poder Público, sendo de todos conhecidas suas vantagens e conveniências.

Já com relação ao segundo ponto, esta CPMI permite-se discordar da posição assumida à época pela equipe econômica do Governo Collor. Valendo-se dos elementos disponíveis, não foi encontrado um único dado a assegurar ter sido exercida a opção de compra no mercado interno e, além do mais, preferência às organizações associativas de pequenos e médios produtores. É bem verdade que a posição assumida pela equipe econômica - "boicote" dos produtores - conduziria a rejeitar tal via pelo fato de a mesma poder excitar, ainda mais, os preços já elevados do mercado interno, na época da safra. Mas, sabendo-se dos mecanismos e das justificativas pelas quais, finalmente, a operação veio a ser concretizada, o apelo à formação do estoque com produto nacional certamente iria mostrar resultados diferentes. Ainda mais se a equipe efetivamente buscasse o cumprimento da lei então muito recentemente

promulgada (17/1/91) junto às organizações associativas de pequenos e médios criadores. Padece de um mínimo de consistência advogar a tese do "boicote" considerando o universo dos criadores nacionais. Em primeiro lugar, esta CPMI tem razões fundadas para refutar a idéia do "boicote" tal como já o fez anteriormente; segundo, só uma posição pré-concebida levaria alguém a aceitar que o tal "boicote" foi arquitetado pela numerosíssima categoria dos pecuaristas, considerados neste rol os muito grandes, os grandes, os médios e os pequenos. É quase impossível admitir que alguém sustente a tese de que os "pecuaristas", como categoria da produção, tivesse este grau de organização para deflagrar um "boicote". Ainda assim, é reconhecida a capacidade de pequenos mas fortes grupos manipularem, no curto prazo e de forma localizada, o mercado. Se fosse o caso, como parece ser este o espírito da lei, o Poder Público exerceria a preferência pelos pequenos e médios criadores, por meio de suas entidades associativas. Ocorre que isto não foi feito e, em não o fazendo, falece toda e qualquer razão ao Governo que sequer tentou o mecanismo previsto em lei.

Quanto à aplicação ou não de tributação compensatória, esta CPMI firma, aqui, sua posição a respeito da parte *in fine* do art. 29, da Lei nº 8.174, quando diz que na eventual aplicação da tributação compensatória, deve ser "ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA". Reconhecendo a argumentação e correspondente legislação referida nos dois pareceres que tratam da matéria, ressalva-se a menção de ambos à audição prévia do CNPA. Assim, do Parecer do CONAB, colhe-se:

"12. Claro está que naqueles casos de importação de produtos agrícolas, aos quais se aplique o art. 29 da Lei nº 8.174/91, deverá ser previamente ouvido o Conselho Nacional

de Política Agrícola - CNPA."

Já no Parecer da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional se lê:

"11. Na hipótese de importação de produtos agrícolas aos quais se aplique o art. 29, deverá ser previamente ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA, observados os prazos processuais que regem a aplicação de direitos compensatórios."

A documentação de posse desta CPMI não dá conta de o assunto ter sido previamente submetido ao CNPA. Nos termos da Lei, a competência do Conselho, ao ser ouvido, parece ser a de opinar pela aplicabilidade da tributação, ficando a decisão para o Ministro da Economia, Fazenda e Planejamento. O vício das decisões encapsuladas, tomadas por umas poucas autoridades, superou o espírito colegiado sugerido pela Lei recém-promulgada, tornando nulo o direito de pronunciamento do CNPA.

2.5. DOS PREÇOS ESTIMADOS E DE SUAS ATUALIZAÇÕES E COMPARAÇÕES

A primeira informação sobre preço do produto importado foi dada pelo Secretário Nacional de Economia, Sr. Edgard Pereira, em 9/2/91, quando anunciou que a carne chegaria ao País por CR\$ 3.000/arroba, posta no armazém (*Gazeta Mercantil*, de 9/2/91, como anexo do Of. s/n, do Sr. Nelmar de Castro).

Três semanas após, o Sr. Boschero apresentou uma planilha de composição de custos da importação, em anexo ao seu Relatório de viagem à Europa, na qual demonstra que o preço composto do produto importado

chegaria a CR\$ 3.921/arroba, inferior ao praticado de CR\$ 4.000/arroba. Para seu próprio conforto e alívio, o preço do produto importado mostrou-se inferior ao nacional, se bem que por margem muito pequena, correspondente a não mais do que 1,8%. Esta situação apontava para um grande risco comercial pois os vários problemas operacionais próprios deste tipo de operação poderiam levar o preço do produto importado a empatar e, até mesmo, a sobrepujar o nacional. Afora o risco comercial, conspirava contra a vantagem acenada a desvalorização relativa do produto importado por ser congelado (frente ao nacional, resfriado ou fresco) e por apresentar cortes que levam a um maior custo de manipulação e a perdas para adaptá-la aos gostos e preferências particulares do consumidor brasileiro.

Além disso, a referida comparação, salvo melhor juízo, afigurarse a esta CPMI como imprópria, já que a composição apresentada corresponde ao preço do produto internado no porão do navio, no porto de desembarque, não incorporando, assim, despesas de inspeção, supervisão, dessestiva e transporte até o armazém, condição indispensável para tornar comparáveis os dois preços. Isto porque o preço do produto nacional, tal como anunciado, corresponde ao peso-carcaça no frigorífico, ainda que as negociações de mercado se façam com o boi vivo. A consulta ao acervo da CPMI permite que, a grosso modo, se agregue até US\$ 100/tonelada dos serviços não computados pelo Sr. Boschero para a comparação, ou US\$ 1,5/arroba (ver anexo XIII ao Of. s/nº do Sr. Nelmar de Castro Batista). Neste caso, desde este momento, já seria possível evidenciar a gravosidade do negócio.

Já em abril de 1992, quase ao fim das apurações da Comissão, estimava-se que o preço do produto importado superava o do nacional em

200 dólares a tonelada, ou US\$ 1600/t do importado contra US\$ 1400/t do nacional (cf. relatório de técnicos da CONAB, apresentado à CPMI). Este diferencial que no início era menor, atingiu esta magnitude apreciável e deverá, no entender dos técnicos da área, crescer ainda mais com o tempo, tornando a gravosidade do produto insustentável, o que representa, clara e insofismavelmente, um brutal prejuízo à Nação, produto da imprevisão, teimosia e, possivelmente, da interveniência de interesses escusos de autoridades que, à época, poderiam ter tomado decisões diferentes. Isto explica, em grande parte, a razão de 95 mil toneladas (Anexo 01 à CT/PRESI s/n-CONAB, de 07/4/92, com posição do estoque em 31/3/92) estarem ainda nas mãos do Governo Federal representando um ônus financeiro de 19 milhões de dólares.

2.6. Aspectos Operacionais, Gerenciais e Decisórios da Importação

Como visto, a decisão política tomada, de importar as 100.000 toneladas de carne, constituiu-se em um desastre comercial, com evidentes prejuízos para a Sociedade.

Também contribuiu para este desastre, a questão gerencial, de administração e operacionalização da decisão.

Com efeito, o processo operacional foi caracteristicamente mal conduzido, incompetente ou interessadamente interessado em atrasos e erros.

Já, ao início, era de se prever a ocorrência de falhas no processo. Isto transparece no depoimento do Sr. Manuel Ferreira Nunes, dire-

tor da SUPERINSPECT, que disse "haver pensado, quando soube da intenção de uma possível importação, que não seria possível, já que o Brasil não apresentava condições para enfrentar tal desafio, por questões da mão de obra, da infra-estrutura dos portos, do calor tropical".

A se entender como verdadeiros os fatos relatados na Comissão, a operação como um todo foi caracterizada por inúmeras ocorrências que a definiriam como improvisada, mal planejada e mal executada.

Assim, o próprio processo decisório, a falta de processos licitatórios adequados, a ordem de serviços de inspeção sem contrato firmado, a forma de alocação do transporte terrestre e do armazenamento em território brasileiro - está, também, por longo período sem contratos - são características deste pouco caso com a eficiência dos controles e das formalidades administrativas. Seja por incompetência, seja por ato proposital - com outras intenções - a verdade é que administrativamente o processo deixou a desejar e está a exigir investigação mais profunda, que aclare e elucide os indícios existentes.

Além disso, é de se registrar enfaticamente que a falta de uma adequada política gerencial da operação, os desmandos cometidos agravaram sobremaneira os prejuízos intrínsecos que a operação causava à Sociedade.

Se a importação, em si, era ameaça ao setor pecuário nacional, se o preço final era prejudicial ao consumidor e à Sociedade - que está pagando o valor excedente - o atraso na execução da operação fez com que o Governo Federal iniciasse a colocação desta carne, no mercado interno, exatamente no início da safra seguinte. Daí ocorrerá que, talvez só se consiga colocá-la a quando da próxima entressafra, com preço final majorado pelos altos custos do armazenamento frigorificado.

Dessa forma, o Governo não só não obteve o efeito de deprimir os preços na safra (que era uma das intenções declaradas), como não abasteceu na entressafra - já que a carne chegou somente ao final do segundo semestre - como, ainda, tenta atrapalhar a comercialização da safra seguinte, colocando o produto à venda.

Somente ingênuos poderiam, de sua consciência, pensar que de janeiro/fevereiro de 1991 (quando foi tomada a decisão) a uma data ainda na safra 90/91 seria possível selecionar, contratar, comprar, embarcar, desembarcar e distribuir ao mercado brasileiro 100.000 toneladas de carne congelada. A prática provou, seja no Plano Cruzado, seja agora, que isto não é possível. Resta saber se o que se sobrepôs aí, foi a ingenuidade de homens experientes ou se a subjugação e a integração a interesses outros que não aqueles explicitados como justificativas.

2.7. A Questão das Taxas de Câmbio Utilizadas na Transação

Conforme consta da "planilha de custo básica" que a delegação brasileira trouxe de sua primeira viagem à Europa ao iniciar as negociações objetivando a importação das 100.000 toneladas de carne (de 20 a 27/02/91), o preço de compra - que, aliás constou do Edital de Licitação da CEE - foi de 485 ECU (a moeda da CEE), excluindo-se outros itens do custo de importação, discriminados naquela planilha.

Convertido para dólares, o preço da tonelada de carne correspondeu a US\$ 766,30, ou seja, 1 ECU = 1,58 dólar. Ocorre que, de acordo com os dados obtidos junto ao DEPEC/Banco Central do Brasil (veja ta-

bela abaixo), a taxa de conversão dólar/ECU, em final de fevereiro/91, era de 1,3501, caindo no final de março/91 para 1,2002.

TAXAS DE CONVERSÃO

Mês	Dólar/ECU	FF/ECU		FF/dólar	
(1991)	(final do mês)	média	final do mês	média	final do mês
Jan.	1,3819	6,9596	6,9639	5,1307	5,044
Fev.	1,3501	6,9673	6,9821	5,0394	5,177
Mar.	1,2002	6,9853	6,9796	5,4598	5,816
Abr.	1,1897	6,9687	6,9632	5,7594	5,852
Mai.	1,1925	6,9791	6,9760	5,8197	5,8465
Jun.	1,1337	6,9178	6,9629	6,0581	6,1445
Jul.	1,1751	6,9546	6,9795	6,0719	5,938

Fonte: DEPEC/BANCO CENTRAL DO BRASIL

Questionada sobre esta diferença das taxas de câmbio, a CONAB argumentou que há uma grande diferença entre "ECU financeiro" e "ECU carne".

Na realidade, o Edital de Licitação para a venda das 100.000 toneladas de carne ao Brasil, publicado pela CEE em 08/04/91, define o preço da tonelada como sendo 485 ECUs, correspondendo a 3.829,3806 francos franceses, considerando a taxa de câmbio naquela data de

1 ECU = FF 7,89563. Assim, existe, de fato, um valor para o "ECU carne" e outro para o "ECU financeiro" uma vez que este último equivalia a 1 ECU = FF 6,9687 (taxa média de abril/91), de acordo com o Banco Central do Brasil (ver Tabela).

Mas, se é verdade que o "ECU financeiro" é diferente do "ECU carne" o mesmo não se pode dizer da taxa de câmbio "franco francês/dólar". Neste caso, toma-se a taxa de mercado que, de acordo com a Tabela anterior, era FF 5,7594 por dólar (média de abril/91). Note-se que se está usando as taxas de abril porque este é o mês de referência do Edital de Licitação da CEE.

Deste modo, se 1 ECU = FF 7,89563 e se uma tonelada custa FF 3.829,3806 e se 1 dólar = FF 5,7594, conclui-se que o preço em dólares da tonelada de carne é igual a US\$ 664,89, em contraste com os US\$ 766,30 que aparecem na "planilha de custo básica".

Ao que parece, a CONAB usou o câmbio ECU/FF de abril/91 associado à taxa FF/US\$ de fevereiro/91, adotando para este último, o valor de FF 5,00 por dólar (aliás muito próxima à fornecida pelo Banco Central, para fevereiro/91, de FF 5,177).

Ocorre que o correto seria utilizar a taxa de abril/91 - data do Edital - quando um dólar teria comprado quantidade de francos próxima a 5,7594 (dato do Banco Central do Brasil) e não apenas 5,00 como o contrato estipulou.

Em assim procedendo - utilizar a taxa FF/US\$ de fevereiro e não a de abril - a CONAB promoveu o pagamento adicional de US\$ 101.41 por tonelada. Isto significou dispendir a mais, por uso incorreto da taxa de câmbio, um total de US\$ 10.141.000,00.

Por tudo isso e, ressalvando a existência de taxas diferenciadas para o câmbio da carne e do mercado financeiro, esta CPMI coloca ressalva no uso da taxa de câmbio entre o franco francês e o dólar americano de fevereiro no mês de abril.

2.8. Principais Pontos Levantados no Relatório de Inspeção do TCU

1. Objetivo: Atendimento à solicitação de informações sobre procedimentos operacionais adotados pela CONAB na importação de carne da Europa, formulada pelo Deputado Federal Ivandro Cunha Lima, na qualidade de Presidente da CPMI constituída para apurar responsabilidades daquela Companhia.

2. Introdução:

O relatório do TCU centra-se, basicamente, nas respostas às 10 (dez) questões formuladas pelo Presidente da CPMI, cuja síntese, quanto às conclusões a que aquele Tribunal pôde chegar, são apresentadas a seguir:

"1. VERIFICAR os procedimentos licitatórios adotados pela CONAB para contratação dos serviços técnicos destinados à seleção de empresas para os seguintes segmentos da operação de importação de car-

ne da Europa:

Empresa contratada**Serviços****SUPERINSPECT - Sup.Vist.Insp.Ltda****Supervisão e inspecção nos****portos nacionais e interna-
cionais.****INTERSEA/SADIA E ABTF****Despesas alfandegárias, ca-
patazias e frete interno.****ABIAF E OUTRAS EMPRESAS (Total 18)****Armazém no Brasil.****a) Quanto à contratação de serviços de supervisão:**

Da análise feita dos documentos referentes à contratação de empresas para realizar serviços de supervisão, na origem e no destino, de 100.000 toneladas de carne bovina congelada importada da Europa, tendo sido contratada a SUPERINSPECT, Supervisão, Vistorias e Inspeções S/C Ltda, o TCU constatou conclusivamente:

"- o procedimento licitatório utilizado não se enquadra nos preceitos contidos no Decreto-Lei nº 2300/86;

- a contratada, SUPERINSPECT, possuía informações valiosas acerca da operação, apresentando-se em desigualdade de condições com as outras concorrentes;

ob 18.374 - a exiguidade de tempo indicada no documento que dá início ao processo cai por terra se atentarmos para o fato de que o contrato de compra das 100.000 toneladas de carne congelada foi assinado em 24.04.91, com a SOCOPA INTERNATIONAL;

ob 18.375 - agrava-se ainda mais a precariedade do fator tempo como alegação de emergência para não haver licitação, nos termos do Decreto-Lei nº 2300/86, se verificarmos que as negociações para a referida compra tiveram início em fevereiro/91, e, posteriormente, em 12.04.91, foi publicado, no veículo oficial de publicidade da Comunidade Econômica Européia, o edital contendo as regras para a venda da carne ao Brasil;

ob 18.376 - caso tivessem sido tomadas as medidas cabíveis no desenrolar das negociações, o prazo de que a CONAB dispôs para contratação da empresa de supervisão teria sido suficiente para a realização, até, de tomada de preços, dado o valor envolvido na operação (US\$ 4,80 por ton. métrica na Europa e Cr\$573,00 por ton. métrica no Brasil, valores esses contratados com a SUPERINSPECT);

ob 18.377 - como consequência da não utilização de processo licitatório nos moldes do Decreto-Lei nº 2300/86, ficaram prejudicados os princípios básicos de igualdade e publicidade, previstos no referido instrumento legal (art. 39), bem como o procedimento e o julgamento utilizados não forma os mais adequados para operação de tamanho vulto (arts. 31, 32, 36 e 37);

- constatamos, ainda, a inobservância do 1º do art. 51 do Decreto-Lei nº 2300/86, uma vez que não houve publicação do instrumento de contrato;

- com o atraso na elaboração de aditivo, houve pagamento sem cobertura contratual, infringindo, assim, o 2º do art. 51 do Decreto-Lei nº 2300/86."

b) Quanto à contratação das empresas coordenadoras:

A esse respeito, o relatório do TCU afirma que, em 05.07.91, o Diretor de Operações da CONAB encaminhou ao Presidente da Companhia expediente solicitando ratificação da dispensa de licitação para a contratação das empresas coordenadoras, em cumprimento ao disposto no art. 24 do DL 2300/86 sob o principal argumento de "... que a necessidade de o governo intervir no mercado, objetivando a normalização do abastecimento e consequente regularem dos preços, aliada à emergência da situação, caracterizada pela premente necessidade de se transportar a carne dos portos aos armazéns de destino com rapidez e eficiência, sob pena de o produto perecer...".

Na avaliação do TCU, não parece aplicável às contratações em exame nenhum dos incisos legais invocados. Primeiro, porque havia tempo mais do que suficiente para a adoção das providências legais. Segundo, porque toda e qualquer contratação vinculada à política de formação de estoque regulador não pode invariavelmente ser admitida como caso de dispensa de licitação.

No que toca especificamente aos contratos firmados entre a CONAB e a ABTF, a Sadia Trading S/A e a Intersea Agência Marítima Ltda, o TCU diz: "Ao lado da má formalização dos processos administrativos por nós compulsados (ausência de numeração nas folhas, documentos avulsos, contratos sem data, etc.), cabe registrar a inobservância de disposições do Decreto-Lei nº 2300/86 na formalização dos referidos contratos, em especial:

- falta de referência ao número do processo da licitação ou da dispensa e sujeição dos contratantes às normas do Decreto-Lei nº 2300/86 (art. 51);

- não publicação resumida do instrumento de contrato (art. 51);

- atribuição de efeitos financeiros retroativos, caracterizada pela execução de serviços sem cobertura contratual (art. 29).

Ressalta, ainda, o TCU que os instrumentos firmados com a ABTF e a SADIA não estão datados, enquanto o contrato com a INTERSEA, embora datado de 05.06.91, só foi encaminhado à firma para assinaura em 10.10.91.

Ainda no entendimento daquele Tribunal, ao lado das irregularidades na formalização dos instrumentos contratuais, a CONAB in-

fringiu também nessas contratações o art. 29 do Decreto-Lei 2300/86, bem como o princípio básico da publicidade, estabelecido no art. 39 daquele Decreto-Lei.

c) Quanto à contratação de Unidades Armazenadoras:

Neste aspecto, o TCU afirma que foram encontradas as mesmas irregularidades e falhas verificadas na contratação das empresas coordenadoras, concluindo, adicionalmente: "— De fato, os problemas surgidos nessa área, como contratações emergenciais e redirecionamento do produto para áreas geográficas não previstas inicialmente (por exemplo, estocagem em Brasília e Uberlândia), são em sua maioria decorrentes da não confirmação das expectativas do mercado consumidor, gerando um excedente a ser armazenado com o insucesso dos leilões já realizados, em face da queda do poder aquisitivo motivada pela recessão econômica."

"2. VERIFICAR os procedimentos licitatórios adotados pela CONAB para contratação de Trading "Socopa International", como vendedora do produto à CONAB, funcionando como representante de um "pool" de outras empresas, onde não foi realizado o Edital/Concorrência da "CEE", recomendado pela Secretaria Nacional de Economia pelo Of.SNE nº 092 de 07.03.91. Verificar o documento do acordo (Pool) e a documentação externa da aquisição para aferir a adoção do preço contratado."

O relatório do TCU diz que as negociações para a importação das 100.000 ton. de carne bovina congelada tiveram início em fevereiro/91, após autorização do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento para que a CONAB tratasse do assunto.

Com vistas a manter os primeiros contatos com a CEE a delegação brasileira fez duas viagens à Europa, nos períodos de 20.02.91 a 27.02.91 e 23.03 a 28.03.91, sob a presidência do Sr. João Mauro Boschero, Presidente da CONAB.

Uma das conclusões apresentadas no Relatório de Viagem da delegação é que, dado o volume da carne importada, não haveria condições para um exportador, isoladamente, atender a venda, concluindo-se pela necessidade de se ter uma empresa que coordenasse o "pool" de exportadores - que facilitaria o controle por parte da CONAB - empresa esta que, na opinião da CONAB - deveria ser escolhida pelas próprias empresas participantes.

A escolha recaiu na SOCOPA INTERNATIONAL - contatada pela delegação brasileira já por ocasião de sua primeira viagem à Europa, não tendo havido, conforme afirma o relatório do TCU, qualquer tipo de licitação na contratação da responsável pelo "pool".

"3. VERIFICAR se a CONAB está pagando armazenagem do produto no exterior a partir de 04 meses da assinatura do contrato conforme recomendação da SNE (Secretaria Nacional de Economia), e programação de embarque assumida pela "SOCOPA" no contrato. (de 20.05.91 a

20.09.91). Verificar se o contrato com a SOCOPA prevê cobrança de multa pelo descumprimento. E o porquê da aceitação de altas taxas/multas de "demourrages".

Segundo o TCU, não se constatou qualquer encargo à CONAB por conta de armazenagens no exterior. Também não está prevista multa por descumprimento contratual. No que concerne às taxas e multas de "demourrages" (multa por atraso na descarga de navio), o contrato prevê até US\$ 8.000,00 por dia de atraso, dependendo da capacidade dos navios e das condições do porto de desembarque.

"4. VERIFICAR se a CONAB realizou reserva e pagamento de espaço de armazenagem no Brasil, com pagamento de câmaras vazias fora da programação estabelecida no contrato de compra. Comparar o luxo real entrado contra a contratação de espaço."

O TCU não apontou nada de irregular neste aspecto.

"5. VERIFICAR pagamento de "demourrages" (multa por atraso na descarga de navios) contratados pela SOCOPA sem anuência e critério da CONAB, considerando que a compra foi "C & F" (custo e frete). Conforme contrato de aquisição que estipulou multa de US\$ 8.000,00 por dia entre vendedor e armador."

Segundo o TCU, até o dia 06 de dezembro, só havia sido encaminhado pela SOCOPA à CONAB o fechamento da operação concernente a 08 (oito) navios, constatando-se que apenas dois não haviam incorrido em

"demourrages", com a operação de descarga dos demais navios apresentando até aquela data um encargo para a CONAB de US\$ 262.560,90.

"6. VERIFICAR quantidades compradas e recebidas nos portos e depois, nas câmaras dos frigoríficos brasileiros. Comparar para apurar quebras, avarias e furtos e se estão acobertadas por seguro."

Até a data da apuração pelo TCU não havia elementos suficientes para uma conclusão definitiva quanto às quantidades compradas e recebidas. Quanto ao seguro, ao que consta, tudo estava regular.

"7. VERIFICAR contrato com o banco "CREDIT LYONNAIS" para análise das condições, juros e descaixe contratados pela CONAB."

Segundo o TCU, a obtenção do financiamento para a operação em exame ficou a cargo das empresas que constituíram o "pool" de vendedoras. Efetivamente, financiaram a compra as seguintes instituições de crédito: NBM - Bank Paris; Banque San Paolo Paris; CNCA - Caisse Nationale de Credit Agricole e BTFCE - Banque Française de Commerce Extérieur.

O TCU não menciona nada sobre as condições do financiamento.

"8. VERIFICAR pagamento de comissão às Bolsas de Mercadorias, analisando o contrato."

Segundo apurado pelo TCU, para as carnes vendidas em bolsas é paga uma comissão de 0,5% (meio por cento) a título de remuneração pela administração e organização dos pregões. O percentual incide sobre o valor da mercadoria vendida, ICMS. Tal remuneração está prevista na Resolução nº 092, de 24.04.91, da Diretoria Executiva da Empresa, constando expressamente nos contratos firmados entre a CONAB e as Bolsas de Mercadorias.

"9. VERIFICAR o custo real do produto, considerando preço C & F e todas as despesas complementares, comparando se o preço vendido nas Bolsas cobre o custo total (Despesas: supervisão, demurrages, seguro marítimo, operadoras nos portos para despachos, capatazias e fretes internos, armazenagem na origem e destino, encargos financeiros bancários do empréstimo, comissão de vendas, despesas administrativas e operacionais e rateio das despesas futuras até o final da operação."

Segundo o TCU, para o acerto de contas com o Tesouro Nacional a CONAB está adotando como custo do produto vendido o preço de remição calculado pelo Banco do Brasil S/A.

Quanto à mercadoria vendida nos meses de setembro, outubro e novembro, segundo apurou o TCU, o prejuízo das operações já montava em Cr\$ 3.679.126.180,00.

"10. VERIFICAR o mecanismo de compra na "CEE", apurando preço pago em "ECU" (moeda da CEE) e adição de custos no exterior, analisando o preço da planilha básica da CONAB com a guia de importação. Ve-

verificar valor do "ECU" à época e concessão de margem para a SOCOPA. Verificar junto ao Min. da Economia e Min. da Agricultura e Reforma Agrária, dados e informações pertinentes ao preço de compra na CEE, na época de aquisição. Verificar o processo de autorização da aquisição/importação (procedimentos e datas)."

De acordo com o que o TCU apurou, o Relatório da 1ª viagem da delegação brasileira à Europa detalha a ação da CEE e seu estoque regulador, em torno de 720.000 tons. de carne e o resultado da reunião com a Comunidade que, em síntese, confirma a disposição da CEE em vender ao Brasil as 100.000 tons. de carne ao preço mínimo de abertura do leilão: 483 ECU/ton. para a carne com osso. Também informa o desejo da CEE em vender parte da carne desossada.

No Relatório da 2ª viagem (de 23 a 28.03.91) são especificados os detalhes dos resultados obtidos com as reuniões efetuadas.

2.9. Outros Aspectos a Considerar

a) Dispendio Adicional de Divisas

O Relatório de viagem do Sr. Boschero, de 28/2/91, dá como certa a liberação, pela CEE, de 100 mil toneladas de quartos compensados de bovinos, com osso, para o Brasil. Já a Nota GM 001, de 07/3/91, da Sra. Ministra do MEFP, autoriza a compra da carne, nos termos do referido relatório. Ocorre que o Regulamento 910/91, de 11/4/91 (p. 31, anexo

XX do Of. nº 620), da CEE, fixa a venda de 80 mil toneladas de carne com osso e 20 mil de carne desossada. A explicação desta mudança deve-se ao fato de a origem deste último produto ser a Irlanda, país afetado pela Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB) ou "mal da vaca louca". Ainda assim, a autorização de compra foi alterada e, em função desta alteração, o País teve um dispêndio adicional de divisas, derivada da diferença de preços entre os dois tipos de produtos, correspondente a 5,9 milhões de dólares (US\$ 1460 - US\$ 1465 por tonelada).

b) Divergência entre mapas de vendas

Os ofícios nº 849, em seu item 9 e o nº 850 informaram a esta CP-MI terem sido vendidas, até 13 de dezembro de 1991, 5.133,1 toneladas de carne. Já o Ofício s/n, do Sr. Nelmar de Castro Batista, à p. 40 do Anexo XX, informa que as vendas tinham alcançado a marca de 2565,3 toneladas no dia 31 de dezembro do mesmo ano.

c) Desclassificação da SGS e contratação da SUPERINSPECT

Das empresas convidadas a participar da operação de inspeção e supervisão da carne a CONAB manteve a discussão de preços com a SGS e SUPERINSPECT. Os Srs. Nelmar e Roschero, em resposta a apurações promovidas pelo Tribunal de Contas da União (Of. s/n, de 10/1/92, itens 14 a 21), justificam a não existência de processo licitatório na escolha daquela última devido à desclassificação da SGS pelo fato de a empresa negar-se a receber o devido pelo trabalho na fase do embarque em portos europeus, em moeda nacional, vale dizer, cruzeiros. Estavam.

assim, atendendo ao preceito legal de visar os contratos firmados em território nacional na moeda corrente do País. Ocorre, entretanto, que tanto o contrato com a SUPERINSPECT quanto o respectivo aditamento de majoração de preços (processo nº 1694/91, anexo ao Of. 851) consagram o preço dos serviços no embarque em dólares norte-americanos e o dos no desembarque em porto nacional em cruzeiros.

3. CONCLUSÕES

As conclusões desta Comissão estão baseadas nas diversas apurações levadas a efeito e buscam sumarizar os principais aspectos interpretativos levantados no Relatório, objetivando apontar caminhos para permitir os necessários desdobramentos após o encerramento das atividades específicas da Comissão.

1. De uma maneira geral, pode-se concluir que a operação de importação de 100 mil toneladas de carne bovina da CEE, realizada pelas autoridades brasileiras em 1991, a partir de negociações conduzidas pelos Srs. João Mauro Boschero e Nelmar de Castro Batista, respectivamente Presidente e Diretor de Operações da CONAB, foi um desastre comercial e caracteriza-se como uma operação danosa aos cofres públicos brasileiros e à sociedade.

2. A autorização de importação, por parte da Sra. Zélia Cardoso de Mello, Ministra da Economia, Fazenda e Planejamento, com base nas providências tomadas pelo Sr. Edgard Pereira, Secretário Nacional de Economia, desconheceu os mandamentos legais preliminares, estabelecidos na Lei Agrícola (Leis 8.171 e 8.174, de 1991), pela qual haveria que ser dada preferências às organizações associativas de pequenos e

médios produtores e, também, ser ouvido o Conselho Nacional de Política Agrícola - CNPA, para que se consumasse a operação.

3. A importação não atendeu a praticamente nenhum dos objetivos explicitados como suas justificativas oficiais. Não internalizou carne no mercado brasileiro para baixar os preços aos consumidores durante o primeiro semestre de 1991, não abasteceu o mercado brasileiro de carnes nem mesmo durante a entressafra - mesmo porque o mercado não exigiu este adicional - e não se constituiu, na prática, em efetivo estoque regulador ou estratégico.

4. O planejamento global da operação foi deficiente, já que ao se propor a constituir-se em um enfrentamento ao setor produtivo - que, segundo a justificativa oficial, ensaiava um boicote ao Plano Collor II - a importação destinava-se a colocar carne no mercado interno ainda no primeiro semestre de 1991, o que não ocorreu, já que isto só pôde ser feito ao final do segundo semestre, ao final da entressafra. Em seu planejamento desconheceu-se, talvez intencionalmente, as intransponíveis dificuldades que se enfrentaria para atingir tal objetivo no tempo certo, dificuldades estas sabidamente conhecidas.

5. O processo decisório que levou à importação foi influenciado por setores estranhos ao objetivo explicitado e há indícios de ter atendido mais prioritariamente a interesses privados e menos aos interesses públicos. Neste particular, ressalta-se preponderantemente o setor exportador de carne bovina do País que, assim, conseguiu manter ininterrupto o fluxo de exportação do produto - pela ação importadora bancada pelo Poder Público - e a CEE que desovou quantidade expressiva de seus altos e volumosos estoques.

6. O preço final do estoque adquirido, incluídos aí o preço de compra do produto e as despesas de corretagem, estiva e desestiva, fiscalização, demurrage, portuárias, transporte, armazenamento e outras, mostra-se excessivamente alto em relação ao mercado interno, estimando-se que, hoje, no mínimo, tenha acarretado um prejuízo de mais de 19 milhões de dólares à sociedade, o qual tenderá a crescer devido aos altos custos de armazenamento da carne congelada, que não está tendo saída e não a terá, muito provavelmente, no mercado interno.

7. Há indícios que, dado o acudamento e a falta de adequado planejamento para a execução da operação, tenham permitido a ocorrência de variados desvios nos processos administrativos conduzidos pela CO-NAB para sua concretização. Destacam-se, dentre eles, aspectos relativos ao processo licitatório, à execução dos contratos e a questões cambiais, conforme apontado no Relatório do TCU aqui sintetizadas:

a) o procedimento licitatório utilizado para a contratação da empresa para a prestação de serviços de supervisão - no caso, a SUPERINSPECT - não obedeceu os preceitos contidos no Decreto-lei nº 2.300/86 - que regula a matéria, não se justificando os argumentos sobre a exiguidade do tempo e o caráter emergencial da operação.

b) Da mesma forma, foram constatadas irregularidades na formalização dos instrumentos contratuais das empresas coordenadoras da operação, no Brasil, - parti-

cularmente, da ABIF e da SADIA - inclusive com atribuição de efeitos financeiros retroativos, caracterizado pela execução de serviços sem cobertura contratual.

c) A escolha da empresa exportadora - que coordenaria o "pool" de empresas participantes da Europa - no caso a SOCOPA INTERNACIONAL - ocorreu sem qualquer tipo de licitação.

d) Por uma série de falhas na administração e ordenação na descarga de navios, foi apurado que, até 06.12.91, somente haviam sido fechadas as operações referentes a 8 (oito) navios, dos quais apenas 2 (dois) não haviam incorrido em "demurrages" (multa por atraso na descarga de navios), com a operação de descarga dos navios apresentando até aquela data um encargo para a CONAB de US\$ 262.560,95.

e) Quanto à venda interna da mercadoria, o TCU apurou que somente nos meses de setembro, outubro e novembro/91 o prejuízo das operações já montava a Cr\$ 3.679.126.160,00.

8. O uso incorreto da taxa de câmbio, por parte da CONAB, contrariando a compra por pela taxa de franco x dólar referente a fevereiro, quando deveria ter utilizado a taxa de abril, representou um prejuízo da ordem de, no mínimo, US\$ 10 milhões.

4 RECOMENDAÇÕES

Para que os resultados e conclusões desta CPMI tenham a efetividade que o assunto merece e atinja os objetivos colimados, de esclarecer definitivamente os fatos, recomenda-se que este Relatório, uma vez aprovado, seja encaminhado:

a) Ao Ministério Público, como disposto no art. 58, § 2º da Constituição Federal, para aprofundar e complementar as investigações já realizadas de forma a, se for o caso, promover a responsabilidade civil ou criminal dos infratores.

b) Ao Tribunal de Contas da União, para dar prosseguimento às inspeções preliminares já realizadas a pedido desta CPMI de forma a dar cumprimento ao que preceitua o art. 71 da Constituição Federal.

c) Ao Poder Executivo para conhecimento, eventuais providências e como subsídios a serem levados em conta em futuras decisões semelhantes.

É O PARECER

Deputado RONALDO CAIADO, Presidente
 Senador RONAN TITO, Relator
 Senador RONALDO ARAGÃO
 Senador MAGNO BACELAR
 Deputado FÁBIO MEIRELLES
 Senador JUTAHY MAGALHÃES
 Deputada ETEVALDA GRASSI DE MENEZES
 Senador RUY BACELAR
 Deputado WERNER WANDERER
 Deputado JURANDYR PAIXÃO
 Deputado WILSON MOREIRA
 Deputado WILMAR PERES
 Deputado ARNO MAGARINOS
 Senador MOISÉS ABRÃO
 Deputado PAULO PORTUGAL
 Deputado ABELARDO LUPION
 Senador JOSÉ RICHÁ

ANEXO

Parte A - A Comissão teve a seguinte composição:

Presidente: Deputado IVANDRO CUNHA LIMA

Vice-Presidente: Deputado RONALDO CAIADO

Relator: Senador JOÃO ROCHA

TITULARES

SENADORES

DEPUTADOS

MANSUETO DE LAVOR.....	PMDB	RONALDO CAIADO.....	BLOCO
RONALDO ARAGÃO.....	PMDB	ARNO MAGARINOS.....	BLOCO
RONAN TITO.....	PMDB	WERNER WANDERER.....	BLOCO
RUY BACELAR.....	PMDB	ABELARDO LUPION.....	BLOCO
ÉLCIO ALVARES.....	PFL	ETEVALDO G. DE MENEZES	PMDB
JOÃO ROCHA.....	PFL	IVANDRO CUNHA LIMA.....	PMDB
GUILHERME PALMEIRA.....	PFL	JURANDIR PAIXÃO.....	PMDB
TEOTÔNIO VILELA FILHO..	PSDB	BETH AZIZE.....	PDT
JOSÉ RICHARTE.....	PSDB	PAULO PORTUGAL.....	PDT
MAGNO BACELAR.....	PDT	FÁBIO MEIRELLES.....	PDS
NEY MARANHÃO.....	PRN	RUBENS BUENO.....	PSDB
MOISÉS ABRÃO.....	PDC	PEDRO TONELLI.....	PT
LUCÍDIO PORTELA.....	PDS	FRANCISCA AVELINO.....	PDC
MARLUCE PINTO.....	PTB	WILMAR PERES.....	PL
EDUARDO SUPLICY.....	PT		

SUPLENTE

ALFREDO CAMPOS.....	PMDB	DÉLIO BRÁS.....	BLOCO
ALUIZIO BEZERRA.....	PMDB	PEDRO ABRÃO.....	PMDB
ANTÔNIO MARIZ.....	PMDB	PINHEIRO LANDIM.....	PMDB
DARIO PEREIRA.....	PFL	AROLD GÓES.....	PDT
HYDECKEL FREITAS.....	PFL	FETTER JUNIOR.....	PDS
JUTAHY MAGALHÃES.....	PSDB	WILSON MOREIRA.....	PSDB
JONAS PINHEIRO.....	PTB	LUIZ GUSHIKEN.....	PT
LAVOISIER MAIA.....	PDT	JONAS PINHEIRO.....	BLOCO
ÁUREO MELLO.....	PRN	VAGO	

Parte B - A Comissão, desde sua instalação, observou a seguinte cronologia:

- Em 04.09.91, foi instalada a Comissão
- Em 04.09.91, foi prorrogado o prazo da Comissão por 90 dias, de acordo com o Requerimento nº 736/91-CN
- Em 10.09.91, foram indicados para comporem a Comissão os Senhores Deputados Ronaldo Caiado e Jonas Pinheiro, Titular e Suplente, respectivamente, de acordo com o Ofício SGM/p 732.
- Em 10.09.91, foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Ivandro Cunha Lima e Ronaldo Caiado. Foi designado Relator da Comissão o Senhor Senador João Rocha.

Em 18.09.91, foram indicados para comporem a Comissão os Senhores Deputados Paulo Portugal e Arnaldo Góes, Titular e Suplente, respectivamente, de acordo com Ofício SMG/p 749.

- Em 19.09.91, foi tomado depoimento do Senhor Pedro de Camargo Neto, Presidente da Sociedade Rural Brasileira.

- Em 26.09.91, foi apresentado e aprovado o roteiro de trabalhos da Comissão.

- Em 03.10.91, foi indicado para integrar a Comissão o Senhor Deputado Jurandir Paixão em Substituição ao Senhor Deputado Neuto de Conto, de acordo com Ofício GAB/E/nº 407/91 da Liderança do PMDB.

- Em 10.10.91, foram tomados os depoimentos dos Senhores Dr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura - CNA e Dr. Olacyr de Moraes, Produtor de grãos no Brasil.

- Em 24.10.91, Reunião de trabalhos.

- Em 07.11.91, Reunião de trabalhos.

- Em 27.11.91, foi prorogado o prazo da Comissão por 90 dias, de acordo com o Requerimento nº 795/91-CN.

- Em 25.02.91, foi tomado o depoimento do Sr. Deputado Odacir Klein, Presidente da FECOTRIGO.

Em 12.03.92, foi tomado o depoimento do Dr. Manoel Pereira Nunes, Presidente da SUPERTNSPECT.

Em 19.03.92, foi tomado o depoimento do Dr. José Pedro Gonzales, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária.

- Em 25.03.92, reunião secreta destinada a ouvir esclarecimentos do Dr. Onésimo Graca Sousa, Delegado de Polícia Federal.

- Em 14.04.92, foi tomado o depoimento do Dr. José Milton Dallari, Diretor Executivo da ABIEC.

- Em 22.04.92, foram tomados os depoimentos dos Senhores Dr. Itacil Gonzalves Ganero, Presidente do Sindicato da Indústria do Frio do Estado de São Paulo e Dr. Neimar de Castro Batista, ex-Diretor de Operações da CONAB.

- Em 23.04.92, foram tomados os depoimentos dos Senhores Dr. Edgar Antônio Pereira, ex-Secretário de Abastecimento e Preços do Ministério da Economia e Dr. Mauro Boscherio, ex-Presidente da CONAB.

Em síntese, as providências adotadas junto aos órgãos e entidades afins, visando subsidiar os trabalhos da Comissão foram os seguintes:

Parte C - Ofícios Expedidos pela CPMI/CONAB

008/91	02.10.91	Dr. João Mauro Roschero - Presidente da CONAB	Solicitação de informações referentes à compra de 100 mil toneladas de carne propostas feitas à CONAB, Tabela de tarifas, negociação de estoques. Política de seguros. Encefalopatia.
009/91	02.10.91	Dr. Alceni Guerra Ministro de Estado da Saúde	Solicitando assessoramento técnico-científico.
010/91	17.10.91	Dr. Antônio Cabrera Mano Filho, Ministro de Estado da Agricultura e Reforma Agrária	Solicitando informações referentes à carne importada da CEE, sujeita a contaminação por Encefalopatia.
013/91	24.10.91	Ministro Ademar Paladini Ghisi, Presidente do TCU	Solicitando colocar dois assessores à disposição da CPI.
015/91	24.10.91	Dra. Stela Cals, Presidente da FIOCRUZ	Solicitando técnicos da FIOCRUZ, para prestar assessoramento à CPI.
016/91	04.11.91	Dr. João Mauro Roschero, Presidente da CONAB	Solicitando informações sobre a Sociedade de Armazéns Gerais de Goiás.
S/N	31.10.91	Dr. Francisco Resek, Ministro de Estado das Relações Exteriores	Solicitando informações referentes às importações de carne da CEE.
S/N	31.10.91	Dr. José Pedro Gonzales Secretário Nacional da Defesa Agropecuária	Solicitando informações referentes a Instrução Normativa nº 02/91 - SNAD.
017/91	07.11.91	Ministro Adhemar Paladini Ghisi, Presidente do TCU	Atendendo solicitações feitas pelo TCU, contidas no aviso TCU/GP nº 626/91 de 04.11.91.

- 020/91 21.11.91 Dr. Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral do Senado Federal Solicitando expedição de passagens aéreas no trecho BSB/REFICE/BSB e pagamento de diárias para assessores da CPI.
- 021/91 22.11.91 Dr. Célio de Souza, Diretor da Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados Indicando Assessores da Câmara dos Deputados para comporem Comissão de Diligências em Recife.
- 022/91 22.11.91 Juiz de Direito da Justiça Federal do Estado de Pernambuco Solicitando auxílio no sentido de viabilizar o êxito das diligências em Recife.
- 023/91 22.11.91 Dr. Ayrton Marques Mendes Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal Solicitando auxílio no sentido de viabilizar o êxito das diligências no Estado de Pernambuco.
- 024/91 22.11.91 Dr. Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral do Senado Federal Solicitando expedição de passagens aéreas no trecho BSB/REFICE/BSB, para o Sr. José N. Cadermatori.
- 025/91 09.12.91 Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB Solicitando informações acerca da matéria publicada na revista "Isto é Senhor", nº 1156 sob o título "Importação Podre".
- 026/91 09.12.91 Dr. Francisco Roberto Grus, Presidente do Banco Central do Brasil Solicitando informações sobre os valores de ECU.
- 027/91 09.12.91 Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB Solicitando informações sobre a SOCOPIA, Fixação de margem de US\$ 40 por tonelada métrica, Acordo de viabilização da compra de carne feita pela CONAB, Armazenamento da carne, Exame de radioatividade, Financiamento para aquisição da carne, Montante vendido, toque, Consumo, Desossa, etc.

- 028/91 - 09.12.91 Dr. João Mauro Boschero, Presidente da CONAB Solicitando informações sobre os estoques de carne importada, Colocação no mercado, Câmaras frigoríficas que abrigarão a carne e Estoques de grãos disponíveis.
- 031/91 - 19.12.91 Dr. Romeu Tuma, Diretor Geral do DPF Encaminhando requerimento de denúncias, solicitando adoção de medidas a elucidação dos fatos.
- 035/92 - 25.02.92 Dr. Romeu Tuma, Diretor Geral do DPF Complemento às informações contidas no ofício nº031/91 CPMI/CONAB.
- 036/92 - 12.03.92 Dr. Romeu Tuma, Diretor Geral do DPF Encaminhando cópia do depoimento do Sr. Manoel Ferreira Nunes, Diretor da SUPERISNPECT, prestado na reunião de 12.03.92.
- 038/92 - 23.03.92 Dr. Paulo Roberto Cunha, Presidente da CONAB Solicitando informações referentes às 100 mil toneladas de carne importada da CEE.
- 039/92 - 23.03.92 Dr. Romeu Tuma, Diretor Geral do DPF Solicitando Autorização para o Delegado Onésimo das Graças Sousa, prestar esclarecimentos aos Membros da Comissão sobre fatos relacionados com as investigações que preside. (CPI/CONAB).
- 041/92 - 14.04.92 Dr. Paulo Roberto Cunha, Presidente da CONAB Solicitando que designe três técnicos, para auxiliarem nos trabalhos da Comissão.

Em contrapartida, a CPMI recebeu a seguinte documentação:

OF. Nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
1453/ASSES	08.10.91	Dr. Theo Pereira da Silva Diretor da Assessoria do Senado Federal	Em atenção ao ofício nº 004/91-CPMI/CONAB, in- forma da impossibilidade de designar Assessores para auxiliar a Comissão.
105	21.10.91	Dr. Célio de Souza, Dire- tor da Assessoria Legis- lativa da Câmara dos Depu- tados	Em atenção ao ofício nº 003/91-CPMI/CONAB, indican- do dois Assessores Legisla- tivos para auxiliar nos trabalhos da CPI.
620	23.10.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 008/ 91-CPMI/CONAB.
621	23.10.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 003/ 91-CPMI/CONAB.
633	31.10.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Complementando anexos XII e XIII do ofício nº 620, de 23.10.91, remetendo laudos de emissão do Instituto de Radioproteção e Dosimetria.
626/TCU/GP	04.11.91	Ministro Adhemar P. Ghisi Presidente do TCU	Em atenção ao ofício nº 13/ 91-CPMI/CONAB, sobre quais as inspeções e auditorias a serem realizadas.
683	12.11.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Em atenção ao ofício nº 16/ 91-CPMI/CONAB, sobre os Ar- mazéns Gerais de Goiás.
700/PRESI	21.11.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Cópia do ofício encaminha- do ao Diretor da revista "ISTO É Senhor", de 20.11.91.

701/PRESI	21.11.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Referência a matéria publicada na revista "Isto é Senhor", de 20.11.91.
S/N	21.11.91	Deputado Ronaldo Caiado Vice-Presidente da CPMI/ CONAB.	Requerimento solicitando a realização de diligências no Porto de Recife-PE.
686	22.11.91	Dr. Lourenço Vieira da Silva, Ministro Interino da Agricultura e Reforma Agrária	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 010/91-CPMI/CONAB.
755	25.11.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Encaminha documentos conforme ofícios: CONAB/620 de 23.10.91; CONAB/621 de 23.10.91; CONAB/633 de 31.10.91; CONAB/639 de 12.11.91; CONAB/683 de 12.11.91.
682/TCU/GP	28.11.91	Ministro Adhemar P. Ghisi Presidente do TCU	Encaminha cópia da Decisão nº 384/91 - Plenário, Relatório e voto do Ministro Luciano Brandão Alves (Relator).
179/CIPOA	28.11.91	Dr. Vantuil Carneiro Sobrinho, Coordenador Geral do CIPOA/DNDA	Encaminha informações sobre as condições exigidas para importação de produto animal.
8048/SUPAR	16.12.91	Dr. José Paulo R. de Souza, Presidente do Banco Central do Brasil	Em atenção ao ofício 026/91-CPMI/CONAB, informando sobre valores da E.C.U.
431	16.12.91	Dr. Tomas de Aquino Porfírio, Chefe do LARA de Pedro Leopoldo	Encaminha resultados da análise laboratorial da carne procedente da Itália.
756/TCU	17.12.91	Ministro Adhemar P. Ghisi, Presidente do TCU	Em atenção ao ofício nº 17/91-CPMI/CONAB, encaminha cópia do Relatório referente ao Processo TC-028.120-4
093/ISDF	19.12.91	Dr. David José Coimbra, Diretor do Instituto de Saúde do Distrito Federal	Em atenção a solicitação da Presidência da Comissão encaminha laudo das amos-

			tras de carne colhidas em Recife-PE.
R49/PRESI	20.12.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 027/91-CPMI/CONAB.
B50/PRESI	20.12.91	Dr. João Mauro Boschero. Presidente da CONAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 028/91-CPMI/CONAB.
B51/PRESI	20.12.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 025/91-CPMI/CONAB.
222/SNAD	07.04.92	Dr. José Pedro Gonzales Secretário Nacional da SNAD	Encaminha dados solicitados pelo Deputado Ronaldo Caia do, sobre a carne importada da CEE.
S/N	07.04.92	Dr. Paulo Roberto Cunha Presidente da CONAB	Em atenção ao ofício nº 38/92-CPMI/CONAB, encaminha quadros demonstrativos referentes à importação de carne da CEE em 1991.
141/DIROP	22.04.92	Dr. Cláudio B. Ribeiro Ferreira, Diretor de Operações da CONAB	Em atenção ao ofício nº 41/92-CPMI/CONAB, encaminha em anexo informações solicitadas no mesmo.

Voto em separado, vencido, do Senador João Rocha na Comissão Parlamentar Mista de Inquérito destinada a apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

RELATOR: Senador JOÃO ROCHA

A Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 587, de 1991-CN, destinada a apurar responsabilidade no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento.

CONAB. apresenta, em anexo, o seu relatório com as conclusões na forma das razões e fundamentos expostos.

Sala das Comissões, em 29 de abril de 1992.

Senador JOÃO ROCHA

Relatório da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento, nº 587, de 1991-CN, destinada a apurar responsabilidades no âmbito da Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB.

INTRODUÇÃO

A criação da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito em epígrafe, atesta a permanente vigilância do Congresso Nacional acerca da política nacional de abastecimento coordenada pelo Poder Executivo, por intermédio da CONAB. Os acontecimentos ocorridos no primeiro semestre de 1991, relativos a importação de 100.000 ton de carne da Comunidade Econômica Europeia - CEE, foram objeto de acurada análise pelos membros da CPMI, que, agindo desta forma, zelaram pelo interesse maior da coletividade.

A Comissão teve a seguinte composição:

Presidente: Deputado IVANDRO CUNHA LIMA

Vice-Presidente: Deputado RONALDO CALADO

Relator: Senador JOÃO ROCHA

TITULARES

SENADORES

DIVALDO SURUAGY.....PMDB

RONALDO ARACÃO.....PMDB

RONAN TITO.....PMDB

DEPUTADOS

RONALDO CALADO.....BLOCO

ARNO MAGARINOS.....BLOCO

WERNER WANDERER.....BLOCO

RUY BACELAR.....PMDB	ODELMO LEÃO.....BLOCO
ÉLCIO ALVARES.....PFL	ETEVALDA GRASSI DE MENEZES.PMDB
JOÃO ROCHA.....PFL	IVANDRO CUNHA LIMA.....PMDB
GUILHERME PALMEIRA.....PFL	JURANDIR PAIXÃO.....PMDB
TEOTÔNIO VILELA FILHO..PSDB	BETH AZIZE.....PDT
JOSÉ RICHIA.....PSDB	PAULA PORTUGAL.....PDT
MAGNO BACELAR.....PDT	FÁBIO MEIRELLES.....PDS
NEY MARANHÃO.....PRN	RUBENS BUENO.....PSDB
MOISÉS ABRÃO.....PDC	PEDRO TONEELI.....PT
LUCÍDIO PORTELA.....PDS	PAUDERNEY AVELINO....PDC
EDUARDO SUPLICY.....PT	WILMAR PERES.....PL

SÚPLENTES

ALFREDO CAMPOS.....PMDB	VICENTE FIALHO.....BLOCO
ALUIZIO BEZERRA.....PMDB	PEDRO ABRÃO.....PMDB
ANTÔNIO NARIZ.....PMDB	PINHEIRO LANDIM.....PMDB
DARIO PEREIRA.....PFL	AROLD GÓES.....PDT
HYDECKEL FREITAS.....PFL	PETTER JÚNIOR.....PDS
JUTAHY MAGALHÃES.....PSDB	WILSON MOREIRA.....PSDB
JONAS PINHEIRO.....PTB	LUIZ GUSHIKEN.....PT
LAVOISIER MAIA.....PDT	JONAS PINHEIRO.....BLOCO
ÁUREO MELLO.....PRN	VAGO.....

A Comissão, desde sua instalação, observou a seguinte cronologia:

- Em 04.09.91, foi instalada a Comissão
- Em 04.09.91, foi prorrogado o prazo da Comissão por 90 dias, de acordo com o Requerimento nº 736/91-CN
- Em 10.09.91, foram indicados para comporem a Comissão os Senhores Deputados Ronaldo Caiado e Jonas Pinheiro, Titular e Suplente, respectivamente, de acordo com o Ofício SGM/p 732.

- Em 10.09.91, foram eleitos, respectivamente, Presidente e Vice-Presidente, os Senhores Deputados Ivandro Cunha Lima e Ronaldo Caiado. Foi designado Relator da Comissão o Senhor Senador João Rocha.
- Em 18.09.91, foram indicados para comporem a Comissão os Senhores Deputados Paulo Portugal e Aroldo Góes, Titular e Suplente, respectivamente, de acordo com Ofício SMG/p 749.
- Em 19.09.91, foi tomado depoimento do Senhor Pedro de Camargo Neto, Presidente da Sociedade Rural Brasileira.
- Em 26.09.91, foi apresentado e aprovado o roteiro de trabalhos da Comissão.
- Em 03.10.91, foi indicado para integrar a Comissão o Senhor Deputado Jurandir Paixão em Substituição ao Senhor Deputado Neuto de Conto, de acordo com Ofício GAB/E/nº 407/91 da Liderança do PMDB.
- Em 10.10.91, foram tomados os depoimentos dos Senhores Dr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Confederação Nacional da Agricultura - CNA e Dr. Olacyr de Moraes, Produtor de grãos no Brasil.
- Em 24.10.91, Reunião de trabalhos.
- Em 07.11.91, Reunião de trabalhos.
- Em 27.11.91, foi prorrogado o prazo da Comissão por 90 dias, de acordo com o Requerimento nº 795/91-CN
- Em 25.02.92, foi tomado o depoimento do Sr. Deputado Odacir Klein, Presidente da FECOTRIGO.
- Em 12.03.92, foi tomado o depoimento do Dr. Manoel Pereira Nunes, Presidente da SUPERINSPECT.
- Em 19.03.92, foi tomado o depoimento do Dr. José Pedro Gonzales, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária.
- Em 25.03.92, reunião secreta destinada a ouvir esclarecimen

tos do Dr. Onésimo Graça Sousa, Delegado de Polícia Federal.

- Em 14.04.92, foi tomado o depoimento do Dr. José Milton Dalari, Diretor Executivo da ABIEC.

- Em 22.04.92, foram tomados os depoimentos dos Senhores Dr. Itacil Gonçalves Ganero, Presidente do Sindicato da Indústria do Frio do Estado de São Paulo e Dr. Nelmar de Castro Batista, ex-Diretor de Operações da CONAB.

- Em 23.04.92, foram tomados os depoimentos dos Senhores Dr. Edgar Antônio Pereira, ex-Secretário de Abastecimento e Preços do Ministério da Economia e Dr. Mauro Boscherro, ex-Presidente da CONAB.

Em síntese, as providências adotadas junto aos órgãos e entidades afins, visando subsidiar os trabalhos da Comissão foram os seguintes:

OFÍCIOS EXPEDIDOS PELA CPMI/CONAB

Of. Nº	DATA	DESTINATÁRIO	ASSUNTO
008/91	02.10.91	Dr. João Mauro Boscherro - Presid. da CONAB	Solicitação de informações referentes à compra de 100 mil toneladas de carne, propostas feitas à CONAB, Tabela de tarifas, negociação de estoques, Política de seguros, Encefalopatia.
009/91	02.10.91	Dr. Alceni Guerra Ministro de Estado da Saúde	Solicitando assessoramento técnico-científico.
010/91	17.10.91	Dr. Antônio Cabreira Mano Filho, Ministro de Estado	Solicitando informações referentes à carne importada da CEE, su

- da Agricultura e Reforma Agrária e jeito a contaminação por Encefalopatia.
- 013/91 24.10.91 Ministro Ademar Paladini Chisi, Presidente do TCU Solicitando colocar dois assessores à disposição da CPI
- 015/91 24.10.91 Dra. Stela Cals, Presidente da FIOCRUZ Solicitando técnicos da FIOCRUZ, para prestar assessoramento à CPI
- 016/91 04.11.91 Dr. João Mauro Boschero, Presidente da CONAB Solicitando informações sobre a Sociedade de Armazéns Gerais de Grãos.
- S/N 31.10.91 Dr. Francisco Rezek, Ministro de Estado das Relações Exteriores Solicitando informações referentes às importações de carne da CEE.
- S/N 31.10.91 Dr. José Pedro Gonzales Secretário Nacional da Defesa Agropecuária Solicitando informações referentes à Instrução Normativa nº 02/91 - SNAD.
- 017/91 07.11.91 Ministro Ademar Paladini Chisi, Presidente do TCU Atendendo solicitações feitas pelo TCU, contidas no aviso TCU/CP nº 626/91 de 04.11.91
- 020/91 21.11.91 Dr. Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral do Senado Federal Solicitando expedição de passagens aéreas no trecho BSB/RECIFE/BSB e pagamento de diárias para assessores da CPI.
- 021/91 21.11.91 Dr. Célio de Souza, Diretor da Assessoria Legislativa Indicando Assessores da Câmara dos Deputados para

- Legislativa da Câmara dos Deputados comporem Comissão de Diligências em Recife.
- 022/91 22.11.91 Juiz de Direito da Justiça Federal do Estado de Pernambuco Solicitando auxílio no sentido de viabilizar o êxito das diligências em Recife.
- 023/91 22.11.91 Dr. Ayrton Marques Mendes, Superintendente Regional do Departamento de Polícia Federal Solicitando auxílio no sentido de viabilizar o êxito das diligências no Estado de Pernambuco.
- 024/91 22.11.91 Dr. Manoel Vilela de Magalhães, Diretor-Geral do Senado Federal Solicitando expedição de passagens aéreas no trecho BSB/RECIFE/BSB, para o Sr. José N. Cadernato ri.
- 025/91 09.12.91 Dr. João Mauro Boschero, Presidente da CUNAB Solicitando informações acerca da matéria publicada na revista "Isto é Senhor", nº 1156 sob o título "Importação po dre".
- 026/91 09.12.91 Dr. Francisco Roberto Almeida Gros, Presidente do Banco Central do Brasil Solicitando informações sobre os valores do ECU.
- 027/91 09.12.91 Dr. João Mauro Boschero, Presidente da CUNAB Solicitando informações sobre a EXCUA, Fixação de margem de US\$ 40 por tonelada métrica, Acordo de viabilização da compra de carne feita pela

- CONAB, Armazenamento da carne, Exames de radioatividade, Financiamento para aquisição da carne, Montante vendido, Estoque, Consumo, Desossa etc.
- 028/91 09.12.91 Dr. João Mauro Boschiero, Presidente da UNAB Solicitando informações sobre os estoques de carne importada, Colocação no mercado, Camarás, Irigorrietas que abrigarão a carne e Estoques de grãos disponíveis.
- 031/91 19.12.91 Dr. Romeu Tuma, Diretor Geral do DPF Encaminhando requerimento de denúncias, solicitando adoção de medidas a elucidação dos fatos.
- 035/92 25.02.92 Dr. Romeu Tuma, Diretor Geral do DPF Complemento às informações contidas no ofício nº 031/91 CPML/UNAB.
- 036/92 12.03.92 Dr. Romeu Tuma, Diretor Geral do DPF Encaminhando cópia do depoimento do Sr. Manoel Ferreira Nunes, Diretor da SUPERISN - PFCI, prestado na reunião de 12.03.92.
- 038/92 23.03.92 Dr. Paulo Roberto Cunha, Presidente da CONAB Solicitando informações refe

rentes às 100 mil toneladas
de carne importadas da CEE.

039/92 23.03.92 Dr. Romeu Tuma, Diretor Geral do DPF Solicitando Autorização para o Delegado Onésimo das Graças Sousa, prestar esclarecimentos aos Membros da Comissão sobre fatos relacionados com as investigações que preside. (CPM/CUNAB)

041/92 14.04.92 Dr. Paulo Roberto Cunha Presidente da CONAB Solicitando que designe três técnicos, para auxiliarem nos trabalhos da Comissão.

Em contrapartida, a CPMI recebeu a seguinte documentação:

Of. nº	DATA	REMETENTE	ASSUNTO
1457/AS92	08.10.91	Dr. Tiago Pereira da Silva Diretor da Assessoria do Senado Federal	Em atenção ao ofício nº004/91-CPMI/CUNAB, informa da impossibilidade de designar Assessores para auxiliar a Comissão.
195	21.10.91	Dr. Célio de Souza, Diretor da Assessoria Legislativa da Câmara dos Deputados	Em atenção ao ofício nº005/91-CPMI/CUNAB, indicando dois Assessores Legislativos para auxiliar nos trabalhos da CPMI.
620	23.10.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da CONAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº008/91-CPMI/CUNAB.
621	23.10.91	Dr. João Mauro Boschero	Em atenção às solicitações

- Presidente da UNAB contidas no ofício nº003/91
CPMI/UNAB.
- 633 31.10.91 Dr. João Mauro Boschiero Complementando anexos XII e
Presidente da UNAB XIII do ofício nº620, de
23.10.91, remetendo laudos
de emissão do Instituto de
Radioproteção e Dosimetria.
- 626/TCU/GP 04.11.91 Ministro Adenir P. Em atenção ao ofício nº013/
Vice-Presidente do TCU 91-CPMI/UNAB, sobre quais
as inspeções e auditorias a
serem realizadas.
- 683 12.11.91 Dr. João Mauro Boschiero Em atenção ao ofício nº 016/91-
Presidente da CONAB CPMI/CONAB, sobre os Armazéns
Gerais de Grãos.
- 700/PRESI 21.11.91 Dr. João Mauro Boschiero Cópia do ofício encaminhado ao
Presidente da CONAB Diretor da revista "ISTO É Se-
nhor".
- 701/PRESI 21.11.91 Dr. João Mauro Boschiero Referência a matéria publicada
Presidente da CONAB na revista "ISTO É Senhor", de
20.11.91.
- S/N 21.11.91 Deputado Ronaldo Caiado Requerimento solicitando a rea-
Vice-Presidente da CPMI/ lização de diligências no Porto
UNAB de Recife-PE.
- 680 22.11.91 Dr. Lourenço Vieira da Em atenção às solicitações con-
Silva, Ministro Interino tidas no ofício nº 010/91-CPMI/
da Agricultura e Refor- UNAB.
na Agrária.

- 755 25.11.91 Dr. João Mauro Boschero Encaminha documentos conforme
Presidente da CONAB ofícios:
CONAB/620 de 23.10.91;
CONAB/621 de 23.10.91;
CONAB/633 de 31.10.91;
CONAB/659 de 12.11.91;
CONAB/683 de 12.11.91.
- 682/TCU/CP 28.11.91 Ministro Adhemar P. Ghisi Encaminha cópia da Decisão nº
si Presidente do TCU 384/91-Plenário, Relatório e
voto do Ministro Luciano Bran-
dao Alves (Relator)
- 179/CIPON 28.11.91 Dr. Vantuil Carneiro Sobrinho, Encaminha informações
Coordenador Geral do CIPON / sobre as condições ex-
INDA. xigidas para importa-
ção de produto animal.
- 8048/SUPAR 16.12.91 Dr. José Paulo B. de Souza, Em atenção ao ofício
Presidente do Banco Central 026/91-CPMI/CONAB, in-
do Brasil formando sobre valores
da E.C.U.
- 431 16.12.91 Dr. Tomás de Aquino Portílio, Encaminha resultados
Chefe do IARA de Pedro Leopoldo da análise laboratorial
do. da carne procedente da
Itália.
- 756/TCU 17.12.91 Ministro Adhemar P. Ghisi, Pre Em atenção ao ofício nº
sidente do TCU 017/91-CPMI/CONAB, enca-
mina cópia do Relató-
rio referente ao Proces-
so TC-028.120/91-4.
- 093/ISDF 19.12.91 Dr. David José Coimbra, Dire- Em atenção a solicita-
tor do Instituto de Saúde do ção da Presidência da
Distrito Federal Comissão da Comissão, en-
caminha laudo das amos-
tras de carne colhidas
em Recife-PE.

849/PRESI	20.12.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da UNAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 027/91-CPMI/UNAB.
850/PRESI	20.12.91	Dr. João Mauro Boschero, Presidente da UNAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 028/91-CPMI/UNAB
851/PRESI	20.12.91	Dr. João Mauro Boschero Presidente da UNAB	Em atenção às solicitações contidas no ofício nº 025/91-CPMI/UNAB.
SNAD/222	07.04.92	Dr. José Pedro Gonzales Secretário Nacional da SNAD	Encaminha dados solicitados pelo Deputado Ronaldo Caiado, sobre a carne importada da CEE.
S/N	07.04.92	Dr. Paulo Roberto Cunha Presidente da UNAB	Em atenção ao ofício nº 038/92-CPMI/UNAB, encaminha quadros demonstrativos referentes à importação de carne da CEE em 1991.
141/DIRP	22.04.92	Dr. Cláudio B. Ribeiro Ferreira Diretor de Operações da UNAB	Em atenção ao ofício nº 041/92-CPMI/UNAB, encaminha em anexo informações solicitadas no mesmo.

Aspectos Relevantes

Não se ater a dois tópicos para definir a metodologia de trabalho da Comissão: processo decisório e controle operacional.

No processo decisório é imperioso que se leve em conta o planejamento, transparência, eficiência e interesse público. Pretendia o Senhor Presidente da República, quando da fusão entre UNAL, CP e CIBRAZEN, enxugar a máquina administrativa e implantar uma política nacional de abastecimento encampada pela UNAB que, então, absorveria o controle operacional das decisões

vernamentais.

No que se refere a integração deste binômio decisão e controle, os indícios colhidos pela CPMI rumam no sentido de que, se êxito houve, na importação da carne bovina, ainda o é imperceptível, uma vez que, para uma avaliação total e imparcial seria necessário que toda a carne importada e estocada no País fôsse leiloadada para apuração dos resultados.

APURAÇÕES DA CPI

Em nome de "um possível desabastecimento da carne bovina, com indicativos de prática de preços abusivos", o Sr. João Mauro Boschero, então presidente da CONAB, justificava a importação de 100.000 ton de carne à CPMI, através do Ofício - CONAB 620, de 23/10/91, aduzindo como fundamentação que, "esse fato, pode ser observado pelo acompanhamento do preço do produto naquele momento, e também por publicações na imprensa falada, escrita e televisada".

Em sentido oposto opinou o Sr. Antônio Ernesto de Salvo, Presidente da Federação Nacional de Agricultura que, em depoimento na CPMI, enfatizava: "Provo com gráficos em meu poder que o produto 'carne bovina' apresentava um quadro de queda de preço real ao longo dos últimos seis anos e, à época da importação, apresentava padrão normal de preço coletado em dólar".

Dentro deste mesmo pensamento o Sr. Pedro Camargo, Presidente da Sociedade Rural Brasileira aduzia: "Os preços sempre flutuavam na entressafra, para reduzir essa flutuação é preciso incentivar o confinamento, com essa importação (da carne) o confinador se retrai porque não quer se arriscar. Mençãoando o aspecto "nefasto" da atividade importadora da CONAB, foi enfático: "A CONAB importou trigo do Canadá e o triticultor nacional que está colhendo não tem para quem vender hoje".

Entretanto, julgamos que, apesar de defensor da importação da carne, o Sr. João Mauro Boschero, foi mero executor

de decisões governamentais, como prova as autorizações de viagem de lavra da então ministra da Economia, Zélia Cardoso de Mello, publicadas no DOU de 20/2/91 e 21/3/91, bem como a NOTA -CM 001, de 7/3/91, da ex-ministra para o então Secretário Nacional de Economia, Sr. Edgar Antonio Pereira, e deste para o Sr. João Mauro Boscherro, através do Ofício SNE/091 de 7/3/91. Aliás, o Sr. Edgar Pereira, em depoimento na CPMI, ratificou que a decisão de importar foi tomada pela Ministra da Economia. Todos os expedientes foram precedidos pelo parecer favorável da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN/CAT/304/91) acerca dos direitos compensatórios, por subsídios concedidos no país exportador previstos na Lei 8.174/91.

Cabe ressaltar que, neste processo decisório, o governo ignorou a possibilidade do País sofrer prejuízos com a importação. Restou demonstrado, no curso desta CPMI, que a carne importada seria destinada a estoque regulador e somente posta no mercado, através de leilões, quando o preço interno superasse o patamar histórico, calculado com base na variação média do produto nos últimos 60 meses, ou, em outras palavras, o PLE (preço de liberação de estoques). O que vem ocorrendo, na prática, é que quando a carne no mercado interno atinge o PLE da CONAB, em seus leilões não está conseguindo vender o produto. O resultado de tudo isto é que a carne permanece encalhada em armazéns particulares consumindo dinheiro público. De acordo com planilha da CONAB, o preço da tonelada da carne importada e armazenada no País girava em torno de US\$ 1.600, no início de abril e a oferta interna em US\$ 1.400.

O Sr. João Mauro Boscherro, no seu depoimento, junto a esta CPMI, demonstra que o problema reside na recessão econômica com a consequente perda do poder aquisitivo da população, "que fez com que até a estratégia do governo de importar essa carne, colocá-la no consumo durante o segundo semestre e com esse dinheiro pagar o financiamento externo, tivesse que ser alterada". Definitivamente a importação não parece não ter cum-

prido sua função primordial que era a de controlar os preços, fazendo-nos pensar que poderiam ser captados recursos semelhantes para investimento no mercado interno. Sob esse prisma, a Associação Brasileira de Confinadores - ABRACO, à época, ofereceu alternativa em correspondência de 17.11.90, ao então diretor do Departamento de Abastecimento e Preços - DAP, Sr. Edgar Antonio Pereira, afirmando, em síntese, que a carne adquirida na safra para fornecimento na entressafra, "obviamente não aumenta a produção anual, ao contrário do confinamento, que antecipa a idade do abate de 6 a 12 meses, aumentando a produção".

Ainda sobre esse assunto, o Sr. Nelmar Batista revelava durante seu depoimento: "Na minha opinião pessoal, é sempre melhor formar estoques com produto nacional. A decisão (de importar) é do Ministério da Economia. Operei a decisão... não me omiti em fazer uma tarefa que me cabia".

Ressalte-se que, à época, a bem da verdade, a CONAB estava impedida de direcionar recursos ao mercado interno por força da Resolução 1757 do Banco Central, que vetou a aplicação das exigibilidades bancárias no custeio pecuário, "objetivando concentrá-los no custeio agrícola da safra de verão 90/91, eleita como prioridade pelo governo para absorção dos referidos recursos". Para importar a carne a CONAB justificou-se alegando ter tomado empréstimos em organismos externos. Neste aspecto, o maior produtor de grãos do País, Sr. Olacyr de Moraes, em depoimento na CPMI, sentenciou: "O fato é que competimos com países mais ricos que o nosso. Enquanto o produtor brasileiro recebe US\$ 12 por saca de arroz, o japonês recebe US\$ 120. O trigo que nos é vendido a US\$ 90, o produtor europeu recebe US\$ 300. A tonelada de soja que vale cerca de US\$ 200, o produtor italiano recebe US\$ 800. Não temos, nem teremos mercado externo. Concorremos com países que fazem um transporte por hidrovias, ferrovias e onde as taxas portuárias são da ordem de US\$ 3. No Brasil para o transporte de Cuiabá a Santos são US\$ 60, no Porto de Santos o custo é de US\$ 15, ou US\$ 16, para embarcar uma to-

nelada de grãos, ou seja, 4 ou 5 vezes mais caro. Pagamos ICM uma série de outros impostos. A competição é difícil. Apesar disso tudo, já chegamos a produzir 71 milhões de toneladas de grãos e, nesses dois anos despencamos em produção".

Mais uma vez a questão está afeta à elaboração de uma política nacional de abastecimento e ao poder decisório dos governantes.

Esta política deveria compreender investimentos públicos em infra-estrutura, desenvolvimento tecnológico, capacitação de recursos humanos, extensão rural, apoio à comercialização, à agroindústria e garantia de preços compatíveis. Afinal, a crise agrícola caracteriza-se pela descapitalização do produtor rural, endividamento junto aos agentes financeiros e falta de capacidade de investimento.

Como nossa CPMI foi criada para analisar as irregularidades no âmbito da CONAB, haveremos de nos preocupar, então, com o controle operacional, este sim, de exclusiva responsabilidade daquela empresa.

A operacionalização, em termos restritos, consistiria na montagem de um quadro referencial das exigências estabelecidas na legislação em vigor, mormente o Decreto-Lei 2300/86, o qual analisaremos sua observância mais a frente.

A nosso ver, o primeiro aspecto a ser considerado é o das condições sanitárias do produto a ser adquirido. Neste sentido em 21/02/91, o Sr. José Pedro Gonzales, Secretário Nacional de Defesa Agropecuária, já se manifestava de forma vigilante à CONAB, através do telex GAB/SNAP/MARA/236, onde o mesmo recomendava vistorias em matadouros, controle do produto importado e aprovação prévia das condições sanitárias do rebanho, "antes que os contratos comerciais sejam firmados". Pelo que se depreende do Ofício SNAD 222/92, de lavra daquele Secretário, onde é esclarecido que as carnes desembarcadas no Brasil foram acompanhadas de certificados de qualidade sanitária e, uma vez no País foram submetidas a exames de radiometria e análises físico-químicas e mi

crobiológicas, todos dentro dos parâmetros de condições higiênicó-sanitárias adequados, não se vislumbra qualquer irregularidade. Nem mesmo no lote de carne embarcado na Itália, foco de suspeita durante os trabalhos da CPMI, foi constatado qualquer anormalidade a nível sanitário. Foram verificadas ocorrências de temperaturas inadequadas e danos nas peças. No depoimento do ex-presidente da CONAB, este afirma ter adotado providências junto aos responsáveis para sanar o problema e que o processo tinha seu curso normal, até seu afastamento daquela empresa. Entendemos que, em toda negociação comercial, incidentes como o descrito são absolutamente normais, nada havendo a aduzir nesta questão.

PROCESSO DE COMPRA

Afirmando que seria mais fácil lidar com uma única empresa ao invés das quatorze envolvidas no processo, a CONAB elegeu a SOCOPA Internacional, firma francesa, de larga experiência em exportações, inclusive integrante de contratos anteriores com o Brasil, como representante de um "pool" internacional de empresas que permaneceram vinculadas indiretamente ao contrato principal (CONAB/SOCOPA).

Relatou o ex-presidente da CONAB em esclarecimentos ao TCU, acerca do relatório daquela Corte que detectou irregularidades administrativas no processo de importação: "No que diz respeito à realização de licitação para contratação da responsável pelo "pool", é entendimento desta CONAB de que a responsabilidade pela realização de qualquer processo de escolha da empresa vencedora que respondesse por todas as demais, seria competência dos próprios vendedores, não cabendo à CONAB, assim, nenhuma ingerência no processo. Ressalte-se que qualquer empresa poderia isoladamente participar do leilão da CEE, sujeitando-se às condições do edital".

A partir do Ofício nº 620/CONAB, dirigido a esta CPMI, e do relatório preliminar do TCU, podemos delinear algumas conclusões:

- 1- Os Srs. João Mauro Boschero e Nelmar de Castro Batista, ao realizarem a viagem de preparação da importação, no período de 20 a 27/02/91, reuniram-se com a trading francesa SOCOPA para tratar da importação da carne bovina. Tal reunião sugere a existência de conversações anteriores, que apenas aguardavam o sinal do governo brasileiro;
- 2- Não houve relação de empresas interessadas em oferecer contrapartidas, desde que, uma firma (SOCOPA) já fôra chamada para operar o assunto em pauta ficando responsável pelas demais;
- 3- Em 25/02/91, os representantes do Brasil tiveram a primeira reunião com a Comunidade Econômica Européia - CEE para, logo após, reconvocarem a SOCOPA para tratar das condições de financiamento sobre a importação da carne.

Inquirido por esta relatoria a respeito da razão da fixação de uma margem de US\$ 40 por tonelada métrica à SOCOPA, o Sr. Mauro Boschero foi taxativo: "trata-se de margem efetivamente praticada em operações desta natureza". Respondendo à seguinte pergunta junto ao TCU, o Sr. Nelmar Batista afirmou ser "uma praxe da CEE conceder um percentual em torno de 3 a 4% do total comercializado". Como a empresa mencionada controlava o "pool" e ficou responsável pelo frete e transporte da carne até seu desembarque no Brasil, entendemos ter sido prudente a divisão de cotas entre as participantes, com representante único, a fim de evitar a diluição de responsabilidades.

SUPERVISÃO E INSPEÇÃO

Para os serviços de supervisão e inspeção a CONAB realizou uma tomada de preços, em maio de 1991, elegendo a empresa

SUPERINSPECT" como executora daqueles serviços, por ter oferecido preço 62% menor que o da segunda colocada. Sobre este processo, ao receber críticas do TCU a respeito do prazo concedido para levantamento de documentação dos participantes, alegou: "... os documentos exigidos... constituem-se em documentos legais das empresas, não havendo qualquer necessidade de prazos mais elásticos para obtê-los".

No depoimento do Sr. Manuel Nunes, diretor da SUPERINSPECT, foi denunciado a esta CPMI, a tentativa de extorsão levada a cabo por um suposto assessor do Ministério da Agricultura, Sr. José Newton Cadermatori. Afirmou o Sr. Manuel Nunes ter sido procurado na sede de sua empresa, no Rio de Janeiro, pelo citado assessor, que havia se identificado como integrante da equipe de diligências desta CPMI, que apurava a qualidade da carne desembarcada no Porto de Recife. Nesta condição, revelou o Sr. Nunes, tentou, usando o nome do Vice-Presidente desta CPMI, Deputado Ronaldo Caiado, extorquir a quantia de Cr\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de cruzeiros), com a finalidade de evitar seu depoimento (Sr. Nunes) nesta Comissão.

Através dos Ofícios ns. 031/91, 035/91, 036/91 e 039/91, o Vice-Presidente desta Comissão, no exercício da Presidência, no bre Deputado Ronaldo Caiado, estranhando o uso indevido e criminoso de seu nome e, em tempo hábil, solicitou apuração dos fatos junto à Polícia Federal, que resultou na presença do Dr. Onésimo das Graças Souza, delegado da Polícia Federal, que, em sessão secreta, revelou a esta CPMI estarem sendo adotadas as providências necessárias à complementação do inquérito policial para envio à Justiça, onde os depoimentos isentam totalmente o Deputado Ronaldo Caiado de qualquer suspeita sobre a sua honorabilidade.

Inquiridos sobre esse assunto, tanto o Sr. Mauro Boscheiro, quanto o Sr. Nelmar Batista, confirmaram que o Sr. Cadermatori foi demitido da CONAB, ainda no início de suas gestões, e que vinha ameaçando aqueles diretores desde então, chegando, in-

clusive, às vias de fato em relação ao Sr. Boschero em um restaurante da cidade.

Ficou constatado que este Sr. Cadermatori, efetivamente, viajou a mandado desta CPMI, conforme demonstra o Ofício 024/91, de lavra do então presidente, Deputado Ivandro Cunha Lima, para averiguar irregularidades no desembarque da carne importada no Porto de Recife, em companhia de outros dois assessores desta Casa.

Resta lamentar que uma pessoa estranha aos quadros de qualquer órgão público adentre os trabalhos de uma CPMI de grandes responsabilidades como esta, sem qualquer investigação prévia e, em nome desta, promova atos de extorsão utilizando o nome de um de seus membros como descrito. Entretanto, o assunto está afeto à área policial onde as providências competentes já foram adotadas e o suspeito responderá judicialmente pelo crime cometido. Registre-se aqui a pronta e eficaz atitude do presidente da CPMI, em exercício, Deputado Ronaldo Caiado com quem nos solidarizamos neste relatório, esclarecendo que em momento algum pairou quaisquer dúvidas sobre a honestidade do parlamentar.

DESESTIVA

Para efetuar os serviços de desestiva da carne importada a CONAB resolveu contratar empresas que se responsabilizassem pelo produto, desde a recepção do navio até a entrega no armazém frigorífico de destino.

Através do telex-circular 5867, de 24.04.91, a CONAB forneceu informações gerais acerca da operação e realizou o chamamento de 19 empresas especializadas no assunto.

De uma reunião entre os participantes, levada a efeito em 09.07.91, ficou registrado que o "Mapa de Apuração", extraído da tomada de preços realizada, seria levado ao conhecimento do Diretor de Operações da CONAB, Sr. Nelmar de Castro Batista.

Junho de 1992

A CONAB, de posse deste "Mapa", criou parâmetros de negociação com os interessados, visando reduzir os custos e, ao final, elegeu como contratadas as empresas ABTF, SADIA e INTERSEA. Justificando-se, ao TCU, alega: "quanto aos problemas administrativos relacionados à formalização dos processos, a CONAB está adotando as providências para sua regularização, atendendo estritamente as recomendações emanadas do TCU".

Razão assiste à CONAB, quando alega o TCU de que teria havido atribuição de efeitos financeiros retroativos caracterizado pela execução de serviços sem cobertura contratual, pois, constataram-se redirecionamentos emergenciais de navios, impossíveis de serem previstos e, no envio do produto para frigoríficos mais afastados houve caso de recebimento com contratos em trânsito. Aliás, o TCU reconhece esta situação de necessidade em seu relatório.

ARMAZENAGEM

Negociou a CONAB diretamente com a Associação Brasileira de Indústria de Armazenagem Frigorificada - ABIAPF, embasando-se, justificadamente, na necessidade de garantir armazenamento imediato em ambientes qualificados, dotados de estruturas que garantissem a perfeita conservação de um produto de rápida perecibilidade. Ressalte-se que as negociações que a CONAB manteve com a ABIAPF resultou em recebimento de uma tarifa inferior à praticada pelo mercado, conforme planilha apresentada no anexo XVIII das informações prestadas ao TCU.

CONCLUSÃO

As conclusões apresentadas a seguir levaram em conta, não só as apurações desta CPMF, mas também, aquelas geradas pelo Tribunal de Contas da União, anexadas a este Relatório. COMISSÃO

Dos aspectos relativos à formalidade dos atos administrativos e interpretação do Decreto-lei 2.300/86, levantados pelo TCU, entendemos não caber qualquer comentário desta CPMI por ser questão afeta à competência daquela Corte, quando da apreciação das contas dos administradores da CONAB. Aliás, sobram razões ao Sr. Nelmar Batista, quando afirmou em seu depoimento: "em momento algum, considerou (o TCU) a operação de importação com qualquer irregularidade... cita possíveis falhas e irregularidades em aspectos formais na condução da operação".

Em todos os depoimentos ficou bem claro que nenhum membro da equipe da área econômica do governo fez qualquer objeção à importação da carne. Por sua vez, foi grande o desapontamento da CPMI com o depoimento do Sr. Edgard Pereira, Diretor do Departamento Nacional de Abastecimento e Preços, à época, que demonstrou total desconhecimento sobre as atividades agrícolas e pecuárias e, chegando a confessar que o seu comportamento hoje seria outro, com relação a importação.

Concluimos, também, que em nenhum momento as 100.000 toneladas de carne, que representa o consumo de um mês no eixo Rio/São Paulo, inibiu o aumento de preços. Poderia, isto sim, ter acarretado prejuízos para a balança comercial e, seguramente para o produtor nacional.

Hoje, o governo é obrigado a retirar do orçamento mais de US\$ 160 milhões para atender compromissos com a carne importada, sendo que, mais de 90% dela ainda se encontra estocada a um preço médio de US\$ 1.600 a tonelada, a valores do mês de abril, de acordo com planilhas fornecidas pela própria CONAB, enquanto no mercado interno seu preço gira em torno de US\$ 1.400.

Ao Estado cabe o papel fundamental de regulamentar aspectos da vida econômica do País. Muitas vezes caber-lhe-á executar parte das ações. No entanto, é mister desse mesmo Estado evitar que suas decisões se orientem pelos interesses dos que tentam dominá-lo em proveito próprio. A ninguém é lícito ser

contra a manutenção de estoque regulador, fundamental à contenção de especulações em torno de qualquer produto. O posicionamento a favor do produtor nacional é inquestionável e, por isso

mesmo, as importações só podem ocorrer após rigorosa análise quanto às suas vantagens e oportunidades.

Que os fatos que deram origem a esta CPMI sirvam de alerta para o governo quando da cogitação de operações semelhantes, para que não venham elas em detrimento da economia interna, evitando que o produtor rural continue a ser o grande penalizado.

O conceito de que o apoio do governo à atividade agrícola é fator decisivo para a redução inflacionária e saída para o desenvolvimento da nossa economia como grande fonte geradora de divisas, não é passível de discussão. Acreditamos que através da agricultura e da pecuária o País poderá em prazo relativamente curto se transformar no grande celeiro mundial produtor de alimentos, prestando com isso, grande serviço à humanidade atemorizada pela escassez e a si próprio pelo saldo da balança comercial que advirã.

Para isso, no entanto, é imprescindível a adoção de uma política nacional de abastecimento, levando-se em conta as necessidades de investimento no mercado interno, direcionando prioritariamente a captação de recursos externos para o financiamento da produção.

Creemos que isso ficou exaustivamente demonstrado nos esclarecedores debates surgidos no âmbito desta CPMI, o que por si só, justificou plenamente o seu funcionamento, tornando os seus arquivos fonte obrigatória de consulta para todos quantos se interessarem futuramente pelo estudo sério dos problemas nacionais na área de abastecimento.

Por todo o exposto, não tendo sido comprovadas irregularidades por parte dos administradores da CONAB no processo de importação levado a efeito pelos mesmos e, tendo em vis

ta ter sido ela decorrente de uma decisão a ser obedecida porque tomada por autoridades hierarquicamente superiores, somos, salvo melhor juízo, pelo arquivamento do presente inquérito.

Este é o Relatório.

Senador MAURO BENEVIDES

SUMÁRIO

1 — ATA DA 20ª SESSÃO CONJUNTA, EM 3 DE JUNHO DE 1992

1.1 — ABERTURA

1.2 — EXPEDIENTE

1.2.1 — Leitura de Mensagem Presidencial

— Nº 43/92-CN (nº 127/92, na origem), pela qual o Senhor Presidente da República comunica ao Congresso Nacional haver vetado totalmente o Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1992 (PL nº 2.615/92, na Casa de origem), que dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público da União, e dá outras providências.

1.2.2 — Designação da Comissão Mista e fixação de calendário para a tramitação do veto.

1.2.3 — Discursos do Expediente

DEPUTADA IRMA PASSONI — Conclusões da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que analisou as causas do atraso científico e tecnológico. Considerações sobre o jogo da Tele-sena e da Poupoteca, que no entendimento de S. Exª configuram contravenções penais.

DEPUTADO PAULO RAMOS — Premência das indicações para a composição e instalação da CPI da dívida externa.

SR. PRESIDENTE — Proposta à consulta do Deputado Paulo Ramos.

SENADOR HUMBERTO LUCENA — Apelo à Câmara dos Deputados no sentido de celeridade na apreciação da proposta de emenda à Constituição que antecipa o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo.

1.2.4 — Comunicação da Presidência

— Extinção, por decurso de prazo, da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada pelo Requerimento nº 799/91-CN, destinada a apurar os custos reais dos estabelecimentos de ensino particular no Brasil e seus reflexos nas mensalidade escolares.

1.2.5 — Fala da Presidência

— Referente ao não-acolhimento de recurso interposto pelo Senador Amazonino Mendes contra a indicação do Senador José Paulo Bisol, pelo Líder do PDS, para integrar a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga as atividades do Sr. Paulo César Farias e remessa dessa decisão, ex officio, à apreciação da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado.

1.2.6 — Ofício do Presidente da Câmara dos Deputados

— Nº 961/92, referente a substituições de membros do PDS em Comissão Mista Especial.

1.3 — ENCERRAMENTO

2 — ATAS DE COMISSÃO

Ata da 20ª Sessão Conjunta, em 3 de junho de 1992

2ª Sessão Legislativa Ordinária, da 49ª Legislatura

Presidência dos Srs. Mauro Benevides e Alexandre Costa

ÀS 19 HORAS, ACHAM-SE PRESENTES OS SRS.

SENADORES:

Alexandre Costa — Alfredo Campos — Almir Gabriel — Amazonino Mendes — Amir Lando — Antonio Mariz — Beni Veras — Carlos De'Carli — Carlos Patrocínio — César Dias — Chagas Rodrigues — Cid Sabóia de Carvalho — Dário Pereira — Eduardo Suplicy — Elcio Álvares — Esperidião Amin — Epitácio Cafeteira — Flaviano Melo — Francisco Rollemberg — Garibaldi Alves — Gerson Camata — Guilherme Palmeira

— Henrique Almeida — Humberto Lucena — Hydekel Freitas — Iram Saraiva — Irapuan Costa Júnior — Jarbas Passarinho — João Calmon — João Rocha — Jonas Pinheiro — Josaphat Marinho — José Eduardo — José Fogaça — José Paulo Bisol — José Richa — Jutahy Magalhães — Lavoisier Maia — Levy Dias — Louremberg Nunes Rocha — Lourival Baptista — Lucídio Portella — Magno Bacelar — Mansueto de Lavor — Márcio Lacerda — Marco Maciel — Mário Covas — Maurício Corrêa — Mauro Benevides — Meira Filho — Moisés Abrão — Nelson

Wedekin — Ney Maranhão — Odacir Soares — Onofre Quinan —
 — Pedro Simon — Rachid Saldanha Derzi — Raimundo Lira —
 — Ruy Bacelar — Valmir Campelo — Wilson Martins.

RORAIMA

ALCESTE ALMEIDA	PTB
AVENIR ROSA	PDC
FRANCISCO RODRIGUES	PTB
JOAO FAGUNDES	PMDB
MARCELO LUZ	PTR
RUBEN BENIO	BLOCO

AMAPA

AROLD GOES	PDT
LOURIVAL FREITAS	PT
MURILO PINHEIRO	BLOCO
SERGIO BARCELLOS	BLOCO
VALDENOR GUEDES	PTR

PARA'

CARLOS KAYATH	PTB
ELIEL RODRIGUES	PMDB
GERSON PERES	PDS
HILARIO COIMBRA	PTR
JOSE DIOGO	PDS
MARIO CHERMONT	PTR
MARIO MARTINS	PMDB
OSVALDO MELO	PDS
PAULO ROCHA	PT
SOCORRO GOMES	PCdoB
VALDIR GANZER	PT

AMAZONAS

EULER RIBEIRO	PMDB
EZIO FERREIRA	BLOCO
RICARDO MORAES	PT

RONDONIA

CARLOS CAMURCA	PTR
EDISON FIDELIS	PTB
MAURICIO CALIXTO	BLOCO
PASCOAL NOVAES	BLOCO
RAQUEL CANDIDO	PTB
REDITARIO CASSOL	PTR

ACRE

CELIA MENDES	PDS
JOAO MAIA	BLOCO
RONIVON SANTIAGO	BLOCO

TOCANTINS

DERVAL DE PAIVA	PMDB
EDMUNDO GALDINO	PSDB
FREIRE JUNIOR	BLOCO
HAGAHUS ARAUJO	PMDB
PAULO MOURAO	PDS

MARANHAO

CESAR BANDEIRA	BLOCO
CID CARVALHO	PMDB
COSTA FERREIRA	PTR
DANIEL SILVA	PDS
EDUARDO MATIAS	PDC
FRANCISCO COELHO	PDC
JAYME SANTANA	PSDB
JOAO RODOLFO	PDS
JOSE BURNETT	BLOCO
JOSE CARLOS SABOIA	PSB
JOSE REINALDO	BLOCO
PEDRO NOVAIS	PDC
ROSEANA SARNEY	BLOCO

CEARA

ANTONIO DOS SANTOS	BLOCO
ARIOSTO HOLANDA	PSB
CARLOS BENEVIDES	PMDB
CARLOS VIRGILIO	PDS
EDSON SILVA	PDT
ERNANI VIANA	PSDB
GONZAGA MOTA	PMDB
JACKSON PEREIRA	PSDB
JOSE LINHARES	PSDB
LUIZ GIRAO	PDT
MARIA LUIZA FONTENELE	PSB
MAURO SAMPAIO	PSDB
MORONI TORGAN	PSDB
PINHEIRO LANDIM	PMDB
SERGIO MACHADO	PSDB
UBIRATAN AGUIAR	PMDB

PIAUI

CALDAS RODRIGUES	PTB
CIRO NOGUEIRA	BLOCO
JOAO HENRIQUE	PMDB
JOSE LUIZ MAIA	PDS
MURILO RESENDE	PMDB
PAES LANDIM	BLOCO
PAULO SILVA	PSDB

RIO GRANDE DO NORTE

ALUIZIO ALVES	PMDB
HENRIQUE EDUARDO ALVES	PMDB
IBERE FERREIRA	BLOCO
JOAO FAUSTINO	PSDB
LAIRE ROSADO	PMDB
NEY LOPES	BLOCO

PARAIBA

ADAUTO PEREIRA	BLOCO
EDIVALDO MOTTA	PMDB
EFRAIM MORAIS	BLOCO
FRANCISCO EVANGELISTA	PDT
JOSE LUIZ CLEROT	PMDB
JOSE MARANHÃO	PMDB
LUCIA BRAGA	PDT
RIVALDO MEDEIROS	BLOCO
ROBSON PAULINO	PMDB

PERNAMBUCO

ALVARO RIBEIRO	PSB
FERNANDO BEZERRA COELHO	PMDB
GILSON MACHADO	BLOCO
INOCENCIO OLIVEIRA	BLOCO
JOSE CARLOS VASCONCELLOS	BLOCO
JOSE MOURA	BLOCO
MAURILIO FERREIRA LIMA	PMDB
MAVIAEL CAVALCANTI	BLOCO
MIGUEL ARRAES	PSB
NILSON GIBSON	PMDB
OSVALDO COELHO	BLOCO
RENILDO CALHEIROS	PCdoB
ROBERTO FRANCA	PSB
ROBERTO FREIRE	PCB
ROBERTO MAGALHAES	BLOCO
TONY GEL	BLOCO
WILSON CAMPOS	PMDB

ALAGOAS

AUGUSTO FARIAS	BLOCO
CLETO FALCAO	BLOCO
JOSE THOMAZ NONO	PMDB
LUIZ DANTAS	BLOCO
MENDONCA NETO	PDT
OLAVO CALHEIROS	PMDB
ROBERTO TORRES	PTB

SERGIPE

BENEDITO DE FIGUEIREDO	BLOCO
CLEONANCIO FONSECA	BLOCO

DJENAL GONCALVES	PDS
EVERALDO DE OLIVEIRA	BLOCO
JERONIMO REIS	BLOCO
JOSE TELES	PDS
MESSIAS GOIS	BLOCO
PEDRO VALADARES	PST

BAHIA

ALCIDES MODESTO	PT
ANGELO MAGALHAES	BLOCO
AROLD CEDRAZ	BLOCO
BENITO GAMA	BLOCO
BERALDO BOAVENTURA	PDT
CARLOS ALBUQUERQUE	BLOCO
FELIX MENDONCA	PTB
GEDDEL VIEIRA LIMA	PMDB
GENERALDO CORREIA	PMDB
HAROLDO LIMA	PCdoB
JABES RIBEIRO	PSDB
JAIRO AZI	PDC
JAIRO CARNEIRO	BLOCO
JAQUES WAGNER	PT
JOAO ALVES	S/P
JONIVAL LUCAS	PDC
JORGE KHOURY	BLOCO
JOSE CARLOS ALELUIA	BLOCO
JOSE FALCAO	BLOCO
JOSE LOURENCO	PDS
JUTAHY JUNIOR	PSDB
LUIZ EDUARDO	BLOCO
LUIZ MOREIRA	PTB
MANOEL CASTRO	BLOCO
NESTOR DUARTE	PMDB
PEDRO IRUJO	BLOCO
SERGIO BRITO	PDC
SERGIO GAUDENZI	PDT
TOURINHO DANTAS	BLOCO
ULDURICO PINTO	PSB

MINAS GERAIS

AGOSTINHO VALENTE	PT
ALOISIO VASCONCELOS	PMDB
ARMANDO COSTA	PMDB
CAMILLO MACHADO	BLOCO
EDMAR MOREIRA	BLOCO
ELIAS MURAD	PSDB
FELIPE NERI	PMDB
FERNANDO DINIZ	PMDB
GENESIO BERNARDINO	PMDB
HUMBERTO SOUTO	BLOCO
IBRAHIM ABI-ACKEL	PDS

ISRAEL PINHEIRO	PRS
JOAO PAULO	PT
JOAO ROSA	BLOCO
JOSE BELATO	PMDB
JOSE GERALDO	PMDB
LUIZ TADEU LEITE	PMDB
MARCOS LIMA	PMDB
MARIO DE OLIVEIRA	PTR
MAURICIO CAMPOS	PL
NEIF JABUR	PMDB
NILMARIO MIRANDA	PT
ODELMO LEAO	BLOCO
OSMANIO PEREIRA	PSDB
PAULINO CICERO DE VASCONCELOS	PSDB
PAULO DELGADO	PT
PEDRO TASSIS	PMDB
RONALDO PERIM	PMDB
SAMIR TANNUS	PDC
SAULO COELHO	PSDB
SERGIO NAYA	PMDB
TILDEN SANTIAGO	PT
WAGNER DO NASCIMENTO	BLOCO
WILSON CUNHA	PTB

ESPIRITO SANTO

ALOIZIO SANTOS	PDT
ETEVALDA GRASSI DE MENEZES	PMDB
JOAO BAPTISTA MOTTA	PSDB
NILTON BAIANO	PMDB
PAULO HARTUNG	PSDB
RITA CAMATA	PMDB

RIO DE JANEIRO

AROLDE DE OLIVEIRA	BLOCO
ARTUR DA TAVOLA	PSDB
CARLOS ALBERTO CAMPISTA	PDT
CARLOS SANTANA	PT
CESAR MAIA	PMDB
FLAVIO PALMIER DA VEIGA	BLOCO
JAIR BOLSONARO	PDC
JAMIL HADDAD	PSB
JANDIRA FEGHALI	PCdoB
JUNOT ABI-RAMIA	PDT
LAERTE BASTOS	PDT
LYSANEAS MACIEL	PDT
MIRO TEIXEIRA	PDT
PAULO RAMOS	PDS
ROBERTO CAMPOS	PTB
ROBERTO JEFFERSON	

SANDRA CAVALCANTI	BLOCO
SERGIO CURY	PDT
VIVALDO BARBOSA	PDT
SAO PAULO	
ALBERTO GOLDMAN	PMDB
ALBERTO HADDAD	PTR
ALDO REBELO	PCdoB
ANDRE BENASSI	PSDB
ANTONIO CARLOS MENDES THAME	PSDB
ARNALDO FARIA DE SA	BLOCO
BETO MANSUR	PDT
CARDOSO ALVES	PTB
CUNHA BUENO	PDS
DELFIN NETTO	PDS
EDEVALDO ALVES DA SILVA	PDS
ERNESTO GRADELLA	PT
FABIO MEIRELLES	PDS
FLORESTAN FERNANDES	PT
GASTONE RIGHI	PTB
GERALDO ALCKMIN FILHO	PSDB
HEITOR FRANCO	BLOCO
HELIO BICUDO	PT
HELIO ROSAS	PMDB
IRMA PASSONI	PT
JOSE CICOTE	PT
JOSE DIRCEU	PT
JOSE GENOINO	PT
JOSE MARIA EYMAEL	PDC
JOSE SERRA	PSDB
JURANDYR PAIXAO	PMDB
KOYU IHA	PSDB
LUIZ GUSHIKEN	PT
MARCELINO ROMANO MACHADO	PDS
MAURICI MARIANO	PMDB
MENDES BOTELHO	PTB
NELSON MARQUEZELLI	PTB
OSWALDO STECCA	PSDB
PAULO LIMA	BLOCO
PEDRO PAVAO	PDS
RICARDO IZAR	PL
ROBERTO ROLLEMBERG	PMDB
SOLOM BORGES DOS REIS	PTB
TADASHI KURIKI	BLOCO
TUGA ANGERAMI	PSDB
VADAO GOMES	BLOCO
VALDEMAR COSTA	PL
MATO GROSSO	
JOAO TEIXEIRA	PL
JONAS PINHEIRO	BLOCO

RODRIGUES PALMA
WELLINGTON FAGUNDES

PTB
PL

DISTRITO FEDERAL

AUGUSTO CARVALHO
BENEDITO DOMINGOS
CHICO VIGILANTE
MARIA LAURA
OSORIO ADRIANO
PAULO OCTAVIO
SIGMARINGA SEIXAS

PCB
PTR
PT
PT
BLOCO
BLOCO
PSDB

GOIAS

ANTONIO FALEIROS
JOAO NATAL
LAZARO BARBOSA
LUCIA VANIA
MAURO BORGES
MAURO MIRANDA
OSORIO SANTA CRUZ
PAULO MANDARINO
PEDRO ABRAO
ROBERTO BALESTRA
RONALDO CAIADO
VIRMONDES CRUVINEL

PSDB
PMDB
PMDB
PMDB
PDC
PMDB
PDC
PDC
S/P
PDC
BLOCO
PMDB

MATO GROSSO DO SUL

ELISIO CURVO
GEORGE TAKIMOTO
NELSON TRAD
VALTER PEREIRA
WALDIR GUERRA

BLOCO
BLOCO
PTB
PMDB
BLOCO

PARANA

ABELARDO LUPION
ANTONIO BARBARA
ANTONIO UENO
BASILIO VILLANI
CARLOS ROBERTO MASSA
CARLOS SCARPELINI
DELCINO TAVARES
EDESIO PASSOS
EDI SILIPRANDI
ELIO DALLA-VECCHIA
FLAVIO ARNS
IVANIO GUERRA
JONI VARISCO
LUCIANO PIZZATTO
LUIZ CARLOS HAULY

BLOCO
BLOCO
BLOCO
PDS
BLOCO
PST
PST
PT
PDT
PDT
PSDB
BLOCO
PMDB
BLOCO
PST

MATHEUS IENSEN
MAX ROSENMAN
MUNHOZ DA ROCHA
ONAIRES MOURA
OTTO CUNHA
PAULO BERNARDO
PEDRO TONELLI
PINGA FOGO DE OLIVEIRA
RENATO JOHNSON
ROMERO FILHO
RUBENS BUENO
WERNER WANDERER
WILSON MOREIRA

PTB
BLOCO
PSDB
PTB
BLOCO
PT
PT
BLOCO
BLOCO
PST
PSDB
BLOCO
PSDB

SANTA CATARINA

ANGELA AMIN
CESAR SOUZA
DEJANDIR DALPASQUALE
DERCIO KNOP
EDUARDO MOREIRA
HUGO BIEHL
JARVIS GAIDZINSKI
LUCI CHOINACKI
LUIZ HENRIQUE
NEUTO DE CONTO
ORLANDO PACHECO
PAULO DUARTE
RUBERVAL PILOTTO
VASCO FURLAN

PDS
BLOCO
PMDB
PDT
PMDB
PDS
PL
PT
PMDB
PMDB
BLOCO
BLOCO
PDS
PDS

RIO GRANDE DO SUL

ADAO PRETTO
AMAURY MULLER
ANTONIO BRITTO
CARRION JUNIOR
EDEN PEDROSO
FERNANDO CARRION
GERMANO RIGOTTO
IBSEN PINHEIRO
IVO MAINARDI
JOAO DE DEUS ANTUNES
JOSE FORTUNATI
LUIZ ROBERTO PONTE
MENDES RIBEIRO
NELSON JOBIM
ODACIR KLEIN
RAUL PONT
TELMO KIRST
VALDOMIRO LIMA
VICTOR FACCONI
WILSON MULLER

PT
PDT
PMDB
PDT
PDT
PDS
PMDB
PMDB
PMDB
PDS
PT
PMDB
PMDB
PMDB
PT
PDS
PDT
PDS
PDT

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — As listas de presenças acusam o comparecimento de 61 Srs. Senadores e 343 Srs. Deputados. Havendo número regimental, declaro aberta a sessão.

Sobre a mesa a Mensagem Presidencial que será lida pelo Sr. 1º Secretário

É lida a seguinte:

MENSAGEM Nº 43, DE 1992-CN
(Nº 127/92, na origem)

Senhor Presidente do Senado Federal,

Comunico a Vossa Exclência que, nos termos do § 1º do artigo 66 da Constituição Federal, decidi vetar integralmente, por considerá-lo contrário ao interesse público, o Projeto de Lei nº 14, de 1992 (nº 2.615/92, na Câmara dos Deputados), que “Dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público da União e dá outras providências”.

A proposição ora vetada concede aumento, retroativo a 1º de novembro de 1991, de 87% sobre a remuneração total dos eminentes integrantes do Ministério Público da União.

Na justificativa do projeto menciona-se que tal incremento decorre do § 1º do art. 39 da Constituição Federal, que estabelece a isonomia de vencimentos para cargos de atribuições iguais ou assemelhadas do mesmo Poder ou entre servidores dos três Poderes. Também nessa justificava se argumenta que essa isonomia teria sido quebrada por ocasião da revisão dos vencimentos dos membros do Congresso Nacional em novembro último.

É evidente que a promoção da isonomia nos termos propostos abraira precedente para a posterior extensão do reajuste

requerido a todos os servidores do Ministério Público e do Poder Judiciário; e, de percentual ainda superior, aos do Poder Executivo, que, de acordo com o artigo 37, XII, da Lei maior, não podem ter vencimentos inferiores aos dos servidores dos demais Poderes.

Exemplificando as dificuldades orçamentárias derivadas deste reajuste pleiteado não só pelo Ministério Público da União, mas também pelo Judiciário, o quadro anexo demonstra que a aplicação do índice de 87% à despesa anual do Poder Judiciário com Pessoal e Encargos Sociais, prevista a preços de março, da ordem de Cr\$1,8 trilhão, representaria acréscimo de Cr\$1,6 trilhão, elevando a referida despesa anual a Cr\$3,4 trilhões. Como o Orçamento da União para 1992 (Lei nº 8.409, de 28 de fevereiro de 1992) previu dotações para Pessoal e Encargos Sociais, relativamente ao Poder Judiciário, no valor de Cr\$2,9 trilhões, ficariam faltando Cr\$500 bilhões para viabilizar o pagamento do reajuste de 87% no âmbito do Judiciário.

Assim, além de propiciar a oportunidade para reivindicação da isonomia por parte de todos os servidores do Ministério Público e do Poder Judiciário, a aprovação deste projeto resultaria inevitavelmente no risco da extensão do reajuste de 87% a todo o funcionalismo público federal — o que, materializada tal extensão, comprometeria de maneira irremediável a execução financeira do Tesouro Nacional.

A proposição, portanto, contraria o interesse público.

Estas, Senhor Presidente, as razões que me levaram a vetar totalmente o projeto em causa, as quais ora submeto à elevada apreciação dos Senhores Membros do Congresso Nacional.

Brasília, 24 de abril de 1992. — **Fernando Collor de Mello.**

MEFP/SNP/DJU - - PROJECÇÃO DE PESSOAL - PODER JUDICIÁRIO / 1992

C=1990

15/06/92	MEFP/SNP/DJU	Dep. Realiz. judicial	Dep. Propri. orçat	Subtotal	Acresc. B/P	Total	Dotacao	Saldo
	00605			C = A + B	0 = 0,07C	E = C + D	F	G = F - E
PESSOAL ATIVA								
Supremo Tribunal Federal		1.377.268	15.021.210	17.398.478	15.096.917	32.495.396	20.701.910	11.793.486
Superior Tribunal de Justiça		4.239.532	59.230.597	63.470.129	56.951.842	120.421.971	77.872.823	42.549.148
Justiça Federal		35.936.803	183.976.255	219.913.058	189.537.507	409.450.565	278.552.553	130.898.012
Justiça Militar		5.655.583	21.776.912	27.432.495	23.638.115	51.070.610	41.251.562	10.818.948
Justiça Eleitoral		13.397.316	101.435.169	114.832.485	106.295.015	221.127.500	184.227.418	36.900.082
Justiça do Trabalho		119.221.065	461.807.156	581.028.221	477.829.160	1.058.857.381	1.287.222.125	228.367.736
Justiça ST e Territoriais		14.236.628	55.481.229	69.717.857	61.722.762	131.440.619	100.001.591	31.439.028
Ministerio Público do União		23.778.315	15.422.159	39.200.474	95.271.402	134.471.876	115.295.636	19.176.240
Total Ativos		229.923.051	1.186.650.821	1.416.573.872	1.227.210.217	2.643.784.089	2.282.131.618	361.652.471
PESSOAL PASSIVA								
Supremo Tribunal Federal		1.405.032	9.853.209	11.258.241	9.795.722	21.053.963	19.317.459	1.736.504
Superior Tribunal de Justiça		1.740.166	12.116.174	13.856.340	12.955.597	26.811.937	22.459.201	4.352.736
Justiça Federal		5.016.537	33.743.039	38.759.576	32.785.238	71.544.814	60.815.292	10.729.522
Justiça Militar		2.951.997	14.021.135	16.973.132	14.526.148	31.499.280	29.451.278	2.048.002
Justiça Eleitoral		9.623.856	68.687.516	78.311.372	68.558.979	146.870.351	140.527.922	6.342.429
Justiça do Trabalho		22.227.810	191.922.713	214.150.523	191.225.455	405.375.978	301.529.418	103.846.560
Justiça ST e Territoriais		2.291.672	22.431.105	24.722.777	23.201.423	47.924.200	29.236.657	18.687.543
Ministerio Público do União		51.741.559	356.254.163	407.995.722	351.916.745	759.912.467	672.073.767	87.838.700
Total Passivos								
PERMANENTES								
Supremo Tribunal Federal		65.814	456.124	521.938	451.659	973.597	1.316.207	342.613
Superior Tribunal de Justiça		35.165	165.921	201.086	187.550	388.636	295.704	82.932
Justiça Federal		45.207	411.278	456.485	591.205	1.047.690	1.276.257	228.762
Justiça Militar		40.510	293.239	333.749	281.655	615.404	612.576	2.828
Justiça Eleitoral		283.431	1.418.115	1.701.546	1.456.619	3.158.165	313.133	1.394.032
Justiça do Trabalho		1.075.124	8.376.799	9.451.923	4.407.537	13.859.460	5.055.927	8.803.533
Justiça ST e Territoriais		66.612	407.889	474.501	402.443	876.944	831.692	45.212
Ministerio Público do União		1.401.311	9.827.370	11.228.681	9.131.603	20.360.284	9.827.211	10.533.073
Total Permanentes								
Total Geral		276.177.379	1.550.161.232	1,826.338.612	1,530.115.510	3,356.454.122	2,954.209.381	402.244.741

Observações:

- Inclui de vista o estabelecido no inciso II do art. 37 da Constituição Federal, o imposto dos reajustes previstos nos Projetos de Lei foi calculado sobre a despesa global de cada Estado.
- Os projetos nos itens em conta incluem o previsto de reajuste salarial a ser concedido aos servidores públicos civis e militares;
- Os dados incluem os inativos e pensionistas da B/P, uma vez que essas despesas correm por conta dos Encargos Previdenciários da União - Recursos sob Supervisão do RPP.

PROJETO A QUE SE REFERE O VETO

Nº 2.615/92, NA CÂMARA DOS DEPUTADOS
Nº 14/92, NO SENADO FEDERAL

Dispõe sobre os vencimentos dos Membros do Ministério Público, da União, e dá outras providências.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º O vencimento básico dos Membros do Ministério Público da União, a partir de 1º de novembro de 1991, é fixado, observada a descrição de cargos dos itens I, II, III e IV do Anexo da Lei nº 8.230, de 9 de setembro de 1991, respectivamente, em Cr\$1.513.557,70 (um milhão, quinhentos e treze mil, quinhentos e cinquenta e sete cruzeiros e setenta centavos), Cr\$ 1.468.159, 18 (um milhão, quatrocentos e sessenta e oito mil, cento e cinquenta e nove cruzeiros e dezoito centavos), Cr\$1.422.759,76 (um milhão quatrocentos e vinte e dois mil, setecentos e cinquenta e nove cruzeiros e setenta e seis centavos) e Cr\$ 1.362.201,66 (um milhão, trezentos e sessenta e dois mil, duzentos e um cruzeiros e sessenta e seis centavos).

Parágrafo único. A verba de representação mensal dos Membros do Ministério Público da União a que se refere este artigo é a constante do Anexo da Lei nº 7.725, de 6 de janeiro de 1989, com as modificações introduzidas pelo art. 3º da Lei nº 8.273, de 18 de dezembro de 1991.

Art. 2º Os vencimentos estabelecidos no artigo anterior e seu parágrafo único serão reajustados nas mesmas datas e pelos mesmos índices adotados para os servidores da União.

Art. 3º Aplicam-se aos Membros aposentados do Ministério Público da União e aos beneficiários dos falecidos as disposições constantes desta lei.

Art. 4º Dos vencimentos previstos no art. 1º e seu parágrafo único e dos proventos de aposentadoria a que se refere o artigo anterior, serão deduzidas as parcelas correspondentes, a partir de 1º de novembro de 1991, com base na legislação vigente.

Art. 5º As despesas resultantes da execução desta lei correrão à conta das dotações consignadas no orçamento da União.

Art. 6º Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º Revogam-se as disposições em contrário.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — De acordo com o disposto no § 2º do art. 104 do Regimento Comum, fica assim, constituída a comissão mista incumbida de relatar o veto:

MENSAGEM Nº 43, DE 1992-CN
(Projeto de Lei da Câmara nº 14, de 1992)

Senadores:

Nabor Júnior
Chagas Rodrigues
Jonas Pinheiro

Deputados:

Germano Rigotto
José Thomaz Nonó
Hélio Bicudo.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nos termos do art. 105 do Regimento Comum, a comissão mista deverá apresentar o relatório sobre o veto até o dia 23 do corrente.

A convocação de sessão destinada a apreciação da matéria será feita após a publicação e distribuição de avulsos con-

tendo o texto do projeto vetado, o parecer da Comissão que o apreciou e o relatório da comissão mista ora designada.

O prazo previsto no § 4º do art. 66 da Constituição Federal se encerrará em 3 de agosto de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Há oradores inscritos.

Com a palavra a nobre Deputada Irma Passoni.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, primeiramente quero deixar registrado o meu agradecimento a todos os funcionários do Senado e aos assessores que participaram dos trabalhos da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que analisou as causas do atraso científico e tecnológico. Sem a ajuda dessas pessoas teria sido impossível concluir o trabalho.

Não houve nenhum estardalhaço na imprensa durante o funcionamento da CPMI, mas agora ela está sendo assunto de matéria de vários jornais. Alguns artigos publicados levaram o Secretário de Ciência e Tecnologia a negociar com o Presidente Collor a liberação de 270 bilhões de cruzeiros para os institutos de pesquisas. Isso é muito importante.

Tenho recebido dezenas de pedidos de cópias do relatório por parte de universidades e institutos de pesquisa. Várias embaixadas sediadas no Brasil também as solicitaram porque segundo informações que obtive, interessa aos governos que aqui representam que, quando houver negociações de cooperação técnico-científica que envolvam empréstimos externos, seja avaliado se os recursos liberados são devidamente aplicados na área e estão contribuindo de fato para o desenvolvimento do País.

Por isso, considero muito importante o sério trabalho realizado, e o relatório que apresentamos agora suscita discussões e estudos em várias áreas.

Quero também, Sr. Presidente, aproveitar esta oportunidade para tratar de outro assunto.

Muitas pessoas no Brasil estão participando da Tele-Sena, e tenho algumas ponderações a fazer sobre esse jogo.

O art. 45 do Decreto-Lei nº 6.259, de 10 de fevereiro de 1944, considera contravenção penal qualquer jogo de azar. A Tele-Sena e a Poupoteca são jogos de azar. Quanto à Poupoteca, a sua mensagem é clara: "Por um lado você poupa; outro joga na sorte". Só que as pessoas que jogam na Tele-Sena são iludidas. Devem guardar o cupom para receber o dinheiro de volta somente depois de um ano e, se não me engano, apenas 50% do valor original. Isto é um absurdo. As pessoas são roubadas claramente e continuam apostando nesse jogo de azar. Por outro lado, não há nenhuma regulamentação de que parte desse dinheiro seja investida na área social, como é feito com outras loterias.

Segundo a lei, "a concessão de exploração de jogo de loteria constitui derrogação excepcional ao serviço público, que tem o direito exclusivo de explorá-lo", ou seja, é exclusivo da União, não suscetível de concessão. Nem Sílvia Santos, com a Tele-Sena, nem o Banco Nacional, com a Poupoteca, podem explorar esse jogo de azar.

O art. 55, parágrafo único, do Decreto-Lei nº 6.259 proíbe a divulgação da propaganda dos jogos de azar por meio do jornal, revista, rádio, ou de anúncio, aviso ou resultado. A pena prevista é a cassação do meio de comunicação transgressor.

O SBT divulga, durante todos os dias da semana, a Tele-Sena. Já apelamos para o Secretário Nelson Marchezan no

sentido de que tome providências, mas parece que S. Ex^a não entendeu bem o recado.

A lei proíbe ainda a remessa dos bilhetes de loterias através do correio, como fazem hoje Sílvio Santos e o Banco Nacional, utilizando a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos. O art. 57 considera ilegal o transporte de bilhetes de loterias entre os Estados e internamente entre eles.

Em São Paulo, foi encaminhada representação ao Procon, solicitando-lhe que alerte os que compram a Tele-Sena para não jogarem a cartela fora quando os números não conferem com os sorteados, porque a cartela constitui também uma poupança. Sílvio Santos não chama a atenção para isso. Deixa correr.

A Tele-Sena, segundo os advogados de Sílvio, é um título de capitalização e não um bilhete de loteria, porque consiste numa poupança. Outros advogados, no entanto, que entraram com representação na Procuradoria-Geral da União, como Lauro Campos, contestam esse argumento, mostrando que a propaganda do jogo da sorte está imprimida na própria cartela.

O Deputado Eduardo Jorge e eu entramos também com uma representação e esperamos algum pronunciamento a esse respeito imediatamente. São bilhões de cruzeiros aplicados em jogo diariamente, e, na verdade, o prejuízo é público, pois a população brasileira é a única prejudicada no final das contas.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Com a palavra o Deputado Paulo Ramos.

O SR. PAULO RAMOS (PDT — RJ. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, ocupo a tribuna não propriamente para fazer um pronunciamento, mas para fazer uma consulta à Mesa e, ao mesmo tempo, uma solicitação, devendo ser vista como uma espécie de exigência, não querendo ser intempestivo ou até insubordinado em relação à Presidência.

Já está formalizado o requerimento de uma Comissão Parlamentar Mista de Inquérito para tratar do endividamento externo brasileiro, tendo em vista o que consta no art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

O requerimento já está formalizado há bastante tempo, e não sei se todas as Lideranças partidárias já fizeram as respectivas indicações dos membros da Comissão. Na hipótese de todas elas não terem sido feitas, obviamente cabe à Presidência fazer a indicação, por força do que consta do Regimento Comum.

Portanto, se configura a hipótese da não-indicação por parte de alguns Líderes partidários, solicito à Presidência do Congresso Nacional que tome a iniciativa de promover as indicações e elaborar o ato para instalação da CPI mista.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Nobre Deputado Paulo Ramos, pelo Regimento as Lideranças têm que apresentar a lista dos representantes de cada partido, o que não foi feito até agora.

O SR. PAULO RAMOS — Sr. Presidente, o Regimento Comum, do qual não estou de posse, diz que, na hipótese da não indicação, pelas Lideranças partidárias, dos membros da Comissão, cabe ao Presidente do Congresso indicá-los. Como estamos a alguns meses da instalação de uma CPI da maior importância para os destinos do Brasil, somente agora, esgotados todos os prazos e a paciência, peço a V. Ex^a que tome a iniciativa de fazer a indicação, não como um ato arbitrário mas como um ato discricionário, previsto no Regimento Comum.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex^a tem razão. Vou tomar as providências para que sejam feitas as indicações.

O SR. PAULO RAMOS — Agradeço a V. Ex^a

A Sr^a Irma Passoni — Sr. Presidente, peço a palavra pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Tem V. Ex^a a palavra.

A SRA. IRMA PASSONI (PT — SP. Sem revisão da oradora.) — Sr. Presidente, regimentalmente V. Ex^a informa à Casa o fim de algo que não foi instalado. Lamento muito, porque hoje no País, se, por um lado, há liberdade de as instituições procederem a processos educacionais, por outro, há um verdadeiro caos com relação ao preço das mensalidades, que está insustentável, e seu aumento é mensal, quando os trabalhadores não têm reajuste salarial todos os meses.

Parece-me que este Congresso renuncia ao seu papel de fiscalizador e acompanhador do cálculo das mensalidades escolares. Lamento muito.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — V. Ex^a tem razão, nobre Deputada.

A SRA. IRMA PASSONI — Sr. Presidente, acho que a questão é muito séria, e queremos deixar registrado o nosso posicionamento a respeito do assunto.

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Costa) — Concedo a palavra ao nobre Senador Humberto Lucena.

O SR. HUMBERTO LUCENA (PMDB — PB. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Congressistas, aproveito esta oportunidade em que o Congresso Nacional se reúne para fazer um apelo ao Sr. Presidente da Câmara dos Deputados e a todos os Líderes com assento naquela Casa do Congresso Nacional no sentido de acelerarem a apreciação, em segundo turno, da proposta de emenda constitucional que antecipa para 21 de abril de 1993 o plebiscito que há de decidir a forma e o sistema de governo no País.

Sr. Presidente, Srs. Congressistas, na verdade, a mim me parece que essa é uma matéria de transcendental importância, porque não poderemos realizar o plebiscito de maneira tranqüila em 7 de setembro do próximo ano, tendo em vista que já estaremos em plena efervescência da fase preliminar da campanha de sucessão do Presidente da República e dos Governadores dos Estados, que ocorrerá em 1994.

Creio, portanto, que os Srs. Deputados devem terminar a apreciação dessa matéria, para que ela chegue a tempo e a hora no Senado Federal, onde possa ser votada em dois turnos até o final do corrente mês, e seja promulgada pelos Presidentes do Senado e da Câmara dos Deputados. Dessa forma, o plebiscito, antecipado, será realizado em data mais oportuna, havendo tempo — justamente o período entre janeiro e abril do próximo ano — de fazer-se uma campanha de esclarecimento junto à opinião pública não só quanto à forma de governo, república ou monarquia, como também quanto ao sistema de governo, presidencialista ou parlamentarista.

Era o que tinha a dizer.

Durante o discurso do Sr. Humberto Lucena, o Sr. Alexandre Costa deixa a cadeira da presidência, que é ocupada pelo Sr. Mauro Benevides, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Não há mais oradores inscritos.

A Presidência comunica ao Plenário que se esgotou, no dia 31 de maio próximo passado, o prazo da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito criada através do Requerimento nº 799, de 1991-CN, destinada a apurar os custos reais dos estabelecimentos de ensino particulares no Brasil e seus reflexos nas mensalidades escolares.

Nos termos do inciso II do art. 76 do Regimento Interno do Senado Federal, aplicado subsidiariamente ao Regimento Comum, a Presidência declara extinta a referida Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Srs^{as} e Srs. Congressistas, a Presidência deseja dar conhecimento à Casa de uma postulação do Senador Amazonino Mendes referente à composição da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito que investiga acusações feitas pelo Sr. Pedro Collor de Mello de irregularidades que se caracterizariam como ilicitudes penais.

O Senador Amazonino Mendes, inconformado com a composição da Comissão Parlamentar de Inquérito, interpôs recurso, vazado nos termos de uma petição que será agora lida pelo Sr. 1º Secretário, Deputado Inocêncio Oliveira.

É lida a seguinte:

Excelentíssimo Senhor Senador Mauro Benevides
Digníssimo Presidente do Congresso Nacional

O Partido Democrata Cristão, por sua liderança nesta casa, vem pela presente recorrer da decisão da Mesa Diretora presidida por Vossa Excelência, que acolheu a indicação feita pelo Líder do Partido Democrático Social de membro estranho aos quadros daquela agremiação partidária para compor a Comissão Parlamentar de Inquérito Destinada a Apurar Denúncias do Sr. Pedro Collor de Mello sobre as Atividades do Sr. Paulo César Cavalcante Farias.

Tal procedimento configurou a esdrúxula situação de se admitir que a referida Comissão venha a ser integrada por representante de Partido minoritário em detrimento de organização partidária com maior número de representantes, no caso, o Partido Democrata Cristão.

Ademais, a inteligência do artigo 10 do Regimento Comum, cujo conteúdo normativo acha-se repisado no artigo 78 do Regimento Interno desta Casa é clara ao estabelecer a participação proporcional das representações partidárias o que, por certo, não ocorreu in casu, em razão do artifício utilizado pela representação do Partido Democrático Social.

Vale acrescentar, ainda, que tal prática se vier a ser admitida, em tese, como praxe ou tradição, não deixa de constituir burla ou fraude à vontade do legislador, expressada de forma insofismável no dispositivo supracitado, o qual, por sua vez, tem matriz constitucional no parágrafo primeiro do artigo 58 da Lei Maior.

O acolhimento da referida indicação esbarra, à toda evidência, no princípio da identidade dos partidos que se acha agasalhado de forma inequívoca pelo Regimento Interno do Senado Federal, que em seu artigo 78 prevê a alternativa de Bloco disciplinando a composição de Partidos diferentes para formalizar a indicação às Comissões, jamais admitindo a via ora atacada, a qual violenta, às escâncaras, o princípio da identidade partidária.

Ao admitir-se o ocorrido, tanto o Partido Democrata Cristão quanto o próprio Partido Democrático Social hão de ficar vulneráveis com relação ao direito à proporcionalidade, pois pelo sistema de rodízio a que estão sujeitos, cada Líder de per se poderá repetir tal prática absurda e subvertedora de democrático princípio da proporcionalidade.

Em face das razões expostas e enfatizando-se neste passo a inquestionável afronta ao que dispõem os artigos 10 do Regimento Comum, 58, § 1º da Constituição Federal e 78 do Regimento Interno desta Casa, **data maxima venia**, espera o postulante seja reformada a decisão de Vossa Excelência que admitiu a indicação de parlamentar estranho ao Partido a que pertence a Liderança que o indicou.

Senado Federal, 2 de junho de 1992. — Senador Amazonino Mendes, Líder do PDC.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sras. e Srs. Congressistas, em relação ao documento que acaba de ser lido, esta Presidência presta os seguintes esclarecimentos, que entende oportunos:

A proporcionalidade partidária na constituição das Comissões é assegurada no art. 58, § 1º da Constituição Federal, como se infere de sua transcrição literal:

“Art. 58. O Congresso Nacional e suas Casas terão comissões permanentes e temporárias, constituídas na forma e com as atribuições previstas no respectivo regimento ou no ato de que resultar sua criação.

§ 1º Na constituição das Mesas e de cada Comissão, é assegurada, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos ou dos blocos parlamentares que participam da respectiva Casa.”

A norma está reproduzida no art. 78 do Regimento Interno:

“Art. 78 Os membros das comissões serão designados pelo Presidente, por indicação escrita dos respectivos Líderes, assegurada, tanto quanto possível, a participação proporcional das representações partidárias ou dos blocos parlamentares, com atuação no Senado Federal.” (Const., art. 58, § 1º).

O Art. 10 do Regimento Comum fica prejudicado em sua aplicação tendo em vista o inequívoco conflito existente entre o mesmo e o texto constitucional antes referenciado, que é posterior e de hierarquia evidentemente predominante.

A Constituição prescreve que os partidos ou blocos parlamentares têm o direito de participar das Comissões. O texto constitucional, no entanto, não estabelece um critério objetivo e rígido para a verificação da proporcionalidade partidária. Ao contrário, prevê uma flexibilidade flagrante. O “tanto quanto possível” determina a existência de um poder discricionário deferido aos partidos ou blocos parlamentares para fixar sua participação nas Comissões de modo consensual.

A Mesa do Senado construiu uma interpretação que vem sendo adotada, sem qualquer contestação, há anos, a partir do princípio estabelecido no art. 79 do Regimento Interno, verbis:

“Art. 79 No início de cada legislatura, os Líderes, uma vez indicados, reunir-se-ão para fixar a representação numérica dos partidos e dos blocos parlamentares nas comissões permanentes.”

A proporcionalidade matemática, uma vez fixada, passa, então, a constituir direito básico de participação dos partidos ou blocos parlamentares. A partir daí, são possíveis os ajustes que devem ser feitos em observância a variáveis conjunturais e que possibilitam a imediata composição das Comissões.

Esses entendimentos são de competência exclusiva das representações partidárias, cabendo à Presidência formalizar as indicações, em atendimento ao art. 78 do Regimento Interno, já mencionado.

Não há nos textos constitucional e regimental pertinentes, nenhum critério limitativo às indicações partidárias; não se proíbe a desistência ou a cessão da vaga; e nem mesmo a falta da indicação. Nesse último caso, a Presidência possui a prerrogativa de saná-la, processando o preenchimento da vaga ao seu alvedrio.

Tendo em vista que “o lugar na comissão pertence ao partido ou bloco parlamentar” (art. 81, *caput*, Regimento Interno do Senado Federal), é imperativo concluir-se que estes procedimentos são lícitos, pela razão de que viabilizam a composição da comissão dentro do “tanto quanto possível” constitucional.

Isso tem-se registrado com frequência na Casa, sem qualquer embargo, sempre com o indiscrepante beneplácito dos líderes partidários. Veja-se, por exemplo:

1.

O SR. PRESIDENTE (Rachid Saldanha Derzi). —

De acordo com as indicações das Lideranças, a Presidência designa, para integrarem a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul os ilustres Senadores:

PMDB

Pedro Simon

José Fogaça

Márcio Lacerda

PFL

Odacir Soares

Esperidião Amin (por cessão)

PSDB

Direceu Carneiro

PTB

Affonso Camargo

PDT

Nelson Wedekin

Gabinete da Liderança do PFL

Of. GL PFL nº 082/91

Brasília, 25 de setembro de 1991.

Excelentíssimo Senhor

Senador Mauro Benevides

DD. Presidente do Senado Federal

Nesta.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, na qualidade de Líder do Partido da Frente Liberal — PFL, no Senado Federal, para indicar, *por cessão*, o ilustre Senador Esperidião Amin (PDS/SC), para integrar a Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, em cumprimento ao disposto no art. 24 do Tratado de Assunção.

Na oportunidade, reitero a Vossa Excelência meus protestos de elevado apreço e consideração. — Senador Marco Maciel, Líder do PFL no Senado Federal.

2.

OF. S/N-92

Brasília, 17 de março de 1992.

Senhor Presidente:

Solicitamos a Vossa Excelência providenciar às seguintes substituições nas Comissões Permanentes deste Senado Federal:

O Senador **Alfredo Campos**, como Titular, na Comissão de Assuntos Econômicos, pelo Senador **Eduardo Suplicy**, *por cessão* do PMDB;

O Senador **José Paulo Bisol**, como Titular, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pelo Senador **Eduardo Suplicy**;

E o Senador **Eduardo Suplicy**, como Titular, na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, pelo Senador **Humberto Lucena**.

Ao ensejo, renovamos a Vossa Excelência os protestos de estima e consideração. — Senador **Humberto Lucena**, Líder do PMDB — Senador **Eduardo Suplicy**, Líder do PT — Senador **José Paulo Bisol**, Líder do PSB.

Gabinete do Senador José Eduardo

OFÍCIO GAB. Nº 053/92.

Brasília, 28 de maio de 1992.

Ao

Exmº. Sr. Senador Mauro Benevides

DD. Presidente do Senado Federal

Brasília — DF.

Senhor Presidente,

Comunico a Vossa Excelência, que esta Liderança, nos termos do art. 81 do Regimento Interno, *cede*, ao Senador **Enéas Faria**, do Partido Social Trabalhista-PST, o lugar anteriormente ocupado pelo Senador **Afonso Camargo**, afastado dos trabalhos da Casa por ter assumido o cargo de Ministro de Estado, nas seguintes Comissões Permanentes: Comissão de Assuntos Sociais, na qualidade de titular, Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, de Serviços de Infra-Estrutura e de Educação, na qualidade de suplente, respectivamente.

Aproveito a oportunidade para renovar a Vossa Excelência os meus protestos de elevada estima e distinta consideração. — Senador **José Eduardo**, Líder do PTB.

Paralelamente, não se pode contestar que o sistema democrático brasileiro, alicerçado na Constituição de 1988, baseia-se, *in casu*, na “livre criação, fusão, incorporação e extinção de partidos políticos, resguardados a soberania nacional, o regime democrático, o pluripartidarismo.” (art. 17 da C.F.).

A possibilidade da criação de blocos parlamentares nada mais é que uma maneira de concretizar a disposição constitucional de ampla liberdade de articulação dos partidos políticos.

No caso em espécie, a indicação coube ao PDS, observado o sistema de rodízio acordado entre aquela facção e o PDC. Como beneficiário da vaga, o Partido, através do Líder, indicou para preenchê-la um integrante de outro Partido, o Senador **José Paulo Bisol**, do PSB.

Como é insofismável que o Líder retrata a decisão do Partido como um todo, pois por ele fala, representando-o, esta Presidência não vislumbrou, na referida indicação, qualquer infringência constitucional ou regimental, nem mesmo às tradições e à praxe da Casa, tendo, assim, formalizado a designação junto com as demais previamente enviadas, delas dando conhecimento imediato à outra Casa do Congresso.

Eram esses os esclarecimentos que a Presidência julgou conveniente prestar ao nobre Senador Amazonino Mendes e à Casa.

A Presidência esclarece aos Srs. Congressistas que, tendo em vista essa decisão sobre matéria rumorosa, que ocupa hoje as atenções das duas Casas do Congresso Nacional, da imprensa e da opinião pública do País, decide recorrer *ex officio* da sua decisão para a Comissão de Constituição e Justiça

e de Redação do Senado Federal, para que aquele douto Colegiado esclareça esta matéria, pondo um fim a todas as dúvidas que, neste instante, ainda são suscitadas na interpretação quer do princípio constitucional da proporcionalidade, quer da norma regimental que disciplina a composição das Comissões Permanentes, das Comissões Parlamentares de Inquérito e das Comissões Especiais.

Portanto, com esta comunicação, dirimimos as dúvidas suscitadas e esperamos que a Comissão de Constituição e Justiça e de Redação se pronuncie com a maior celeridade possível sobre a questão ora decidida pela Presidência. (Pausa.)

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Sobre a mesa, ofício que será lido pelo Senhor 1º Secretário.

É lido o seguinte:

SGM/P nº 961

Brasília, 3 de junho de 1992.

Senhor Presidente,

Tenho a honra de comunicar a Vossa Excelência, em atenção ao Ofício nº 208/92, de 28 de maio p.p., da Liderança

do PDS, a substituição dos Deputados **Maria Valadão**, para integrar, como titular, e **Francisco Diógenes**, como suplente, a Comissão Mista Especial destinada a “acompanhar os preparativos e a realização da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento”.

Colho o ensejo para renovar a Vossa Excelência protestos de apreço. — Deputado **Ibsen Pinheiro**, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) — Será feita a substituição solicitada.

Nada mais havendo a tratar, está encerrada a sessão.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 1 minuto.)

ATAS DE COMISSÃO

ATAS DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

(*) ATAS DA 1ª A 6ª REUNIÕES, DE 1992.

(.) Publicadas no Suplemento “B” à presente edição.

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF

EDIÇÃO DE HOJE: 96 PÁGINAS



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII — SUPLEMENTO AONº 19

QUINTA-FEIRA, 4 DE JUNHO DE 1992

BRASÍLIA — DF

CONGRESSO NACIONAL

ATAS DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES:

- **ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA EM 01 DE ABRIL DE 1992.**
- **ATA DA SEGUNDA REUNIÃO, REALIZADA EM 2 DE ABRIL DE 1992.**
- **ATA DA TERCEIRA REUNIÃO, REALIZADA EM 30 DE ABRIL DE 1992.**
- **ATA DA QUARTA REUNIÃO, REALIZADA EM 7 DE MAIO DE 1992**
- **ATA DA QUINTA REUNIÃO, REALIZADA EM 14 DE MAIO DE 1992**
- **ANEXO DA QUINTA REUNIÃO**
- **ATA DA SEXTA REUNIÃO, REALIZADA EM 20 DE MAIO DE 1992**

ANEXO A ATA DA 1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO) DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA; CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRA E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia
Vice-Presidente: Senador Elcio Álvares
Relator: Senador Beni Veras

COMISSÃO ESPECIAL MISTA

Criada através do Requerimento nº 810, de 1991-CN, de autoria do Senhor Senador Beni Veras, destinada a estudar o problema do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro e propor soluções.

1ª REUNIÃO (INSTALAÇÃO), REALIZADA

EM 1 DE ABRIL DE 1992

As dez horas do dia primeiro de abril de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 2, da Ala Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Congressistas: Senadores Garibaldi Alves, Wilson Martins, Elcio Álvares, Marco Maciel, Beni Veras, Marluce Pinto, Albano Franco, Esperidião Amin, Mansueto de Lacerda e Teotônio Vilela Filho, e Deputados Mavíael Cavalcanti, Vicente Fialho, César Maia, Paulo Delgado, Ariosto Holanda e Marco Penaforte. Deixam de comparecer, por motivo justificado os demais membros. Havendo número regimental e em obediência ao que preceitua o Regimento Comum do Congresso Nacional, assumiu a Presidência, eventualmente, o Senhor Senador Wilson Martins, que deu como aberto os trabalhos da Comissão, comunicando que em virtude de acordo de lideranças, havia a indicação consensual do Senhor Deputado César Maia e do Senhor senador Elcio Álvares, para exercerem respectivamente, as funções de Presidente e Vice-Presidente. Sem restrições dos presentes sobre as indicações foram ambos eleitos por aclamação. Ato contínuo, o Senhor Deputado César Maia assumindo a Presidência designou como Relator da matéria, o Senhor Senador Beni Veras, passando a palavra para o mesmo. O Relator Senador Beni Veras de posse da palavra, apresenta à Comissão Cronograma Preliminar dos Trabalhos. Colocado em discussão foi aprovado por unanimidade. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente convocou nova reunião para o dia 2 de abril de 1992, quinta-feira, às dez horas, no Auditório Petrólio Portella, agradeceu a presença de todos e encerrou a reunião às onze horas e quinze minutos. E para constar, eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação.

ANEXO A ATA DA 2ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA; CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia
Vice-Presidente: Senador Elcio Álvares
Relator: Senador Beni Veras
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

2ª REUNIÃO, REALIZADA

EM 2 DE ABRIL DE 1992

As dez horas do dia dois de abril de mil novecentos e noventa e dois, no Auditório Petrólio Portella, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Mauro Benevides, Garibaldi Alves, Marco Lacerda, Wilson Martins, Francisco Rollemberg, Elcio Álvares, Beni Veras, Marluce Pinto, Amazonino Mendes e Mansueto de Lacerda, e Deputados Mavíael Cavalcanti, Vicente Fialho, César Maia, José Dutra, Roberto Freire, Paulo Delgado, Beth Azeite, Nelson Trad. Deixam de comparecer por motivo justificado os demais membros. Havendo número regimental, assumiu eventualmente a Presidência o Senhor Senador Mauro Benevides, Presidente do Congresso Nacional, que deu como aberto os trabalhos da Comissão, comunicando a presença dos Senhores Governadores Antônio Fleury (São Paulo), Ciro Gomes (Ceará), Gilberto Mestrinho (Amazonas) e Iris Rezende (Goiás), do Superintendente Adjunto da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste-SUDENE, Dr. Eliezer Menezes, do Presidente do Banco do Nordeste do Brasil-BNB, Dr. Jorge Lins Freire e do Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia-SUDAM, Dr. Alcyr Meira. O Senhor Senador Mauro Benevides fala da importância da Comissão e justifica que tem que ausentar-se para cumprir outro compromisso passando a Presidência dos trabalhos para o Senhor Deputado César Maia. O Presidente passa a palavra ao Senhor Senador Beni Veras. Ato contínuo o Senhor Presidente passa a palavra aos Senhores Governadores Antônio Fleury, Gilberto Mestrinho, Ciro Gomes e Iris Rezende. Em seguida o Senhor Presidente agradece a presença de todos e realça a importância da contribuição deixada pelos Senhores governadores. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente encerrou a reunião às doze horas e quarenta e cinco minutos e solicitou a mim, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, que lavrasse a presente Ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e levada à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. MAURO BENEVIDES - Convido a tomar assento à Mesa os Exm^{as} Srs. Governadores de Estado Antônio Fleury Filho, de São Paulo; Iris Rezende, de Goiás; Ciro Gomes, do Ceará e Gilberto Mestrinho, do Amazonas.

A Mesa já se encontra o Deputado César Maia, Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional. Convidamos ainda para tomar assento à Mesa o Sr. Superintendente da SUDAM, Dr. Alcyr Meira, bem assim o Superintendente da SUDENE, Dr. Eliezer Menezes.

Convidamos também o Vice-Presidente da Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, Senador Elcio Álvares a tomar assento à Mesa, já que nela estão o Presidente César Maia e o Relator Beni Veras.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - Srs e Srs., neste instante vamos dar início à solenidade de instalação da Comissão Mista para o Estudo do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro.

Com a palavra S. Ex^a o Sr. Presidente do Senado Federal e do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides.

O SR. PRESIDENTE (Mauro Benevides) - Exm^o Sr. Deputado César Maia, Presidente da Comissão Mista; Vice-Presidente, Senador Elcio Álvares; Sr. Relator, Senador Beni Veras; Exm^o Sr. Governador Antônio Fleury Filho; Exm^o Sr. Governador Ciro Gomes; Exm^o Sr. Governador Iris Rezende; Exm^o Sr. Governador Gilberto Mestrinho, Exm^o Superintendente da Sudam, Dr. Alcyr Meira, Exm^o Sr. Superintendente em exercício da Sudene, Dr. Eliezer Menezes; Exm^o Sr. Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Jorge Lins, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. representantes de órgãos governamentais, demais ilustres participantes deste Simpósio que hoje se instala sob os auspícios do Senado Federal, do Congresso Nacional e da Câmara dos Deputados. É uma Comissão Mista incumbida do estudo do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro.

Srs e Srs., quatro eminentes Governadores, representando as macrorregiões brasileiras, aqui se encontram: Antônio Fleury, de São Paulo, Ciro Gomes, do Ceará, Gilberto Mestrinho, do Amazonas, Iris Rezende, de Goiás, prestigiando o ato inaugural da Comissão Mista que ora se instala com tão elevados objetivos. Eis a nacionalidade, milagrosamente uma e indivisível e, no entanto, regionalmente polimorfa e diferenciada. Este recinto abriga chefes do Poder Executivo, representando uma região mais desenvolvida do País, outra mais tórrida e seca, a terceira mais abundante em águas e verde e a quarta significando a presença do Planalto Central cheia de promissoras esperanças.

Belo e rico na diversidade de suas paisagens, de suas etnias, o Brasil apresenta solos férteis e subsolos enriquecidos com as mais diferenciadas preciosidades minerais, merecendo atenção especial de todos brasileiros e de seus poderes de órgãos representativos.

A Comissão Mista que hoje inicia suas tarefas tem o propósito de aprofundar estudos sobre o patente desequilíbrio econômico existente entre as diversas áreas territoriais, pois essa anomalia já adquiriu tal vulto que começa a ganhar consistência movimentos separatistas, colocando em xeque mais que a Federação, a própria nacionalidade.

Instala-se neste plenário, num momento particularmente delicado da atual conjuntura, quando uma recessão começa a delinear-se em pesadelo mundial afetando nosso País de modo indiscutivelmente profundo. Mesmo os Estados mais prósperos como São Paulo, vêem-se sitiados pela crise que, golpeando com severidade os setores da produção, desaba com crueldade sobre a classe operária, ora reduzindo seus salários, ora jogando-a parcialmente no desemprego.

Acredito que dos debates a serem travados e das análises apresentadas haverão de surgir propostas, programas e projetos que, levando em conta as peculiaridades e potencialidades de cada região, contemplem benéfica e solidariamente nosso imenso território.

A presença de ilustres Governadores de Estado nesta solenidade de instalação da Comissão Mista constitui uma demonstração eloquente de que os trabalhos se iniciam sobre os melhores auspícios. Felicito os idealizadores desta promoção, em especial meu Colega, nobre Senador Beni Veras, que a ela se vem entregando por inteiro, em tempo, dedicação e capacidade.

Estou certo de que esta Comissão encontrará caminhos viáveis no desenvolvimento integrado e harmônico do País.

Agradeço a atenção das autoridades que aqui se encontram e garanto decidido apoio a tudo quanto for indispensável ao êxito deste magno evento que tem a inspirar-lo os interesses maiores do Brasil. (Muito bem! Palmas.)

Vou anunciar agora a composição da Comissão Mista: Presidente: Deputado César Maia, Vice-Presidente: Senador Elcio Álvares, Relator: Senador Beni Veras. Senadores titulares: Coutinho Jorge, Garibaldi Alves Filho, Márcio Lacerda, Wilson Martins, Francisco Rollemberg, Elcio Álvares, Marco Maciel, Beni Veras, Marluce Pinto, Magno Bacelar, Albano Franco, Amazonino Mendes, Esperidião Amin.

Suplentes: Mansueto de Lacerda, Nabor Júnior, Odacir Soares, Teotônio Vilela Filho, Levy Dias, Lucídio Portella, Moisés Abrão.

Deputados: César Maia, José Dutra, Pinheiro Landim, Roberto Freire, José Luiz Maia, João Melão, Paulo Mandarino, Vicente Fialho, Iberê Ferreira, Mavíael Cavalcanti, Paulo Delgado, Beth Azeite, Nelson Trad.

Suplentes: Ariosto Holanda, Marco Pena Forte, Fetter Júnior, Jonas Pinheiro, Raul Belém, Luiz Tadeu Leite e Maria Valadão.

Na condição de Presidente do Congresso Nacional, declaro realmente empossada a Comissão Mista que terá a dirigi-la como Presidente o Deputado César Maia, Vice-Presidente, Senador Elcio Álvares e Relator Senador Beni Veras.

Ao fazer esta declaração formal de instalação da Comissão Mista, incumbida de promover o estudo do desequilíbrio inter-regional brasileiro, deixo reiterar, como já disse na mensagem inicial, o apoio decidido do Senado e do Congresso para que os objetivos desta Comissão Mista sejam alcançados e se encontrem aqueles caminhos viáveis que corrijam as distorções do processo de desenvolvimento em nosso País.

Empossada, portanto, a Comissão Mista, que tem como Presidente o Deputado César Maia.

Concedo a palavra ao Presidente da Comissão Mista, Deputado César Maia.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) - Sr. Presidente do Senado Federal, Senador Mauro Benevides, Sr. Senador Elcio Álvares, Vice-Presidente desta Comissão, Sr. Relator, Senador Beni Veras, Srs. Senadores e Deputados, Membros desta Comissão, Srs. Governadores, Srs. dirigentes de órgãos de desenvolvimento regional, Srs. e Srs. Parlamentares, Srs. Srs. e Srs., a instalação desta Comissão ocorre de forma simbólica no ano em que o Banco da Borracha, hoje o Banco da Amazônia, comemora o seu cinquentenário.

Há quarenta anos, em 1952, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e o Banco do Nordeste do Brasil eram também constituídos por lei.

O Brasil tem uma extensa trajetória de erros e de acertos em matéria de correção de desequilíbrios regionais. Provavelmente, as restrições de ordem tecnológica e política tenham produzido mais distorções do que certo ou rumos.

No momento em que o nosso País rediscute as suas estratégias de desenvolvimento, num mundo que ganha características diferentes das do mundo industrial, não poderia deixar o Congresso Nacional de se pronunciar a respeito, consultando o que há de melhor na inteligência brasileira: políticos, a sociedade organizada, sociólogos, economistas, enfim, consultando aqueles que têm a responsabilidade pelas reflexões e pela condução

dos destinos desta Nação. Nesse sentido, Sr. Presidente, não poderia ter sido melhor essa decisão.

O Congresso Nacional, a partir deste momento, participará paripassu com as reflexões realizadas por toda a nossa sociedade, pelos esforços realizados pelo Poder Executivo, e não poderia ter sido melhor a indicação unânime dos Membros desta Comissão para designar como Relator o Senador Beni Veras, uma autoridade na matéria, alguém que não apenas poderá realizar os trabalhos de coordenação desta Comissão, mas, principalmente, dar a sua colaboração pessoal.

Nesse sentido, os Membros desta Comissão, os quais represento neste ato como Presidente eventual, se sentem inibidos da sua responsabilidade e, certamente, Sr. Presidente, devolverão a este Congresso e ao povo brasileiro, na forma de resultados das suas reflexões e de ações práticas, uma proposta coerente, ampla, geral e democrática acerca dos aspectos de que trata esta Comissão: de desenvolvimento e de correção de desequilíbrios regionais.

Devolvo a palavra a V. Ex. e acredito que a presença dos Governadores de diversas áreas do nosso País abrirá os trabalhos desta Comissão, produzindo aquelas reflexões iniciais que vão nortear o nosso trabalho.

O SR. MAURO BENEVIDES — Concedo a palavra ao Senador Beni Veras, Relator da Comissão Mista.

O SR. RELATOR (Beni Veras) — Sr. Presidente do Congresso Nacional Senador Mauro Benevides, Srs. Governadores Antônio Fleury, de São Paulo; Ciro Gomes, do Ceará; Gilberto Mestrinho, do Amazonas; Irls Rezende, de Goiás; Sr. Presidente da Comissão Mista, Dr. César Maia; Sr. Dr. Elcio Alvares, Vice-Presidente, Dr. Alcyr Meira, da Sudam; Dr. Eliezer da Sude- ne, Dr. Jorge Luís, da UnB, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. convidados:

A concentração da renda e da riqueza, tanto pessoal quanto territorial, constitui-se numa das mais marcantes características do desenvolvimento brasileiro das últimas três ou quatro décadas. Os níveis de concentração são absurdos sob qualquer ângulo de observação. Como resultado, o nosso desenvolvimento continua sendo excludente da maioria da população. A grande miséria do Brasil é incompatível com a sua renda per capita. Países com menor renda que a nossa não evidenciam níveis de miséria absoluta tão generalizados. As desigualdades sociais e regionais do desenvolvimento brasileiro são faces de uma mesma moeda. A persistência da pobreza e da miséria está associada com a permanência dos desequilíbrios regionais. A pobreza e a miséria do Brasil são a pobreza e a miséria das regiões periféricas, especialmente do Nordeste.

O poder econômico que permitiu a acumulação de grandes riquezas nas mãos das elites nas regiões mais desenvolvidas é o mesmo que excluiu a maioria da população dos seus benefícios. O modelo concentrador criou, entretanto, mecanismos endógenos de limitação da realização do potencial do mercado interno do País, que seria uma condição para a própria continuidade do crescimento.

O desenvolvimento em função das elites impediu a realização do potencial do mercado interno do País, que seria uma condição para a própria continuidade do crescimento. Trata-se de modelo míope, voltado para a maximização do lucro de curto prazo, daí o especial apreço de grande parte das elites brasileiras pela especulação e pela ciranda financeira, e sua aversão pelos investimentos a longo prazo.

Essa situação precisa mudar. Do contrário, a própria unidade política do País, construída ao longo de cinco séculos de história, sedimentada na língua comum e no sentimento de brasilidade, pode estar ameaçada. A persistência das desigualdades regionais pode ser o estopim para a ruptura da nossa unidade territorial.

É verdade que o Governo tentou remear contra a corrente do desenvolvimento desequilibrado implantando políticas compensatórias de desenvolvimento regional. Falta, porém, a essas políticas, entretanto, continuidade e recursos. Mas assim, na mais das vezes contribuíram para repetir, nas regiões periféricas, o mesmo modelo concentrador do desenvolvimento, como é o caso dos incentivos fiscais.

Aos poucos, as próprias instituições encarregadas de promovê-las, especialmente a Superintendência de Desenvolvimento Regional, foram sendo enfraquecidas, tornando-se instrumentos de manipulação de elites, desviando-se dos seus objetivos ao ponto de se tornarem irreversíveis.

Falar, neste instante, em corrigir o desenvolvimento do País é um problema, o que torna o seu futuro de difícil previsibilidade.

A esta hora, entretanto, é possível fazer um acodamento uma análise crítica da política praticada até agora, que foi, como se sabe, concentradora e elitista.

Após esta grande crise que vivemos desde 1982, talvez tenhamos humildade para reconhecer que aquilo que parecia o banquete do nosso desenvolvimento econômico era uma festa que não merecia respeito, pois 90% da população se encontrava do lado de fora.

Não se pode esconder que a política dita regional praticada até hoje carece de uma autoritária criteriosa que ressalte suas debilidades, tanto em relação a seus conceitos, como em sua aplicação.

Examinada a posteriori, contudo, sabemos que essa política se constituiu num bombo para deixar regiões periféricas excluídas das grandes políticas nacionais.

A criação desta Comissão Especial Mista representa uma tomada de posição pelo Congresso Nacional. A Comissão pretende desenvolver seus trabalhos ao longo do corrente ano, analisando as causas dos desequilíbrios do desenvolvimento, sugerindo políticas e meios para um desenvolvimento mais equilibrado.

Sob a coordenação do Deputado César Maia e com o apoio do Presidente do Congresso Nacional, Senador Mauro Benevides, os trabalhos envolverão a participação de especialistas, políticos e representantes da sociedade civil. Incluiu a elaboração de estudos especiais, a compilação das informações existentes e a realização de seminários e audiências públicas em várias regiões.

A Comissão considerará todas as contribuições e preparará o seu relatório com recomendações e propostas concretas endereçadas ao Congresso, ao Poder Executivo, ao setor privado e à sociedade brasileira.

É grande o trabalho que temos pela frente. Não é menor a nossa disposição de contribuir para o desenvolvimento equilibrado do País.

Estamos certos de que com o apoio de todos o Congresso Nacional estará prestando uma grande contribuição à Nação.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. MAURO BENEVIDES — A partir deste momento, a direção dos trabalhos ficará com o Presidente da Comissão Mista, Deputado César Maia.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) — Dando início à primeira reunião de exposição acerca do tema que envolve os nossos trabalhos, concedo a palavra ao Exm. Sr. Governador do Estado de São Paulo, Dr. Antônio Fleury Filho.

O SR. ANTÔNIO FLEURY FILHO (Governador do Estado de São Paulo) — Sr. Presidente da Comissão Mista para o Estado do Desequilíbrio Econômico Inter-Regional Brasileiro, Deputado César Maia; Senador Elcio Alvares, Vice-Presidente, Senador Beni Veras, Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Srs. Governadores, Gilberto Mestrinho, Ciro Gomes, Irls Rezende, Sr. Alcyr Meira, Superintendente da Sudam, minhas Srs. e meus Srs., gostaria, inicialmente, de agradecer o honroso convite que recebi para participar da instalação desta importante Comissão do Congresso Nacional.

Entendo que a Comissão se instala num momento extremamente adequado e, ao mesmo tempo extremamente difícil e terá uma responsabilidade de procurar as soluções para os desequilíbrios regionais e, mais do que soluções, apontar os caminhos para que tenhamos realmente uma nova Federação que tenha como característica um equilíbrio mais adequado.

Esta oportunidade surge também para manifestar um sentimento que é o mais precioso para todos os brasileiros que é o sentimento da nacionalidade.

Conquistar e manter a unidade desta nação foi um feito extraordinário, que ainda hoje nos enche de orgulho. Mas valorizar este rico patrimônio comum exige visão crítica da organização política, social e econômica que moldou as relações entre os Estados brasileiros.

O destino que suscitamos incerteza do que foi a União Soviética e a guerra cruel entre povos da Federação Iugoslava mostram que a centralização autoritária desagrada. Nem mesmo países hoje democráticos — mas que ao longo deste século protagonizaram os mais torpes atentados ao ser humano, da guerra civil ao totalitarismo, da ocupação militar ao Estado policial e ao genocídio — estão livres das dificuldades, como indicam os desafios à unidade europeia.

Como Governador do Estado de São Paulo, estou necessariamente na primeira linha da luta por uma Federação baseada na igualdade, na democracia e na modernidade: São Paulo condensa todos os problemas do Brasil. Tomemos o exemplo da demografia. O Censo de 1980 revelou que 8,3% dos habitantes do Estado de São Paulo haviam migrado de Minas Gerais; 7,4%, do Rio de Janeiro e do Espírito Santo; 4,4%, da Bahia. Em 1980, os brasileiros originários do Paraná que viviam e trabalhavam em São Paulo eram mais numerosos que os habitantes do capital do Estado.

Para construir uma nova Federação contamos com base técnica e material que nem sequer podia ser sonhada por nossos antecessores. Contamos também com a consciência com os mesmos vícios, condescender com as mesmas práticas.

Contemplemos o passado recente. Durante as duas décadas de regime militar houve desconcentração. O Nordeste, o Norte e o Centro-Oeste, que em 1970 detinham 17,7% do PIB, progrediram modestamente para 22,3% do produto nacional em 1990. Mas aumentou também a participação relativa da população dessas três regiões. E o Nordeste, em particular, continua a ser o mais vasto bolsão de pobreza do Hemisfério Ocidental.

Assim, soam com surpreendente atualidade palavras que Tancredo Neves, ainda Governador de Minas Gerais, pronunciou oito anos atrás: "Ou renunciamos aos injustos privilégios, ou renunciemos à Pátria". Os patamares de desenvolvimento em que se situam as diferentes porções do território brasileiro são muito díspares. São Paulo detém mais de 50% da produção industrial do País; responde por 36% do PIB nacional; concentra o maior contingente de atividades voltadas ao setor exportador.

Mas a concentração em São Paulo já foi bem maior. A produção industrial paulista correspondia em 1970 a 58% da produção nacional. Temos assistido a um contínuo processo de perda da posição relativa do Estado nos grandes números econômicos nacionais. Os atuais 36% do PIB foram 39,5% em 1970, registrando-se uma perda de 3,5 pontos de percentagem no período. Essa perda foi resultado do crescimento mais rápido do Norte (1,3 pontos), do Nordeste (1,5 pontos) e do Centro-Oeste (1,8 pontos).

Não obstante a redução do peso relativo de sua economia, São Paulo tem contribuído de forma crescente para a arrecadação de tributos federais: em quatro anos, de 1987 para 1990, passou de 32% para 33%. E apenas 3,5% do total arrecadado retornam ao Estado e a seus municípios. Em termos líquidos, São Paulo transfere por essa via quase 16 bilhões de dólares anuais para a Federação.

Hoje, a crise e a recessão encarregam-se de tornar cada vez mais atroz as desigualdades. Mas isso não deve servir de motivo para pregações separatistas. O separatismo é uma construção artificial que se esfacelará de encontro à unidade nacional, esta sim um sólido fenômeno histórico.

Espero que minha presença aqui possa contribuir para um bom começo dos trabalhos desta Comissão Mista Sobre os Desequilíbrios Regionais, destacando os problemas nacionais a resolver, não as características regionais que nos diferenciam.

Não existem propriamente regiões desenvolvidas; o que existe são regiões onde as relações sociais se desenvolvem, se modernizam e evoluem. Tomemos como exemplo a questão da distribuição de renda no Brasil. Nos últimos 30 anos todos os indicadores apontam para uma reconcentração da renda nacional. Este fenômeno ocorreu não apenas nas regiões menos desenvolvidas, mas também em São Paulo.

Tratar a questão regional antes de mais nada como questão social sempre foi a posição de meu partido, o PMDB. Em 1982, no documento Esperança e Mudança, afirmava-se que a questão regional é uma dimensão fundamental da questão nacional. Em síntese, sem a integração por participação, e não dependência, do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste, não se formará uma sociedade brasileira justa e democrática em todo o território do País.

Quero frisar que vejo como ponto altamente positivo que, se incentive a desconcentração. E esta desconcentração seria altamente positiva se tivesse correspondido a um processo real de retomada do desenvolvimento. Entretanto ela ocorreu num contexto de estagnação da economia nacional.

Tenho a certeza de que todos os brasileiros lúcidos, todos os homens de bem, estarão unidos num projeto nacional de superação das desigualdades.

A questão decisiva é que tenhamos um projeto de desenvolvimento que integre a Nação, desdobrado em programas setoriais compatíveis com as vocações e possibilidades regionais.

Minhas Srs. e meus Srs., permitam-me apontar como exemplo dessa atitude pluralista o Fórum Paulista de Desenvolvimento, instância criada para que Governo, empresários e trabalhadores busquem soluções práticas contra a recessão — contra sua mais daninha consequência, o desemprego, eixo da crise social — e a favor da retomada econômica, da modernização do aparelho produtivo, do maior equilíbrio entre as diversas regiões do Estado, da desburocratização da máquina pública.

São Paulo concentra parte significativa da riqueza e da competência técnica e empresarial brasileiras, mas é, paradoxalmente, uma síntese tristemente expressiva da enorme dívida social que o país acumulou. Contudo, não nos defrontamos apenas com desigualdades sociais, mas igualmente dentro do próprio Estado, com grandes desigualdades regionais. O tratamento que estamos procurando dar a esses problemas — nas novas áreas metropolitanas, no Vale do Ribeira, no Pontal do Paranapanema e em outras regiões do Estado — é uma contribuição e serve de exemplo para o esforço nacional de integração.

No Fórum de Desenvolvimento, São Paulo está definindo um novo espaço público. Começa a se delinear um processo de desenvolvimento visto como nova relação entre os âmbitos público e privado. Por isso, nosso projeto de parceria com a iniciativa privada não se confunde com a privatização, tal como vem sendo praticada na esfera federal.

A dinâmica positiva do Fórum Paulista dá ânimo, infunde esperança, abre caminhos, mostra que o entendimento tem futuro. Espero que ele sirva de exemplo e estímulo para a busca do diálogo em todos os planos da vida nacional.

Uma proposta de modernização integrada deve partir da certeza de que a sociedade brasileira está plenamente capacitada para enfrentar e vencer os desafios que a economia mundial acrescentou às nossas próprias dificuldades.

Deve basear-se no reconhecimento de que um país em desenvolvimento com tantas potencialidades e tantos problemas não pode renunciar ao crescimento. A estagnação ou o retrocesso, já o constatamos suficientemente nos últimos anos, cobram tributo social exorbitante.

Tem-se dito que houve meritória mudança da pauta de discussões e iniciativas oficiais no País. É preciso levar em conta igualmente, porém, que continuamos carentes de verdadeiras políticas nacionais para agricultura, mineração, indústria, serviços e infra-estrutura.

Essas políticas não de ser traçadas articulando planos setoriais que levem em conta características e vocações regionais. A questão agrária, por exemplo, deve ser enfrentada segundo as muitas e muito diversas peculiaridades de nosso território continental. É evidente, para dar um exemplo, que a utilização dos recursos de irrigação deve ser condicionada ao amplo benefício social, assim como a utilização dos recursos energéticos e minerais deve resultar em benefício regional.

O Brasil pode ser um dos maiores produtores mundiais de alimentos e matérias-primas renováveis. Em agricultura tropical o País conta com uma tecnologia de fronteira, fruto de décadas de pesquisa e do trabalho dos que atuam nesse setor produtivo, além de condições climáticas favoráveis em diversas regiões. As lições que resultam das novas fronteiras da ciência e da tecnologia fazem crer que essa vantagem comparativa pode ser largamente explorada, assim como podem ser corrigidas práticas que atentam contra a natureza. E abre-se aqui um espaço que me parece fundamental: o momento em que se instala esta Comissão Mista é exatamente aquele em que se aproxima a realização da Conferência Nacional do Rio de Janeiro, a ECO-92. E precisamos, em todas as oportunidades, deixar muito claro que queremos, sabemos e temos condições de fornecer absoluta proteção ambiental, porque queremos proteger os nossos recursos naturais, mas queremos, principalmente, cobrar dos países desenvolvidos uma atitude responsável em relação aos países em desenvolvimento. Não aceitamos, em hipótese alguma, que sirva de pretexto para um verdadeiro colonialismo ecológico a realização da conferência aqui no Brasil.

E temos que deixar bem claro que queremos os nossos recursos naturais, mas queremos o desenvolvimento sustentável, porque não existe maior agressão à natureza do que a fome, a miséria, o desemprego que campeia neste País.

O programa para uma nova Federação inclui obrigatoriamente uma reforma tributária e investimentos em infra-estrutura que contribuam para reduzir as disparidades regionais, e cuidado especial com o desenvolvimento de educação, ciência e tecnologia. Trata-se de resgatar a cidadania, capacitar para um mercado de trabalho em aceleração, e permitir melhor aproveitamento das particularidades de cada região.

Na esfera da pesquisa científica e tecnológica, é fundamental estabelecer programas específicos para dar resposta a problemas concretos que a economia nacional enfrenta. Continua sendo prioritário o desenvolvimento de processos que viabilizem a aplicação econômica de matérias-primas renováveis e abundantes no território nacional.

Uma política adequada privilegiará o desenvolvimento das áreas densamente habitadas e carentes de recursos, como é o caso do Nordeste. As grandes áreas com pequena densidade demográfica exigem cautela e disciplina na sua efetiva incorporação à economia nacional. Assim deve ser conduzida a desejada ocupação não-predatória da Amazônia.

O grande desafio — e esta comissão haverá de enfrentá-lo — é identificar uma estratégia de crescimento que conduza à redução das desigualdades sociais. A justiça social é atributo indissociável da consolidação democrática.

Aprendemos duramente a lição. Nada e ninguém nos abalará da convicção de que o bem mais precioso que conquistamos é a democracia. Nenhum avanço se fará contra ela ou fora dela.

A nova Federação, que promova a modernização integrada deste nosso grande País, será antes de mais nada uma construção democrática.

E, para isso, evidentemente, a nova Federação necessita de uma nova representação política. Haveremos de ter um sistema de governo adequado ao País. Há que se discutir, sem qualquer parti pris, sem qualquer tipo de posição regionalista, a representação política no País. A proporcionalidade tem que ser discutida com profundidade. Não haverá Federação se não houver uma representação política adequada. Não podemos continuar numa situação em que um voto de um Estado da Federação valha o mesmo que 36 votos dos brasileiros de São Paulo. Temos que discutir esse problema com profundidade, colocando, na verdade, os problemas de forma clara, objetiva, como a representação política, a questão do sistema de governo, o fortalecimento dos partidos políticos. Precisamos ter partidos, e não legendas. Isso é fundamental para que tenhamos uma nova Federação de leve ao fim das desigualdades regionais neste País.

Para encerrar, meus amigos, busco, no poeta Carlos Drummond de Andrade, a síntese do meu sentimento de nacionalidade: "Brasil, rima viril de liberdade".

Muito obrigado! (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Maia) — Agradeço as palavras de V. Ex., Sr. Governador. Esta Comissão certamente registrou que o nosso debate sobre os problemas econômicos deve ter permanentemente um enquadramento político-social.

Muito obrigado.

Registro a presença à Mesa, do ilustríssimo Sr. Presidente do Banco do Nordeste do Brasil, Dr. Jorge Lins Freire.

Ofereço a palavra ao Exm^o Sr. Governador do Estado do Amazonas, Dr. Gilberto Mestrinho.

O SR. GILBERTO MESTRINHO — Eminentíssimo Presidente da Comissão, Deputado César Maia, Eminentíssimo Vice-Presidente, Senador Elcio Alvares; Sr. Relator, Senador Benê Veras; eminentes Governadores: Fleury, Ciro Gomes, Iria Rezende, Sr. Superintendente da SUDAM, Acyr Meira e Sr. Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Jorge; Srs. Deputados e Senadores. Inicialmente, quero expressar o agradecimento do Amazonas pela oportunidade em participar desta Comissão, nesse seu ato de instalação, e exprimir o nosso ponto de vista, lá do Extremo-Norte, em relação à temática que está sendo objeto de discussão o desequilíbrio inter-regional.

Se visualizarmos o mapa do Brasil iremos ver que reflete peculiaridades totalmente distintas em cinco regiões, todas elas mostrando uma diversidade de natureza econômica, social, até de hábitos, mas todos unidos pelo milagre da língua que falamos.

Este País tem regiões, como disse o Governador Fleury, altamente desenvolvidas, dignas do Primeiro Mundo. E tem regiões subdesenvolvidas, dignas até de Quarto Mundo. Tudo isso conseqüente de um processo de ocupação, que todos conhecemos e das políticas adotadas neste País. Tal fato se reflete muito bem se analisarmos, por exemplo, no ano passado, a receita do tributo que espelha bem a economia dessas regiões. A região Norte, no ano passado, contribuiu com 4,1% do ICMS; a Centro-Oeste com 6,4%, o Nordeste com pouco mais de 12%, o Sul com 16% e o Sudeste com 60%.

Isso já mostra uma profunda concentração da atividade econômica, numa determinada região do País, e um empobrecimento à medida que se vai caminhando desta região em direção à sua periferia. Cabe a nós, numa análise dessa problemática, em que o Nordeste — como foi retratado aqui — tem contribuído com o esforço, sobre-humano, extraordinário pela consolidação da nacionalidade, quer desbravando a Amazônia, quer construindo o Sul — São Paulo especialmente —, o Nordeste vive em condições de pobreza quase endêmica. O Centro-Oeste, mais recente, está em processo de ocupação e vem apresentando um crescimento vagaroso, mas com perspectiva de crescimento razoável.

A Amazônia toda, durante muito tempo esquecida, apesar do discurso oficial, foi sempre relegada e sofreu, e vem sofrendo de uns tempos para cá, a política do não. Não se pode fazer isto, não se deve fazer aquilo... É preciso estudar ainda para que se possa cuidar da Amazônia.

O Extremo-Sul, que contribui muito para a balança de pagamento do País, com sua fantástica atividade agrícola, empobrece, porque o Estado não pode atender aos anseios das populações, as suas próprias atividades-fins, porque a receita decorrente dos produtos primários, voltados para as exportações, não existe. Toda nossa exportação é isenta.

Para que se faça um reequilíbrio é preciso que todos, com responsabilidade nos destinos nacionais, especialmente o Congresso Nacional, analisem as causas maiores desse desequilíbrio e um embasamento legal, necessário à correção desse desequilíbrio.

O grande problema do Nordeste sabemos é o da seca, embora o Nordeste esteja sobre um lençol de água, a 200 ou 300 metros de profundidade. Houve até aquele caso em Mossoró, em que a PETROBRAS foi perfurar petróleo e descobriu água e abastece a cidade.

Mas o discurso oficial de atendimento ao Nordeste é apenas retórico, porque as causas do subdesenvolvimento são atacadas com muita parcimônia e, às vezes, muito pulverizadas. Temos por hábito pulverizar recursos. É o mesmo que acontece na Amazônia. Com um discurso bonito, com os dispositivos constitucionais canalizando recursos para o desenvolvimento da Região, mas o repasse desses recursos nem sempre chega ao órgão. E quando chega, a política até então vigente é a da pulverização, que não leva à obra capaz de mudar aquela realidade diante da grandiosidade dos problemas.

E ficamos pensando aqui que todos nós, brasileiros, conhecemos esses problemas; todos nós sabemos as causas da atraso e até as medidas para consertar esse atraso: reduzir o gap entre as regiões desenvolvidas e as subdesenvolvidas. Mas no acompanhamento da ação de Governo — e falo no Governo — não desde o que fez realizar a política, que foi o Dr. Getúlio Vargas, até hoje — essa ação não traduz esse desejo ou essa determinação do crescimento ou essa eliminação dos bolsões de pobreza, de maneira racional, ou de maneira que todos sabem que deve ser feita, mas não se faz, porque não se concentram recursos passivos resolver o maior problema do Nordeste, que é a falta de água. Vamos esquecer uma porção de coisas e vamos cuidar da irrigação do Nordeste. O Nordeste irrigado tem uma produção fantástica; tendo produção, haverá trabalho para todos; havendo trabalho, a economia se aquece o dinheiro circula; o dinheiro circulando, o Estado pode investir na educação, na saúde, nos serviços.

Mas os programas de ajuda são tímidos; os projetos de captação de água subterrânea vão sendo adiados; as idéias de braços de São Francisco assustam pelo custo. E os Governos estaduais do Nordeste, não têm recursos e empobrecem cada vez mais, porque a população cresce, as demandas de serviço aumentam e os Governos não podem atendê-las.

Este ano, os Estados do Nordeste, do Norte e até do Centro-Oeste vêm vivendo um outro drama. A recessão econômica acentuou-se profundamente, a partir de junho do ano passado de uma maneira quase vertical. Nenhum Estado do brasileiro, no ano passado, conseguiu corrigir sequer, na sua receita, a inflação. Houve Estados, como o Amazonas, por exemplo, e São Paulo, onde conseguimos 65, 60% da inflação. Ficamos, em média, 40% abaixo da inflação, na nossa receita. Isso está fazendo com que aquelas populações que migraram para os grandes centros retornem para o Nordeste. Quer dizer, há ônibus e carros repletos de pessoas voltando para o Nordeste ou indo para a Amazônia, agravando consideravelmente a situação já difícil desses regiões.

Então a colocação que o Governador Fleury fez aqui é fundamental. Este País, primeiro, tem que retomar o crescimento. Felizmente já há alguns sinais de ligeiro aquecimento em determinados setores da atividade econômica.

Tivemos uma perda de emprego fantástica. Quando se perde um milhão de empregos em São Paulo, isso é sinal de que, no Nordeste, no Norte, e no Centro-Oeste, a população inteira está desempregada. Porque as nossas economias interagem entre si, havendo a dependência do grande centro. Aliás, às vezes, acusam São Paulo, por ter sozinho uma arrecadação igual à soma de todos os outros Estados brasileiros, de todas as regiões brasileiras. Mas é preciso que São Paulo continue crescendo para ser o

grande mercado absorvedor da nossa produção e o grande fornecedor de produtos.

O interessante é que elogiamos o Japão, porque cresceu, porque a sua economia é pujante; queremos que ela venha investir aqui. Entretanto, internamente, criticamos São Paulo, porque São Paulo cresce. E esse conceito que queremos, para o bem do Brasil, que mude. O deseável é que a nossa atuação seja baseada na ideia de que somos um todo interligado. O País deve crescer; é preciso haver uma distribuição melhor da concentração industrial e da renda nacional. E é necessário que o Nordeste se desenvolva, se industrialize, melhore sua capacidade produtiva, dê trabalho àqueles milhões de braços que são de trabalho — o nordestino tem uma história de trabalho neste País. É preciso que a Amazônia, o Norte e o Centro-Oeste, que também estão ligados a nós, sejam olhados como riqueza nacional, uma riqueza dinâmica e não como reserva de futuro.

precisamos aproveitar a capacidade de pesquisa, de investimento de centros mais desenvolvidos, especialmente os centros nacionais para que não aconteça o que há poucos dias o Presidente do Smithsonian Institute de Washington dizia: ando só a biotecnologia e a genética estão faturamento de bilhões de dólares anuais com genes, com princípios ativos de plantas, de floresta Amazônica, sem nenhum proveito para nós, sem nenhum benefício para nós, sem que um único milhão de dólares seja aplicado na Região. E alguns brasileiros ainda batem palmas, quando os lá de fora dizem: não toquem na floresta Amazônica.

Esse sentido de integração, de análise profunda das causas da diferenciação do desenvolvimento das regiões, da formação dos bolsões de pobreza, isto é a base de tudo. É a base de tudo para que possamos pensar com racionalidade num Brasil de futuro.

Há um enorme potencial de riqueza, riqueza mineral, vegetal a ser explorado.

É preciso que repensem o programa energético brasileiro. Se o Brasil não cuidar, vai faltar energia neste País nos próximos cinco anos. É preciso que o Brasil priorize a logística do transporte. Há dez as nossas estradas estão abandonadas, quase intransitáveis. Mais dois invernos fortes e não teremos estradas ligando os Estados brasileiros. Não haverá escoamento de produção, não haverá comunicação.

Deveremos examinar o problema dos portos brasileiros, a incrível disparidade de custos que há entre os portos brasileiros, e nisso a disparidade aumenta, o desequilíbrio se alarga. Por quê? Porque conhecemos o diagnóstico. Não sabemos aplicar o remédio. E exatamente por essas causas apontadas também aqui, partidos fracos. Qualquer pessoa hoje faz um partido neste País. Ainda ontem fiquei assombrado, porque lá em Manaus — imagine — há 41 partidos habilitados a disputar a eleição municipal. (Riso) Isso é um escândalo político.

1950 e um escândalo político. Mas, assim como as decisões políticas definitivas para o seu desenvolvimento, tudo que vem a própria sistemática de governo, a ação, a dinâmica dos órgãos. A própria elaboração orçamentária, pulverizada, não obedece a um planejamento, a uma orientação correta do que é fundamental. Estamos vivendo, agora, por exemplo, cada prefeitura não sei se em todos os Estados é assim, mas no Amazonas quase todo é assim - tem um hospital, tem uma verba para construir um hospital de 150 leitos. Não há nem doentes para esses hospitais. E nem um município tem condições de manter um hospital desses. E é concentrado, para fazer manejo sustentado da floresta, fazer preparação de uma infra-estrutura de turismo para a região, que é uma vocação natural. E acredito que isso ocorra em outros Estados.

Esta Comissão poderá dar uma grande contribuição a essa reformulação, analisando com frieza, com patetismo, a realidade brasileira, e buscando elaborar um programa a ser perseguido, metas a serem exigidas; assim, os bolsões de pobreza irão rareando, a miséria irá desaparecendo, e o Brasil será um país com um povo feliz.

Muito obrigada, Sr. Presidente. (Palmas.)

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Maia) - Muito obrigado, Governador.
Esta Comissão registrou a forma clara com que V. Ex.^a equacionou os problemas que todos nós vamos ter que abordar. E não poderíamos deixar de registrar a coragem de V. Ex.^a na luta pela desmistificação do ritualismo ecológico, que acontece em tantas partes.

Gostaria de oferecer a palavra ao Exmº Sr. Governador do Estado do Ceará, Dr. Ciro Gomes.

O SR. CIRO GOMES - Exmº Sr. Deputado César Maia, Presidente da Comissão Mista do Congresso Nacional que estuda o desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro; Exmº Sr. Senador Bení Veras, Relator desta Comissão; Exmº Sr. Senador Elcilo Alves, Antônio Fleury; do Amazonas, Gilberto Mestrinho; de Goiás, Irls Rezende; Srs. dirigentes de órgãos federais, regionais; Superintendente da Sudam, Alcir Meira; Superintendente da Sudene, Eliazar Menezes; Presidente do Banco do Nordeste, Jorge Lins Freire; Srs e Srs. Senadores, Srs e Srs. Deputados; senhoras e senhores.

Peço vênia a V. Ex.^a, Sr. Presidente. Eu trouxe aqui algumas considerações escritas, que deixaria consignadas a esta comissão. Mas, se V. Ex.^a permite, para fazer um depoimento espontâneo e necessariamente apaixonado sobre o tema que estamos tratando aqui, que me livraria da fidelidade escrita, mas fria, a algumas estatísticas, a alguns números, que poderiam certamente ser relevados na ocasião própria, quando esta comissão desdobrar os seus trabalhos.

É a primeira consideração que eu gostaria de fazer é sobre a aguda importância da estratégia a ter-se neste século a última oportunidade que o Brasil tem, com este nível de reflexão e com este nível de legitimidade, no fórum próprio do exercício do primado democrático no nosso País, que é o Congresso Nacional, a reflexão pluralista necessariamente que transita por aqui, do gravíssimo problema estratégico do País, sob o ponto de vista do desenvolvimento e seu impacto na distribuição disso, sob o ponto de vista regional.

Ficou fácil e evidenciado, no depoimento brilhante dos meus antecessores, o Governador Antônio de Faria e o Governador Gilberto Mestrinho, que discutir o espaço nacional do desenvolvimento praticamente é discutir o Brasil. Aqui se discutiu com muita legitimidade a questão do sistema eleitoral, a questão do sistema partidário, a questão do problema ecológico, e tantas coisas podem caber aqui, todas legítimas, porque de fato

esta é a tal questão central do País. E entre esse emaranhado de abordagens possíveis haveremos de fazer um esforço — e essa comissão sistematizará isso melhor do que ninguém — de irmos ao ponto. Parece-nos que o eixo central, o ponto central, é a questão da miséria, da miséria absoluta.

O meu Estado tem uma renda per capita três vezes superior à renda per capita da China. Entretanto, os indicadores de bem-estar da China são infinitamente diferentes dos indicadores de miséria absoluta, exorbitante, indigna — acho mesmo insultuosa — das elites dirigentes do nosso País. O nosso Estado; com a permanência daquilo que acontece ali, seja por mortalidade infantil, seja por desemprego, seja por analfabetismo, seja por doenças, enfim, não há como se conviver sem se indignar, a não ser que você seja um alienado, com aquela realidade posta ali.

Esta é a razão pela qual não quero discutir este assunto sem paíxo, sem de fato fazer um depoimento apaixonado, às vezes imprudentes. Mas creio que vale a pena correr o risco, para não ficar diminuindo a questão. Até por que um dos vieses do desenvolvimento regional desequilibrado no País é que a formação da opinião pública brasileira tem seus instrumentos todos concentrados numa região só, e quase sempre a vi-

São, de fato, dos problemas é completamente falaciosa, porque a tendência cristã e generosa da nossa população é entendermos como pobres, como coitadosinhos, e sempre dispostos a receber uma ajuda caridosa. O Governador Mestrinho tem todo dia que resolver problemas de contradições conceituais da visão urbana, super-urbana, do problema da Amazônia, que faz de S. Ex.^a uma pessoa extremamente polêmica porque nasceu lá, vive dizendo que nasceu caboclo e que, portanto, tem um depoimento para dizer instantaneamente reconhecido pelos seus e que se choca, muitas vezes, pelo preconceito urbano formado. Isso também é verdadeiro em relação ao Centro-Oeste, quando a visão nacional do Centro-Oeste são aqueles grandes pantanos, bonitos, aqui e acolá frequentados por uma bela dama, desnuda, que a televisão nos mostra. Esse é a visão que fica no imaginário coletivo da grave complexidade e do extraordinário potencial do Pantanal. Assim também é o Nordeste brasileiro.

A questão tem alguns números dos quais não se pode fugir. Há uma paridade, mais ou menos, entre a proporção de população e a proporção de participação na renda nacional da região Norte. Esse número é de que o Norte representa 5,9% da população e representa 3,5% da renda nacional; há aí uma distorção relativamente paritária.

A região Centro-Oeste tem 6,3% da população e responde em torno de 6% da renda nacional, de maneira que há 1% de população por 1% de renda.

Al encontramos, uma discrepância absurda, porque o Nordeste tem 28,5% da população brasileira - 40 milhões de pessoas - e responde por apenas 13% do PIB brasileiro. Aqui está um número central que identifica onde está concentrado, na dimensão regional, o problema central do País, que é o problema da miséria. Enquanto o Sudeste, que representa 43,6% da população, tem uma relação desigual a maior, porque detém 61% da renda nacional.

Essa é a questão central, a miséria. O impacto regional da miséria está descrito por esses números. Daí sucede o que fazer - certamente será especulação intensa, que certamente disso resultará um grande trabalho.

A primeira delas está no plano central, até ideológico — embora as ideologias hoje devam cada vez mais ceder espaço à racionalidade, ao que é correto fazer, ao que é prático fazer, mas alguns valores básicos nós todos trazemos e necessariamente balizam o nosso comportamento.

Primeiro, alguém imagina - e essa é uma questão que precisa ser feita, embora a resposta parece ser truísta, não no sentido comportamental, mas no sentido de truismo - que esse é o grande desenvolvimento nacional não é o sucesso ou o fracasso econômico, mas o desenvolvimento regional, o investimento desigual na distribuição da renda nacional, do impacto desigual da concentração da miséria, que é o problema central do Brasil - ou não é - já é uma questão ideológica - a meu juízo, é, a miséria absoluta, é o problema central do nosso País - e dá para explicar por que aí está a causa básica da inflação, facilmente. Dá para explicar porque aí está a causa básica de todas as nossas disfunções institucionais e políticas. Vale a pena até abrir um parêntese para dizer, porque no presidencialismo, se somos 60 milhões de miseráveis, absolutamente natural que a população, nas vésperas do processo eleitoral, alimente essas esperanças, no imaginário coletivo, de que a sua situação individual de pobreza, de perda, de trabalho de educação, de hospital, possa ser revertida por um salvador da pátria. Sempre estará disponível ao universo político a manipulação desse imaginário coletivo, fazendo assim chegar o elemento simbólico de satisfação dessa imensa demanda, que todos nós sabemos, não será resolvida pelo gesto individual, por melhor boa-fé, por melhor intenção, por maior seriedade que haja. O que se sucede no dia seguinte é uma reversão de expectativa, montada numa imensa frustração, e o Governo perde completamente a capacidade de operar politicamente porque perde a legitimidade que conquistou, a credibilidade no processo eleitoral e fica como está, perdido, perdido. Como esteve o Governo Figueiredo, e como esteve o governo Sarney, como vai ficar o próximo, se não cuidarmos de avaliar essa questão, entendendo que é uma questão coletiva que tem que ser refletida em outras bases.

Sob o ponto de vista econômico: é claro para mim, absolutamente inquestionável, sem ser economista, que jamais haverá uma moeda estável ou um processo crônico de inflação no País, enquanto houver uma imensa legião de pessoas que têm direito a comer, a se vestir, a se educar, a saneamento básico, a moradia e que têm direitos contra o Estado — e muitas dessas facções dos seus direitos — e não estão no mundo produtivo, produzindo alguma coisa para que a consequência desse produto, no elemento geral da produção, vire elemento de financiamento pelo Estado dessas políticas sociais. Isso não é uma hipótese, não, será sempre inflacionário e o mundo inteiro, desde a viriússia até o velho mundo, com muita clareza, a Europa, e vale a pena refletir sobre esse exemplo,

Então, ponto 1: a pergunta que se faz: pode-se esperar do espontaneísmo individual das forças de mercado impostas por um neoliberalismo mal transplantado, mal estudado, malvisto, preconceituosamente por modismo, o resgate desse problema? A inversão desse fluxo para, agravado como está hoje, passar pelo menos em processo a se tomar um caminho inverso?

A minha percepção é contundente. Evidentemente que não há planejamento, a responsabilidade é do Estado, é do ente público, da coletividade, isso já é uma preliminar que necessariamente vai fazer parte - e é muito oportuno discutir isso porque o que hegemônica, hoje, a visão econômica e o resto de planejamento, o restinho de planejamento que o Brasil desenvolve, é uma visão neoliberal em que o papel do Estado é sair da economia porque o Estado é opressor, o Estado é perdulário, o Estado é ineficiente. Tudo isso é verdade, e por isso o argumento fica extremamente complicado de

ser removido, mas não foi verdade na década de 50, quando as elites brasileiras adotaram um programa de substituição de importação, autarquizaram a nossa economia, nos fizeram um papel de Estado absolutamente presente de forma direta na economia, induzindo a criação de bens de consumo durável num primeiro momento, bens de capital num segundo momento, e todos estrategicamente concentrados, por deliberação do poder estatal brasileiro, na região Sudeste do País.

Isso não é contra nós. Também concordo com o Governador Gilberto Mestrinho — e tenho dito isto, sistematicamente, ao meu amigo Governador Luís Antônio Fleury; que não aceito, nem o regionalismo lá do Nordeste, que é uma imensa bobagem, equivalente ao chovinismo imbecilidade do separatismo que frequenta a cabeça de algumas pessoas, mas também não posso aceitar visões preconceituosas que entendam que o planejamento central brasileiro não cumpriu uma etapa decisiva. O dinheiro do povo brasileiro, dos contribuintes brasileiros, inclusive nordestinos, foi fundamental para o êxito porque, de 50 a 70, o Brasil foi o país que mais cresceu no Ocidente, na história do capitalismo moderno, e isso tudo concentrado no Sudeste brasileiro.

Isso gerou uma disfunção, porque hoje esgotamos esse modelo — eis aí o País mergulhado em dez anos de estagnação econômica; — esse sonho, que todos temos e explicitamos aqui e ali, de retomada do crescimento econômico, eu próprio me recuso a falar nele, porque crescimento econômico não é um copo que a gente escolhe: o copo da recessão e o copo do crescimento econômico, e um sádico qualquer resolve escolher o copo da recessão. Isso nós precisamos pôr na cabeça: desenvolvimento econômico é resultante de um silogismo, é de investimento. Investimento é resultado de outra lógica, a da poupança, poupança essa que pode ser privada ou pública. Há dez anos que a poupança pública brasileira é negativa, desde quando o Brasil entrou num colapso fiscal, com o fim do crédito externo, no princípio da década de 80. E a poupança privada não só é muito residual pelo processo de recessão crônica, de estagnação econômica crônica, como está sendo toda manipulada, estimulada a ir para a especulação financeira, que paga muito mais do que qualquer empreendimento produtivo. E o capital não tem coração, não tem nenhum interesse de ir para qualquer lugar que não seja aquele mais confortável, onde ele vai se reproduzir em ambiente de maior fertilidade, de maior fecundidade. E hoje é a especulação financeira do Brasil. Como desenvolvimento? Com que poupança? Com que investimento?

Isso nos remete, portanto, a uma terceira questão: A questão se aceitamos como premissa de que é papel do Estado, e não das forças espontâneas do mercado, a abordagem desse problema; temos que nos remeter, portanto, a que Estado nós temos, e que Estado nós desejamos.

O Estado brasileiro, hoje, está demitido de uma função estratégica absolutamente indispensável, que é a função de planejamento. Não é possível se abordar uma questão dessa natureza, sem planejamento estratégico. Aonde queremos chegar? Qual é a proposta para o Brasil, num universo de cinco a dez anos? Que objetivos temos na área industrial, na área de comércio exterior, na área da ciência e tecnologia, na área de infraestrutura? Quem dos Srs. souber queira me dizer, porque este é o meu desespero. Ninguém sabe, porque não há planejamento. Nós estamos entregues ao espontaneísmo clientelista das micropressões pessoais, individuais, locais, regionais (palmas) que não vão permitir o nosso País reverter esse quadro absurdo de ineficiência. Um Estado o qual faltam todas as energias para realizar, e, no mesmo dia, um Estado desperdício, um Estado-perduliário, um Estado que gasta rios de dinheiro com bobagem, jogando fora, cevando uma elite que tem todo um esforço político de legitimar essa ordem que precisa ser rompid drasticamente, e boa parte dela em cima das elites políticas nordestinas, elites econômicas nordestinas também que, a pretexto de denunciar um Nordeste pobre e coitado, se ceavam em instrumentos de incentivo, absolutamente indefensáveis, sob o ponto de vista do processo, qualquer que seja o nível de abordagem, de eficiência econômica, de eficácia estratégica ou mesmo moral.

Basta que, como um parêntese, eu diga: o Nordeste precisa de muito mais recurso do que tem recebido, é exportador líquido de capitais, meu caro Governador Luís Antônio Fleury. É preciso que todo dia saibamos disto: o Nordeste brasileiro é exportador líquido de capitais, assim como a Amazônia, assim como o Centro-Oeste, assim como o Sul brasileiro são exportadores líquidos de capitais para os centros dinâmicos da economia brasileira.

Pela mesma lógica centrípeta pelas quais o Brasil é exportador líquido de capitais para o Primeiro Mundo, Esse é um fluxo que precisa ser dito: o Nordeste não pesa contra os centros dinâmicos. O Nordeste ajuda os centros dinâmicos. Se entendermos a contabilidade líquida entre todos os fluxos públicos e privados, enfim, como V. Exs. percebem com clareza.

Se nós entendermos isso, é preciso restaurar a função de planejamento do Brasil ao nível estratégico que nós precisamos. Isso não vai ser resolvido regionalmente, essa não é uma questão evidentemente regional. É uma questão central. Talvez a questão central brasileira seja esta. Faria um ponto aqui até para refletirmos um pouco mais serenamente. Se tivermos dificuldade de concordar nesse ponto, vamos mirar o mundo, a experiência dos povos:

A Europa, resolvendo contradições milenares, como aquelas que separavam a França da Alemanha, como aquelas que separavam a Inglaterra da França, e outros que tais, resolveu se unificar numa nação só. Ali pelos fins da década de 70 esse processo começa a se explicitar com mais clareza.

Uma das primeiras atitudes e reflexões que orientou o processo estratégico de unificação da Europa foi a constatação de que a Península Ibérica, Portugal e Espanha, eram núcleos de renda, núcleos de desenvolvimento econômico, núcleos de eficiência tecnológica, muito aquém da média da Europa Ocidental em alcançando. E que, portanto, um dos elementos orientadores básicos da unificação da Europa era reverter a desigualdade regional que se anotava naquele processo. Por quê? É só ler os anais desses debates, é de uma transferência meridiana. Está dito lá com clareza. Na hora em que se unificou, se esses centros são anacrônicos e os nossos são dinâmicos de economia, na mesma hora nós daremos um fluxo migratório irresistível, sob o ponto de vista interno na Europa, que terá, num primeiro momento, a força de fazer colapso completo na economia da Península Ibérica. Tanto a migração quanto a concorrência de empresas sofisticadas contemporâneas da melhor tecnologia, com escala econômica muito maior, com preços muito mais competitivos, com aqueles seus equivalentes

ou sucedâneos, imediatamente haveria um processo destrutivo e um flux migratório.

No segundo momento, esse fluxo migratório desarranjar-se-ia, pelo barateamento da mão-de-obra, pelas dificuldades de infra-estrutura, por uma série de razões que nós conhecemos bem no Brasil. Então, decidiu-se uma estratégia de dez anos, um orçamento, as diretrizes específicas, um planejamento central e, então Portugal e Espanha, nesses dez anos, viraram os centros mais dinâmicos de evolução econômica de que se tem notícia no período contemporâneo da economia do mundo. Aí, agregado também a experiência dos Tigres Asiáticos que têm uma outra peculiaridade.

O Presidente Theodore Roosevelt, no meio da crise da grande depressão, no fim da década de 20, princípio da década de 30, nos Estados Unidos — não o Franklin Delano, mas o Theodore Roosevelt — também tem um debate interessantíssimo para conhecermos, quando resolveu uma contradição regional no Tennessee Valley Authority, o TVA, em que inversões absolutamente planejadas, estrategicamente desejadas, combatidas como inflacionárias — é interessantíssimo se conhecer essa experiência — resolveu-se aquela contradição, e hoje é uma região de grande dinamismo econômico.

Na Califórnia chove muito menos do que no Nordeste, muito menos! Embora o solo seja de muito melhor qualidade, chove muito menos. E a Califórnia foi uma decisão estratégica na pátria do capitalismo que vê, preconceitadamente, o planejamento estratégico, a presença do Estado como elemento indutor da economia. Portanto, só agora, depois de falar na América, falo Zubequisto desértico que colhe água do degelo eventual das calotas, das montanhas próximas, e é um dos maiores produtores de algodão do mundo, porque ali sim, é fácil entender, havia um planejamento central e as coisas foram alcançadas, há até paroxismo, porque não se tem nem contabilidade de custo.

Mas a Europa agora fez uma mais grave, agora para chamar-nos de burro, porque não tem outro epíteto mais justo. Fizemos a avaliação do processo de unificação e entenderam que tinha um fluxo migratório do norte da África, portanto, transnacional, estrangeiro, e resolveram fazer um orçamento e uma interlocação com o norte da África, onde havia muita dupla cidadania, em função do período colonial extinto muito recentemente, e estão ajudando o norte da África, portanto, fora das suas fronteiras para consertar a força negativa que tem o fluxo migratório, a miséria do norte da África sobre os níveis de excelência e de qualidade de vida que a Europa desaja.

A Alemanha Ocidental, politicamente, resolveu unificar, precipitadamente, aceitando aquela dinâmica da sociedade, quando todas as forças reflexivas dos sociais democratas ponderavam a necessidade de que aquele processo fosse mais lento, mais planejado, pelo extraordinário impacto de desarranjo das contas públicas da Alemanha Ocidental e de inflação e de perda de nível de emprego, o que aconteceria se a unificação abrupta fosse feita. Mas por motivos históricos, estratégicos, políticos, estrategicamente, foi feita do dia para a noite, mas no dia seguinte havia um planejamento estratégico, 90 bilhões de dólares, uma parte por recursos diretamente aplicados, a outra parte para mobilizar financiamentos privados ou públicos de natureza externa, e a Alemanha já sabem, em cinco anos, onde vai chegar o nível de desigualdade que existe naqueles centros, com gravíssimos problemas. É toda uma geração de pessoas que não sabe o que é contabilidade de custo, produtividade, emprego privado, porque era funcionário público com tudo aquilo que tem.

Por que nós, aqui no Brasil, senhores, não somos capazes? Há exemplos aqui também no País. Em 1922, ali pela década de 20, o Presidente Epitácio Pessoa, sem nenhum instrumento moderno de planejamento, hoje disponível, sem computador, num País imensamente diferente do que temos hoje, pensou assim e fez. O Presidente Juscelino Kubitschek também pensou assim e fez, mas continuou não há.

Srs. imagino, pedindo desculpas ao Presidente, que uma contribuição dessa, muito mais instigante do que prescritiva, é o que melhor poderia fazer no primeiro momento, mais uma vez saudando — e esse é o meu pensamento central como, talvez, a última oportunidade, neste século, que o Brasil tenha de refletir pluralista e democraticamente, com competência, sem preconceito e imune às pressões do dia-a-dia, que hoje fazem a lógica da rotina dos nossos escalões dirigente e, por isso, fiz esse depoimento mais apaixonado.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (César Maia) — Muito obrigado, Sr. Governador.

Esta Comissão registrou a ênfase de V. Ex. nas questões estruturais e o alerta para a armadilha da ideologia e da não-ideologia. Muito obrigado.

Gostaria de conceder a palavra ao Exm. Sr. Governador do Estado de Goiás, Dr. Iris Resende.

O SR. IRIS RESENDE (Governador de Goiás) — Exm. Deputado César Maia, DD. Presidente desta Comissão mista; DD. Senador Beni Veras, Relator desta Comissão; DD. Senador Elcio Alvares, Vice-Presidente; DDs. Governadores Antônio Fleury, de São Paulo, Ciro Gomes, do Ceará, Gilberto Mestrinho, do Amazonas, DD. Superintendente da SUDAM, Dr. Alcyr Meira, DD. Superintendente da SUDENE, Dr. Eliezer Meneses, DD. Presidente do Banco do Nordeste, Dr. Jorge Lins Freire, DDs. Senadores, Deputados, Srs. e Srs:

É com muita honra que aqui venho, perante esta ilustre Comissão do Senado Federal que ora se instala, com o objetivo de discutir a fundamental questão dos desequilíbrios regionais, bem como a possibilidade de superá-los.

Tem sido constante na vida pública brasileira discussões a respeito de tais desequilíbrios mas, apesar disso, a questão que objetiva o alcance de um desenvolvimento regional e socialmente equilibrado, não está resolvida: o Brasil continua apresentando insuperáveis desigualdades regionais.

Neste momento em que a sociedade brasileira busca o caminho da modernização, e que, consequentemente, começa a transformar as suas estruturas básicas, é da maior importância a discussão da questão regional. A modernidade de uma sociedade passa pela eliminação das suas injustiças sociais e regionais. Uma nação moderna não pode carregar, dentro de si, as disparidades que tornam o seu desenvolvimento um privilégio de poucos.

O Brasil busca um novo modelo de desenvolvimento. O velho modelo de substituição de importações, que regiu a nossa revolução industrial, desdiciendo com o segundo choque do petróleo, está superado.

Substituir importações não representa mais a força impulsora do nosso desenvolvimento. As novas forças em ação são outras. São de maior amplitude e de natureza completamente diversa daquelas que nos fizeram ser, a oitava economia do mundo; uma economia potente e cheia de desequilíbrios

e de desigualdades; como se abrigássemos um país moderno no seio de um país atrasado, mas, com imensas potencialidades ainda não aproveitadas e mal dinamizadas.

As forças emergentes de um novo estilo de desenvolvimento estão aí, atuantes e presentes no nosso cotidiano, fazendo parte integrante das nossas vidas. O Brasil começa a dinamizar o seu comércio, lança-se para fora, para a conquista dos mercados externos e abre a sua economia à competição dos mercados internacionais.

É notório também que o Brasil descobriu-se como um continente e tem na continentalidade a origem de novas forças impulsionadoras do seu desenvolvimento. Nenhuma outra nação do mundo tem as condições que o Brasil tem de realizar esse feito, só consumado, nessa escala, pelos Estados Unidos no século passado.

As variáveis, portanto, desse novo modelo de desenvolvimento assentam-se, assim, por esses fatos, nos mercados internacionais e nos rincões brasileiros. Com efeito, o novo modelo de desenvolvimento brasileiro tem duas frentes: uma externa e outra interna.

Parece claro que essa busca da integração mundial representa um modelo de desenvolvimento voltado para fora. É que aquela outra busca, originada pela dinâmica de conquista final e ocupação total do território, nada mais é do que um modelo de desenvolvimento voltado para dentro.

O modelo voltado para fora terminará por integrar o Brasil à economia mundial, representando, assim uma harmonia com as tendências atuais de globalização das economias nacionais. Essa imersão da nossa economia no mundo ocorre através da abertura dos nossos mercados, do influxo da produção mundial e do esforço exportador a que somos obrigados em função dos desequilíbrios das nossas contas externas.

Entretanto, esse modelo para fora, ou essa maior integração mundial, pode não ser no nível que seria desejável, ou que seria necessário, em face das condições em que está evoluindo a economia mundial.

Acreditava-se, antes das transformações ocorridas no Leste da Europa, que a economia mundial estava se internacionalizando a passos mais rápidos do que se imaginava, pelo menos no que era denominado como "mundo ocidental".

Entretanto, não foi isso que ocorreu. A economia mundial parece que se encaminha para uma internacionalização segregacionista, através de grandes blocos econômicos: o bloco europeu, o bloco asiático e o bloco americano. Tais tendências parecem ser resistentes do grande equilíbrio existente entre as potências econômicas.

Não parece haver uma hegemonia que se sobreponha mundialmente para se ter um centro único de poder econômico e político, como era de supor. A internacionalização segregada da economia mundial tenderá a deixar de fora dos blocos muitas economias nacionais, até mesmo aquelas que se apresentam como economias em desenvolvimento.

A posição geopolítica do Brasil e os problemas que enfrentamos de estabilização econômica, já há uma década, tendem a dificultar a nossa participação em alguns desses grandes blocos, desenhando-nos, assim, um cenário de participação segregada, isolada, secundária na economia mundial.

Nas atuais circunstâncias, face a esses fatos, as tendências não são favoráveis para que possamos realizar um modelo de desenvolvimento voltado para fora — integração mundial — na plenitude de nossas potencialidades e necessidades.

Ilude-se quem pensa que as tecnologias de ponta são as condições necessárias e suficientes para que o Brasil realize tal modelo. Ao mesmo tempo em que essas tecnologias não são necessárias, para o nosso próprio desenvolvimento interno, o seu domínio por si só não determina a nossa integração ao mundo.

O mundo pós-guerra fria toma dois rumos: nacionalismo e protecionismo. Se as tendências de formação dos blocos se aprofundarem, tudo indica que o nacionalismo e o protecionismo serão marcantes entre os blocos ou entre cada bloco e o resto do mundo.

Em decorrência disso, a nossa integração mundial poderá ser incompleta e prejudicial. Abrimos o mercado brasileiro para os produtos mundiais, mas os mercados segregados do mundo inter põem obstáculos às nossas exportações.

A existência de circunstâncias desfavoráveis à nossa maior integração na economia mundial de maneira alguma anula as forças impulsionadoras que nos empurram para o mundo. Tais circunstâncias apenas criam um quadro de dificuldades à ação de tais forças.

A primeira força impulsora do nosso movimento para fora é a fundamental necessidade que temos de divisas para gerar e manter, durante anos sucessivos, um bom nível de equilíbrio das nossas contas externas.

A segunda força impulsora desse movimento para fora advém da nossa imperiosa necessidade de modernização industrial, através do aumento da competitividade. O processo substituidor de importações transformou o Brasil numa economia autárquica, fechada, corporativista e dominada por cartórios de interesse, sem competitividade e atrasados no uso de técnicas avançadas. Isso foi bem exposto pelo Governador Ciro Gomes. É preciso romper essa realidade.

Na verdade, a abertura da economia brasileira, uma condicionante da nossa modernização industrial, só pode ser empreendida se tivermos em mente que isso exige de nós um agressivo comércio internacional.

A terceira força impulsora desse movimento de integração é a necessidade de estabilização da nossa economia. A mesma abertura que induz a modernização industrial, pode condicionar a estabilidade dos preços internos pelo aumento da oferta dos produtos importados, capazes de competir em qualidade, ou em quantidade, com os produtos da oferta interna.

Assim, chegamos ao outro vetor do nosso desenvolvimento. A integração efetiva da economia brasileira no contexto mundial, passa necessariamente pelo desenvolvimento do mercado interno. Isto é, pela ocupação econômica definitiva e equilibrada do território nacional.

A primeira força impulsora desse movimento que o Brasil faz para dentro de si mesmo, para o interior do seu continente, estabelece-se a partir da necessidade crescente, nas últimas décadas, de aumentar a produção de alimentos para fazer face aos constantes requerimentos da nossa população que tem aumentado as taxas médias de 2,0 a 2,5% ao ano.

A abertura dessas novas fronteiras tem permitido não só o crescente sustento do consumo interno, mas, também, a produção de excedentes exportáveis como o caso da soja que, permanentemente, tem contribuído para o aumento do volume de divisas.

A segunda força impulsora desse modelo para dentro, origina-se nas vantagens comparativas regionais e nas economias de escala que essas áreas de fronteira possibilitam: clima, solo, terras abundantes.

A terceira força de natureza econômica que se farão sentir, ainda nessa década, de produção de energia hidroelétrica, com o uso renovável e

não poluente da água, visto que as reservas nacionais mais importantes e que deverão ser dinamizadas, estão justamente nas regiões de fronteira.

Dentro desse contexto, a ocupação equilibrada do espaço brasileiro é vital para a retomada do crescimento econômico. Ressaltando-se aí a importância do Centro-Oeste como um todo, e de Goiás, de modo particular, onde são visíveis os efeitos dessa dinâmica interna que atua no sentido de dar ao Brasil uma nova configuração da distribuição do desenvolvimento e da riqueza no espaço nacional.

Os fatos ocorridos na estrutura demográfica do Brasil, na década de 70, comprovam a formação desse novo perfil econômico e social da nossa nação. Entre 1970 e 1980, as regiões fronteiriças da Amazônia, do norte do Mato Grosso, de Rondônia e do Grande Carajás, no Pará, aumentaram a população rural entre 225 a 405%.

As regiões continentais de Goiás, do Tocantins e do Maranhão ocidental, incrementaram a população rural numa faixa de 25 a 90%.

Se analisarmos esses fluxos migratórios do ponto de vista da população urbana, o fenômeno transformador da conquista e ocupação final do território se torna mais nítido. Nas regiões do norte do Mato Grosso, Rondônia, sul do Amazonas, leste do Pará, houve, entre 1970, 1980, um aumento populacional urbano entre 200 e 511%. Em Goiás e Tocantins essa população, na mesma década, cresceu entre 95 e 200%.

Enquanto isso, o Sul e vastas regiões do Nordeste no mesmo período, esvaziavam a sua população rural entre limites de menos 25 a menos de 80%. O Brasil do Sul, do Leste e do Nordeste incrementou a sua população urbana, na maior parte da sua área, em não mais do 35%, naquele mesmo período.

Os dados já divulgados do último Censo Demográfico (1991), confirmam essas tendências de mudança dos fluxos migratórios das regiões Sul, Leste e Nordeste para as regiões centrais indicando a continuidade da dinâmica daquelas forças impulsionadoras do desenvolvimento para dentro.

O que é significativo nesses fatos é que as tendências de transformação que se esboçavam numa década de crescimento, 1970-1980, mantiveram-se numa década de crise e de estagnação econômica, como foi o período 1980-1990.

É dentro desse contexto, que fica ressaltada a posição de Goiás no Brasil, dado que o meu Estado ocupa, junto com o Distrito Federal, posição de destaque no Centro-Oeste que, de acordo com os fatos que relatamos, está localizado nessa ampla região de fronteira do desenvolvimento interno da nossa Nação. Portanto, não é sem razão a posição ascendente de Goiás no contexto da mudança brasileira.

Dessa maneira, uma abordagem a respeito da forma como se verificou a ocupação do espaço geográfico goiano é aspecto importante para que possamos ter uma compreensão abrangente sobre as características de nosso Estado e quanto as perspectivas de seu futuro. A partir da ótica da evolução histórica é possível avaliar, com maior profundidade, porque Goiás passará, cada vez mais, a desempenhar um papel de primeira grandeza na construção do novo desenvolvimento nacional.

Por que o Centro-Oeste, como um todo, passará a desempenhar esse papel ao desenvolvimento do País?

A partir do século XVIII inicia-se o processo de ocupação econômica de Goiás, através de ciclos evolutivos distintos. O ciclo mineratório abrangendo o período de 1722 a 1822; o pecuário vai de 1822 a 1890 e o agrícola de 1890 a 1964. As duas primeiras etapas caracterizam-se pela realização de atividades econômicas itinerantes e dispersas, obedecendo-se às condições naturais favoráveis. Isso traz obstáculos à realização do processo de produção, de tal forma que estes ciclos não formam um estágio de desenvolvimento propriamente dito.

O progresso expansionista da agricultura a partir de 1890 cria as condições para a formação do processo desenvolvimentista, aqui conceituado como uma etapa de crescimento populacional acentuado, de fomentação do comércio interno, de manuseio das técnicas rudimentares da indústria, de amplo aceleramento na prestação de serviços.

A partir de 1890, inicia-se a efetiva integração de Goiás no cenário nacional e para isso, contribuiu especialmente o esgotamento das frentes de expansão no sudoeste do País, onde era intensa a cultura do café na região. Cresce, portanto a busca de terras na frente pioneira e Goiás passa a ser o alvo preferido no processo de produção agrícola, tendo em vista atender ao crescimento constante da demanda.

São fatores ainda marcantes, deste período a decadência do modelo primário exportador e a ascensão das iniciativas do projeto de substituição de importações. A partir da década de 40 até o final dos anos 50, há uma efetiva decisão governamental no sentido de executar uma política de interiorização, o que se consubstanciou com as construções de Goiânia e de Brasília.

De 1890 a 1930 a interiorização verificou-se de forma intensa, tendo por base a economia de mercado. De 1930 a 1945, há uma interação entre o processo de ocupação e a política de segurança nacional, o que pode ser avaliado como um programa de interiorização dirigido. A partir de 1945 as ações governamentais colocam em prática a expansão horizontal do capital privado no setor rural.

O ciclo agrícola, portanto, definiu os parâmetros do sistema econômico de Goiás, mas a opção pelo sistema horizontal de economia agrícola evidencia um cenário sem preocupações acentuadas com o aumento da produtividade e rendimento agrícola. Fortes adensamentos populacionais, crescimento do setor secundário e expansão da indústria de beneficiamento marcam este período.

Nos anos 60, com as determinações governamentais voltadas para a modernização da estrutura econômica, a prioridade passa a ser o crescimento do setor urbano e industrial, a abertura para o capital estrangeiro e a expansão do próprio Estado brasileiro. A agropecuária também desempenha papel importante. A produção de alimentos e matéria-prima alcança novos mercados. Os excedentes são destinados à exportação. A mão-de-obra ocorre ao comércio e à indústria. Cresce a demanda por produtos urbanos.

Goiás, neste contexto, passa a ser um Estado privilegiado para onde se desloca o desenvolvimento, aproveitando-se os últimos espaços vazios demográficos para alicerçar um novo modelo de crescimento econômico, tendo por base a alta produtividade e competitividade.

Atualmente, Goiás representa 21% da área geográfica do Centro-Oeste e é o primeiro em população na região, com 6 milhões de habitantes. Nosso Estado produz, hoje, cerca de 10% da produção nacional de grãos e reúne 10% do rebanho bovino com 20 milhões de cabeças, sendo o terceiro do País.

Para demonstrar que sobre Goiás atua aquela dinâmica das forças impulsionadoras do desenvolvimento interno brasileiro, fazemos referências às taxas mais elevadas de crescimento econômico de Goiás em relação ao Brasil.

Nas duas últimas décadas, quando as taxas de crescimento real, média e acumulada do Produto Interno Bruto e do produto per capita obtiveram um resultado superior ao alcançado pelo Brasil. Estes índices evidenciam o dinamismo das nossas ações produtivas na história recente do Estado, ao mesmo tempo em que nos impulsionam a buscar uma nova era de prosperidade a partir da superação do atual estágio de estagnação econômica.

Entre 1970 e 1989, Goiás cresceu a uma taxa média anual de 8,1%, superior em 2,6 pontos percentuais em relação ao País, cujo crescimento foi de 5,5%. A grande expansão aconteceu na década de 70, quando a economia brasileira viveu o ápice de sua recuperação, sendo que o PIB cresceu em média 8,4% ao ano, com inflação média de 42% ao ano.

Em Goiás, os anos 70 também registraram um surto expansionista na economia. A taxa de crescimento real anual do PIB atingiu um dos seus maiores índices, chegando a 13,8%, superior em 5,4 pontos percentuais em relação à média nacional.

A partir de 1980, a situação nacional e mundial apresenta sérios desequilíbrios, iniciando os ciclos de recessão que perduram até os dias atuais. Apesar de todas as adversidades próprias de uma economia em enfraquecimento, Goiás obteve um crescimento significativo, acima dos padrões nacionais e mesmo em relação a São Paulo, o Estado mais desenvolvido do País.

Os anos 80, desta forma, não foram uma década perdida para Goiás. Pelo contrário, este período reforça a posição do Estado como grande produtor agropecuário, como um dos expoentes no setor mineral, ao mesmo tempo em que a industrialização experimenta sua arrancada mais expressiva. A desenvoltura da produção em Goiás nos anos 80 contrasta-se com a situação geral do País, quando a economia passou por forte desaceleração, com altos índices de inflação, incertezas quanto às diretrizes da política econômica, recessão entre 1981 e 1983, expansão do desemprego e sucateamento do parque industrial.

Este contexto de completa desestabilização, contudo, não chegou a desorganizar os patamares da economia goiana. As características políticas e sociais do Estado influenciaram no processo de manutenção de nossa estrutura produtiva e nos mecanismos de distribuição de renda. Isto garantiu o crescimento do Estado, mesmo que moderado.

Goiás, nesse período, acumulou uma taxa de crescimento real do PIB de 31,71%, enquanto que o Brasil apresentou um crescimento de 21,32%. A taxa média real de crescimento por ano em Goiás foi de 3% e, no País, este índice ficou em 2,4%.

A agropecuária em Goiás obteve a melhor performance nessa década de 80, alcançando uma taxa de crescimento anual de 6,4%, a indústria cresceu 2,4% e os serviços 3,4% ao ano.

Tomando-se os índices relativos a 1990, o Produto Interno Bruto de Goiás possui a seguinte formação: a agropecuária contribui com 22,3%, a indústria com 15,8% e os serviços, que englobam a comercialização dos produtos dos setores primários e secundários, colaboram com 61,9%.

Já uma abordagem sobre a estrutura da renda de Goiás demonstra que a renda urbana, que envolve indústria e serviços, é maior do que a rural, que engloba a agropecuária.

Em 1970, a renda urbana representava 65% do PIB e a rural, 35%. Em 1990, a urbana chega a 77,7% e a rural 22,3% do PIB. Isto evidencia que a população do Estado atravessa uma etapa de intensa urbanização, consubstanciada nos fenômenos de êxodo rural, coerente com as tendências das sociedades modernas que se desenvolveram e alcançaram melhores padrões de vida e de distribuição social dos resultados de suas economias.

Em 70, a população do campo representava 58% do total e a urbana 42%. A partir de 1980, a população rural passa para 38% e a urbana atingiu o preocupante índice de 62% do total da população.

É importante ressaltar que, em anos críticos, torna-se digno de nota que a recessão foi menos rigorosa em Goiás do que no Brasil. Entre esses dois anos, enquanto a economia brasileira apresentava uma queda global da renda de 4%, a economia goiana caiu a uma taxa de 2,7%.

Após a reunião, os ilustres congressistas integrantes desta Comissão que avalia as causas e consequências do desequilíbrio econômico inter-regional brasileiro, a evolução e a atual situação do nosso Estado, como a liberdade de conchamar V. Exs para que compartilhem com o entusiasmo e o esforço da gente goiana para superação dos obstáculos que ainda entram, o progresso de Goiás.

Necessário se torna que nós, que representamos o poder público constituído, emprestemos nossa colaboração e meios disponíveis à iniciativa privada, pois é através de uma ação governamental conjunta, produtiva e identificada com as reais potencialidades e possibilidades de cada região que poderemos, então, promover o desenvolvimento brasileiro em bases mais harmônicas.

Ao finalizar estas palavras, cabe-me a preocupação de dizer aos senhores, como homem público, preocupado com os destinos do povo e da Nação, a partir dos fatos que demonstrei que o contexto das relações inter-regionais está em nítida transformação.

Não tenho dúvida nenhuma de que os caminhos que o Brasil percorre, após 50 anos de desenvolvimento poderoso, mas socialmente desequilibrado e injusto, acabaram por produzir uma Nação mais unitária, mais uniforme e sem essas inaceitáveis desigualdades regionais e sociais que hoje comprometem a sociedade brasileira.

É por isso que contemplo um Brasil melhor, um Brasil que nós, como lideranças políticas, representativas do nosso povo e responsáveis pelo seu destino, haveremos de ajudar a construir.

A minha mensagem é, assim, uma mensagem simples, mas, positiva. Tenho certeza que haveremos de superar as dificuldades do momento. Nós sempre soubemos construir o futuro a partir de nossas crises, essa é a grande lição que a história nos tem dado. Haveremos de achar os caminhos da estabilidade econômica; da nossa inserção no mundo e do desenvolvimento auto-sustentado e fundado em nossas próprias forças, de modo independente e soberano.

Deixo aqui registrada a minha alegria pessoal em participar da abertura dos trabalhos desta Comissão. Deixo também registrada a minha satisfação, pelos pronunciamentos dos colegas que nos antecederam: o Governador de São Paulo, do Amazonas e do Ceará. Maior é a minha satisfação, Sr.

Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, ao sentir que os representantes legítimos do povo brasileiro acham-se realmente preocupados com nosso futuro, com o preparo do Brasil para enfrentar o terceiro milênio.

As palavras dos nossos colegas, especialmente do Governador Ciro Gomes, do Ceará, nos trazem realmente uma advertência. O importante é que essa advertência vem juntar-se a uma preocupação do Congresso Nacional. A instalação desta Comissão é a demonstração viva e clara de que precisamos nos preocupar mais com o Brasil como Nação. Precisamos esquecer os bairrismos, os regionalismos, e pensar no Brasil como um todo. Daí o meu es-

forço à tese do Governador Ciro Gomes no sentido de que precisamos, com urgência, pensar num planejamento estratégico para o Brasil. Do contrário, vamos viver sempre com o Sudeste cada vez mais rico e mais forte, com um Nordeste cada vez mais pobre e com um Centro-Oeste à busca de raízes em que se possa firmar, sabendo que está sobre uma potencialidade fenomenal.

Quando chamo a atenção para as possibilidades do Centro-Oeste como uma região-solução para o Brasil, é porque, na verdade, nos falta o planejamento estratégico a que se referiu o Governador Ciro Gomes.

As grandes nações sempre se fortaleceram, sempre se consolidaram através de planejamentos estratégicos. No Brasil, por exemplo, ao se estudar a pavimentação de uma rodovia ou a construção de uma usina hidrelétrica, primeiramente vão buscar os dados no número de veículos, de caminhões que transitam por uma rodovia, ou na tonelagem de produção, sabendo-se que não é possível produzir sem que as estradas estejam prontas, sem que as ferrovias existam, ou sem que haja energia suficiente.

Eu chamaria a atenção para o fato de que, nos Estados Unidos, estudam a região, abrem a ferrovia, sem que haja um habitante sequer; depois de algumas décadas, tornam-se regiões altamente produtoras. Ficamos aqui discutindo prolongadamente; tais discussões não levam a lugar nenhum. Discutimos se a ferrovia deveria ser leste-oeste, se os investimentos na Ferrovia Norte-Sul são justificados, quando sabemos que essas regiões poderiam assumir uma grande parcela de responsabilidade de alimentar o País. Discutimos os sistemas de produção de energia, quando as potencialidades dos nossos rios são inensas para a construção de usinas hidrelétricas, criando infra-estrutura para que o Sudeste invista no Centro-Oeste e no Nordeste.

Eu terminaria minhas palavras, enfatizando que todos nós, homens públicos - Governadores, Senadores, Deputados -, que temos nos ombros a grande responsabilidade de conduzir o País a uma condição desejável, devemos esquecer os sentimentos regionais e pensar no Brasil como Nação. Obrigados. (Palmas)

O SR. PRESIDENTE (César Maia) - Sr. Governador, esta Comissão registrou a orientação de V. Ex. no sentido de que tenhamos como referência um novo paradigma de desenvolvimento, sem perder de vista que o decisivo sempre é o nosso esforço interno.

Srs. Governadores, Srs. e Srs. Parlamentares, Srs. e Srs., os membros desta Comissão têm noção clara do desafio de um País que precisa investir 100 bilhões de dólares por ano e que tem um Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico capaz de contribuir com apenas 2% desse montante. Temos noção do desafio das Regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, que precisam investir 25 bilhões de dólares, quando os fundos regionais de desenvolvimento não alcançam 1 bilhão de dólares. Esse desafio, depois da exposição dos Srs. Governadores, se tornou mais fácil de ser enfrentado. São exposições de orientação que vão nutrir e orientar nosso trabalho. Este trabalho, além da participação dos membros desta Comissão, terá a coordenação firme e competente do Senador Beni Veras.

Agradeço a presença dos senhores, agradeço a presença de todos que participaram desse primeiro evento. Está encerrada a reunião.

ANEXO À ATA DA 3ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991 - CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia
Vice-Presidente: Senador Elcio Alvares
Relator: Senador Beni Veras
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

3ª REUNIÃO REALIZADA EM

30 DE ABRIL DE 1992.

Às dez horas do dia trinta de abril de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 02 (dois) da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presente os Senhores Congressistas: Senadores Garibaldi Alves, Wilson Martins, Elcio Alvares, Beni Veras e Esperidião Amin, e Deputados Mavíael Cavalcanti, Vicente Fialho, Pinheiro Landim, Luiz Girão, Ariosto Holanda e Marco Penaforte. Deixam de comparecer por motivo justificado os demais membros. Havendo número regimental, assumiu a Presidência o senhor Senador Elcio Alvares Vice-Presidente da comissão, que deu como aberto os trabalhos, comunicando o objetivo da reunião, mesa-redonda sobre "Políticas Nacionais e seus Efeitos Espaciais". Em seguida o Senhor Presidente propôs seja dispensada a leitura das atas das reuniões anteriores. Não havendo manifestações contrárias são ambas consideradas aprovadas. O senhor Presidente convidou os senhores expositores a participarem da mesa-redonda, Dr. Francisco de Borja Batista Magalhães Filho, Professor Adjunto do Departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná e Coordenador do Núcleo Mercosul do Governo do Estado do Paraná, e Dr. Roberto Cavalcanti de Albuquerque, Diretor Técnico do INAE - Instituto Nacional de Altos Estudos, para tomarem assento à mesa, e destaca a presença do Dr. Pêrsio Marco Antônio Davison, Diretor do Departamento de Planejamento e Avaliação da Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República, representando o Sr. Ministro Angelo Calmon de Sá. Após fazer referências aos currículos dos convidados, o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Francisco de Borja Batista Magalhães. Concluído sua exposição o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Roberto Cavalcanti de Albuquerque. Não havendo mais expositores, o Senhor Presidente dá início à fase de interperlações, onde fazem uso da palavra os senhores Deputados Marco Penaforte, Ariosto Holanda, Luiz Girão e Vicente Fialho. Terminada a fase de interperlações o Senhor Presidente agradece a presença dos convidados e, solicita a presença do Senhor Deputado Vicente Fialho para assumir seu lugar na Presidência da Comissão. Assumindo a Presidência o Senhor Deputado Vicente Fialho passa a palavra para o Senhor Relator Senador Beni Veras. Em seguida o Senhor Presidente Deputado Vicente Fialho passa a Presidência da Comissão ao Senhor Relator Senador Beni Veras que agradece a presença dos convidados e dos Senhores Congressistas. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Neste momento, declaro aberta mais uma reunião da Comissão Especial, destinada a estudar o problema do desequilíbrio inter-regional brasileiro.

Gostaria de assinalar as presenças do Dr. Renan Soares, do Departamento de Macroestratégia da Presidência da República e Dr. Moura Sá, da Secretaria da Ciência e Tecnologia, Coordenador de Políticas e Planos.

Hoje, temos dois ilustres conferencistas e gostaria de, inicialmente também, para felicitar o andamento dos trabalhos, dispensar a leitura das duas atas, referentes à reunião solene e à reunião ordinária.

Neste momento, temos a oportunidade de registrar, com muita honra para esta Comissão, a presença, e convidar para compor a mesa, o economista Francisco Magalhães, que é Professor de História Econômica na Universidade Federal do Paraná, ex-Secretário de Planejamento do Paraná, ex-Presidente do Instituto de Pesquisa, Ipage, ex-Diretor do Banco de Desenvolvimento do Paraná, Técnico do IPEA e presta assessoria à Codesul e ao Governo do Paraná, na questão do Mercosul.

Convidamos, neste momento, para integrar a mesa, o Dr. Francisco Magalhães.

Do nosso lado, o Relator, Senador Beni Veras, que tem sido um grande entusiasta também desta Comissão, com a presença dos Senadores e Deputados que integram a nossa Comissão.

Gostaria de convidar, para integrar a Mesa, o Dr. Roberto Cavalcanti, que será o segundo palestrante no dia de hoje.

Concedo a palavra ao economista Francisco Magalhães.

O SR. FRANCISCO MAGALHÃES - Em primeiro lugar, quero agradecer a oportunidade de estar aqui com os Srs. para debater o problema dos desequilíbrios regionais, como também parabenizar a iniciativa de se criar uma Comissão Especial para estudar o problema dos desequilíbrios regionais, esse enfoque regional que foi construído ao longo de décadas. Praticamente, em toda minha vida profissional, desde os bancos escolares, os cursos da Cepal, acompanhei o surgimento dessa questão regional como algo a ser racionalmente discutido, como algo a ser incorporado à visão do Brasil, superando aquele caráter de exotismo e tipicidade com que as nossas diferenças regionais eram vistas pela intelectualidade brasileira no passado.

Infelizmente, essa visão, como parte da obrigação do Estado, como parte da obrigação da sociedade está como que abandonada, como que renegada a um segundo plano. Creio que é fundamental que este País, para continuar a ser o País que é o que queremos que seja, leve sempre em conta a riqueza, a potencialidade que se caracterizam pelas diferenças, pelas disparidades culturais, climáticas, geográficas das nossas regiões, e pela ameaça que representa a este próprio País e continuação e o aprofundamento dos desequilíbrios sociais e econômicos.

Mais do que agradecer o convite, agradeço a oportunidade de falar aqui, quero deixar o testemunho da parabenização de uma iniciativa desse tipo, que orgulha a nós e nos faz confiar mais do processo democrático e do Poder Legislativo que o simboliza.

Tentaram me limitar a um tempo adequado e tecer os comentários e apresentar as sugestões que me pareceram as mais propícias, as mais cabíveis para uma discussão como esta.

Não é obviamente, nem cabível aqui virmos mostrar as desigualdades regionais, os desequilíbrios regionais, econômico-sociais, dizer em números o que eles significam, fazer comparativos, analisar tendências e crescentes. Isso é do conhecimento de todos os Srs. E se há algo neste País que todos conhecem, que todos sabem, com o saber mais científico ou mais de senso comum, é exatamente que o Brasil é desigual socialmente, e desigual socialmente nas regiões.

Vamos começar diretamente com os desequilíbrios que todos conhecemos. Vivemos - e também não é o caso de se aprofundar muito isso, até porque o tempo não seria suficiente - um momento de crise nacional especificamente no sentido de sabermos onde queremos ir e queremos chegar como País, e qual o caminho que devemos trilhar para alcançar esse objetivo.

Fomos um dos países de melhor desempenho na economia mundial. Sabemos que esse melhor desempenho econômico trouxe um custo social muito elevado. Mas, de qualquer maneira, conseguimos - entre os anos 30 e o início dos anos 80, fin dos anos 70 - índices de que sempre nos orgulhamos, índices que criaram em nós até uma confiança do crescimento permanente. Transformamos-nos no que então era a décima economia mundial, conseguimos taxas de crescimento elevadas durante décadas; as crises econômicas foram sempre de curta duração e de pequena profundidade, tudo isso num modelo econômico, social e político, que não foi elaborado por nenhum cientista, que não surgiu de laboratório, mas que foi o resultado do processo político brasileiro, o resultado das aspirações da sociedade e das classes dos segmentos sociais, influenciado pesadamente pelo padrão de inserção do Brasil na economia mundial. Isso tem como característica básica, independente de ter ocorrido em fases democráticas ou em fases autoritárias, um forte papel indutor do Estado brasileiro, no sentido de promover o desenvolvimento. Podemos discutir durante décadas se a forma correta, se com objetivos certos, a que preço e a que custo, mas, sem dúvida nenhuma, com resultados em termos de desenvolvimento econômico.

Este modelo, aparentemente, está esgotado. O seu próprio sucesso o esgotou. Volta-se, agora, a um modelo muitas vezes apresentando com roupagens novas, muitas vezes apenas ocultando velhas roupagens do século XIX, um modelo de absoluta ausência do Estado, do processo de indução do desenvolvimento econômico, do desenvolvimento industrial. Volta o Estado a funções sociais, como se ele não a tivesse exercido ao longo de todo esse tempo. Enfim, aquilo que hoje na linguagem comum da imprensa, de muitos especialistas na área, se chama de neoliberalismo. Não vamos discutir isso aqui.

Mas vamos apenas lembrar que se nós optamos por um novo modelo neoliberal, o País ainda não faz opção nenhuma, na realidade. As discussões políticas permanentes em que vivemos, mostram-nos que não há um fechamento de questão nacional sobre as opções. Mas, se a opção for para o neoliberalismo, é preciso que tenhamos sempre em mente que as forças do mercado, por si só, não corrigirão desequilíbrio regionais. Claro que poderíamos agravar essa afirmação, lembrando que foram exatamente as forças do mercado que criaram os desequilíbrios e os regionais brasileiros ao longo do processo, que se iniciou no século passado.

Claro que a teoria econômica pode nos mostrar leis que levariam a uma correção nos desequilíbrios pela livre ação das forças do mercado. Tecnicamente, é até passível de provar isso. Mas creio - sem querer entrar também em teoria econômica - que essa correção só se daria se os custos dos fatores pudessem oscilar livremente. Só que vocês podem imaginar qual seria o custo social e não existisse - e está sendo votado agora - um salário mínimo nacional e, portanto, a remuneração trabalho estivesse ab-

solutamente livre em todo o Brasil. Obviamente, as regiões com maior densidade de mão-de-obra e menor oferta de emprego, os salários cairiam abaixo desse mínimo, que hoje rege as relações capital/trabalho no Brasil.

Aplicando as equações, claro, seria possível mostrar que em "x" anos reduzindo em "y" a remuneração, possivelmente alguém iria investir, se ainda houvesse trabalhadores vivos para trabalhar. E também se a livre movimentação de todos os fatores fosse absoluta, ou seja, se, efetivamente, quem não consegue emprego em Cascavel, no Paraná, ou em Catolê do Rocha, na Paraíba, pudesse, no dia seguinte, se apresentar onde houvesse um emprego - em São Paulo, em Curitiba ou na Amazônia.

Parece-me que, independente da opção que este País venha a fazer, a necessidade de políticas públicas para a correção de desequilíbrios regionais, quer em países capitalistas neoliberais, quer em países em desenvolvimento - dentro do módulo de produção capitalista, mas ainda atrasados em relação ao centro capitalista - presença do Estado é fundamental. A experiência dos países capitalistas avançados nos mostra exatamente isso. O papel indutor do Estado tem sido fundamental nesses países. A Itália é o exemplo mais conhecido de todos e, com isso, nós muitas vezes esquecemos que a França, seja em governos de direita ou de esquerda, e a própria Inglaterra, mesmo a Inglaterra Thatcherista, têm políticas específicas para promover o desenvolvimento de regiões que ficaram atrás no processo de crescimento econômico. Portanto, é fundamental termos sempre em mente que esse trabalho, essa análise, esse estudo, essa proposta de ação no sentido de políticas públicas de correção de desequilíbrios regionais é fundamental.

O grande instrumento para isso é o planejamento. Como pessoa que saiu da universidade - aliás, até um pouco antes de sair da universidade - já estava fazendo um curso da Cepal em desenvolvimento econômico e planejamento - e que dediquei sua vida profissional à área de planejamento, pode parecer que estou apenas tentando defender o meu peixe. Mas, já aposentado e hoje na universidade, creio que não preciso mais tentar, pelo argumento intelectual, criar emprego para mim mesmo. Posso, por isso, dizer, com toda a franqueza, que um dos problemas sérios que este País está enfrentando - e já vem de alguns anos, não é um problema do atual Governo - é o abandono do planejamento como instrumento de desenvolvimento. Esse abandono faz com que, até para termos novamente políticas adequadas de correção de desequilíbrios regionais, tenhamos que pensar, junto a isso, na necessidade de recriar o planejamento como instrumento efetivo de formulação e execução de políticas, de alocação de recursos públicos e de indução à alocação de recursos privados. É óbvio que o planejamento só funciona quando se sabe para onde se quer ir; o planejamento só funciona quando a maior parte da sociedade tem um projeto, conscientemente ou não, incorporado em sua totalidade ou não, mas um projeto que defina onde vai chegar.

Esse artigo publicado há poucos dias na Folha de S. Paulo, a Professora Aspásia Camargo disse algo que me preocupou, que talvez merecesse até críticas e reparos se estivessemos debatendo tal assunto: que o Brasil só teve um projeto nacional duas vezes na sua História: em torno de 1840, quando as classes dominantes, os proprietários de terra, assumiram efetivamente o poder político no Brasil, na época da Regência, e, mais tarde, a partir de 1930. O modelo de 30 é o modelo do Estado indutor do processo. Temos que esperar até em torno de 2030 ou 2040 para sairmos da situação em que estamos.

O planejamento como um instrumento de Governo, em todas as esferas, em todos os níveis, tanto o planejamento operativo do setor público, o planejamento que inclui o orçamento, incorpora-se a ele e nele se traduz, quanto o planejamento indutor do setor privado, através de todos os instrumentos de política econômica que se conhece, é fundamental, não só para o crescimento do País, mas para a correção dos desequilíbrios regionais.

Vamos então admitir que se vai partir para uma política nacional de correção de desequilíbrios regionais. Para isso, será necessário uma estrutura administrativa adequada. Obviamente não há um refeitório, os técnicos não o têm, nem têm porque tê-lo, nem se deve esperar que tenham tudo. Quer dizer, uma receita para isso. É claro que, em primeiro lugar, me parece decorrência lógica do que eu disse antes, será necessário existir uma estrutura de planejamento forte. Estrutura de planejamento forte não significa autoridade; impositiva; mas com o apoio da sociedade, com o seu apoio político, que sabe que por esse caminho vão se encontrar e alcançar os resultados almejados. E que tenha poder normativo sobre o setor público e poder indutor sobre o setor privado. A partir da vontade política da nação, traduzida sobre as diversas formas que o processo democrático oferece e permite.

havendo um planejamento forte, passa a ser fundamental e decorrência a existência de um órgão nacional para as regiões. Temos hoje uma Secretaria de Desenvolvimento Regional, tivemos um Ministério do Interior, que surgiu de um ministério extraordinário forte. Poderíamos ter isso dentro de um Ministério ou de um órgão nacional de planejamento. O aspecto formal, organizacional do problema, creio ser de menor importância, desde que se caracterize a existência de um órgão nacional que pensa, dialoga, executa e acompanha a política nacional de correção de desequilíbrios regionais. Portanto, tanto pode ser parte de um órgão de planejamento, de um Ministério do Planejamento, ou um órgão específico, tipo o antigo Ministério do Interior. Parece-me fundamental, porque é parte da nossa própria cultura política o status ministerial, seja no regime presidencialista, ou numa eventual adoção do parlamentarismo, tem que haver alguém que, perante o próprio Estado e a opinião pública, seja o responsável - logo abaixo da autoridade máxima - por essa função de correção dos desequilíbrios regionais.

Parece-me fundamental que se reative e se complete, porque são instrumentos de uma importância vital, as Superintendências de Desenvolvimento Regional. Quais regiões, que fronteiras entre elas, que tratamentos diferenciados que cada uma pode e deve ter, é um outro problema. Mas, um órgão federal, localizado nas regiões, tem papéis que nenhuma outra estrutura pode desempenhar adequadamente. Ela é uma instância de discussão de objetivos regionais, é uma instância de estudo e análise de problemas e de projetos regionais; instância, inclusive, política e não apenas técnica. E ela deve participar da elaboração e do acompanhamento da execução dos planos. Acompanhei alguma coisa da Sudesul, quando lá existia; como aqui, enquanto trabalhei um período no Ministério do Interior, nas Superintendências do Nordeste, da Amazônia e do Centro-Oeste. No caso da Sudesul, onde não havia recursos, cuja distribuição dependia de aprovação, havia um potencial muito grande, nem sempre utilizado, nem sempre adequadamente utilizado, para transformar o órgão num grande fórum de estudos e debates sobre a problemática comum aos três Estados do Sul. Esse

papel é fundamental. Mais do que isso, a Superintendência, onde os Governadores dos Estados estão presentes, onde se espera que o trabalho das elites técnicas da região esteja presente. É o lugar de encontro, é o lugar de ajuste entre o que o País precisa das regiões, o que o Brasil quer do Nordeste, do Sul, da Amazônia; e o que as regiões querem do País. Só vamos conseguir corrigir desequilíbrios regionais quando, em discussão livre, tecnicamente fundamentada, politicamente orientada, saibamos o que cada região precisa e quer do País, e o que este precisa e quer de cada região. A correlação de forças políticas, em cada momento, a nível de cada região, é que vai fazer pender a balança para um lado ou para outro; nem por imposições do Governo Central, nem por uma suposta crescente autonomia regional que, muitas vezes, pode ser até fatal para o País — como um todo e para a região em si.

Farei apenas um parêntese: como isso estou dizendo que não só seria necessário manter instituições como a Sudene e a Sudam, como recriar instituições para a Região Centro-Oeste e para a Região Sul e, talvez, isso bate um pouco com o todo imaginário de quem lidou até hoje em termos de aumento regional para a Região Sudeste. Não podemos deixar a região mais rica do País sem a sua identidade regional, reconhecida num processo desses. Um pouco como blague, um pouco como fato real, um dos grandes problemas que levou a dissolução da União Soviética, é que a Rússia não existia, existiam as outras Repúblicas. O Governo Soviético era o Governo da Rússia. No momento em que se criou a República Russa clara, estourou a tampa da chaleira. Não podemos pensar: não! O Sudeste, não; porque o Sudeste é a região mais rica. Ela também tem problemas regionais e sérios. Mais também, como um parêntese a isso, há um problema a ser tecnicamente discutido. Estou a pensar em termos de propostas que possam se aproximar de um certo grau de concretude.

Não acredito que haja incentivos fiscais regionais a todas as regiões. Aí seria melhor uma política nacional de incentivos, que não corrigiria os desequilíbrios regionais. Onde houver, incentivos fiscais até que ponto essas superintendências devem participar do processo análise e avalização da transferência de recursos ao setor privado, ou se essa função deve caber aos bancos regionais. A Constituinte reconheceu a importância dos bancos regionais, inclusive determinou a criação de um banco regional para o Centro-Oeste. Parece-me que para as regiões, onde o sistema bancário tradicional não consegue atender às necessidades de uma política pública de correção dos desequilíbrios regionais, esses bancos são fundamentais; e o que já fizeram no Nordeste, na Amazônia, é uma comprovação disso. Talvez, esses financiamentos, até pelo tipo de especialização profissional que esse tipo de atividade exige, talvez, essa função de repasse de recursos, deva ficar mais nos bancos do que em superintendências. Isso é algo a ser discutido à época.

E as superintendências, para não me aprofundar mais, seriam o locus da discussão, não só dos interesses regionais, mas dos estaduais dentro das regiões. As diferenças de resultados das políticas de correção dos desequilíbrios regionais no Brasil, aumentando os investimentos em trabalho de uma economista do nosso departamento — uma professora que nos foi cedida pela Universidade do Ceará — que analisava exatamente esse aspecto regional e mostrava como esse avanço, essa participação crescente do Nordeste na renda, nesses últimos anos, com o decréscimo da Região Sudeste, em grande parte, deve-se à concentração do crescimento em um ou dois Estados, e não a um crescimento da região como um todo. Então, esses interesses e conflitos intra-regionais teriam nessas instituições federais, a nível regional, o lugar da discussão e do ajuste fundamentais para que essas coisas tivessem sentido.

E os instrumentos de política econômica, também não creio que deva alongar-me, são todos muito conhecidos, o orçamento Federal é um instrumento básico. O investimento público é, possivelmente, o fator principal para conseguir dinamizar determinadas regiões, não apenas em construção de porto ou aeroporto, mas um investimento em educação, em saúde; o gasto público para a criação de uma infraestrutura adequada. Tudo isso tem repercussões econômicas, e não apenas — supondo-se que tivesse uma diferença, que a economia não fosse uma ciência social, não apenas repercussões econômicas.

Os incentivos fiscais, que são um motivo de debate quase que permanente, e as regiões, que não gozam desse benefício, têm uma profunda tristeza e revolta, em certos momentos, por não os ter. Parece-me que uma sociedade abrir mão da existência de incentivos fiscais é um suicídio do Estado. Digo suicídio em termos da impossibilidade de corrigir desequilíbrios regionais. Defenderia, não aqui, uma política de incentivos que fosse setorial e regional; regional, mas com corte setorial e, obviamente, transitória. Quer dizer, não é financiar tudo na região "x" por todo o tempo, é financiar os setores promissores da região "x" por um tempo que seria suficiente para que esse incentivo gerasse capacidade competitiva na região. Sei que isso, em todas as esferas, politicamente, é muito difícil pois há uma tendência mundial, humana, de perpetuar benefícios mesmo onde eles não são mais necessários, mas são sempre um reforço. De qualquer forma, parece-me que são instrumentos mais ágeis para a promoção da correção dos desequilíbrios.

Quero, ainda, no tempo que me resta, centrar-me em um caso. O tema central é exatamente o efeito espacial das políticas regionais, que veio do Sul. Essa Região vem se mantendo razoavelmente no percentual do PIB nacional, tem um padrão de vida médio acima do nacional, tem sofrido modificações estruturais muito significativas, o Rio Grande do Sul, há décadas, é, em termos relativos, o maior fornecedor de migrantes para o Brasil, como um todo, há um imperialismo cultural gaúcho, que vai do sul do Pará ao interior do Acre, aos campos de Roraima, à região de Barreiras, na Bahia, o Brasil está sendo tomado por CTG, pessoas dançando chimarrita, com lenço vermelho no pescoço, geralmente alemães e italianos, de origem. O Paraná, que foi o Eldorado dos migrantes até os anos 60, está competindo seriamente com o Rio Grande na expulsão de mão-de-obra,

principalmente daquela de origem gaúcha, diga-se de passagem, o que reforça ainda mais a invasão de CTG pelo Brasil afora. Santa Catarina é um estado que precisa ser melhor estudado, tem talvez o perfil de desenvolvimento equilibrado mais adequado dentro da realidade brasileira. E estamos nos defrontando agora — quando falo "refiro-me ao Sul" — com um problema concreto, o problema nacional, decorrente de tensões internas, que até transitarão pelo campo diplomático foram tomadas sem uma grande discussão prévia pela sociedade, discussões que levaram a alguma coisa, no meu entender, correta, importantíssima e que vai, efetivamente, se positivamente implantada, mudar o panorama das perspectivas futuras da eco-

nomia do Brasil e da América do Sul, que é o Tratado de Assunção, antes dos acordos Brasil-Argentina, desde o Governo Sarney, coroados com o Tratado de Assunção, que cria o Mercado Comum do Cone Sul, procurando criar uma zona de livre comércio junto a uma união alfandegária e, em seguida, um efetivo mercado comum entre Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai.

Faço questão de frisar esse ponto, porque me parece uma política absolutamente correta. Todavia, a curto prazo, pode afetar séria e gravemente as atividades econômicas exatamente da Região Sul. Nenhuma perseguição, mas, pelas condições de clima e do solo, esse território produz e abastece a maior parte do Brasil e, inclusive, exporta a maior parte daqueles produtos que a Argentina também produz, para seu consumo e para exportação, e que a Argentina, por várias condições técnicas, históricas, de solo, de clima, produz melhor a preços mais baixos. Por exemplo, incluem-se trigo, frutas temperadas, alho, cebola, vinho, soja. Esses são apenas os mais importantes e conhecidos produtos. Na área de carne bovina e na área de leite também ocorre o mesmo.

Também é óbvio, e isso já está acontecendo, que há segmentos empresariais, em certas áreas cooperativas da Região Sul que, modernas, no sentido de que são ligadas ao mercado mundial, acompanham a realidade desse mercado, e tão logo a integração Brasil-Argentina e o Mercosul foram se transformando em realidade, iniciaram negociações com seus congêneres e concorrentes argentinos, e às vezes, uruguaios e paraguaios, passaram a investir em qualidade, produtividade — para usar as palavras que hoje são moda — e a dividir mercados, da mesma forma que grandes empresas nacionais e multinacionais sediadas nestes países também já estão negociando, também já estão acertando entre si o que será este grande mercado que o Mercosul oficializa em 31 de dezembro de 1994.

Fizemos alguns estudos no Paraná, há dezenas de estudos sendo feitos nos três Estados e em Mato Grosso do Sul a respeito disso. Vou citar apenas um exemplo. No caso do trigo, apesar de todo o medo que a concorrência do trigo argentino desperta no agricultor do Sul, alguns estudos — não apenas um, são dados que variam muito —, em condições normais de mercado tudo indica que algo como 35% da lavoura de trigo do Rio Grande do Sul pode sobreviver a uma entrada livre de trigo argentino sem tributos de importação e que no Paraná esse índice se aproxima de 70%. Mas vejamos bem, é 35% da produção, não 35% dos produtores; 70% da produção, e não dos produtores. São os capitalizados, são os que têm extensões de terra maiores, são os que têm condição de comprar, manter e repor equipamentos agrícolas. Esses são os que vão sobreviver. A sobrevivência de 70% da produção não significa 70% dos produtores. Teremos um grande segmento da agricultura paranaense que, obviamente, será afetado quando o trigo possa entrar livremente neste País. E na medida em que o Brasil modernizar os portos, que hoje são uma barreira adicional à entrada de produtos estrangeiros, talvez até esses índices caiam. Isso significa que os Estados vão fechar os olhos à crise que essas coisas trarão ou vão ter que ter políticas compensatórias, políticas de apoio à reconversão desses setores. Muitas vezes isso significa políticas de fazer sobreviver cidades. O Paraná tem uma experiência muito triste de cidades mortas, com a crise decorrente da diminuição da importância da lavoura cafeeira a partir de meados dos anos 70, que levou essa onda de migrantes para fora do Estado. Isso pode se repetir com o Mercosul.

Ora, isso não é um fenômeno local, mas nacional. Não se quer, com isso, dizer: não vamos nos integrar! Devemos nos integrar, mas no curto prazo, para alguns setores, para algumas regiões, para alguns municípios, para alguns Estados isso será um problema grave. E isso é um efeito de uma política nacional que foi decidida, que está sendo implementada sem que os Estados fossem ouvidos, sem que isso fosse discutido num fórum entre os governos estadual e federal. Quando falo num sistema de planejamento que incluía um órgão nacional de desenvolvimento regional e incorporava superintendências locais, estou exatamente pensando num fórum onde coisas desse gênero podem ser debatidas. Ideias podem surgir para políticas de reconversão, para políticas compensatórias dos efeitos que em determinadas áreas, em determinadas regiões, cidades, municípios, distritos, essas políticas vão causar.

Por outro lado, no curto prazo, o Sul está ameaçado, principalmente na sua agricultura e agroindústria. Não ameaçado de desaparecer, de uma tragédia final, mas uma perda de crescimento, uma redução de crescimento econômico, onde ele ainda existe e talvez até de um período de estagnação, em função disso. Há, entretanto, capacidade de recuperação, pois há inúmeras razões para se esperar isso. Num longo prazo, isso me parece importante, porque é mais um item que entra no problema dos desequilíbrios regionais, e não tenho visto, lamentavelmente, nenhuma discussão a respeito disso. Vamos pensar em termos de longo prazo. Houve a integração, talvez até com a incorporação de Chile e Bolívia. Daqui a cinco ou seis anos, estaremos integrados em um mercado comum dos pobres, mas não deixa de ser um mercado comum. Afinal, não somos a Europa Ocidental e vamos levar alguns séculos para chegar lá.

Qualquer estudo de ordem econômica nos mostra que esse tipo de integração nos países da Europa e que nós, agora, estamos fazendo aqui, os próprios dados de comércio exterior Brasil-Argentina já mostram isso, o setor que mais se beneficia com a integração é o industrial. O que cresce mais é o fluxo de investimentos industriais e o comércio de peças e componentes de bens finais, intermediários de todo o tipo entre as indústrias. As relações interindustriais crescem mais depressa do que o todo do comércio desses países e que o todo das relações comerciais dentro de cada um dos países. O crescimento da Itália, no Mercado Comum é notável em termos de resultados alcançados, e o da Espanha, posteriormente, nos mostra muito claramente isso. A maneira como se faz o Air Bus, um pedaço de cada lugar, para montar em Toulouse é algo que nos mostra visualmente aquilo que a experiência e os dados nos confirmam.

Isso significa, e vou usar o nome de São Paulo porque é realmente a metrópole industrial, mas é claro que esse não é o efeito que vai ocorrer apenas lá; significa que os maiores beneficiários da integração serão, sem dúvida nenhuma, a região metropolitana de São Paulo a área industrial que São Paulo simboliza, e Buenos Aires e Córdoba. Na Argentina são duas porque a indústria argentina é, portanto, uma série de outras indústrias, não estão no grande centro dinâmico do país, sim, no interior.

São Paulo de um lado, Buenos Aires e Córdoba do outro se beneficiarão mais, o que significa, a longo prazo, uma tendência para que a participação de São Paulo no PIB cresça.

Em segundo lugar se beneficiarão as regiões situadas entre esses dois centros, porque essas serão as regiões de localização prioritária para qualquer tipo de indústria de peças, de componentes, de bens intermediários que querrá atender as duas grandes metrópoles, aos dois

grandes pólos. Será sempre mais fácil vender em São Paulo e Buenos Aires, estando no Paraná, Santa Catarina ou Rio Grande do Sul ou em Misiones, Entre Rios e Corrientes, no Uruguai ou no Leste do Paraguai do que estando em Belo Horizonte, Goiânia, Salvador ou Mendonça.

Portanto, essas áreas entre as duas — e aí o Sul passa a se beneficiar — deve ter também uma propensão a crescer acima da média nacional, se todo o resto continuar igual. O que no momento é uma ameaça a longo prazo, passa a ser uma perspectiva altamente favorável de desenvolvimento para a Região Sul.

O nosso grande problema nacional é corrigir a defasagem entre o Nordeste e o resto do Brasil. Nesse processo, se não houver políticas e estímulos adequados, assim como respostas adequadas, podem trabalhar no sentido inverso, visando exatamente aumentar a participação de São Paulo, dos três Estados do Sul e, obviamente, como ninguém consegue aumentar 100%, reduzir a participação do Nordeste.

Estamos tentando estudar agora uma legislação específica no mercado comum tratando do problema de desenvolvimento regional, alcançando tanto países quanto regiões em estágio de desenvolvimento menos avançado. Infelizmente a documentação não é fácil e hoje eu devo pegar alguma coisa na representação da Comunidade Econômica Europeia; pois há um acordo de 1972 a respeito disso, que vai ser fundamental introduzir na discussão da fase final da implementação na continuação do processo de consolidação do Mercosul. Em primeiro lugar porque o Paraguai já está pronto para pedir para si, com todo o direito pelos dados, um tratamento semelhante ao que Portugal e Grécia tiveram no início da integração europeia.

Estive em uma reunião com uma figura política importante do Paraguai, membro de um dos partidos de oposição hoje livres, Cavallero Vasques, um estudioso da área econômica e social. Eles têm uma proposta concreta, pois o Paraguai considera importantíssimo integrar-se, mas quer um tratamento diferenciado, porque não tem condições de começar a competir com países como o Brasil e a Argentina agora.

Da mesma maneira, se temos medo do trigo argentino, a província de Tucumán deve ter medo do açúcar brasileiro, se temos regiões com problemas de desenvolvimento como o Nordeste e o Noroeste, a Argentina também tem problemas desse tipo; se temos regiões ainda relativamente vazias de expansão como a Amazônia, a Argentina tem a Patagônia. E como está o Mercosul hoje não há tratamentos preferenciais, não há incentivos fiscais, não há refúgios fiscais como a Zona Franca de Manaus e o Paraguai.

Portanto, além dos problemas da política nacional brasileira, de correção de desequilíbrios regionais, temos que pensar em uma posição definida do Brasil, incorporando essa preocupação regional em uma rediscussão do Mercosul em termos de se conseguir — e parece-me que há tudo para isso — porque todos os países têm problemas desse tipo — que se levem em conta quando se implantar definitivamente a eliminação das tarifas, quando o mercado comum começar a funcionar, políticas compensatórias e transitorias para as regiões menos desenvolvidas.

Como? Quais? De que tipo? Em que sentido? Não teria condições de dizer pois estamos começando a estudar isso agora no Paraná.

Para encerrar, tocaria em um tema que me parece importante e que está profundamente vinculado com as idéias dos desequilíbrios regionais e que, obviamente, está hoje profundamente ligado com a crise econômica e social que o País vive: a triste e lamentável idéia do separatismo. É uma doença nacional, pois participei de um seminário sobre o desenvolvimento regional no Recife, em 1988/89, e um dos melhores exemplos da intelectualidade do Nordeste fez uma pequena profissão de fé separatista. No Sul eu ainda não percebi esse nível, mas há conversa e já tem gente colocando adesivo de que o Sul deve se separar. De vez em quando eu levo um susto quando converso com alguém que julgo com visão de mundo e que, de repente, me diz que é bom fazermos um país independente.

Estamos vivendo um momento de ressurgimento de nacionalismo no mundo inteiro. Há um trabalho muito interessante de um dos grandes historiadores de hoje, Eric John Hobsbawm, inglês, "Nações e Nacionalismo" onde ele mostra o que está por trás disso em termos de incompreensões, interesses locais e criações de mitos; poderemos aprofundar isso e mostrar o seu resultado em termos de redução de mercado, fechamento de fronteiras, quando não conflitos como o que temos assistido: o esfacelamento lamentável da Iugoslávia; conflitos nacionais como no Canadá, ou escoceses votando a favor da independência; Quebec também está se preparando para fazer isso. Mas, não somos o mesmo povo, mas temos diferenças; sou 100% a favor das diferenças entre nós quanto à maneira de falar, escrever, comida, frutas, peixes e lagostas, mas temos um imaginário razoavelmente comum. Absolutamente igual nesses países, e, pois há diferenças regionais tanto na Dinamarca como na Suíça em todas as suas montanhas e vales; seria querer muito que os brasileiros vissem o mundo igual de Boa Vista a Santa Maria ou Alegrete.

Mas, creio que devíamos tornar mais aberto esse debate e mostrar o quanto se perderia em termos econômicos concretos. Sempre digo que o Sul é tão bom, tão maravilhoso e só é atrapalhado pelo resto do Brasil, que o Sul carrega nas costas o Brasil, por que tantos sulistas vão embora para a Bahia, Pará, Rondônia? Por que isso acontece se há municípios nessas regiões onde a maioria da população é nascida no Rio Grande do Sul ou no Paraná? O que aconteceria com a sociedade do Rio Grande, do Paraná, de Santa Catarina que está participando muito disso, se tivéssemos que recebê-los agora como refugiados? A Alemanha não está conseguindo. Será que nós conseguiremos? Será?

Há os que incluem São Paulo nesse separatismo sulista, mas os paulistas me parecem compreendedores da realidade para não falarem mais nisso, já o fizeram no passado. Como vai crescer essa maravilha de São Paulo ao Rio Grande, sem o acesso ao resto do mercado? De onde vem a mão-de-obra para a expansão da indústria de São Paulo, para a construção civil, para as grandes obras? Hoje, em grande parte, vêm de Minas e do Nordeste.

São pequenos os problemas econômicos — se tivéssemos profundas diferenças culturais, lingüísticas, raciais, inimizades históricas — são cargas que se tem que superar. A economia da Lituânia, Letônia e Estônia está semi-arrastada porque perdeu o mercado que havia criado que era o conjunto da União Soviética, mas é claro que havia um sentimento de independência, roubada em 1940, um nacionalismo com justificativas na memória de cada pessoa viva; e eles estão dispostos a pagar esse preço. A Eslovênia está líquida porque ele se industrializou para a Iugoslávia. Agora, os seus produtos não vendem na Europa, e a Iugoslávia não os compra mais, porque também não existe.

Precisamos entrar, pensar ou imaginar que é bom passar por isso? Em nome de quê? Há uma crise nacional? Vamos resolvê-la, nacionalmente. Há desequilíbrios regionais? A Nação tem condições de resolvê-los.

Era esta a colaboração que acreditel poder trazer aos trabalhos dos senhores. Termino agradecendo mais uma vez a oportunidade de falar e mais

uma vez parabenizando a iniciativa de se criar um fórum para se rediscutir e resgatar o problema da correção dos desequilíbrios regionais do Brasil. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Quero registrar, em nome da Mesa e com satisfação, a presença do Dr. Percio Davison, que é o Diretor de Planejamento da Secretaria de Desenvolvimento Regional, representando o Ministro Calmon de Sá.

A Mesa entendeu também agora de fazer o seguinte: vamos ter o prazer de ouvir o Dr. Roberto Cavalcanti, e, logo em seguida, ficam franqueadas as perguntas para todos os palestrantes, facilitando, assim, a sistematização do trabalho.

Então, neste momento, queremos registrar a palestra do Dr. Roberto Cavalcanti, que é advogado e economista, ex-Secretário de Planejamento da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, ex-Superintendente do IPEA, ex-Secretário-Geral do Ministério do Interior e Professor de Economia Internacional da Universidade Federal de Pernambuco.

Portanto, com a palavra o Dr. Roberto Cavalcanti.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI — Sr. Presidente, Senador Elcio Alvares, Sr. Relator, Senador Beni Veras; Srs. Deputados e Senadores; Professor Magalhães, Senhoras e Senhores, ao registrar a alegria com que recebi o convite para participar desta Comissão Mista, quero inicialmente passar à Comissão o texto, em três vias, do documento que elaborei com este propósito, mencionando que se trata de um documento massudo, talvez — eu diria com a autoridade de autor — magante e que, portanto, não será objeto de leitura aqui.

Entendo que é oportuna a iniciativa do Congresso Nacional ao instituir esta Comissão, porquanto a questão dos desequilíbrios regionais no Brasil, ou a questão regional, perdeu terreno nos últimos anos no espaço público em que se debatem as questões nacionais. E creio também que é importante recolocar a esse debate, porém, com um roupagem inteiramente nova, com um discurso totalmente diferente e com propostas, no plano econômico, no plano social e no plano político institucional, inovadoras. Com este propósito que pretendo apresentar sucintamente alguns pontos que constam do relatório submetido à Comissão.

Início por dizer uma obviedade. É que entendo que as questões regionais só podem ser bem equacionadas na medida em que sejam situadas num contexto mais amplo de desenvolvimento, entendido este como um processo global, ou seja, não apenas econômico, mas também social e político.

É com este objetivo que eu gostaria de apresentar uma primeira transparência, que, na verdade, fundamenta teoricamente toda a minha exposição, na qual se concebe a sociedade como integrada por três subsistemas: um subsistema econômico, um subsistema social e um subsistema de mercado, e um subsistema político.

Nas sociedades em crise, esses subsistemas costumam divergir, ou seja, as áreas de superposição entre eles se tornam menores e as trajetórias de decisões possíveis se tornam muito mais complexas e difíceis. Também nas sociedades em crise, cada um desses subsistemas de certo modo se desestrutura nas suas relações internas, nos seus mecanismos decisórios, tornando ainda mais complexo o processo de decisões. Na verdade, numa sociedade aberta, numa sociedade plural, um projeto, uma decisão de desenvolvimento precisa passar pelo teste da viabilidade econômica, precisa passar pelo teste da desestabilidade social e precisa ser legitimada politicamente. E no Brasil dos anos 80 até esta parte, esse espaço de interseção entre o econômico, o social e o político está se transformando num gargalo a dificultar o processo de decisões nacionais. Os sintomas da crise, inclusive a auto-inflação crônica, na verdade, refletem assimetrias e desequilíbrios entre as dimensões econômica, social e política do processo de desenvolvimento concebido em sentido amplo.

A segunda observação que quero fazer contraria apenas em parte o que disse inicialmente. É que entendo que, dos anos 70 até hoje, a questão das desigualdades regionais no Brasil precisa ser reexaminada, sobretudo nos anos 80, para muitos, inclusive para mim, ainda uma caixa-preta na nossa trajetória de desenvolvimento; e reexaminada dentro dessa perspectiva global, isto é, a um tempo econômica, social e política. É com este objetivo que apresentamos aqui as dimensões regionais para o Sudeste em verde, para o Nordeste em azul, para o Sul, Centro-Oeste e Norte, que chamamos de dimensões totais, envolvendo os três componentes antes mencionados.

Na primeira das colunas, temos o PIB para a Região Sudeste, para a Região Nordeste, para a Região Sul, para a Região Centro-Oeste e para a Região Norte, como percentuais do PIB nacional, que é um dado conhecido; mas, na segunda coluna, ponderamos o PIB por um indicador de participação econômica que mede aquela parcela da população que está acima de um nível de pobreza, ou seja, que separa os pobres dos não pobres, e aí crescemos a participação do Sudeste, cai obviamente a participação do Nordeste, que tem um alto contingente de pobreza, modifica-se o panorama das desigualdades, se ponderamos o PIB por um indicador de desigualdade, seja ele qual for. Finalmente, a terceira coluna é uma média ponderada das duas outras, apenas com um indicativo das dimensões econômicas totais.

No caso social, o que fazemos é distribuir a população do Sudeste, Nordeste, mais uma vez, Sul, Centro-Oeste e Norte; mas ponderamos a população por um indicador de nível de vida que mede a qualidade de vida da população a partir de indicadores como saúde, educação, habitação, nível de renda, medido por participação econômica, e também informação e lazer. É um índice um pouco mais complexo. Mais uma vez, o que se verifica é que, na dimensão social, a população ponderada por um índice de nível de vida acentua as desigualdades espaciais, não só entre regiões, como também entre Estados.

O terceiro conjunto é simplesmente uma média dos dois anteriores. Finalmente, na dimensão política, medimos aqui a participação da representação pelas mesmas regiões e Estados e aqui a participação da representação política no Congresso Nacional. Usai dados de 1988; por consistência, hoje, essa participação é ainda mais desigual, e se verifica o problema conhecido da sub-representação e da super-representação política, consideradas as duas Casas do Congresso Nacional. O índice final é também ponderado, dando uma dimensão econômica total.

Na verdade, no confronto entre o social e o econômico, fica evidenciado que certas regiões do Estado carecem de base econômica relativa.

No confronto entre o político e o econômico, surgem os fenômenos da super-representação e do subdimensionamento políticos.

Do confronto entre o político e o social, surge o fenômeno da base social insuficiente, dada a dimensão da representação política.

Esta análise nos permitiria considerar, agora mais de perto, a terceira questão que considero relevante, que é examinar dinamicamente o problema dos desequilíbrios sociais, isto é, a sua evolução no tempo.

Creio que os dados apresentados talvez tragam algumas surpresas. Tomamos 90 indicadores econômicos, sociais e políticos; indicadores de estrutura e indicadores de desempenho. São onze indicadores econômicos de desempenho, tipo produção industrial per capita, consumo de energia, consumo de cimento etc. São onze indicadores de estrutura econômica. São trinta indicadores de desempenho social, como: abastecimento de água, energia, equipamentos domésticos, mortalidade, distribuição de renda etc. E oito indicadores políticos.

A partir dessa análise de 90 indicadores, procuramos ver o que ocorreu nos anos 70 e 80 em termos de grandes tendências, grandes correspondências e assimetrias na economia brasileira.

A primeira conclusão é a de que, já nos anos 70, o Sudeste reduz a velocidade do seu crescimento, a década perdida, os anos 80, tendo sido um fenômeno tipicamente da Região Sudeste.

A segunda é a de que houve, na área social, um grande avanço de indicadores sociais no País como um todo nos anos 70, evolução essa, no entanto, que declinou nos anos 80, quando houve um aumento de pobreza em termos relativos e em termos absolutos. Mas ainda continuaram a reduzir-se, nos anos 80, as disparidades regionais e também as disparidades entre a cidade e o campo, e as urbano-rurais.

A terceira conclusão de tendência, na área política, é a de que houve um crescente comparcimento às eleições, mas houve uma excessiva pluralização política, com tendência à fragmentação partidária, com o desencanto do eleitor na representação congressional.

Esses dados foram obtidos através de pesquisa de campo sobre o perfil e atitudes do eleitor relativos ao ano de 1989.

No que respeita às correspondências e assimetrias, verifica-se curiosamente no Brasil, nessas duas décadas, primeiro, que há uma grande correlação, acima de 0,9, entre os indicadores econômicos e os sociais de desempenho, o que contraria muitas hipóteses que dizem que a economia vai bem, mas a sociedade vai mal.

Segundo, que há uma baixa correlação entre os indicadores de desempenho econômico-social e os de estrutura. Por exemplo, a despeito de evoluírem os níveis de bem-estar, permanece grave a questão das desigualdades na distribuição da renda.

A terceira conclusão é a de que há uma persistência, já mencionei isso, em patamares elevados das desigualdades relativas de renda para o País como um todo.

E, por último, vem a assimetria. Temos um processo econômico-social que exclui uma grande parcela da população e um processo político que é inclusivo da quase totalidade daqueles aptos a exercer os direitos políticos.

Além do mais, o processo político é assincronizado, isto é, as eleições não se compatibilizam no tempo; e ele é desarmônico nas formas de constituição dos Poderes Executivo e Legislativo. Um é eleito pelo processo plebiscitário; o outro, eleito por um sistema complexo de ponderação, que, na verdade, significa uma forma de falseamento da vontade eleitoral.

Definidas essas grandes tendências, importante é agora examinar especificamente a questão das desigualdades especiais de desenvolvimento.

O primeiro indicador é certamente conhecido de muito dos senhores, chamado de "Índice de desenvolvimento humano" construído pelo PNUD - Nações Unidas, em 1990. O que fizemos foi construí-lo para o Brasil, para seus Estados e regiões.

O que é esse índice? Ele mede o grau de atendimento das necessidades básicas das pessoas através de três variáveis apenas. É um índice simples. A variável esperança de vida, admitindo-se que as pessoas preferem viver mais a viver menos; o indicador alfabetização, que é uma medida ainda que imperfeita, de conhecimento; e o indicador de renda, corrigido para poder de compra.

E aí, o que verificamos? O índice varia de zero a um. Ao Japão corresponde o nível um, sendo os de níveis inferiores correspondentes ao Níger, Guiné, Moçambique etc.

O que verificamos então? Primeiro, que a escala internacional de desenvolvimento, evidentemente, tem uma amplitude muito maior do que a brasileira. Segundo, pelos critérios da ONU, apenas o Estado da Paraíba aparece com um índice de desenvolvimento abaixo do chamado nível médio de desenvolvimento. Mas o Nordeste, de modo geral, situa-se em níveis muito inferiores ao do restante do Brasil.

O Brasil situa-se quase no nível 0,800, sendo que o Rio Grande do Sul aparece como o Estado que apresenta um nível de desenvolvimento humano, pelos critérios das Nações Unidas, superior ao de outras regiões do Brasil.

Isso nos mostra, primeiro, que o Brasil está em um nível intermediário de desenvolvimento, isto é, não é uma Índia, mas também não é uma Bélgica. Segundo, não cabe examinar o Brasil com a lógica do dualismo, que reduz uma multiplicidade de situações sociais muito mais complexas, muito mais diversificadas, muito mais nuancadas. E, terceiro, existe realmente um problema grave de desequilíbrio regional; aquele que separa o Nordeste - a Bahia já se desloca um pouco da escala nordestina - do restante do País.

Se avançamos um pouco nesta análise, contudo, verificamos, agora procurando ver trajetórias de desenvolvimento, que tanto na década de 70 como na de 80, o Nordeste teve um desempenho melhor que o Brasil na grande maioria, senão na totalidade dos indicadores: em termos de PIB, de índices de vida, educação, lazer e informação. Todos os indicadores do Nordeste, sobretudo nos anos 70, mostram um desempenho favorável, isto é, houve uma tendência de redução das desigualdades.

Nos anos 80 esse fenômeno ocorreu, porém, o desempenho global da década é frustrante, ainda que, talvez, por força de inércia, certos indicadores, sobretudo sociais, tenham continuado a evoluir ao longo dos anos 80.

Essa mesma visão pode ser melhor esclarecida, quando examinamos as trajetórias, primeiro, para um índice de desenvolvimento relativo. Vê-se o desempenho da década de 70 muito melhor do que da década de 80; segundo, para o índice do nível de vida já mencionado - no caso, já abrimos o rural e o urbano - podemos ver os diferenciais, inclusive no Nordeste, entre o rural e o urbano e para alguns indicadores como habitação, educação, participação econômica, porque mede pobreza, mede a população acima de uma linha de pobreza. A década de 80 é negativa. A inflexão de curva é para baixo, o que nos permite sintetizar as duas décadas nessa visão, sendo a de 70 aquela em que houve obviamente dinamismo econômico que foi socialmente convergente. Em que sentido? Reduziram-se a pobreza, as desi-

gualdades regionais e as desigualdades urbano-rurais. A década de 80 é estagnada, socialmente truncada, porque aumentou a pobreza, ainda que se tenham reduzido em níveis decrescentes as desigualdades regionais, inclusive, entre Estados, e as desigualdades urbano-rurais também.

Finalmente, apresentamos um índice mais complexo, que é o índice geral de desenvolvimento, que se compõe de noventa indicadores; depois, reduzido por uma análise estatística para três, o que dá uma idéia do comportamento global do desenvolvimento brasileiro. Se esse índice vale alguma coisa, ele revela isso nos anos 70 e 80.

Se tomamos, por exemplo, o caso do Nordeste, verificaremos que, nos anos 70, a disparidade entre Nordeste com índice de 151, esse também varia de zero a mil para o Brasil com trezentos e trinta e quatro. Era menos da metade. A região melhora e continua melhorando em termos relativos, o que indica as taxas de crescimento do índice: 108% nos anos 70; 25% nos anos 80, acima da média nacional, e bem acima do Rio de Janeiro e de São Paulo que são o epicentro da crise chamada década perdida; perda no sentido amplo, se quiserem, comparando os diferenciais de crescimento, de desenvolvimento; mas o seu grau de perda distribui-se de forma desigual entre regiões e Estados brasileiros.

Os dados sobre esses índices constam do relatório com o mínimo indispensável de explicação de ordem metodológica.

Vamos, agora, discutir duas coisas: primeiro, a questão de regionalismo no Brasil e, segundo, que idéias, propostas e sugestões eu poderia, modestamente, trazer aos trabalhos desta Comissão.

Entendemos que o regionalismo no Brasil, inicialmente, é um discurso farto, porém, de poucos resultados; em segundo lugar, a própria identidade regional no Brasil é muito variável. Para a Região Sudeste, sequer existe a expressão sudestino; mineiros, sentem-se mineiros; capixabas sentem-se capixabas; fluminenses, hoje, sentem-se fluminenses; e os cariocas ainda se sentem cariocas. Não há algo que defina o Sudeste como sentimento de região, de pertencer como um dado da consciência das pessoas.

A palavra sulista é também um pouco ambígua. Gaúchos, catarinenses, paranaenses, talvez se sintam mais como tais do que propriamente como sulistas.

No caso do Centro-Oeste, as migrações recentes toldaram o sentimento regional das suas populações mais antigas.

Na Amazônia, talvez, o rio e a floresta, comandem a vida e gerem um sentimento regional forte. Mas é no Nordeste, por motivos de ordem histórica, conhecido como o Nordeste das terras de açúcar, o Nordeste semoárido, unido no drama da seca, o Nordeste do cacau; é lá onde existe o sentimento mais forte da região.

Ainda no Nordeste - chamamos Nordeste, a área compreendida de Alagoas ao Ceará - esse sentimento é mais forte do que no Nordeste da Sudeste e do BND que, no fundo, é uma criação política dos últimos 30 anos. Na verdade, o grande Nordeste existe política e psico-socialmente - mas creio que o seu futuro está muito atrelado a essas duas instituições e ao papel que elas exercem na construção de uma estratégia - uma política de desenvolvimento regional para os novos tempos.

Dito isto, apenas vou ilustrar o exame que fazemos da questão regional. Entendemos que a questão regional no Brasil, sobretudo doravante, tem que ser entendida no contexto do sistema nacional. Não há como isolar uma região, mas, sim, buscar examinar as inter-relações, os mecanismos de transmissão de desenvolvimento; à medida que o País se integra espacialmente, as distâncias encurtam-se, e as inter-relações a nível do sistema público, a nível do mercado, da sociedade, do mundo vivido entre regiões do Brasil se densificam. Em outras palavras, a despeito das desigualdades existentes no Brasil, este é um País em processo de homogeneização; é um País em processo de integração crescente. Retomado o crescimento sustentado, esse processo tenderá a ocorrer em níveis e com rapidez maiores. Por isso, entendemos que é necessário estudar a região no contexto nacional; examinar todas as suas inter-relações, para que se possa conceder o modelo de intervenção consistente.

É com esse propósito que retomo do Professor Magalhães a questão do planejamento. É evidente que o simples crescimento sustentado não será capaz de resolver desigualdades regionais do porte das ainda existentes no País, e, muito menos, as desigualdades sociais subjacentes. É necessário a intervenção ordenada do Estado, a partir - entendo eu - de uma nova concepção do planejamento, entendido como cálculo estratégico, isto é, o planejamento que considera obstáculos reais à sua implementação, procurando negociar a superação desses obstáculos; do planejamento entendido como cálculo do consentimento, que busque um consenso mínimo sobre as decisões políticas e sobre as ações de desenvolvimento. Queremos dizer que a nossa sociedade é mais complexa, aberta, e instaura um processo democrático de negociação. A racionalidade do planejamento é outra. Ela não é apenas técnica ou apenas econômica, não está apenas preocupada com a factibilidade, com a disponibilidade de meios e com o seu emprego adequado; ela é também política, na medida em que envolve a negociação e a busca do entendimento. Ela passa pelo que chamamos razão dialógica que envolve o diálogo. É preciso que as pessoas relevantes, os atores relevantes da sociedade se convençam de que aquela decisão é tecnicamente factível, é economicamente viável e é politicamente desejada, como é expressa pelos canais da representação política assentados, por exemplo, nesta Casa, no Congresso Nacional. E, de outra parte, é preciso compatibilizar o curto, o médio e o longo prazos com a visão ampla de processo de desenvolvimento. Uma obviedade que o dia-a-dia da gestão da crise brasileira parece que deixa de lado.

Ao mencionar essa questão do planejamento, já colocamos um pouco a primeira sugestão, a primeira idéia, de é preciso rever o instrumental de planejamento regional na idéia de buscar primeiro essa nova lógica, a lógica da negociação, e, para isso, não é necessário escrever planos complexos, detalhados, é preciso ter uma política e uma estratégia gerais e negociar com a sociedade, com os agentes econômicos e produtivos, programas e projetos a serem executados.

Digo isso porque estamos vivendo um novo momento da história. Para alguns, assistimos ao triunfo final do capitalismo de mercado; outros acham que é chegado o fim das ideologias; alguns até se arriscam a dizer que estamos no fim da História, como se a História não fosse umbilicalmente ligada ao próprio homem, que é a História. Mas o fato é que se assiste a um processo de mudança na concepção de Estado e na concepção de sociedade. E o Estado já não pode quase tudo, como podia antigamente, pode cada vez menos. O Estado está em crise não apenas no Brasil. Está em crise no Japão, está em crise na Europa Ocidental - para não dizer na Europa socialista - está em crise um pouco por toda parte, e a sociedade tem mais complexidade no seu processo decisório.

De outra parte, o Brasil está caminhando para confiar ao mercado, confiar aos investidores privados grande parte da atividade produtiva e das decisões de investimento.

A lógica do planejamento, portanto, há de ser outra, há de envolver esses atores, há de buscar novas oportunidades, um novo campo, uma nova forma de atuar num esquema decisório muito mais múltiplo, muito mais complexo, muito mais diversificado quanto a atores e quanto à participação da sociedade.

É nesse contexto que passo, finalmente, a mencionar minhas quatro ou cinco recomendações ou sugestões adicionais. A primeira delas — parece-me relativamente óbvia — é que a década de 70 nos ensinou que, com o crescimento, se torna mais fácil encaminhar soluções para desigualdades, sejam regionais e sejam sociais. Então, um pressuposto importante é a retomada do crescimento. De nada adianta que o Sudeste decresça 1,4% ao ano e o Nordeste cresça 1,5%, porque os problemas do Nordeste exigem soluções de tal magnitude que ele precisa crescer a taxas muito mais aceleradas. E, por mais eficientes que fossem as políticas regionais, pelo grau de integração que já existe entre as economias inter-regionais no Brasil, dificilmente seria possível gerar crescimentos muito elevados numa região se, no núcleo da economia, esse fenômeno não ocorre.

A segunda sugestão é com relação a uma ampla revisão do papel do Estado numa Região como o Nordeste. E tomo o Nordeste como caso paradigmático das desigualdades regionais. É evidente que o papel do Estado ainda deve induzir o desenvolvimento regional, mas de forma convergente com o desenvolvimento nacional, isto é, buscando uma inserção convergente da Região na economia maior que a envolve.

Creio que isso pode ser feito através de três decisões estratégicas fundamentais. A primeira delas é econômica, obviamente. É preciso acabar com o velho discurso de miséria do Nordeste. A miséria existe, mas não precisa ser a bandeira com que a Região vai ao mercado para buscar investimentos. A bandeira do novo Nordeste há de ser as novas oportunidades que a Região tem; demonstrar ao País que a Região tem capacidade de se desenvolver no semi-árido pela irrigação, que há novas oportunidades de investimento privado que vão reforçar a sua base econômica e que têm retorno econômico e social.

A segunda sugestão é de ordem social. É preciso executar no Nordeste uma política de combate à pobreza que seja uma estratégia social, um esforço concentrado de formação de recursos humanos, de capital humano. Detalhamos um pouco no documento essa idéia e até avançamos algo com relação à dimensão de recursos.

A terceira sugestão é de natureza político-institucional. Entendemos que é preciso reinstituir a Sudene e o BNE em bases inteiramente novas. Primeiro, criando um Conselho de Governadores, comum à Sudene e ao Banco. Não estou sendo original. Na verdade, estou copiando essa idéia do Conselho de Governadores do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. Segundo, é preciso — entendo eu — reforçar o Banco do Nordeste, como um banco com capacidade de financiamento a longo prazo, não apenas de projetos públicos como de projetos privados. O que me ocorre é a transferência do controle acionário do Banco do Nordeste, da União para os Estados da Região. E me ocorre ainda uma idéia complementar: a fusão, a incorporação dos bancos estaduais ao Banco do Nordeste, ou, se esta idéia for demasiadamente ousada, pelo menos a sua integração operacional.

O que a Região precisa é de um grande banco de fomento, capaz de dispor de recursos para atrair investimentos privados a partir de oportunidades industriais identificadas. E este banco só se criará se o Banco do Nordeste não for apenas um banco federal no Nordeste, mas um Banco do Nordeste controlado, na sua formulação global de política, pela própria Região.

O mesmo Conselho de Governadores seria o grande órgão gestor da Sudene, não da Sudene de hoje, mas de uma Sudene mais enxuta, altamente capacitada tecnicamente, voltada para a busca de oportunidades de investimento também, sem nenhuma atividade de execução, apenas o catalisador de recursos, o formulador de propostas gerais de desenvolvimento.

Nesse contexto político-institucional, creio que é importante — e aqui o Congresso Nacional terá um papel grandemente relevante — mudar o discurso e a imagem que o Nordeste tem no resto do País; lutar contra os mitos de incapacitação, de um Nordeste com uma população de mendigos ou de subnutridos. Não, isso também pode ocorrer, mas o Nordeste que tem reais oportunidades de crescer e de se desenvolver, vendendo a idéia de que investir lá é, também, investir no Brasil e que, afinal, a Região também espera e exige que lá também ocorra a sociedade moderna, justa, livre que todos desejamos.

São essas as minhas considerações. Já faz quarenta minutos que estou falando. Peço desculpas à Mesa por ter esgotado e ultrapassado o meu tempo. São essas, de forma resumida, as idéias que trouxe como contribuição modesta a esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — A direção dos trabalhos agradece a palestra feita pelo Dr. Alberto Cavalcanti que trouxe uma grande contribuição para os trabalhos que aqui estamos desenvolvendo com o objetivo de encontrar caminhos para reduzir as desigualdades no país. Passamos, agora, à nova etapa de debate quando daremos a palavra ao Exmº Sr. Deputado Marco Pena Forte.

O SR. MARCO PENA FORTE — São duas pequenas questões que gostaria de levantar aos ilustres conferencistas que honram este encontro.

Antes de chegar a esta sala, eu estava presente à Comissão de Defesa do Consumidor e do Meio Ambiente, em uma reunião com 274 nações indígenas que aqui manifestavam as suas necessidades, os seus sofrimentos, as suas angústias. Muito semelhantes, essas angústias e esses sofrimentos, às motivações que levaram alguns Congressistas a terem idéia da formação desta Comissão Mista e desenvolverem esses encontros, já que é muito semelhante a dor e o sofrimento do povo nordestino, daquele que vimos manifestar hoje pelas 274 nações indígenas presentes no encontro.

Essas manifestações aliadas às visíveis desigualdades regionais manifestadas pelos conferencistas e aliados ainda a uma pobreza crônica das nossas elites econômicas marcadas pela ganância, pelo egoísmo, pelo papel corruptor das instituições, muitas vezes diferenciadas das elites econômicas européias e norte-americanas, eu perguntaria aos ilustres conferencistas o que poderíamos falar da Nação brasileira?

Temos um país, as fronteiras são definidas, temos um povo ocupando essas fronteiras, mas a Nação brasileira é uma realidade ou é um desafio a ser construído?

E, dentro desse contexto, não se explicará muitas das dificuldades que se tem para se operacionalizarem as mudanças necessárias para corrigirmos essas desigualdades.

Em segundo lugar, a partir da exposição do professor Roberto Cavalcanti, onde ficou evidenciada a que ele chamou de super-representação política do Nordeste, praticamente se equiparando à representação política do Sudeste, não de agora, mas de muitos anos, aliado a dois governos federais, que foi o do Presidente Sarney e o do Presidente Collor, ambos de origem nordestina, como se explica que se aliando os Poderes Executivo e essa super-representação política não se tenha dado um avanço ainda maior na correção dessas dificuldades regionais?

O SR. FRANCISCO MAGALHÃES — Começaria falando sobre a questão das nações indígenas. Responderia que sim. Sei que às vezes todos temos dúvidas.

Tenho uma experiência de vida que é muito gratificante. Nascido no Sul, criado boa parte da minha vida fora do Brasil, nos países do Prata, o meu norte máximo era o Rio de Janeiro, Brasília depois.

Em 70 fui à Amazônia pela primeira vez. Quis a coincidência que fosse na época da Copa do Mundo em que o Brasil foi tricampeão. Cheguei no meio da Copa, deixei de assistir os jogos pela televisão no Rio para ver em UHF em Manaus.

Fiquei impressionado. Tínhamos saído com alguns colegas de Manaus que iam me mostrar a Amazônia em um passeio não turístico. Pegaram o vapor do Careiro que contornava a Ilha do Careiro e trazia leite para Manaus e, de repente, à volta do barco, mais ou menos a 1 hora da tarde — tínhamos saído às 4 horas da manhã — havia um verdadeiro desfile de embarcações subindo o Rio Negro, na direção de Manaus, com bandeiras nacionais, com cantos do Hino Nacional nos barcos e mais outros cantos para mim desconhecidos e, de repente — isso me comoveu pessoalmente até hoje — senti que ali era Brasil. A motivação era o futebol, poderia ter havido outra, sem nenhum desprezo ao futebol que considero importantíssimo como participação da vida de todos nós.

Mais tarde, o Brasil venceu a final, houve um carnaval na rua Eduardo Ribeiro, no centro de Manaus e me dizia um dos participantes amazonenses que era uma coisa impressionante para eles, de Manaus, porque era a primeira vez que saía à rua a população como um carnaval, não com algo regional.

Quer dizer, estava se celebrando na cabeça das pessoas, no imaginário das pessoas o Brasil e não o Amazonas. Estava se celebrando exatamente um sentimento nacional.

Claro que há horas em que caímos no extremo oposto, mas se pensarmos em outros momentos, momentos políticos, eleições presidenciais, por exemplo, momentos mais antigos de uma memória minha de infância, o retorno dos pracinhas, acho que se não somos ainda uma Nação — no sentido forte, como a França ou a Alemanha, sem dúvida, somos uma Nação e temos condições de, como tal enfrentar esses desafios. Essa a minha posição.

Apenas diria à sua crítica às elites brasileiras que a subscreevo, só que não seria tão leniente, tão compreensivo com as elites dos outros países, elas já foram tudo isso e muito mais. O que houve nessas outras nações é que a não-elite, a população trabalhadora, o povo em geral dos nossos discursos oficiais aprendeu a cobrar os seus direitos, aprendeu a ocupar as posições que lhe cabia pela sua importância no processo econômico e social e acabou, ele povo, demandando as elites.

Sinto neste País, nos últimos tempos, que o povo está ainda com dificuldades, ainda sem saber como, ainda com medo e receio e às vezes até com uma desilusão muito grande em relação a seus esforços, tentando também domar as elites.

Al teremos elites elogiáveis como se pode hoje elogiar as elites francesa, inglesa, dinamarquesa, a suca para citar alguns casos.

Esses os comentários que gostaria de fazer.

O SR. ROBERTO CAVANCANTI — Deputado Marco Pena Forte, muito grato pelas duas perguntas. Não teria nenhuma dúvida em afirmar a minha convicção de que o Brasil é uma Nação. É uma Nação peculiar.

É Nação porque é uma comunidade de interesses. É Nação porque tem um substrato cultural comum. Mas é peculiar, na medida em que, no Brasil, o Estado se antecede à nação. Historicamente, é a nação que institui o Estado como seu ente político que a representa e que exerce o poder por ela delegado.

No Brasil, ocorreu historicamente o oposto. Foi o Estado que, na verdade, instituiu a nação. Só agora a nação começa a tomar nas mãos a força inerente a essa comunidade de interesses para reinstituir o seu Estado, a seu modo, em novas bases. Diria que o Brasil é tão Estado, quanto a Itália, que é uma nação recente, um produto do Século XIX, tão nação quanto à Alemanha, que também é um Estado — nação recente. No entanto, é menos nação, por exemplo, do que a França, uma nação consolidada há séculos, ou do que a Inglaterra, ou do que Portugal. Os alemães não falam, por exemplo, em civilização alemã, mas em cultura alemã, porque é a cultura alemã que dá o substrato à nação alemã. Mas os franceses falam em civilização francesa, pois se trata de uma civilização construída por séculos que lhe dá, como nação, identidade cultural.

Com relação à segunda pergunta, ela é ainda mais interessante. Sei que é objeto de muito debate, no Congresso Nacional, a questão da revisão do processo eleitoral; a questão de saber se a câmara representa o povo, enquanto o Senado representa os Estados. Há de se discutir se o mínimo de representantes por Estado deve ser oito, seis ou quatro, se o máximo deve ser sessenta, setenta, ou um limite percentual. Mas a questão não está aí. Creio que, na minha exposição, apenas indiquei o que, agora, vou procurar detalhar: que o processo de decisões envolve variáveis econômicas, sociais e políticas. Não defendo o primado do econômico sobre o político. Essa é uma idéia velha, mas também não defendo o primado do político sem uma base econômica.

Então, o processo de decisões de um Estado nacional revela interesses econômicos, sociais e políticos. Ainda que majoritária no Congresso Nacional, a bancada das regiões menos desenvolvidas não consegue ignorar essa realidade: a de que, ainda que majoritária, numericamente ela se curva às realidades econômicas e sociais, que fazem parte da engrenagem do processo decisório. Uma região não pode ignorar isso e há uma certa sabedoria nesse processo. Discuto um pouco no meu trabalho, até com uma excessiva dose de audácia, por que as regiões menos desenvolvidas não afirmam, em sua inteligência, a sua vontade num espaço institucional como o Congresso Nacional. Creio que essa trama de interrelação, que são as forças sociais em sentido amplo, em última instância, determina o processo decisório.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Concedo a palavra ao nobre Deputado Ariosto Holanda.

O SR. ARIOSTO HOLANDA - Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente as colocações dos dois conferencistas e fiz algumas anotações que gostaria de aprofundar.

Para mim ficou muito clara a idéia de resgatar o instrumento do planejamento. Acho isso da mais alta importância. Mas, ao mesmo tempo, o planejamento, na minha visão, pode se constituir em face de dois gumes, porque quando se fala em desenvolvimento eu sempre penso: "desenvolvimento para quem e para quem?". Então, quando o planejamento é orientado para um desenvolvimento contrário àquele que pregamos, principalmente aquele voltado para a desconstrução da renda, constitui-se num fator que pode agravar a situação, porque é muito fácil medir o crescimento por esses fatores analíticos: PIB, PNP, Balança Comercial, mas quem cresce, o que é que está por trás desse crescimento?

Vejam o caso do Nordeste. É em cima do Nordeste que gostaria de fazer uma pergunta específica sobre "que análise crítica vocês fariam sobre o planejamento estratégico que a Sudene adotou nos anos 70, começando pelos anos 60, quando ela optou pelos investimentos praticamente nas Capitais, no setor secundário, na indústria, ou se o planejamento deveria ser o contrário?" "Será que o desenvolvimento não deveria ter começado no campo, porque é lá onde existe a pobreza, a concentração maior da pobreza?" No caso do Nordeste vale a pena destacarmos um exemplo: na década de 50, o DNOCS investiu maciçamente na armazenagem de água e o papel seguinte seria a irrigação, a agroindústria e, de repente, optou-se por uma política industrial, onde se implantou "indústria-comércio" e não "indústria-desenvolvimento" e o interior ficou esperando chuva para praticar uma agricultura de subsistência. Quer dizer, está é uma visão crítica que faço do papel da Sudene nesse processo de desenvolvimento, porque quando falo em "indústria-comércio", acho que vale a pena distinguirmos o que é "indústria-comércio-desenvolvimento". A "indústria-comércio" é aquela que só pensa no comércio da matéria-prima, do produto e na operação das máquinas, não é uma indústria que pensa na pesquisa, na inovação, no controle de qualidade e na capacitação dos recursos humanos. Nós estamos cheios de "indústrias-comércio" no Nordeste. Aconteceu o mesmo lá na Região Norte, como a Sudam, onde temos indústrias que são puramente indústrias montadoras.

Pois bem, a outra pergunta que eu gostaria de fazer, diz respeito ao modelo que o Brasil adotou na década de 70; até que ponto o modelo que foi baseado na substituição de importações agravou o problema do desequilíbrio regional? Porque é um modelo que, dentro da minha visão, se baseou basicamente na entrada de capital estrangeiro e substituição das importações com uma bandeira que, para mim, foi perversa, que é aquela da mão-de-obra abundante e recursos naturais em abundância, como se a mão-de-obra barata fosse uma alavancadora do desenvolvimento. O que é pior é que esse modelo foi implantado sempre só no Centro-Sul, houve uma concentração muito grande aqui no Centro-Sul. E como é que ficou o Norte-Nordeste diante desse modelo de substituição de importações?

E a terceira questão colocada pelo Prof. Roberto é no sentido de que temos que pensar no desenvolvimento para os novos tempos. Estamos vivendo novos tempos, em que, quem dita a regra do desenvolvimento em qualquer país não é mais a mão-de-obra em abundância, nem recursos naturais, em abundância, é o avanço científico-tecnológico, é a educação, a ciência e a tecnologia. Hoje nós temos um novo conhecimento, que é a informática, a química fina, engenharia genética, novos materiais, a biotecnologia. Então, porque esse avanço tecnológico não vai ser uma causa também maior para aumentar a desigualdade a jornal? Porque qualquer política que o País venha a adotar no sentido de tentar pelo menos melhorar a capacidade tecnológica numa dessas áreas, certamente isso vai ocorrer nas regiões mais desenvolvidas, onde os disparates são muito grandes.

Há pouco tempo acabamos de concluir uma CPI que procura identificar as causas do atraso tecnológico, e houve um denominador comum em todos os depoimentos - nessa CPI. A causa maior de todo atraso tecnológico do País, de qualquer região se chama educação. Por isso enfatizo que, antes de mais nada, há que se tratar desse ponto. Não acredito em nenhum plano de desenvolvimento para o País, para qualquer região se a educação não for o carro-chefe em todos os níveis fica muito difícil desenvolver inclusive, a ciência e a tecnologia quando temos 30 milhões de analfabetos, quando temos um ensino de 2º grau que dissocia o pensar do fazer. Não temos ensino profissionalizante. Existe um hiato muito grande entre o ensino básico e o superior. Existe a lacuna do nível médio qualificado.

Aproveito esta oportunidade para destacar o papel da educação que, a meu ver, deve ser o carro-chefe de tudo. Eu gostaria de ouvir a opinião dos conferencistas a respeito.

O SR. ROBERTO CAVALCANTE - Muito obrigado, nobre Deputado Ariosto Holanda, pelas três importantíssimas indagações.

Quando à primeira delas, com relação ao planejamento, vou ser sucinto porque considero as duas outras fundamentais. É preciso lembrar que costumamos dizer isto: o planejamento é uma técnica que auxilia a racionalidade do processo de decisão, ou seja, é uma técnica a serviço da representação. Quem define a política é a sociedade pelos canais de representação política. O planejamento é um instrumento. Infelizmente o planejamento, nos países menos desenvolvidos, tem sido usado como expropriador de pecados alheios. Às vezes dá erros de política. Ele é uma técnica que tem que se ajustar ao processo decisório da sociedade. Quando o processo é fechado, autoritário o planejamento é autoritário, é fechado; quando o processo decisório, é aberto, participativo, negociado, dialógico, o planejamento há de ser da mesma forma.

Quando ao modelo de substituição de importações dos anos 60 e 70, concordo com a observação do Deputado Ariosto Holanda de que o modelo de substituição de importações agravou as desigualdades sociais e regionais. É fácil entender isso porque há substituição de importações com vistas num mercado que já existe, para atender aquele que antes era atendido com importações. Esse mercado está ligado a uma estrutura de distribuição de rendas que não interessa mudar. Por força, então, da própria implantação de modelo de substituição de importações, cristaliza-se uma estrutura social, pelo menos até certo ponto, numa segunda etapa, efeitos evidentemente de ampliação de mercado, mas que foram limitados.

Já nos anos 70 - faço aqui uma autocritica porque me considero participante de uma boa parte do governo dos anos 70 - mas nos anos 70 tentamos ajustar a economia à crise do petróleo, que gerou de maneira bruta, imediatamente após o aumento de preços, nos fins de 73, um grande dese-

quilíbrio nas contas externas do País. Então, procuramos ajustar a economia investindo em insumos básicos, em bens de capital, de forma a gerar um excedente estrutural da balança de pagamento que permaneça até hoje. Houve em certa medida um processo de discursão de importações. O grande equívoco dos anos 70 vemos agora com muito mais nitidez do que enquanto se viria aquele momento. Concluímos o que podemos chamar uma segunda revolução industrial e não avançamos nas novas tecnologias que já estavam despotando em países que hoje as dominam, inclusive naquela época com níveis de sofisticação industrial de domínio científico e tecnológico menores do que os nossos.

Isso me leva à questão da educação. Enfatizou muito no meu trabalho que o grande esforço que o Nordeste há de fazer há de ser de capital humano e fundamentalmente em educação. O que não está claro - creio que esta Casa pode dar uma boa contribuição, nesse sentido - qual é o conteúdo dessa proposta educativa? Como vamos inserir os chamados códigos da modernidade na população brasileira? Que tecnologia vamos empregar? Essa é uma questão que, a meu ver, merece uma reflexão mais profunda.

Percebo que o professor Francisco Magalhães está inquieto com as idéias que agitam a sua cabeça.

O SR. FRANCISCO MAGALHÃES - Nobre Deputado, pareceu-me correto o Sr. Roberto Cavalcante responder primeiro porque ele, inclusive, participou dos primeiros estudos de avaliação do resultado da política de industrialização do Nordeste ainda no IPEA, na época em que tive a satisfação de conhecê-lo, onde se mostrava, inclusive, alguns dos efeitos perversos do tipo de política industrial que se tinha colocado aí. Creio que isso responde mais ou menos o meu lado, que, quanto ao resto, subscrevo o que o Sr. Roberto disse. O problema do outro gume do planejamento, ou seja, um planejamento em regime autoritário, seja ele qual for, será necessariamente autoritário. Um planejamento em regime aberto será necessariamente discutido. Claro que temos que pensar - isso é já a prática do dia-a-dia - que tendências autoritárias como elitistas não desaparecem apenas porque são eliminadas no plano formal, quer dizer, termos uma Constituição democrática e a intenção da participação não muda a maneira das pessoas acostumadas a um comportamento elitista ou a um comportamento autoritário de continuarem a se comportar dessa maneira por algum tempo, até que a própria realidade - as ajuste aquilo que é necessário fazer. Então, essa parte me parece que está colocada, no meu entender, com as palavras do professor Roberto.

Quando ao processo de substituição de importações, apenas completaria a colocação correta, a meu ver, do professor Roberto Cavalcante. Realmente, a concentração da riqueza no Brasil, em termos espaciais, na região Sudeste, foi uma fatalidade histórica nas diversas ilhas desse arquipélago, como já se falava no Brasil na época, que estava num processo de expansão maior e com um produto que exigia, não só para a sua produção, mas para sua comercialização e exportação, maior contingente de mão-de-obra para a região de São Paulo. Então, a substituição se faz para o mercado, que já estava ali, que foi criado com a abolição da escravidão, com a introdução do assalariado sob várias formas no campo. Caio Prado Júnior traz uma boa discussão sobre a revolução brasileira, sobre as formas de remuneração do trabalho na cafeicultura paulista primária exportadora.

Quando a realidade mundial e a brasileira levaram a substituição de importações, não como um programa de governo com uma vontade nacional, como uma decorrência do ajuste do Brasil a situações de crise internacionais - Primeira Guerra, que é a primeira do processo, e a depressão dos anos 30 e depois a Segunda Guerra obviamente - ao se abrir a economia por necessidade, por demanda existente, por produtos manufaturados, porque não se podia mais importar por escassos ou excessivamente caros, a região que mais desenvolveu foi essa. E há um momento - esse é que gostaria de resgatar, no início dos anos 60 - em que, claro, essa região que tinha o mercado, multiplicou a sua própria industrialização, avançou em escalas, demanda e com isso gera os recursos para atender investimentos públicos que facilitassem o acesso às outras regiões, começa o processo de integração nacional no plano econômico, que foi mencionado aqui pelo Sr. Roberto na apresentação; o Brasil começa a se integrar efetivamente. Nesse momento, algumas regiões que tinham feito a sua substituição de importações são como balões perfurados pelas rodovias, pela chegada do caminho carregado de São Paulo, entregando de porta a porta. Por volta de 1961, sendo Governador do Rio Grande, o Sr. Leonel Brizola organizou-se uma campanha nacional, cujo título, apoiado pelo Correio da Manhã, - Francelina de Oliveira - no Rio de Janeiro, era: "Rio Grande do Sul forma-se um novo Nordeste".

O sentido era exatamente o de que, de repente, a indústria gaúcha, que tinha crescido e se especializado devido a um mercado pequeno no próprio Rio Grande, com tarifa não alfandegária no curso de transporte para os produtos de São Paulo, com a abertura da antiga BR-2, a BR 106 hoje, com a facilidade do transporte aéreo para determinadas mercadorias, melhoria dos portos e tudo mais, estava sendo eliminada pela concorrência da produção paulista. Isso também aconteceu em diversas outras regiões do Brasil, ainda que, no Rio Grande, o caso tenha tido um destaque maior pela reação política que esse tipo de acontecimento provocou.

Mas não devemos esquecer, completando o que já foi dito, que é esse crescimento absolutamente concentrado na região Sudeste, fundamentalmente em São Paulo, que gera os excedentes básicos de capital, que vão permitir ao Estado brasileiro tentar corrigir essas desigualdades, que ele mesmo havia criado.

Quando à educação, o Brasil o momento, precisa de uma definição clara, porque tenho a impressão de que nunca houve, neste País, uma consciência tão grande. O que está nos colocando para trás, a nível mundial, é exatamente o problema educacional. Não é um problema só do Brasil. A América Latina, em vários países, tem esse tipo de problema desse tipo. Em outros países como o caso da Argentina, bem diferente do nosso e do Uruguai.

Em grande parte essa falta de ensino prático, de ensino de base científica, de treinamento para a vida, para o que o Deputado usou a expressão "ensino profissionalizante", é um dos grandes problemas nacionais. No Paraná, por exemplo, que tem o orgulho de ter um nível educacional muito alto, o ensino básico está se deteriorando; as pessoas saem hoje da escola sabendo menos do que saíam no meu tempo, quando o País era bem mais atrasado.

A meu ver, esse problema está muito centrado numa visão elitista do trabalho, - pois as mentalidades se mantêm mesmo quando a base real muda. Nós ainda achamos - esse nós é um pouco da Nação brasileira - que o trabalho manual não é para quem tem um certo nível. Ficar sujando as mãos de graxa, ficar ligando fiozinhos milimétricos para fazer experiências com filamento não é tão atrativo. Temos profissões universitárias que são, digamos, o "chequei lá" da linguagem popular. O "eu venci". Hoje sou ba-

charel, economista, médico, muitas vezes independente de ser um bom advogado, um bom economista ou um bom médico.

Grande parte da nossa estrutura social remunera até financeiramente, mas não só financeiramente, premia esse tipo de atividade. Vou introduzir outro caso pessoal. Um conhecido de Curitiba, um imigrante de origem holandesa, é formado padeiro. É um curso pós-secundário grau de dois anos. Não é PND em padaria. Mas ele cursou dois anos para aprender a fazer pão; obviamente, é um empresário em Curitiba hoje. Se estivesse na Holanda, ele poderia estar trabalhando numa padaria, e isso é socialmente aceito e reconhecido. Infelizmente, não chegamos lá. Temos que trabalhar nas duas linhas: ter um ensino adequado a essas necessidades e começarmos a dizer da importância social do trabalho que não é apenas o trabalho intelectual.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI — Permite-me?

O Deputado Ariosto Holanda advertiu-me de que eu não comentei a questão da Sudene.

Entendo que o Nordeste, pela dimensão da sua economia regional, necessita ter uma base industrial. Não há como viabilizar o desenvolvimento com o grau de urbanização que a região já apresenta de metropolização, apenas através da agricultura irrigada e da agroindústria. É preciso que a região tenha alguns núcleos, alguns complexos industriais de relativo porte e que sejam competitivos a nível nacional e até internacional, na medida em que a nova onda é a onda da liberalização.

O que a Sudene fez nos anos 60-70, em parte, foi replicar, regionalmente, o modelo de substituição de importações, até onde deu, e, em parte, se aproveitar das vantagens comparativas, que eram consideradas, na época, as vantagens relevantes, quais sejam: mão-de-obra e recursos naturais. O fato é que esse modelo há de mudar, tanto para o Nordeste, quanto para o País, no pressuposto de uma inserção competitiva do País na economia internacional e, por consequência, de uma inserção competitiva do Nordeste na economia nacional e internacional.

Então, os padrões de decisão industrial e de identificação de oportunidade industrial mudaram, e eu concordo que as novas vantagens comparativas, hoje, são as que chamamos vantagens comparativas criadas. Mas acho que o Brasil ainda tem, se não no Nordeste, em outras regiões, condições de montar complexos industriais ainda, em parte, baseados em recursos naturais. Não vejo por que não, dada a disponibilidade de recursos minerais e agroflorestais de que o País dispõe. Mas, os novos tempos sinalizam para um modelo industrial baseado em vantagens comparativas criadas pelo esforço humano, pela capitalização e é nesse contexto que acho inteiramente ultrapassada a ideia, por exemplo, de zonas de processamento de exportação, como plataformas. Isso foi uma ideia que prevaleceu nos anos 60, os "Tigres Asiáticos" se aproveitaram muito bem dela, mas eu não creio que no novo estágio da industrialização na escala mundial essa ideia tenha nenhum sentido, nenhuma viabilidade.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — Passo a palavra ao Sr. Deputado Luiz Girão.

O SR. LUIZ GIRÃO — Meu caro Presidente, meu caro Deputado Vicente Fialho, meu caro Dr. Francisco Magalhães, meu caro Dr. Roberto Cavalcanti, em primeiro lugar, quero congratular-me com a lucidez de suas ideias com relação ao separatismo, apesar de reconhecer que, ainda hoje, existem cabeças que acham que a saída seria essa. Nós, nordestinos, sabemos que se estamos ruins nessa situação, pior ficaremos fora dela.

Acreditamos e concordamos, também que o crescimento, que a volta do crescimento na Região Sudeste e no Centro-Sul só nos interessa. Como se tem provado ao longo dos tempos, quanto maior for o crescimento da Região Sudeste e da Região Sul, maiores serão os respingos desse crescimento na Região Nordeste. Nós, como brasileiros, concordamos e achamos extraordinário que este País, realmente, volte ao crescimento.

A minha pergunta seria: qual a contribuição que a integração dos mercados do Sul, o Mercosul — que o senhor conhece bem — pode, ou poderia, contribuir para os atuais desequilíbrios regionais que existem no País, principalmente conhecendo que as safras dos países do Mercosul, principalmente as dos três países que se juntam a nós, são safras que não coincidem absolutamente com as safras nordestinas. E nós que já visitamos, vimos quanto fica fácil essa integração, principalmente com o Nordeste, pois isso não foi visto pelo Brasil. E nós exigimos a nossa presença, porque o Nordeste, por incrível que pareça, aparentemente não existe politicamente quando se vai negociar as questões do Mercosul. E nós exigimos, ficamos o tempo todo no Partido, e obrigamos que alguém do Nordeste, porque me parece, espere, estrategicamente, que o Nordeste não entende que se você empurra de lá, termina aqui. Nós exigimos e, hoje, participamos como o único membro nordestino na formação política da estratégia. E descobrimos, com isso, que as safras, principalmente as safras de trigo, a produção de carne, de laticínios, não coincidem. Como são produtos que agregam bastante valor, há uma condição muito grande de esse mercado ser absorvido, hoje, diretamente dos portos tanto do Uruguai, quanto da Argentina, via marítima, e você abastece desde a Bahia até, quem sabe, até esses que estão localizados no semi-árido são Estados carentes de produtos agrícolas; e hoje, a agricultura nordestina é toda dependente do milho produzido e transportado em caminhão de outras regiões do Brasil; a carne nordestina consumida é transportada em caminhões-boleiros que a trazem do Brasil Central. Quanto à parte de laticínios, nós estamos numa luta para desenvolver o Nordeste nessa área, porque achamos que temos aptidão para ser um dos grandes produtores de laticínio do mundo. Mas, por enquanto, nós também podemos trazer muitos produtos que eles têm lá com condição de competitividade. Como isso está sendo visto pelo senhor?

Em relação ao que já foi dito pelo Dr. Roberto Cavalcanti sobre essa volta ao crescimento, eu gostaria de ter um pouco dessa consciência econômica de V. S.ª para que nós, políticos, tivéssemos essa luz sobre o que fazer para voltar este País a crescer; que nós, politicamente, podíamos fazer agora para que este País pudesse, pelo menos, aproveitar esse mercado tão grande que existe e que nós estamos deixando morto. Ou seja, o que cada um de nós, individualmente, pode fazer, como congressistas, hoje, aqui e agora.

Com relação a essa sua ideia brilhante de reforçar o Banco do Nordeste, eu até a complementar, não só atualizando o Banco do Nordeste, como municipalizando o Banco do Nordeste.

Lembro-me que, há muito tempo atrás, quase todas as prefeituras do Nordeste possuíam ações do Banco do Nordeste. As crises econômicas da época e a desonestidade que paira nas prefeituras do interior fizeram com

que muitos dos prefeitos aproveitassem esse tipo de investimento e o liquidassem, naquela época, nos anos 70, no mercado acionário.

Nós poderíamos melhorar, aperfeiçoar essa ideia de atualizar o Banco do Nordeste, e até mesmo municipalizar o Banco do Nordeste, já que os bancos regionais que nós tínhamos, praticamente só existe hoje o Desembalco na Bahia. E, para ser sincero, a Bahia, hoje, tinha que se desatrelar um pouco do Nordeste porque tudo que conseguimos com todo esforço acaba ficando na Bahia, com muita competência do Governador da Bahia. Se demorarmos um pouco, a Bahia vai lá por lugar do Rio Grande do Sul, lá para cima, porque a melhor forma que se encontra para medir essa equação é estrada, é colégio, é isso e aquilo, e lá eles não têm pena de fazer isso.

Então, essa é a minha pergunta: como podíamos participar, de forma urgente, dessa parceria, já que não seria uma ideia de rápida execução? Ou seja, como poderíamos induzir uma parceria do Banco do Nordeste com os bancos estaduais para racionalizar custos operacionais e até atender uma quantidade maior de clientes em regiões onde o Banco do Nordeste não dispõe de agências e os bancos estaduais têm todo esse convênio operacional?

Esta é a minha contribuição para o debate.

O SR. FRANCISCO MAGALHÃES — Vou começar pelo Mercosul.

Realmente, eu fico muito satisfeito, Deputado. É a primeira vez que encontro uma preocupação concreta do Nordeste com as grandes oportunidades que a integração pode oferecer, não num prazo imediato, porque há toda uma tradição de comércio que é difícil de ser rompida, mas no médio e longo prazo.

Como eu disse aqui, na hora em que fiz a apresentação, se não se agir, se não se aproveitarem as oportunidades, o Nordeste será das regiões menos beneficiadas com a integração, porque a integração interindustrial vai beneficiar mais São Paulo e a região intermediária entre São Paulo e Buenos Aires.

Eu queria introduzir duas coisas e V. Ex.ª colocou muito bem. Em primeiro lugar, quando nós, hoje — isso é comum no Paraná e no Rio Grande também, ficamos vendo o risco do produto argentino entrar no mercado brasileiro e substituir a produção brasileira, estamos esquecendo que a crise econômica que o Brasil vive, com essa década perdida há 10 anos e que a Argentina, se nós pensarmos bem, vive há uns 30 anos, fez com que o consumo alimentar desses países — nós não vamos no resto — tenha caído. No Brasil, come-se menos hoje; na Argentina, come-se ainda menos em relação ao mais que eles comiam antes.

Os indicadores per capita de consumo de carne na Argentina — e a carne é o alimento básico — mostram-nos que a Argentina se distanciou da Austrália, que tem o maior consumo per capita, caindo de algo perto de 120 quilos por habitante/ano para algo inferior a 90, o que significa uma redução de quase 1/3 do consumo médio da população.

Ora, parte-se do princípio de que os nossos países vão ter uma retomada de desenvolvimento. Está difícil, a Argentina está tentando um caminho que apresenta "n" problemas, alguns nem sequer propostos.

(falha na gravação.)

Então, parece-me que o Nordeste, o setor empresarial nordestino, os planejadores dos Estados, a própria Sudene e a Amazônia a mesma coisa, devem começar a saber que há um mercado com um padrão de qualidade europeu, o mercado alimentar argentino acompanha o mercado europeu, com interesses semelhantes aos europeus, que normalmente tenham um poder de compra razoável, que pode estar aberto, mais do que aberto, defendido por tarifas externas comuns, para os produtores do Norte e Nordeste. Isso será um aspecto muito importante da integração entre os dois países, porque realmente o que se sente hoje na imprensa, nas declarações oficiais, nas conversas, parece que o Mercosul é a integração do Sul do Brasil com a Argentina e não é a integração do Brasil inteiro com todas as vantagens comparativas que as regiões brasileiras têm.

Creio que essas colocações são as que eu poderia fazer sobre o tema e passo a palavra ao Dr. Roberto para expor a outra parte.

O SR. ROBERTO CAVALCANTI — Tenho apenas duas breves observações. Uma com relação ao Mercosul.

É evidente que o ponto locacional da economia brasileira, no pressuposto de uma integração de mercados com a Argentina, o Paraguai e o Uruguai, se desloca mais para o Sul e que o Nordeste fica "deixado" ainda mais dos fluxos de bens e serviços gerados naquele mercado que vai ser polarizado, de um lado pelo Sudeste e o Sul e do outro pela Argentina.

De outra parte, tenho uma certa preocupação com a ligeireza, nos vários sentidos da palavra, com que a questão do Mercosul está sendo conduzida. Nenhuma das condições básicas para a integração está atendida.

Para que haja integração de mercados, a Europa passou algumas décadas para chegar onde está hoje. Queremos chegar em 3, 4 anos, temos de ter uma certa consistência. E temos de ter uma certa consistência de políticas cambiais. Dependente o fluxo de bens pode se alterar de uma direção para outra em função de mudanças de política cambial. E temos de ter uma certa preocupação com o planejamento da estrutura industrial que vai integrar-se e da divisão de trabalho que resulte disso. Acho que há pouco tempo para que essas coisas aconteçam no horizonte do programado.

Então, creio que a tendência do Mercosul vai ser a dilatação de prazos para uma integração, entendida a integração como ausência de barreiras alfandegárias, integração comercial em termos globais.

Creio que a estratégia do Brasil com relação a sua inserção na economia mundial tem de ser mais ampla. Inclusive para a dimensão relativa da economia brasileira e do somatório das três economias com as quais o Brasil quer interagir-se. Ele tem de ser estelar, ele tem de ser considerado o mercado dos Estados Unidos, que é um mercado relevante, 20% da economia mundial, tem de considerar a comunidade europeia que tem um pouco mais de 20%, hoje, do mercado mundial, e países como a Alemanha não tem colônias, não ser a interna, que vai resolver rapidamente, que vai se tornar o gigante da Europa; tem de considerar, também, o mercado asiático. Pelo menos em relação à Costa Leste americana e à Europa, o Nordeste está em uma posição locacional mais privilegiado do que o resto do País. Então em uma estratégia mais ampla de inserção competitiva da economia brasileira na economia internacional, o Nordeste tem chances de procurar tirar partido do fato da sua proximidade maior, em termos geográficos, desses dois grandes mercados, o americano da Costa Leste e o europeu.

A segunda questão levantada pelo Deputado é muito difícil de responder: como crescer. Acho que a melhor maneira é apoiar o Ministro Márcilio que está, a meu ver, encaminhando com paciência, com objetividade

de, com pertinência, soluções para algumas das questões do País. Para crescer realmente precisamos controle o mínimo de estabilidade; por estabilidade digo mais do que o controle da inflação, digo estabilidade das regras do jogo da economia, se é o mercado que vai prevalecer como mecanismo de decisão básica da sociedade, no plano econômico. O mercado brasileiro foi agredido nos últimos anos de forma impiedosa por terapias de choques inteiramente desestabilizantes das relações de preços relativos de seu funcionamento e é incrível que ainda consegue resistir. Então, esse pressuposto da estabilidade parece-me fundamental.

O segundo é buscar fontes de crescimento que estão mais ou menos óbvias. Uma delas é o canal da exportação. Outra, é a agricultura e por decorrência a agroindústria. A terceira, parece-me, ser a área de construção civil que pressupõe, em parte, o reequilíbrio das contas públicas e uma reforma fiscal, que espero, esta Casa venha a aprovar, senão nos próximos meses, pelo menos, no horizonte deste ou do próximo ano.

O terceiro ponto é que o País não tem mecanismo de financiamento, de investimentos de longo prazo. É preciso repensar isso. A minha proposta com relação ao Banco do Nordeste, se merecer alguma discussão, tem que ser muito aprofundada, porque ela é polêmica e controversa — tenho consciência disso —, é criar no Nordeste um mecanismo de financiamento de longo prazo de porte que seja um dos fatores de atração de investimentos para a região.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Concedo a palavra ao nobre Deputado Vicente Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO — Sr. Presidente, faria dois questionamentos, duas indagações aos ilustres conferencistas desta manhã.

O primeiro questionamento é relativo ao planejamento regional. Aqui, no Brasil, tivemos experiências dos planejamentos regionais através da Sudene, Sudam e Sudeul. Ao longo dos últimos vinte anos, que temos acompanhado mais de perto esse processo de planejamento, o trabalho dessas instituições, não têm sido de bom êxito. Tem havido um certo choque entre o nível de autonomia de planejamento regional com o planejamento central do País, do Governo Federal. O que, hoje, tenho dúvidas é se esse planejamento regional não deveria ser por instituições locais, instituições não federais, que procurassem, o nível daquela região as instituições locais, os governos locais, verificar os seus problemas de interesse comum e buscar soluções para aqueles seus problemas de interesse comum.

O que percebemos ao longo desses últimos vinte anos é que sempre o planejamento da Sudene, fortalecendo da Sudam, incomoda o Ministério, anteriormente o Ministério do Planejamento e do Ministério da Economia.

Questionaria aos ilustres conferencistas se não há, do ponto de vista da estratégia de planejamento, como metodologia, uma certa incompatibilidade entre o planejamento central do País, que deve ser realizado pelo Governo Federal e instituições regionais como Sudene, Sudam e Sudeul.

Na França, por exemplo, existem as regiões metropolitanas que funcionam muito bem, mas não são instituições federais. As regiões metropolitanas, na França, são instituições constituídas pelas diversas comunidades que verificam seus problemas, estudam as suas soluções de o nível delas próprias procuram dar solução, ou, então, vão ao Governo Federal buscar soluções.

O que me ficou ao longo desses últimos anos que temos participado, de alguma forma, da administração pública no Brasil, foi esse choque entre Sudene, Sudam e Sudeul, e o Governo Central. O fato é que essas instituições se esvaziaram implemente por um momento político de dificuldades econômicas do País, ou porque elas representam uma certa deformação no processo de planejamento nacional.

Uma segunda indagação que eu faria, na mais diretamente ao professor Roberto Cavalcante, que, antes de iniciar a sua palestra, nos dizia que, há poucos dias, havia participado, no Rio de Janeiro, de um fórum, com a participação de representantes destacados dos Estados Unidos, do Japão e da Rússia, a respeito da ordem econômica internacional.

Neste momento, há um sentimento de que, depois que acabou o problema ideológico, a nível internacional, a idéia, hoje, é do "Salve-se quem puder". Quer dizer, não há mais aquele interesse de um certo grupo de preservar a sua influência numa certa área, de alguma forma se protegendo também, porque protegida a sua área, fortalecia a sua área com relação aos grupos antagonísticos, do ponto de vista ideológico. Então, acabando o problema do aspecto ideológico, agora a coisa fica no "Salve-se quem puder". O professor Roberto Cavalcante teve esse contato recente com autoridades dos Estados Unidos, do Japão e da Rússia, e, se possível, eu gostaria que ele nos dissesse qual é o sentimento, hoje, dessas grandes potências econômicas com relação a países do Terceiro Mundo e, em particular, com relação a nós, do Brasil.

Eram essas as duas questões que queríamos colocar para os dois conferencistas.

O SR. FRANCISCO MAGALHÃES — Quanto à questão do planejamento regional, é um campo para longas discussões, envolvendo, inclusive, o próprio conceito de região como objeto de ação do setor público, como objeto de ação do economista, no caso de debates nas faculdades.

Parece-me mais ou menos claro, naquela idéia que apresentei no início, que o planejamento tem que estar vinculado com as instâncias de responsabilidade e, portanto, de disponibilidade de recursos que vão executá-lo. É muito difícil imaginar que os Estados possam planejar, devem planejar, mas que possam planejar, incluindo no seu planejamento, por decisão própria, investimentos federais.

Da mesma forma, seria difícil imaginar que uma superintendência regional fizesse um plano que fosse aprovado pela maior parte dos componentes dos conselhos, dos mecanismos diretivos dessa superintendência e, portanto, que traduzisse um consenso político regional, com recursos que são fundamentalmente federais.

Portanto, parece-me que o sistema que a Constituição de 1988 criou, ainda que corra o risco de, na prática, permanecer meramente no plano formal, dá uma ênfase muito grande, e nisso ele é positivo, a um planejamento nacional, ainda que um planejamento nacional levando em conta as regiões.

Quando sugiro a existência de superintendências regionais como uma instância, inclusive de debate, de discussão e de aprovação de planos que traduzam exatamente a resultante dos interesses regionais e nacionais, quer dizer, do que a região quer do País, e do que o País quer da região, e que, posteriormente, acompanhem a execução disso, quer dizer, acompanhem como diversos organismos executores das obras, dos investimentos e das políticas nacionais, vão efetivamente realizar, fazer aquilo que foi decidido, me parece que aí está, talvez, uma das poucas possibilidades de não tornar incompatível o planejamento regional num País como o Brasil.

Quer dizer, há um planejamento nacional, decidido em seus objetivos e em suas diretrizes a nível nacional, feito pelo Congresso, como a Constituição estabelece.

Mas, as propostas que chegam para a apreciação do Congresso, que era a proposta orçamentária, que era a dos programas plurianuais, elas devem ter passado antes por uma discussão a nível regional e o locus dessa discussão seria uma superintendência.

Aí, sim, a partir daquilo que foi aprovado nacionalmente, as regiões, e uma segunda instância os próprios Estados, com seus planos de governos, é que vão poder montar naquilo que for nos Estados de sua competência e naquilo que for nas regiões decidido por essa discussão política. É um mecanismo complexo, é um mecanismo que pressupõe sucessivas discussões de caráter político, é um mecanismo que pressupõe uma estrutura de acompanhamento adequado, é um mecanismo que pressupõe a superintendência de desenvolvimento de uma região acompanhe formalmente a ação de todos os órgãos federais dessa região, o que dificilmente se conseguiu no Brasil. Houve sempre muito no Sul absoluta autonomia dos outros órgãos, ou a superintendência, nessa forma é possível compatibilizar.

O modelo francês, que aliás deveríamos estudar mais, apesar das diferenças enormes que existem, transferiu para as regiões não apenas a possibilidade de planejar, que também recursos para serem gastos. E nós, no Brasil, não temos isso. Quer dizer, a Sudene e a Sudam tinham os incentivos fiscais, ou tinham os grandes projetos do desenvolvimento regional, mas, os recursos limitados para determinados tipos de atividades, e não recursos fiscais normais.

Parece-me que se poderia estudar isso, não tenho a priori nenhuma posição contrária. Acho que o conflito distributivo do bolo fiscal entre União, estados e municípios já é tão complexo, que introduzir um quarto elemento, que seria a região, ainda que nada em si errado, nos complicaria ainda mais a vida, demorariamos mais.

Por isso acredito, dentro desse espírito de planejamento democrático que o professor Roberto vem colocando, que, com a instância superintendência como instância onde os dois interesses, o nacional na região e o da região em relação à Nação, possa se resolver politicamente.

O SR. ROBERTO CAVALCANTE — Concorro, no fundamental, o que acaba de dizer o Sr. Francisco Magalhães, mas baseei a minha idéia de transformação da Sudene, que eu trouxe a esta Comissão, na constatação de que a Sudene sempre viveu grande dilema existencial, uma grande ambigüidade institucional. Ela é, ao mesmo tempo, um órgão federal no Nordeste e um órgão de reivindicação do Nordeste junto ao Governo Federal. E a Sudene elaborou planos, inclusive com parametrização macroeconômica, que podiam não ter muito a ver com os parâmetros macroeconômicos definidos nacionalmente, que são variáveis que a Sudene em si, não controla. Quase diria que hoje Brasília, também, não controla e cada vez menos controlará na medida em que o processo passa a ser um processo de desenvolvimento econômico mas, orientado pelo mercado.

É nesse sentido que postulo a idéia de um órgão regional diferente na sua postura. É evidente que ele tem de fazer a compatibilização de políticas macroeconômicas nacionais, nos seus reatamentos regionais. Mas, não creio que, doravante, o planejamento no Brasil vá muito além disso. Vai definir grandes linhas de política industrial, agrícola, de comércio exterior, de ciência e tecnologia, nas áreas sociais e vai atuar seletivamente como Estado, escolhendo prioridades estratégicas, como, por exemplo, educação, ciência e tecnologia. Mas, em grande parte, é o mercado que vai ser o espaço onde as decisões vão ser tomadas, e o mercado vai punir os maus decisores e vai premiar os bons decisores. Então, o papel do órgão regional e do planejamento regional, neste contexto, teria de ser inteiramente revisto, a partir da idéia de uma agência de fomento e de identificação de oportunidades e de um banco forte, capaz de oferecer alternativas atraentes de investimento e esquemas atraentes de financiamento a longo prazo, como uma forma de atração de novas atividades produtivas.

Com relação à Conferência Internacional sobre a Nova Ordem Mundial, o Ministro Fialho, primeiro prometendo enviar todo o conjunto de estudos e de papers apresentados à Comissão, o que posso é, talvez, refletir a minha opinião pessoal de avaliação. Porque, é evidente que uma reunião desse porte, e que envolva pessoas do nível do Helmut Schmidt, do Mac Namara e do Arbatov, General da União Soviética, que foi o grande idealizador da perestroika, as opiniões são muito divergentes e refletem os prismas nacionais.

O que nós gostaríamos, com a conferência, foi exatamente perguntar isso: como é que o Japão vê hoje o mundo e vê o mundo nos próximos anos? Isto é, qual é a perspectiva japonesa? Qual é a americana? Qual é a europeia? Qual a russa, não mais soviética? Para numa segunda etapa indagarmos: afinal, qual é a nossa perspectiva diante do mundo em transformação, que irá ser a segunda etapa?

O que tivemos na reunião foi essa colocação de pontos de vista, de perspectiva sobre a ordem mundial. Mas, em linhas gerais as minhas conclusões são: primeiro, não existe hoje uma ordem mundial consolidada; ela está em processo de consolidação; segundo, ela tem três pólos referenciados básicos — o pólo americano, que é relevante economicamente e hegemônico militarmente; o pólo europeu, cada vez mais centrado na Alemanha e esta não só ganha peso como autonomia decisória, e começa a preocupar os outros parceiros da comunidade; o pseudo-pólo é o asiático centrado no Japão que, inclusive, hoje é o terceiro orçamento militar do mundo e poucos sabem disso. Mas os tigres asiáticos estão de unhas afiadas, temendo um rearranjo do Japão.

O que se verifica é a tendência para a consolidação de um eixo Japão-China, no bloco asiático, mas as formas de integração são inteiramente diferentes, não são institucionalizadas como as europeias; é um modelo inteiramente novo. É um mundo que tem três pólos de referência.

O Leste europeu e a União Soviética, os quatro ou cinco russos presentes, estavam um pouco como quem levou ainda uma pancada na cabeça, isto é, um pouco inoptal. Cairam na realidade no sentido de reconhecerem que não têm estruturas de mercado organizadas, empresários, a conversão de indústrias, é difícil; já decresceram em termos de PIB 17% no ano passado e devem decrescer outros 20% este ano. É um processo penoso e difícil de soerguimento.

E os alemães demonstraram claramente a sua decepção com as oportunidades de investimento de curto e médio prazo no Leste europeu, fora da Alemanha Oriental. O mesmo nos revelaram os japoneses. O que significa que a nossa posição aparentemente é um pouco melhor, que é a do Leste europeu, que parecia ser um grande competidor da América Latina no que respeita ao fluxo internacional de capital de risco.

é que lá há essas pré-condições que já temos; o mercado que é agredido bem ou mal funciona, o empresariado que tem qualidade, iniciativa, uma certa tradição; alianças já criadas com empresas multinacionais. O quadro é muito mais favorável dada a condição/estabilização da economia e retomada gradual do crescimento.

Essa é uma síntese muito pobre de uma reunião que foi riquíssima em termos de subsídios e de informações.

Com relação à pergunta escrita, creio que é do Senador Beni Veras, a crítica procedente que faz a minha apresentação, quando caracterizei um quadro de redução de desigualdades dentro do País sem indicar as causas. No trabalho tentamos entrar um pouquinho nas causas mas não talvez o suficiente, porque, na verdade, esse documento é uma síntese de um estudo um pouco maior.

Creio que para identificar as causas de um maior crescimento, por exemplo, do Nordeste, na sua indústria e economia como um todo nos anos de 1970 e 1980, é creditar esse diferencial ao efeito das políticas regionais explícitas dirigidas à região. É fora de dúvida que a despeito dos seus problemas, o modelo de desenvolvimento regional montado a partir da Sudene funcionou razoavelmente bem nos anos de 1960 e 1970. Houve crescimento industrial, houve investimento e isso deu o resultado em termos de produção que verificamos.

Contrariamente ao que, talvez por um viés ideológico, muitos pensem ou afirmem que nos anos de 1970 houve grandes investimentos na área social no Nordeste: em habitação, saneamento, sobretudo nessas áreas, em energia elétrica, e isso se refletiu na melhoria dos índices de disponibilidade domiciliar de energia, de água etc. Esses indicadores na região realmente dão saltos significativos muito maiores do que aqueles que o País apresentou.

O diferencial do crescimento entre o Brasil e o Nordeste que nos anos 70 foi da ordem de 3% em média, ao ano, per capita, e nos anos 80 foi de 1%, deve-se acreditar a efeito das políticas regionais explícitas, e nos anos 80 ao efeito de inércia por essas políticas continuarem no início dos anos 80, foram perdendo velocidade mas seus efeitos ainda se fizeram sentir. O que significa que a herança que temos hoje nos anos 90 é pesada.

O SR. PRESIDENTE (Elicio Álvares) - Alguns dos Srs. desejam fazer mais alguma pergunta? (Pausa.)

Quero agradecer a presença dos Srs. Francisco Magalhães e Roberto Cavalcante realçar a riqueza dos pronunciamentos que nos trouxeram e a oportunidade que nos dão de meditar sobre eles.

Vejamos à mente que questões foram abertas que precisarão e merecerão um estudo cuidadoso da Comissão para encaminhar essa visão nova a respeito da questão da região.

Peco desculpas aos companheiros pela ocorrência de reuniões simultâneas no âmbito do Congresso que nos obrigaram a sair durante algum tempo.

Agradeço a presença de todos os companheiros, membros de órgãos governamentais, Deputados e Senadores e aos colegas. Muito obrigado.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 13 horas e 30 minutos.)

ANEXO A ATA DA 4ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia
Vice-Presidente: Senador Elicio Álvares
Relator: Senador Beni Veras
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

4ª REUNIÃO, REALIZADA EM

7 DE MAIO DE 1992

As dez horas do dia sete de maio de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 5 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Congressistas: Senadores Garibaldi Alves, Wilson Martins, Francisco Rollemberg, Elicio Álvares, Beni Veras e Esperidião Amin, e Deputados César Maia, Luiz Girão, Paulo Delgado, Ariosto Holanda e B. Sá. Deixam de comparecer por motivo justificado os demais membros. Havendo número regimental, o Senhor Presidente, Deputado César Maia declara aberta a reunião, comunicando que a mesma destina-se a uma mesa redonda sobre "Quadro Atual e Tendências da Economia Brasileira sob o Aspecto Espacial", tendo como convidado o Dr. Istvan Karoly Kasznar, Sub-Chefe de Ensino da Escola Brasileira de Administração Pública e Professor de Pós-Graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas. Em seguida o Senhor Presidente convida o Dr. Istvan Karoly Kasznar a tomar assento à mesa, e a iniciar sua exposição. Concluída a mesa, passa-se à fase de interações onde fazem uso da palavra os Senhores Congressistas Luiz Girão, Paulo Delgado, B. Sá, Beni Veras e César Maia. Terminada a fase de interações, o Senhor Presidente agradece a presença do Dr. Istvan Karoly Kasznar, dos Senhores Congressistas e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Convidados:
Istvan Kasznar
Luiz Girão
Paulo Delgado
Dep. B. Sá
Beni Veras.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) - Está aberta a reunião.

Na nossa Mesa de hoje, "O quadro atual e a tendência da economia brasileira, sob o aspecto espacial, vamos ouvir o Professor Istvan Kasznar, que vai falar sobre a evolução do Produto Interno Brasileiro nos Estados, no período de 20 anos, entre 1970 e 1990.

O Professor Istvan é sub-Chefe de Ensino da Escola Brasileira de Administração Pública e é Professor da Escola de Pós-graduação em Economia da Fundação Getúlio Vargas, participa de um dos poucos grupos que existem em centros de estudo, em universidades no Brasil, que procuram fazer um esforço de consolidação e análise de dados de finanças públicas no Brasil todo, a nível federal, estadual e municipal.

O objetivo das nossas reuniões, Professor, é levantar elementos que permitam aos Parlamentares e aos assessores técnicos que foram cedidos a esta Comissão trabalhar um tema que é sempre presente e que produz muito mais notícia do que resultado. É objetivo também analisar o que de positivo e o que de infrutífero foi feito nesses anos, em relação à redução dos desequilíbrios regionais, analisar a atuação dos bancos regionais de desenvolvimento, dos fundos aplicados com o objetivo de reduzir as disparidades regionais e, portanto, produzir algumas idéias que sirvam como vetor para enfrentar um problema que sempre foi agudo e hoje é pelo menos tão agudo quanto foi antes.

Com a palavra, o Professor Istvan.

O SR. ISTVAN KASZNAR - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para mim é uma satisfação estar aqui para trocar, na verdade, uma série de idéias. Tenho, de fato, um tempo relativamente limitado e não pretendo apenas abordar um assunto tão complexo quanto o da análise das desigualdades regionais e da evolução do PIB dos Estados de uma forma que represente um monólogo.

Na verdade, este assunto tem sido tratado pela Fundação Getúlio Vargas, no seu programa de estudos dos Estados, no qual temos, no presente momento, oito técnicos envolvidos, e praticamente é uma sequência de um trabalho que vem acontecendo 1948 para cá. A Fundação Getúlio Vargas tem sido muito preocupada com análises vinculadas à evolução da produção, estudos de evolução da inflação, análise de questões tributárias e outras que tais. Especificamente através da Escola Brasileira de Administração Pública, temos procurado desenvolver um trabalho dentro dessa linha.

O nosso trabalho é singelo; não tem pretensões maiores, mas os objetivos fundamentais são três. Primeiro, analisar a evolução da produção com seus impactos sociais, segundo, analisar a evolução da produção, do ponto de vista dos fatores que a motivaram e a propeliu, verificando a dinâmica do crescimento e os elementos polarizadores do crescimento, despoliarizadores, extraprolativos e intraprolativos. Vou procurar bater um pouco nessa segunda tecla porque nem sempre isso tem sido muito analisado em geral. E a nossa terceira preocupação diz respeito a elementos que possam de fato representar uma política de crescimento para os Estados.

As análises que fizemos através do nosso centro têm toda uma metodologia - que no caso vou pular - mas que, através de um documento já colocado à disposição da Câmara e do Senado, apresentamos e detalhamos.

O que podemos na verdade contar é que as nossas informações mostram basicamente o seguinte: que na década de 70, o Brasil teve uma taxa de crescimento real de 7,3%. Essa taxa de crescimento é praticamente similar àquela que ocorreu no período de 1946 - 1979, no Brasil, de 7,1%. Foi uma fase em que especificamente a Nação desenvolveu-se claramente, através da evolução de duas macropolíticas fundamentais. A primeira, aquela que denominamos de política substantiva de importações e de crescimento com o reforço do parque industrial local, e a segunda política que denominamos de crescimento pautado em desenvolvimento financiado por capitais externos. Isto é, na verdade, a massa de capitais oriunda do exterior, pulou de meros 12 bilhões de dólares, que representaram a dívida externa do Brasil em 1964, para 116,5 bilhões de dólares em 1991 - dados fechados do Banco Central do Brasil.

Na verdade, obviamente, esse processo de substituição de importações e de financiamento somente poderia dar certo caso houvesse condições de se criar uma catapulta no processo substantivo de importações, de tal forma que a taxa média de rentabilização dos projetos industriais do País, realizados nos investimentos do ano de 1970, sobrepujassem o custo do capital absorvido, oriundo do exterior, e que o período de maturação dos créditos absorvidos fosse suficientemente longo para que os próprios projetos pudessem se pagar ao longo do tempo.

Como bem sabemos, isso nem sempre aconteceu, e o que se verificou foi que a Nação - seja por uma enorme explosão das taxas de juros externas ocorrida no período de 1978 - 1982, seja porque simplesmente não conseguiu repactuar os diversos tipos de crédito que financiavam esses megaprojetos - não encontrou formas para a capitalização dos próprios e o pagamento deles. Isso acaba implicando na famosa e mais do que conhecida derrocada econômico-financeira do País, em 1982, uma moratória da qual até hoje não saímos de fato e uma diminuição das taxas de crescimento do Brasil para esse nível de 3,1% ao ano, real.

Qual é a consequência fundamental disso? Primeiro: que, de fato, o PIB no Brasil chega a um patamar e praticamente estagna, em 1991, a valores deste ano, nominais, em 402 bilhões de dólares. Segundo: que a renda per capita encontrada em 1980, final da década de 70, chega a 2 mil 105 dólares e a renda per capita, deflacionada para 1990, atinge e mil 204 dólares. Em outras palavras, o País de fato não conseguiu transferir, durante uma década, benefícios, especificamente, para a sua população.

O SR. LUIZ GIRÃO - Poderia repetir a renda por habitante?

O SR. ISTVAN KASZNAR - A renda, especificamente no ano de 1980, chegou a 2 mil 102 dólares e, especificamente, no ano de 1990, foi de 2 mil 204, ou seja, na verdade, a taxa de evolução da renda per capita, no Brasil, praticamente representa uma estagnação, há uma certa paralisia. Qual é a consequência disso? Todo esse processo de carístia, de redução da capacidade de poder aquisitivo, de piora da qualidade de vida, de inibição da evolução dos investimentos em capital humano e outras questões congêneres que encontramos no Brasil.

A grande questão, e que é uma questão que nem sempre tem sido desenvolvida, embora seja estudada, sobretudo pelo INPAS, IPEA e pela Fundação IBGE, e a Fundação Getúlio Vargas retorna, através do PEE, a fazer esses estudos - é como é que os Estados se desenvolveram; de que maneira os Estados sofreram um impacto de uma redução significativa no seu crescimento?

Primeira observação: numerosos dados primários, com os quais também trabalhamos, são levantados pelo IBGE. Ocorre que o IBGE tem um problema duplo: falta de verbas e defasagem na informação. Poderia haver, em certas ocasiões também, uma terceira observação, alterações em tecnologia ou metodologias de cálculo por parte dessa instituição, bastante influenciada pelos diversos trâmites e decisões presidenciais que ocorrem na instituição. Qual é a consequência? É que, na verdade, na Fundação, procuramos levantar os dados com independência de tal maneira que acessamos diretamente as Secretarias de Desenvolvimento estaduais, quando existem, as Secretarias Industriais, as Secretarias de Agricultura, as Secretarias de Serviços. Também quando existem, e todos aqueles órgãos de Estado que de certa maneira desenvolvem ou propugnam políticas para desenvolvimento estadual. No Rio de Janeiro, a CODIN - Companhia de Desenvolvimento

Industrial, a ADRIO - Agência de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro e outras congêneres; em Minas Gerais, INDI - Instituto de Desenvolvimento Industrial, em São Paulo, o CEAD. Especificamente, cada um desses órgãos dispõem de estatísticas primárias que podem complementar e permitir que realizássemos uma filtragem, uma checagem nos dados.

O que conseguimos, fundamentalmente? Temos de trabalhar com uma moeda constante, porque senão faz sentido, no Brasil, submetido a uma inflação contínua, os dados perdem sentido quando utilizamos moeda local daí. Então, todo o nosso trabalho foi desenvolvido de tal forma que, em termos de evolução nominal, verificamos o que aconteceu com a evolução do PIB por Estado.

A primeira conclusão é a seguinte: existem muito significativas diferenças de longo prazo no processo de crescimento dos Estados e das Regiões na economia brasileira.

Em primeiro lugar, a Região Norte, que apresenta um crescimento extremamente significativo, positivo e real de tal forma que, muito embora tenha sido afetada até mesmo ao longo da década de 80, no processo de crescimento, foi a menos afetada de todas junto com a Região Centro-Oeste.

O PIB nesse período evoluiu de 709 milhões de dólares para 13,1 bilhões, sendo que é realmente marcante no caso a existência, praticamente, de uma evolução duplicada de 1980 para 1990. Mas também o que é muito interessante e importante reparar é que o processo de crescimento do PIB nessa Região é tal que o líder, que é especificamente o Pará, cresce, mas a taxa de crescimento dele tende a declinar ao longo dos lustros - de cinco em cinco anos - ao passo que no Amazonas esse crescimento vem acontecendo significativamente e a taxas reais de 9% ao ano. Portanto, superiores - até à média do crescimento do Brasil no período, muito significativamente.

Fizemos uma série de projeções que mostravam que, em 1997, o Estado do Amazonas haveria de suplantará até mesmo o Pará no que tange ao PIB. Mas nos vimos obrigados a rever completamente essa estatística por duas razões: primeiro, porque, de 1990 em diante, com a política de liberalização das importações no Brasil, a Zona Franca de Manaus viu-se ameaçada no seu processo de crescimento. Portanto, a sustentação que lhe era dada por barreiras alfandegárias à entrada, no mercado, de produtos externos acabou gerando uma queda significativa da produção naquela zona, e como ela tem um peso expressivo na participação no PIB do Estado - especificamente o peso era de 21% em 1990 - essa redução e o desemprego daí decorrente acabam implicando ou um atraso no processo de desenvolvimento estadual ou um prolongamento em se chegar próximo ao Pará como um todo.

O crescimento muito significativo que havia acontecido ao longo da virada dos anos 70 para 80, 80 para 85, especificamente no Pará, deu-se através do Programa Grande Carajás, que diz, a Vale do Rio Doce com seus investimentos muito significativos; mas daí em diante quando o processo de produção mineral atinge um patamar de máximo e estabiliza-se, maturando, esse Estado demonstra que a sua pujança há de ser encontrada em novos projetos. O Amazonas já está encontrando vários novos projetos, particularmente no ecoturismo, que poderia mobilizar não apenas esse Estado, mas toda a região.

Uma segunda observação importante que podemos fazer é no que tange ao Nordeste. O Nordeste é uma região que tem crescido significativamente; em ambas as décadas de 70 e de 80, a uma taxa média real superior à do Brasil como um todo. Portanto, o que podemos perceber em termos de taxa de participação em breve, que chega a praticamente 13% na década de 90, o Nordeste como um todo tem crescido; todavia, a taxa de crescimento do Nordeste é diminuída demais para fazer face aos impactos das pressões sociais geradas por uma população que ainda hoje possui um dos índices mais altos de crescimento como um todo superiores a 2,4% ao ano.

Especificamente no Nordeste, todavia, algumas informações sobre a evolução do PIB são muito marcantes: em primeiro lugar, porque praticamente temos um PIB na Região Nordeste quatro vezes maior ao da Região Norte; em segundo lugar, porque, quando analisamos os dados, o Estado mais pujante é especificamente o da Bahia.

A Bahia tem crescido a uma taxa de algo como 6,5% reais ao longo da década de 90 e, mais ainda, tem crescido significativamente à luz de projetos inovadores e altamente geradores de efeitos multiplicadores na própria produção local. Um bom exemplo é o Polo Petroquímico de Camaçari.

Pode-se perceber também que a Bahia, como um todo, não possui concorrentes, se analisarmos especificamente o Estado de Pernambuco, onde existe, justamente, um seriíssimo problema: é, literalmente, como que uma estagnação do desenvolvimento da produção local. Quer dizer, o crescimento do Estado de Pernambuco foi nominal - segundo Estado em importância no Nordeste - não real no último lustro. O que implica na demonstração de que existe, na verdade, uma certa crise nessa economia e nos entornos dessa economia pernambucana; ou seja, em outros Estados. Na Paraíba, também pode-se verificar um muito lento crescimento, por exemplo, assim como no Rio Grande do Norte.

Como um todo, a Região Nordeste, portanto, é uma região pouco privilegiada no processo de crescimento, muito embora tenhamos percebido que haja confirmação de dados que o INPAS - IPEA havia desenvolvido relativos a essa região. Quer dizer, a região cresceu como um todo, mas teve violentíssimas desigualdades no seu processo de crescimento, e as desigualdades estão aumentando significativamente intra-regionalmente.

A consequência principal é que, no processo de polarização do crescimento regional, a Bahia está levando a maior parte das vantagens econômicas, fiscais, financeiras, especificamente produtivas, e os demais Estados estão encontrando dificuldades significativas, seja para desmancharem genericamente, seja para poderem crescer regionalmente como um todo.

O SR. LUIS GIRÃO - Professor, perdão. Penso que se deveria fazer uma exceção para o Estado do Maranhão, que na segunda metade da década de 80 cresceu extraordinariamente.

O SR. ISTVAN KAROLYI - Essa sua observação é muito importante - na verdade, vamos fazer exatamente esse comentário: o Estado do Maranhão é uma exceção e é uma curiosidade fantástica. Os nossos dados também demonstram isso; creio que não é mera coincidência, mas, no período de 1989/90, o Estado do Maranhão, ao lado da Bahia em termos absolutos, foi o Estado mais aquecido de verbas federais e o que mais condições teve de crescer e se desenvolver. O que é surpreendente é que ele praticamente duplica o crescimento em cinco anos na base de 80 - novamente, é a extensão dos programas de mineração que estavam acontecendo nos Estados anexas e, ao mesmo tempo, duplica de novo no período da Presidência Sarney.

É curioso também reparar que essa taxa de crescimento real suplanta 14,5% ao ano. Portanto, a capacidade de capitalização que se pode fazer para o Estado gera para ele vantagens extraordinárias.

Uma outra observação importante, evidentemente, é a de não perder de vista a região econômica mais importante do Brasil em termos de participação no PIB e as evoluções acontecidas aqui.

Em primeiro lugar, a Região Sudeste apresenta um desenvolvimento firme e continuado, mas há taxas decrescentes. Até aí não estaríamos surpresos nem preocupados, por duas razões: naturalmente, os Estados que mais se desenvolvem e mais crescem, preliminarmente, são aqueles que mais adiante no processo evolutivo têm mais dificuldade de manter essas taxas. Obviamente, setores com economias menos desenvolvidas mais adiante, por disporrem de projetos econômicos mais atraentes, com taxas de rentabilidade mais significativa, são aqueles que podem reportar produtos e crescimentos mais significativos. Daí, naturalmente, o Estado de São Paulo, como um todo, evolui e cresce, mas a taxas decrescentes, embora, positivamente, a sua participação no PIB tende a cair.

Agora, o que é marcante no caso é que a Região Sudeste representa 228 bilhões de dólares, no total da economia brasileira. Quer dizer, muito mais do que a maioria absoluta, o que significa, evidentemente, que ele não é apenas a base de sustentação do crescimento local, como também é a base do crescimento das demais regiões e das regiões carentes, em particular.

Portanto, o processo de desenvolvimento no País depende marcadamente da realocação de recursos, de verbas oriundas de um tripé de Estados: Minas, Rio e, pela ordem de grandeza, São Paulo, dominantemente.

O que vai suceder aqui é muito marcante - e veremos isso através de uma estatística de taxas de participação no próximo quadro. Vou comentar isso em breve.

Região Sul: O que se pode constatar? Que o crescimento é significativo, mas há um problema muito nítido: o Rio Grande do Sul, particularmente na década de 80, estagnou. Passou, em 85, de 24 bilhões e meio para 26 bilhões e meio de dólares. Ou seja, o Rio Grande do Sul decresce; o Rio Grande do Sul está parando no seu processo de crescimento, o que é extremamente grave!

Embora os indicadores apontem que, no ponto de vista da renda per capita ele está bem desenvolvido; do ponto de vista dos índices econômico-financeiros e sociais, como um todo combinado, ele tenha qualidades similares até mesmo às nações desenvolvidas, ainda assim fica bastante claro que o Rio Grande do Sul é um dos Estados mais prejudicados na sua política de crescimento como um todo.

O Paraná, todavia, tem-se desenvolvido significativamente e de forma auto-sustentada. Talvez seja um excelente exemplo de Estado que tem condições de financiar a si próprio, gerar projetos de desenvolvimentos locais e de evoluir, também, de forma significativa.

Santa Catarina, embora relativamente pequeno, tem crescido também rapidamente, e a sua participação, embora não seja o fiel da balança, representa uma evolução muito grande.

Aqui temos um outro elemento interessante: pelas projeções disponíveis, pode-se calcular que, em 1998/9, mantidas certas condições constantes, o Paraná suplantará o Rio Grande do Sul no seu processo de crescimento e desenvolvimento.

No que tange à Região Centro Oeste, aqui temos um seriíssimo problema de dados. Pelo fato de que o Mato Grosso do Sul e Mato Grosso sejam Estados recentes - e há pouco colocamos aqui o Tocantins, porque ainda não existe nenhum dado a respeito -, as informações que temos há de ser analisadas com todo o cuidado, porque houve um corte metodológico para se fazer essa divisão.

Foi, sobretudo, realizado um cálculo de soma dos produtos dos mais importantes municípios e projeção do crescimento ocorrido nesse período para o período seguinte.

Ainda assim, o que podemos nitidamente perceber é que Goiás, especificamente, é também um dos Estados brasileiros que mais apresenta desenvolvimento e crescimento. Obviamente, ele está dependendo sobretudo do efeito propagador gerado pelo Distrito Federal. Portanto, na verdade, a cunha local - o Distrito Federal - gera capacidade de multiplicação do crescimento e desenvolvimento desse Estado.

Mas como é que isso pode ser verificado percentualmente? De uma forma relativamente simples, o que a gente pode aqui constatar é o seguinte: em primeiro lugar, a Região Norte do Brasil evoluiu de 2% de participação no PIB para 3,5%. Isto é, continua com uma participação extremamente diminuída e ainda é uma região absorvedora de capitais em massa.

Gostaria, apenas, de lembrar que estamos praticamente falando, a grosso modo, de 66% do Território Nacional. Portanto, obviamente, há um seriíssimo problema de alocação de recursos e de força econômica. Quer dizer, a maior parte, a maioria absoluta do Território Nacional dispõe de um volume mínimo de produção.

Desta forma, o eixo do crescimento nacional haveria de se propagar substancialmente sobre esta área, sobretudo pelas disponibilidades de matérias-primas e outras vantagens existentes.

Segunda observação é fácil constatar: que o Nordeste praticamente tende a crescer, mas, ainda assim, de uma forma muito lenta, muito diminuída.

Qual a consequência? É que, na medida em que esse crescimento passou de praticamente 12 para 13%, não se incorporaram em 20 anos benesses ou vantagens sociais para as populações lá existentes, salvo para alguns poucos Estados.

É exatamente a observação que o Sr. Deputado havia feito. O caso do Maranhão merece atenção especial. Quer dizer, reparou-se que o Maranhão dá um pulo significativo: ele praticamente duplicou sua participação no PIB, em 20 anos. Como esse era o segundo Estado mais pobre do Brasil, aí fica uma evidência de capacitação do crescimento, seja por disponibilidade dos fatores locais, seja por ingerências políticas.

Uma segunda observação é o Piauí: simplesmente, revela-se o Estado mais pobre na Nação, infelizmente, sobretudo pelo critério de renda per capita e que estagnou na economia como um todo, isto é, 20 anos de paralisia completa.

Uma terceira observação diz respeito ao Ceará, com um crescimento módico, todavia, com altos e baixos. Por exemplo: uma verdadeira depressão quase de 70 para 75 - a palavra é um pouco forte, mas vá lá - e depois um crescimento, retomado, continuado.

Uma quarta observação é o Rio Grande do Norte: um crescimento muito módico, embora positivo e continuamente.

Paraíba: também uma demonstração de perda de força e de decadência econômica, o que é muito marcante também. O que, na verdade, significa que haveria uma necessidade de se adotarem medidas emergenciais, urgentes, particularmente no Piauí, na Paraíba, no Rio Grande do Norte e até mesmo nas Alagoas.

Especificamente em Pernambuco também constata-se que a participação já chegou a praticamente 3%, em 1970 e declinou para 2,6%, em 1990. Estagnou.

Ou seja, estes daqui são Estados críticos, no presente momento e está demonstrado que eles não possuem, na verdade, capacidade própria de sair da crise em que se encontram.

A Bahia, sim, esta encontra uma saída, está crescendo significativamente, embora também apresente certos altos e baixos. Ainda assim há consistência no crescimento desse Estado.

Agora, a grande região que preocupa significativamente é o Sudeste. Como se pode constatar, na Região Sudeste, simplesmente 65% do PIB, em 1970, eram nele gerados; em 1990, 61%.

Em outras palavras, houve um declínio de praticamente uns 5% na participação do PIB, mas esse declínio ocorreu de forma desigual.

O Estado do Espírito Santo, embora muito diminuto, apresentou consistência contínua no seu crescimento. Ele é uma exceção e também possui características muito similares à Bahia, até mesmo ao Maranhão, no seu processo de crescimento: incentivos fiscais, criação de regiões excepcionais para o desenvolvimento industrial, terras a preços simbólicos, isenções de toda a sorte, etc. Enfim, é um Estado que apresenta crescimento e tem também uma outra característica similar à do Maranhão: é um Estado exportador. Isto é, na medida em que o papel, celulosos, cacau, café tornaram-se a base dessa economia, em parte, acabaram criando sustentação para o seu crescimento.

São pequenas observações que a gente logo pode perceber, porque a Bahia também é superavitária na sua balança de transações correntes e, por isso mesmo, também é geradora de dólares. O mesmo acontecendo, na virada dos anos 80, com o Estado do Maranhão.

Isso, na verdade, implicaria na demonstração de que políticas estaduais voltadas à abertura de exportação e com sustentação, equilíbrio e estabilização das receitas provenientes do exterior tendem a gerar possibilidades de um crescimento, de médio prazo, positivo e real para uma série de Estados.

Reparem que nem Pernambuco, nem Alagoas, nem Sergipe, nem Paraíba, nem Piauí conseguiram criar base de exportação para crescer e desenvolver.

Portanto, esse eixo comércio internacional, mercado doméstico/mercado externo, demonstra a necessidade da recuperação das economias com uma abertura ao exterior, preferencialmente.

Ora, o que podemos constatar aqui é que São Paulo, mola-mestra da economia, tende a manter a sua liderança incontestada e absoluta na produção nacional, com uma passegem de 39%, na participação do PIB em 70, para 36%, ou seja uma perda de 3%, mas, ainda assim, domina completamente, não tem concorrente próximo, a grande preocupação, no Sudeste, está com o Rio de Janeiro, que estagnou e parou.

Os dados de 1985 e 1990 têm sido objeto de polêmica contínua neste caso, porque, como podemos constatar, Minas Gerais teria crescido significativamente nos anos 70 e 80, desbancando o Rio de Janeiro da sua posição de segundo lugar, no que tange à participação no PIB. Minas Gerais estaria com 11,8% de participação em 1985, Rio de Janeiro com 12,34, e agora em 1990, o Rio de Janeiro teria declinado para 10,91,11%, e Minas Gerais estaria com 12,52.

Como se explica isto?

São três os fatores principais que constatamos em nossas pesquisas, que estão explicando esse processo de estagnação do Rio de Janeiro.

Primeiro, o Rio de Janeiro desenvolveu uma malha industrial baseada no desenvolvimento de uma série de bens de capital que simplesmente acabaram representando demanda especificamente nos anos de 1988, 89, 90. O exemplo mais típico disto é a indústria naval. O Rio de Janeiro é detentor de 97% da produção naval brasileira, onde estaleiros estão ali localizados. Em 1980, eles colocavam à disposição nos Estados o equivalente a até 220 mil empregos. No presente momento, os estaleiros somente dispõem de 55 mil funcionários.

O nível de faturamento médio desse setor, chegava a 1,8 bilhões de dólares. No presente momento mal existem 18 embarcações em processo de produção, e alguma coisa como 25 - se bem me lembro - em processo de manutenção. O que significa que o eixo produtivo naval simplesmente foi eliminado. Daí, obviamente, a capacidade ociosa do setor naval, tornou-se gigantesca, e acabou jogando para baixo a participação da indústria do Rio de Janeiro no PIB local.

Segundo, o Rio de Janeiro, enquanto cidade turística dependia demais da indústria do turismo. Praticamente, em 1980, ele dispunha da vinda de 1 milhão 600 mil turistas estrangeiros que lá aportavam e, basicamente a grosso modo, agora, algo como 900 mil turistas estavam na cidade, permanecendo lá 12 dias.

No presente momento, o número de turistas estrangeiros, os dados são muito variados, mas, mal chega a 300 mil pessoas, e o prazo médio de permanência está em apenas 4 dias.

Portanto, a indústria do turismo, com todos os efeitos multiplicadores sobre hospedagem, restaurante, alimentação, diversões, apoio por transportes, e outros, estagnou, isso significa que, como um todo, o volume total de faturamento na indústria do turismo, caiu dramaticamente.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) - O senhor falou em 900 mil em 1980?

O SR. ISTVAN KASZMAR - Novecentos mil turistas estrangeiros, que permaneciam na cidade do Rio de Janeiro e Entorno. Somente que no presente momento, obviamente, caiu dramaticamente, e não existe geração mais de produto, em função disso.

Este dado confirmado por informações da Embratur, e é também confirmado até por estatísticas locais, oriunda da Abade que é a associação das imobiliárias.

Especificamente, então, terceira razão do decréscimo da economia fluminense, é muito importante marcar isso. É bom lembrar que o Rio de Janeiro, é, literalmente, enquanto ex-Distrito Federal, Capital Brasileira, detentora de uma gigantesca quantidade de empregos públicos e empresas estatais.

Ora, com o remanejamento das empresas públicas, acontecendo naquele ano mesmo, com as nossas estatísticas, pegando ao mês de dezembro, sentimos o impacto da queda dramática dos salários do funcionário público como um todo, e também da própria produção de numerosas empresas estatais ali localizadas. Como consequência, na medida em que, as empresas estaduais e estatais a nível federal reduziram o seu crescimento, o próprio PIB do Estado caiu significativamente.

Por outro lado, isso deu espaço para crescimento de Minas Gerais, independente dessa taxa de declínio do Estado do Rio de Janeiro.

E Minas Gerais explicou o seu crescimento significativo pela adoção de políticas coerentes, prolongadas, de desenvolvimento industrial, sobretudo através daquela agência em desenvolvimento, INDI, onde nitidamente a política de atrativos, com redução de custos e incentivos fiscais, preços da terra de graça, desenvolvimento dos distritos industriais com infraestrutura plena, e outros congêneres, tudo isso acabou criando condições para multiplicação, para a criação de algumas indústrias-âncoras no Estado, exemplo típico é a Fiat, e daí criou o efeito multiplicador para que no Entorno dessas indústrias, outras indústrias se localizassem.

O Sul: Realmente, estagnação. Isto é, pode-se perceber que houve uma paralisação significativa no desenvolvimento do PIB da Região Sul. Mas, no caso, o mais marcante é, inegavelmente, a queda da participação do Rio Grande do Sul como um todo. Isto é, uma economia baseada num fundo agrícola, frequentemente pautado em mercadorias de preço médio em queda, nesse longo prazo. Isto é, na medida em que o valor de produtos como carne, soja, complexos variados de cereais oriundos de soja, apresentam tendência de queda no preço, também aconteceu uma queda na taxa de participação do próprio Rio Grande do Sul. E, obviamente, o processo de industrialização não foi concluído. Como a indústria acaba se localizando onde existe efeito polarizador maior e renda per capita mais significativa, o que ocorre normalmente na Região Sudeste, evidentemente a Região Sul e o ex-Paraná, no caso, sofrem mais.

O Paraná, todavia, tem apresentado uma taxa de evolução significativa e positiva, sendo, que, curiosamente, ainda assim, está procurando se recuperar de um baque muito significativo que teve na virada da década de 70, quando em 1975 cresceu - tinha uma participação de 6 a 7% - e depois então declinou para 5,9%.

Finalmente, analisando, aqui a Região Centro Oeste, vamos constatar também que esta cresce significativa e celeremente. Ou seja, o menor é o que mais cresce.

Primeiro, pode-se constatar que o crescimento é marcante, no Mato Grosso do Sul, economia de nova fronteira e que absorve o efeito de extrapolação do crescimento, sobretudo oriundo do Paraná e do Estado de São Paulo.

Portanto, o efeito multiplicador é encontrado nitidamente neste Estado em função do fato que ele mesmo no presente momento está aproveitando a ainda a disponibilidade de terras baratas, cultiváveis, que atraem empresários, fazendeiros, e pequenos empresários, de outras regiões do País, e que fazem com que o crescimento como um todo no Estado cresça.

Aqui há uma pequena observação em 1970. Mato Grosso do Sul não existia, portanto, a sua participação no PIB era zero, e os dados foram completamente localizados e colocados para Mato Grosso.

A partir do momento em que conseguimos dar o corte, abertura para as informações, e conseguimos isso já em 1975, muito embora seja na década de 1980 que se cria de fato o Estado, conseguimos perceber que o Mato Grosso, área norte, é praticamente a metade de Mato Grosso do Sul.

Os dois Estados, como um todo, apresentam um crescimento rápido e significativo.

Goias, também, e o mesmo acontece com o Distrito Federal.

Uma observação apenas a fazer é que daqui decorrem informações vinculadas à renda per capita.

O mais curioso para constatar é que a maior renda per capita no Brasil, especificamente, tem sido vista no Distrito Federal, porque se trata de dividir uma população com o nível de emprego relativamente alto, com níveis salariais a nível nacional significativos, por um PIB também alto. Daí, uma população limitada com PIB alto acaba representando um PIB significativo.

O segundo Estado mais rico no País com maior renda per capita, é apresentado como sendo São Paulo. O terceiro, Paraná; o quarto, Rio de Janeiro e o quinto, Rio Grande do Sul.

Essas participações no PIB tem mudado. Evidentemente, pode-se constatar que os Estados que mais estão crescendo ou apresentando indicadores de crescimento, no presente momento, são Mato Grosso do Sul, Mato Grosso, Maranhão e não temos, ainda, informação coerente - apenas preliminar - Alagoas, que também estaria começando a se destacar em 1991, especificamente.

Esses dados de cá poderemos consolidá-los. Apenas para que se tenha uma idéia, eles estão documentados, podendo ser colocados à sua disposição e a mesma coisa acontece com as informações vinculadas às taxas de participação. E nós, aqui, a nível de quadro geral, poderemos, realmente, marcar a Região Sudeste como sendo a base de qualquer processo de crescimento que se queira propor.

É curioso reparar que em praticamente 11% do Território Nacional está concentrada mais de 61% da produção nacional; e que não há participação significativa do PIB em mais de dois terços do Território, sendo que no restante, praticamente 25% do Território Nacional, há uma participação de 31% do PIB.

Portanto, a Região Sudeste haverá de ser, continuamente, aquela que pode propor políticas de crescimento e haverá de dispor de verbas para reforçar o crescimento das demais regiões. Particularmente, a Região Nordeste, altamente dependente, não auto-sustentável, segundo as evidências, e a Região Norte, até porque a Região Centro-Oeste apresenta-se, no presente momento, como auto-sustentável para as suas políticas de exportação. Normalmente, os três principais Estados que nós podemos analisar - Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Goiás - são todos superavitários na balança comercial. Na verdade, eles são os geradores de verbas, são os geradores de recursos oriundos do exterior e têm capacidade de exportar e de vender as suas mercadorias ao exterior.

Uma última ponte que eu desejaria fazer, aqui, é como poderemos relacionar o crescimento desses Estados brasileiros com a evolução de uma série de dados e informações vinculadas a receitas e a gastos públicos? Na verdade, o que nós podemos constatar é que o Estado-empresário, no Brasil, a participação do PIB do Governo, a nível federal, estadual e municipal é extremamente pesado na economia brasileira. Se fazemos um corte e analisamos os informativos que mostram a taxa de participação do Governo na economia brasileira podemos constatar que o Governo, como um todo, poderia representar, a grosso modo, 55% do PIB brasileiro.

Essa participação é declinante e, ainda assim, em 1990, 55% do PIB eram oriundos dos Governos estaduais, federal e municipais.

Qual é a consequência? É que, evidentemente, qualquer decisão oriunda da União, num processo de realocação de verbas e de recursos, empataria num crescimento maior ou num crescimento menor. Qualquer receita local,

municipal, acrescida de verbas oriundas da União e dos Estados, poderia implicar num crescimento maior para as unidades locais.

Do ponto de vista global, o que se pode constatar é que as receitas totais, oriundas do Governo, somaram 23 bilhões de dólares, ou seja, o Governo, a União captou 23 bilhões de dólares em impostos diretos, no caso, e passou a dispor desses recursos para fazer também uma distribuição.

Os recursos disponíveis dos Estados atingiram 11 bilhões, 960 milhões de dólares — praticamente 12 bilhões — e os recursos oriundos, disponíveis, nos municípios, particularmente nas capitais, atingiram o equivalente a 14 bilhões e meio.

Como é que se sucede essa distribuição? O que se pode reparar é que a Região Sudeste, de fato, é aquela que representa a maior capacidade de arrecadação e, também, aquela que mais pode contribuir como um todo e, notadamente São Paulo. Desta maneira, os recursos e as receitas fiscais de São Paulo são a base para o repasse de recursos aos demais Estados.

São Paulo, neste período — 1970 a 1990 — teria feito um repasse líquido de contribuições aos demais Estados o equivalente a 12% das receitas por ele arrecadadas. Portanto, o Estado de São Paulo é provedor de recursos e a sua taxa de crescimento é afetada por uma sangria contínua e de longo prazo.

O Estado do Rio de Janeiro, relativamente, sofre mais. O volume total de repasses por ele realizado corresponde a 14% do total das verbas localmente auferidas. Ora, bem sabemos que o Estado do Rio de Janeiro é aquele que menos tem crescido na Região Sudeste. Isto significa que o Rio de Janeiro tenderá a decrescer, ainda mais, ao longo dos próximos anos, a serem mantidas as medidas atuais e, portanto, as diferenciações entre São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais tendem a se aprofundar. Se não forem adotadas políticas que permitam evitar partidas de recursos do Rio de Janeiro e, sobretudo, remodelar o processo de crescimento local, esse Estado, simplesmente, muito em breve, se verá prejudicado, nitidamente, face a Minas Gerais, com o diferencial não apenas se confirmando, mas se aprofundando, e o Rio de Janeiro entrando num processo de estagnação muito parecido ao do Rio Grande do Sul.

Pode-se constatar, também, que a Região Sul é uma grande provedora de verbas. Especificamente, a massa de recursos oriundos da Região Sul é, predominantemente, proveniente do Rio Grande do Sul, a nível federal e, mais particularmente, a nível estadual. Os municípios não são necessariamente significativos provedores de receitas e, por isso mesmo, eles dependem, basicamente, das disponibilidades estaduais e federais.

Com a mudança da repartição dos indicadores de participação dos recursos, a partir de 1988, previstos constitucionalmente, pode-se constatar que esse processo apenas pode e tem beneficiado os municípios, prejudicando especialmente os Estados e beneficiando aqueles Estados menos desenvolvidos de áreas extremas do País. No caso, a Região Norte e a Região Centro-Oeste.

No que tange à Região Centro-Oeste, o que nós podemos constatar é que a disponibilidade de verbas está superconcentrada, a nível federal, no Distrito Federal, o que dá, obviamente, uma bela distorção estatística. Na verdade, essa massa de recursos, a capacidade de arrecadação de 12 bilhões e meio de dólares, no Distrito Federal, é consequência da existência de matrizes de empresas federais e estatais na Capital.

Portanto, a capacidade de arrecadação não está vinculada necessariamente à capacidade de produção e nem tampouco à própria geração de mercadorias ou de serviços. É pura e simplesmente a disponibilidade de concentração de informações ou a disponibilidade de gerenciamentos, por lei, no próprio Distrito Federal. Qual é a conclusão? O Distrito Federal, evidentemente, não deixa de ser outra coisa senão o grande repassador de verbas para os Estados e Municípios no País.

Este quadro de cá tem um contraponto que corresponde às despesas financeiras e às despesas totais do País. Pode-se constatar que, do ponto de vista das despesas, especificamente a Região Sudeste de novo é dominante; todavia a massa de recursos que lhe sobra é negativa. Na Região Sul, a massa de recursos também, praticamente, lhe leva a um equilíbrio, mas, ainda assim, com um ligeiro déficit. Portanto, na verdade, as duas regiões que apresentam maior taxa de participação no PIB brasileiro são aquelas que acabam recolhendo mais recursos para outros Estados como um todo.

Essas informações permitem que se façam algumas conclusões básicas sobre o processo de crescimento que tem acontecido nos Estados como um todo e daí que se cheguem a algumas sugestões de crescimento. Poderíamos citar várias observações:

Primeiro: o crescimento dos Estados se baseou formalmente na disponibilidade e na existência de incentivos fiscais ao longo de toda a década de 70 e de 80. Isto é, quanto mais se conseguisse reduzir os custos

da produção para as indústrias, para a agricultura e para a área de serviços, tanto mais as empresas lá se localizariam e tenderiam a produzir. Portanto, na verdade, o fator fiscal é determinante na alocação da indústria, na alocação de novos negócios nos Estados.

Segundo: os Estados exportadores são geralmente aqueles que tendem a apresentar, na década de 80, maior capacidade de ajuste interno e maior capacidade de crescimento sustentável no longo do tempo. Portanto, criamos medidas que facilitem as exportações, aumentem as inter-relações internacionais e facilitem a diminuição dos custos dos canais de distribuição de mercadorias seria vital.

Quarto: economias que conseguem oferecer polos de desenvolvimento industrial diferenciado, com tecnologias em economias bastante avançadas, também são aquelas que mais evoluíram. Isto é, indústrias tais como papel e celulose, química, química fina, petroquímica, eletroeletrônica, bens semiduráveis, são as que apresentaram maior taxa de crescimento real nas duas décadas e maior capacidade de sustentação dos seus Estados.

Quinto: estabelecer enclaves e entraves para a entrada de recursos, mercadorias e bens oriundos do exterior também cria capacitação para o crescimento; todavia, bem sabemos que seria a manutenção de um crescimento falso. Exemplo típico: região da Amazônia, Estado do Amazonas com Zona Franca de Manaus.

Sexto: o crescimento é nitidamente vinculado às transferências unilaterais de recursos relativos às verbas federais para os diversos Estados. Nesse sentido, pontifica o Estado do Maranhão como o melhor exemplo no período 80, 89 e 90. A mesma coisa pode ser constatada especificamente para o crescimento do Estado do Mato Grosso do Sul e do Mato Grosso especificamente no período 1970/1978.

Sétimo: o desenvolvimento regional depende demais de políticas de longo prazo de desenvolvimento inovativo entre os respectivos Estados, todos eles programados a nível federal.

Ora, tem-se constatado que não tem havido continuidade na execução de políticas de planejamento e de desenvolvimento no Brasil ao longo praticamente da última década. Assim como houve uma série de políticas, muito embora, às vezes, qualitativas muito mais do que quantitativas, ao longo das décadas de 60 e 70, através do Primeiro, do Segundo, do Terceiro PND e assim por diante, constata-se que, na década de 80, a Nação ficou literalmente "acefala" no que tange à proposição, afirmação, manutenção e desenvolvimento de políticas que garantissem a evolução do PIB dos Estados e a evolução do PIB global no País. Portanto, a ausência de uma política coerente de crescimento a longo prazo representa a perda de rumo.

Nono: os Estados que mais crescem — isso já podemos ver preliminarmente com comprovações — são Ceará e Santa Catarina. Na Fundação Getúlio Vargas, estamos fazendo um trabalho continuado de acompanhamento desses dois Governos. São esses Estados os que conseguem reduzir mais drasticamente o déficit público estadual e os déficits públicos municipais, e repactuar suas dívidas com a Federação; de tal sorte que, reduzindo a pressão do déficit, Estado dispoña de verbas para a realização de investimentos para manter a agricultura, a indústria e o setor serviços.

Bu não me cansaria de constatar que esta nona observação, no presente momento, mostra-se como uma das mais relevantes, senão a mais relevante. É absolutamente vital que se constata a importância do enxugamento do Estado enquanto agente propositivo, gestor e desenvolvimentista, para dar espaço ao crescimento através da iniciativa privada. Poderemos nitidamente verificar que as políticas de apoio à pequena e à microempresa, como tem acontecido no Estado do Ceará, e especificamente no Estado de Santa Catarina, estão apresentando resultados surpreendentemente positivos, inclusive de curto prazo. Portanto, essa nona política é vital.

Décimo: também tem se observado que a disposição de três núcleos geradores que possam garantir o desenvolvimento do Estado no próprio é fundamental: primeiro, agências de urbanização para apoio à infra-

estrutura nas maiores metrópoles e em seus anéis circundantes principais; segundo, disponibilidade de agências de desenvolvimento comêfase particular para a indústria; terceiro, disponibilidade de recursos oriundos do exterior e de eles para capitalização, portanto, não mais a nível de recursos federais, pela ausência deles, mas de abertura de pontes com órgãos internacionais, tais como o Banco Mundial, o Banco Interamericano de Desenvolvimento e outros. Dispondo de recursos oriundos do exterior, vários Estados têm crescido significativamente. Dois deles servem como exemplo: o Estado da Bahia nesse caso e nitidamente também, no presente momento, o Estado de Goiás. Projetos do Banco Mundial, por exemplo, para o desenvolvimento das escolas a nível primário e secundário permitem que o Estado ingresse repartindo verbas para áreas mais operacionais e afeitas às necessidades das indústrias.

Basicamente, esses dez pontos são os que reforçam como um todo o crescimento dos Estados e que poderiam ser um caminho. Obviamente, não existe nessas políticas, que são muito sutis, uma integração que diga qual é, em termos de prioridade ou em termos de integração, a medida mais ou menos importante; mas, como um todo, ou seja, a combinação delas acaba apresentando essas evidências. Estados que mais crescem são aqueles que dispõem dessas dez características. A proposição é no sentido de manter também essas políticas.

Essas eram as palavras que desejava colocar. Evidentemente, é uma satisfação colocarmos à disposição de V. Exs o trabalho que desenvolvemos no Programa de Estudos dos Estados, na Fundação Getúlio Vargas, através da Escola Brasileira de Administração Pública. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) — Entendo que esses dois documentos ficarão à disposição da Comissão para que a assessoria técnica da Comissão possa distribuir aos Srs. Parlamentares esse conjunto de tabelas.

Gostaria de iniciar o nosso debate, oferecendo a palavra inicialmente ao Deputado Luiz Girão.

O SR. LUIZ GIRÃO — Ficou evidenciado na palestra, a falta de um planejamento estratégico, tanto a nível de Brasília nos últimos anos como, inclusive, a nível de Estado.

Acredito que um dos maiores problemas nacionais tem sido realmente a falta de um planejamento estratégico em cada um dos Estados, em cada uma das regiões e a Nação como um todo, isso numa interação.

Como cearense, tenho acompanhado de perto o trabalho que vem sendo desenvolvido naquele Estado. Com relação a um certo planejamento estratégico, esse investimento público realmente está voltado para as atividades produtivas, principalmente aquelas atividades de pequena e média empresas, alavancando o desenvolvimento sustentado naquelas regiões mais pobres. Isso tem sido feito, inclusive, com uma certa proteção do mercado. No caso das pequenas e médias empresas, o Estado realmente passa a dar uma certa proteção de comercialização aos seus produtos.

Perguntaria como o conferencista vê a possibilidade dessa interação entre os Estados da mesma região — que foi um dos temas da sua fala — como os Estados da mesma região podiam se entrelaçar e se interlar, no sentido de que pudessemos fazer uma política um tanto quanto regional, para que houvesse uma proteção.

Certa época foi uma ideia para que fosse discutido, como se poderia fazer um tipo merconordeste ou um mercado comum de troca de alíquota, e se isso é possível? Se é possível se fazer um estudo dessa forma, para que possamos diminuir os desníveis regionais, trabalhando no sentido de que alguns Estados pudessem abastecer os Estados vizinhos, num equilíbrio de alíquotas de ICMS, ou esse tipo de coisa que o pudessemos estudar melhor, e até propor aos nossos Estados essa interrelação.

O SR. ISTVAN KASZINAR — Parece-me muito válida a sua observação. Apenas creio que três observações fundamentais mereceriam atenção.

A primeira é que podemos constatar que há uma ausência de planejamento governamental, hoje em dia, a nível federal. Isto vem acontecendo praticamente desde 1982, muito embora no governo Sarney tenhamos constatado a existência de um plano de ação governamental.

O plano de ação do governo, gigantesca massaroca, praticamente um quilo, apenas apresenta-se qualitativo.

Ao longo dos últimos anos se tem constatado que os planos no Brasil, têm sido apenas meras promessas e não meramente compromissos. Portanto, evidentemente só pode haver um planejamento racional, a partir do momento em que se fazem metrificações, mensurações de base, e se propõe com base em relações realistas e racionais metas quantitativas, também, a serem atingidas mais cedo ou mais tarde.

O Brasil tem sido muito prejudicado por uma taxa de inflação extraordinariamente alta, por instabilidade, portanto, na taxa de crescimento e pela dificuldade de visualizar uma taxa de crescimento estável. Quer dizer, enquanto não se determine uma taxa de inflação e crescimento estáveis, e um balanço de pagamentos que gere também razoável fluxo de reservas internacionais positivas com a sua estabilidade, evidentemente um plano de médio para longo prazo continuamente será baqueado, ou será submetido à falta de credibilidade, por isso mesmo os governos, em geral, preferem não tê-lo.

Os planos todavia podem ser sempre realizados nem que seja em moeda constante, portanto, isso não deveria desmerecer o desenvolvimento de planos, quanto mais planos estratégicos.

Como um plano estratégico geralmente visa a análise de mudanças que se desejam fazer, ao longo de uma trajetória, para atingir-se uma meta logo mais adiante, em prazo previsível, pode ser, por exemplo, para o ano 2 mil, não haveria nenhum impeditivo para que ele fosse feito.

Agora, aí surge a segunda questão. É que geralmente um plano estratégico só pode funcionar se existe também capacidade administrativa nos Estados, nos municípios e a nível de governo.

Primeira dificuldade é que na medida em que o governo não tem sustentação estadual e vice-versa, os diversos partidos políticos, não necessariamente chegam a acordos, os planos de longo prazo já são colocados em cheque.

Segundo, que na ausência de uma fidelidade para que o plano de um governo seja mantido e seja continuado no governo seguinte, sendo que ele simplesmente é extinto toda vez que um novo Governador ou um novo Presidente assume, fazendo o seu próprio plano, esses planos não têm capacidade de ser mantidos e perdem credibilidade, também.

Terceiro, que a disponibilidade de um plano somente faria sentido, se pudéssemos também avaliá-lo, cobrá-lo e verificar qual é o nível de produtividade, eficiência e, sobretudo, responsabilidade que os planejadores tiveram.

Apenas uma pergunta. Na década de 70, algum planejador brasileiro foi responsabilizado pelos resultados dos seus mirabolantes planos? Não.

Tivemos o plano PND 1, PND 2, propunham taxas de crescimento da economia brasileira, praticamente de 11% o primeiro e 7% o segundo.

Porusaram taxa de crescimento baseadas em desenvolvimento externo. Algum planejador brasileiro foi responsabilizado pela moratória, à qual o Brasil foi submetido na década de 80?

É uma provocação que eu também desejo fazer. Se esses planejadores não foram processados pela moratória, na qual eles nos colocaram, não se pode esperar que os outros próximos planos sejam vistos pelos novos elocubrades mentais como planos que, de fato, devem ser cumpridos.

Portanto, somente se podem realizar planos se houver capacidade de cobrança. Ora, como vemos que o turn over de pessoal, da área de planejamento é gigantesco, quanto mais se demitem pessoas e se colocam outros técnicos no lugar, tanto menos valerão esses mesmos planos.

Inclusive é muito curioso, porque o Plano Funaro previa 4 anos, depois o Plano Bresser, com 3 anos, depois o Mailson decidiu não fazer plano nenhum de longo prazo, que estava com medo, até.

Agora nesse governo tivemos o projeto mas não saiu. Na verdade nós temos propostas, mas não chegamos a eles.

Terceiro ponto. No que tange aos planos estaduais, sem dúvida, é absolutamente vital que cada Estado desenvolva seu plano estratégico governamental, e que esse plano estratégico governamental esteja baseado na capacidade autônoma de desenvolvimento, dispondo-se, portanto, de um corte.

Verificação de um plano integrado em que verbas federais, verbas internacionais, recursos de iniciativa privada, recursos municipais criam a capacidade de desenvolvimento local. E mais, uma capacidade de crescimento, baseada num compromisso da iniciativa privada local para puxar a própria economia, até porque com o Estado hoje em dia quebrado, pouco pode se esperar dele, isto é, a sua contribuição pode ser marginal.

No que tange à criação de um mercosul ou de um Merconordeste, certamente que essa idéia é muito importante, mas há fóruns específicos para isto; sudeco, sudam, sudene, isto é, as diversas superintendências voltadas à manutenção do crescimento ou do desenvolvimento, a padronização de um processo integrado de crescimento interestadual. O problema, todavia, é que no Brasil, no presente momento, tem-se constatado que, embora haja grupos - particularmente o Nordeste é nitido nisso - que agem em bloco, deixam de agir, sobretudo, quando existe uma inserção da política local numa política partidária. Portanto, a disponibilidade das decisões para médio e longo prazos dependerá, fundamentalmente, de um compromisso suprapartidário e de acordos que possam previamente ser assinados quantitativamente para a progressão e desenvolvimento desses planos.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) - Com a palavra o Deputado Paulo Delgado.

O SR. PAULO DELGADO - Bom-dia, Professor. Eu gostaria de fazer uma indagação a respeito dessa questão levantada pelo ilustre docente. O Rio de Janeiro é um Estado onde os fatores que fazem com que ele perca competitividade e capacidade de arrecadação foi a transferência da Capital do Distrito Federal. E, por sua vez, o DF, a sua capacidade de arrecadação não está vinculada a sua capacidade de produção. É uma economia parasita. Quero saber qual é o peso do "parasitismo" de Brasília, no programa nacional de hoje. Quanto o País paga para sustentar a Capital Federal, em relação ao PIB brasileiro?

Há uma discussão em Brasília que está relacionada a essa capacidade, se existe ou não capacidade de desenvolvimento autônomo na Capital, inclusive por questões de natureza ambiental: condições climáticas, cerrado, essas coisas.

A segunda questão é com relação a Minas Gerais. Desculpe-me a curiosidade de especial sobre o meu Estado. O crescimento de Minas tem a possibilidade de manter-se nesse ritmo, ainda que pequeno, mas aparentemente cadenciado e crescente, ou o tipo de industrialização que se faz em Minas Gerais, hoje, não tem tido sequência? Penso que a descontinuidade política observada do Sr. Professor, quanto à continuidade política. Se tirarmos os partidos políticos sólidos, programas políticos com nitidez ideológica, até se justificaria. Mas num País como o nosso, a descontinuidade política que inviabiliza o planejamento estratégico, inviabiliza o investimento de médio e longo prazos, torna-nos reticentes e temerosos, pois um desenvolvimento como esse, os dados identificam para Minas Gerais. Quero saber se existe a possibilidade de se imaginar se esse de-

envolvimento é permanente ou se essa posição do Estado está se consolidando no cenário nacional como o segundo Estado do País?

DR. ISTVAN KASZMAR - Parece-me extremamente as duas questões e as duas vertentes da questão. No que tange ao DF e ao seu peso na economia como um todo, o que se pode constatar é que em 1990 ele participava em 1.14% do PIB. Na verdade, isso significa basicamente o seguinte: que extraímos e retiramos do DF todos aqueles recursos que não foram gerados nele próprio, porque o Distrito Federal implica frequentemente em falsidades estatísticas perigosíssimas. Empresas estaduais que aqui possuem a sua sede, mas não produzem aqui nem tampouco o consumo é realizado aqui. Portanto, existiria um majoramento, um inflacionamento das estatísticas locais. Isso é nitido em termos de arrecadação fiscal, é evidente em resultados dos tributos das repartições, enfim, é nitido em geral, para qualquer tipo de recursos vinculados ao Governo Federal.

Então, esse trabalho baseou-se, sobretudo, na verificação da demanda agregada aparente existente no Distrito Federal e em estatísticas que foram obtidas com várias pesquisas já realizadas no Plano Piloto de Brasília, e também uma pesquisa que havia sido desenvolvida em 1988/89, bastante singela, da qual participei, no Banco Regional de Brasília/BRB. Ficou demonstrado que no DF, o gasto mensal com folha, especificamente gastos federais e estaduais, atinge praticamente a US\$1,2 bilhão. Isto significa que, se estamos concentrando todas as folhas das empresas estaduais, praticamente teríamos US\$14,4 bilhões de despesas geradas no DF, ou através dele, para sustentação da máquina do Poder Público, como um todo. Daí por diante, inferências outras maiores e um tanto quanto perigosas, apenas poder-se-ia constatar que a taxa de participação da economia privada no DF é mínima, apenas representando 11% do total da produção local em 89/90. Portanto, a iniciativa privada em Brasília é apenas um resquício, em face da máquina do poder público local. O que, evidentemente, significa que o próprio DF depende maciçamente, totalmente, do desenvolvimento, da gerência dos recursos federais.

Esse estudo do BRB é muito pequeno, mas se houvesse algum interesse poderíamos enviar-lhe, com o maior prazer, algumas outras estatísticas adicionais, dentro dessa linha que poderiam demonstrar isso.

A segunda observação sobre Minas Gerais. O que temos constatado é que o desenvolvimento do Estado tem sido positivo, crescente. A indústria local foi forjada e sua maior característica está na sua diversidade. São Paulo conseguiu manter a sua maior característica na sua diversidade.

Minas Gerais está conseguindo isso através da criação de vários pólos de desenvolvimento como, por exemplo, Belo Horizonte, Betim, Contagem e Juiz de Fora. Isso torna a capacidade de sustentação do desenvolvimento local maior. O que se sucede, todavia, é que a eliminação de subsídios estaduais ou a redução de vantagens fiscais, parafiscais, tarifárias e outras, acabariam, certamente, reduzindo a capacidade de atração de novos projetos para o Estado de Minas Gerais. Então, a sustentação desse desenvolvimento depende demais da capacidade geradora de custos baixos para novas indústrias e novos projetos realizados pelo Estado. E, também, depende muito da capacidade que o Estado possui na manutenção de políticas coerentes de desenvolvimento da infra-estrutura, exemplo típico: rede de iluminação, estradas, ferrovias.

O desenvolvimento maciço da infra-estrutura aconteceu, em primeiro lugar, no Estado de São Paulo, o que explica o seu crescimento e a manutenção, significativa na sua taxa de participação nos anos 70/80, apesar de declinantes.

O crescimento de Minas Gerais é, em grande parte, consequência de uma malha viária que foi desenvolvida por demais nos anos 70. A manutenção de mais malhas viárias nesse Estado, como em qualquer outro do Brasil, justificaria esse crescimento. A mesma coisa acontecendo com capacidade de geração de energia a custo baixo. Ora, bem sabemos que, do ponto de vista de infra-estrutura e disponibilidade de novas barragens, isso é muito difícil nesse Estado, especificamente. Portanto, o que ele há de procurar é obter vantagens como, por exemplo, corredor de exportação, malha ferroviária recém-inaugurada. Esse tipo de política é coerente com a manutenção do desenvolvimento do Estado.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) - Com a palavra o Deputado B. Sá.

O SR. B. SÁ - Eu gostaria, sinceramente, que esses dados nos chegassem para que tivéssemos, uma fonte de subsídios mais exatos sobre toda a situação que o Sr. expôs, sobretudo se levarmos em conta dados que já foram mais pobres deste País, sobretudo se levarmos em conta dados que já foram colocados em outras reuniões, por exemplo, temos quase 30% da população e apenas comparecemos com 13% na formação do PIB. As outras regiões são mais ou menos partidárias quanto ao PIB e à população. No entanto, temos esse problema. E, dentro do Nordeste, sou do Estado do Piauí, e o Sr. chamou bem a atenção para esse fenômeno de estagnação. Vi as observações dos Colegas Luiz Girão e Paulo Delgado sobre a questão da falta de um planejamento adequado e coerente para o processo de desenvolvimento do País.

Alerto para o fato de que todos esses outros Estados em que há desenvolvimento, sempre existiu, como o Sr. bem frisou, uma mão, uma determinação política a partir do Governo Federal.

Como se realiza hoje no Estado do Ceará e no de Santa Catarina. Assim como há uma decisão política federal para desenvolver parte de uma região, a atuação direta pode promover aquele desenvolvimento como ficou provado, mas também a sua omissão pode contribuir sensivelmente para atrasar ainda mais as regiões.

Há um fato que a história está cansada de repetir, sobretudo aqueles que escrevem sobre a problemática do Nordeste.

Nas décadas de 10 e 20, de 30, até nas décadas de 40 e mesmo na de 50, quando o nosso problema secular maior, a seca, acontecia nos seus picos maiores, o Governo Federal, ao invés de ir lá com uma ação para nos ensinar ao nordestino a conviver com a seca - numa região em que em 10 anos há 6 anos de invernos regulares, o normal lá é a seca, não é o inverno regular -, o que o Governo Federal muitas vezes fez? Colocava os navios do Lloyd Brasileiro, quando não tinha a estrada Rio-Bahia e por último os "paus-de-arara" que vinham na Rio-Bahia para transportar levas e levas de nordestinos para os seringais da Amazônia ou, então, para os cafezais de São Paulo e os do nordeste do Paraná no boom da agricultura cafeeira. Então, a solução era tirar o nordestino de lá.

Aconteceu que a região ficou profundamente atrasada, e o corolário dessa situação é que temos a maior taxa de crescimento populacional e ainda mais com a maior parte da nossa população na zona rural.

Conheço a situação do Estado do Piauí de perto e sei que ela é muito mais grave do que o que está sendo pintado aqui. Tenho nítida consciência que isto também é função dos governos que por lá têm passado. Falhou uma eleição adequada de prioridades, não se procurou fazer, o pouco de dinheiro que chegou lá, uma adequada aplicação dos mesmos em processo de desenvolvimento, e o que é mais grave é que o Estado do Piauí é o mais atrasado dentro do Nordeste.

E, como o Sr. bem frizou, se não se chegar lá com uma vara de condão, alguma coisa, algum recurso, ele não vai melhorar jamais porque os grandes pólos de atração dentro do Nordeste são a região hoje industrializada do Ceará, na orla marítima; e, no sertão, o pólo do submédio São Francisco, pólo de irrigação em nível de Juazeiro e Petrolina, basicamente.

O Piauí tenderá ficar cada vez mais em situação de atraso.

Tenho desenvolvido um trabalho, de uma crítica em cima do modelo do Finor e, também sobre o modelo do Fundo Constitucional do Nordeste - FNE, que é mais recente.

Se aplicarmos o que esses programas têm aplicado nos Estados do Nordeste, vamos verificar que mais de 70% do dinheiro está concentrado no Ceará, Pernambuco e Bahia. Por quê? Porque carecemos de uma infraestrutura.

Já houve quem dissesse: o Piauí não tem empresário que invistam. Tem, atá, que não falta. Reconheço que eles são modestos, que a maioria é atrasada, que não tem a capacidade de usar. Mas, infelizmente, quem é que quer aplicar no Piauí quando tem a Bahia, o Pernambuco e o Ceará já com uma infra-estrutura fantástica?

Mesmo dentro da região nordestina tivemos um DNOCS que se situou no Ceará, não foi no Piauí. Tivemos uma Codevasf que está na Bahia e em Pernambuco. Tivemos uma Sudene que está basicamente em Pernambuco e na Bahia.

O Piauí e os outros Estados menores vão ficando para trás. Agora Alagoas tem um Presidente da República que é de lá, como Maranhão ocorreu o mesmo.

Quero aqui fazer essas observações e passar e dizer que a nossa saúde, nesse instante - concordo com o que o Sr. falou - é extremamente difícil porque há um governante lá que procura agir com correção, de maneira adequada, correta.

Mas, diante de uma situação posta pelos anteriores de mais de 80% da arrecadação do Estado comprometida com a folha de pagamento e complementamente inviabilizado, sem condições nenhuma de fazer investimentos que possam preparar uma infra-estrutura para investimentos da iniciativa privada...

O SR. ISTVAN KASZAR - Perfeitamente. Tenho duas observações a fazer à sua análise.

A primeira, isso tem ficado muito evidente e creio ser essencial enfatizar, é que todos os estudos de desenvolvimento econômico, regional e estadual têm um denominador comum: mostram muito claramente que o desenvolvimento somente acontece quando existe um processo perfeitamente identificável de crescimento baseado em algum produto, ou alguma mercadoria, ou algum serviço na economia.

Exemplo típico: São Paulo e Rio de Janeiro dependeram, ao longo do século passado e de uma boa parte do início deste século, do projeto do café. E na medida em que o café era disponível, simplesmente o Estado foi sendo ocupado e também ele serviu para uma base industrial mais adiante.

No Rio de Janeiro, com a extinção do ciclo cafeeiro, não se identificou logo a seguir um novo processo de desenvolvimento. Portanto, a extinção de um ciclo de desenvolvimento produtivo, não substituído por outro, acaba implicando em maturidade excessiva e até declínio no processo de crescimento.

Então, especificamente no caso de Estados muito pobres ou de Estados que apresentam nitidamente declínio de crescimento, urge identificar exatamente um megaprojeto que possa servir de eixo básico, formador de um esqueleto para o desenvolvimento e sobre ele se criam costelas, braços, ramificações que assegurem um desenvolvimento mais adiante.

Um exemplo típico disso pode ser o Estado do Maranhão - para ficar no Nordeste. A percepção de que ele identificou na alumina, no alumínio, na mineração do ferro uma base para a produção. Em cima disso pode oferecer a mercadoria, a matéria-prima a preço baixo, mesmo a pequenas e médias empresas que localmente queiram se instalar, o que implica em metalurgia, mecânica, metalmeccânica, e aí surge um efeito multiplicador.

No caso do Piauí, a questão seria exatamente essa: identificar algum megaprojeto antes de mais nada. Portanto, não se trata, em hipótese alguma, de uma fórmula pronta, mas de uma série de análises.

Uma experiência muito interessante neste campo é a seguinte: no Estado do Rio de Janeiro, este projeto foi abortado assim como muitos outros no Brasil o foram.

Tive oportunidade de trabalhar como Superintendente de Economia da agência de desenvolvimento do Estado. E tão logo fundamos a agência, preocupamos-nos enormemente em identificar no Estado, município a município, todos os projetos de investimento viáveis e calculamos também, para alguns dos projetos, não para todos, exatamente os investimentos e as taxas de retorno dos investimentos com financiamento, com capital próprio, com uma mixagem de estrutura de capitais.

Chegamos à conclusão seguinte: se o Estado usasse a metade apenas dos projetos de investimento bons que ele tinha, ele poderia, necessariamente, somente naquele ano de 1989, 12 bilhões de dólares, e ele poderia assegurar domesticamente uma taxa de crescimento de 15% ao ano.

Por que não se fez isso até agora?

Há uma falta de percepção de oportunidades locais e de oportunidades que integradamente pudessem dar uma base diversificada ao processo de industrialização.

Naquele Estado identificamos, por exemplo, que 40 a 60% da safra de tomate era jogada fora em Vassouras em certas ocasiões.

Ovviamente, isso não acontece todos os anos. Existem peculiaridades na produção desse hortifrutigrangeiro, mas dá para construir uma fábrica de concentrado de tomates.

Por que não se pensa nisso? Por que não se faz?

O grupo italiano que comprou as indústrias Bonfiglioli ficou extremamente interessado em gerar o projeto. Apenas não comprou porque o Estado, no caso, não lhe deu vantagem de compra de terreno e outros problemas do gênero.

Quer dizer, se essas medidas todas fossem integradas, o processo de crescimento poderia ser, em certas ocasiões, assegurado.

Identificamos um mesmo tipo de problema, num segundo exemplo, num outro projeto. O Estado do Rio de Janeiro é o segundo maior produtor brasileiro de laranja e de limão, depois do Estado de São Paulo. Como é que se explica que não exista uma fábrica de concentrados de laranja no Estado?

É óbvio. Não vou entrar em discussão sobre lobby, jogo de poder e outros porque não existe interesse em se localizar uma indústria lá. Toda vez que se propõe isso, alguém breca. Mas, na verdade, se isso pudesse ser eliminado, poder-se-ia gerar uma indústria com praticamente 600 empregos diretos e mais de vinte e cinco mil empregos dependendo dessa malha.

Por que não se faz?

Novamente a identificação de um projeto pesado poderia tirar o Rio de Janeiro, que tem uma agricultura mínima, dessa base pequena para um nível bem maior. Não se faz isso, a agricultura só declina e mais representa 1 a 1,5% do PIB do Estado. No Piauí a dificuldade talvez fosse maior porque como não existe base infra-estrutural, poder econômico significativo, tradição porque embora não venda é sempre um argumento. Não existe percepção de projeção para mercado que absorva localmente. E existem outros fatores associados, o esforço deveria ser maior. Mas nesse caso para eliminar a desigualdade caberia fazer um acordo a nível federal e estadual para especificamente se desenvolverem.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) - Concedo a palavra ao Relator da nossa Comissão, Senador Beni Veras.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Desejo parabenizar o Dr. Istvan pela sua exposição, que nos ajuda muito a compreender o valor regional. Há regiões que ele cita como regiões de problema, com sinais evidentes de perda de importância, tentando uma perspectiva que vale a pena ser considerada. O caso que cita da região Sul, realmente, apresenta sinais evidentes de perda de impulso do seu processo de desenvolvimento e terá como perspectiva a curto prazo o surgimento do Mercosul provavelmente para dar ocasião àquela região e de passar por um processo importante de atualização de sua economia.

O Norte e o Centro-Oeste também tem uma perspectiva muito forte. Pode se tornar um dos celeiros de produção agrícola do País. Há um sinal muito claro de que essa produção agrícola das regiões pode-se desenvolver rapidamente.

No caso da Região Norte, as suas oportunidades dependem muito do desenvolvimento de um estudo da sua ecologia. Sendo necessário que o País invista um pouco mais no conhecimento daquela região para que ela possa ter um desenvolvimento sustentado, harmônico. Mas de modo geral o Norte tem perspectivas bastante interessantes.

Uma coisa que nos chama a atenção é como seria bom que se pudesse integrar mais a Região Nordeste com a Região Norte, de tal maneira que elas se complementassem. Isso é muito evidente. E os problemas que estranham essa integração podem ser equacionados relativamente com poucos investimentos. É a questão do transporte entre o Norte e Nordeste, por exemplo, que hoje é muito difícil porque a utilização de navios para cabotagem hoje está muito prejudicada pelo sistema defeituoso da administração dos portos. Isto é algo que tem uma perspectiva de curto prazo de ser melhorado.

No caso do Rio de Janeiro, me chamam a atenção os sinais evidentes de disfunção da economia daquele Estado. Mas vê-se claramente que é um problema de Governo muito sério envolvido na questão. Agente de segurança, por exemplo, é uma questão que pode ser equacionada via Governo. E também o Rio tem necessidade de ajustar seu perfil industrial à sua realidade. Ele herdou o perfil industrial e não consegue manter-se; provavelmente irá ter que sofrer alterações, mas no fim apresenta perspectivas bastante interessantes de desenvolvimento, se bem encaminhado.

Um dos mais sérios problemas que vi na exposição do Dr. Istvan foi a questão do Nordeste. Realmente, esta região apresenta sinais de estagnação evidentes. Os pólos de desenvolvimento instalados na localidade criaram o dinamismo econômico localizado. No caso da Bahia, por exemplo, o pólo petroquímico foi importante para que aquele Estado marcasse um progresso muito maior do que o restante da região.

No caso do Nordeste há uma concentração intra-regional muito evidente. Estamos desenvolvendo outro tipo de doença: numa região subdesenvolvida, estamos desenvolvendo alguns pólos de crescimento; porém, a massa da região se encontra condenada ainda a uma estagnação relativa. No caso do Piauí, é muito evidente.

Ele afirmou que o Sudeste e, principalmente, São Paulo financia de certa maneira o desenvolvimento nacional. Isso é uma meia-verdade, a partir de que é evidente a transferência de recursos, de impostos, por exemplo. Não é fácil ver que São Paulo por ser uma economia que concentra sessenta e tantos por cento da economia nacional tem que, naturalmente, ter parte dos seus impostos transferidos ao restante do País. Essa é a única maneira de estabelecer o múltiplo equilíbrio. Mas, pela própria definição do capitalismo, ele é centrípeto, é concentrador. Há formas não claras aqui de que a concentração se dá o resto do País para São Paulo através do sistema financeiro: é de compra de produtos industriais. Temos vários mecanismos que, afinal, revelam não que São Paulo financia o País mas que este Estado utiliza muito bem o mercado que o País oferece.

Algo perpassa toda a exposição. É difícil entender um País com as desigualdades que o Brasil possui sem alguma forma de planejamento. Realmente, o Movimento de 64 foi o maior responsável pelo aumento das desigualdades. Mas utilizou o planejamento de uma maneira inadequada, planejou concentrando quando poderia fazer o desconcentrando. Perdeu importância, e hoje não tem nenhuma forma de planejamento. Salta aos olhos que o Brasil é um País que ainda precisa de uma forma planejada de planejamento dada essa desigualdade enorme que são evidentes na exposição do orador.

Ele realçou a importância de uma política estadual corretiva que dê aos Estados condições de complementar, de trazer alguma ação a nível de desenvolvimento. Realmente, houve em Estados brasileiros uma predominância de uma política mais de usar o Estado para manter os grupos no poder. Ou seja, a elite desses Estados ocupava seus espaços políticos e se financiava a economia de todo o Estado. Concentrava essa renda a nível pessoal. São Estados nitidamente vítimas de uma antropofagia, da sua elite. Tirou a vitalidade desses Estados e concentrou em suas mãos. Na medida em que esses Estados possam inverter esse processo, podem ganhar importância no sentido de gerar algum tipo de desenvolvimento no seu próprio espaço, possam ser complementados por um esforço a nível nacional. Hoje temos esse exemplo no Estado do Ceará, de Santa Catarina, que ele citou, é evidente. Há alguns Estados que hoje já tem alguma capacidade de

investimento pequeno, mas suficiente para alavancar algum tipo de iniciativa que possa ajudá-los a detonar processos de investimento econômico.

Os Estados precisam trabalhar melhor na fixação de objetivos estratégicos mais nítidos... Depois chega o novo Governo e joga tudo aquilo na gaveta e parte para uma outra forma de planejamento. Deixa de aproveitar, portanto, a potencialidade que poderia representar a utilização de um sistema consistente ao longo do tempo. Daria naturalmente muito mais força ao papel desses Estados.

Ele citou uma questão que acho muito importante. É que os planos, precisam ser compatibilizados a nível políticos nesses Estados, amplamente, comprometendo os grupos políticos em ação por esse planejamento. É com esse objetivo que esse planejamento terá consistência e durabilidade do tempo.

Estas são questões que me chamaram a atenção e representam uma contribuição muito importante para chegarmos a uma visão mais nítida do que o problema regional.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) — Antes de passar a palavra para as

considerações finais do Professor Istvan, gostaria de fazer alguns comentários.

A partir do que disse o Senador Beni Veras, até para efeito estatístico, todas as áreas que têm uma base econômica inicial menor, tende a crescer mais do que aquelas que têm uma base econômica maior, como São Paulo.

Se pouco se fizesse, a aposta maior era que nos vinte anos entre 1970 e 1990 o Nordeste aumentaria a sua participação no PIB brasileiro. O que aconteceu, retirando a pedido do Senador, os Estados da Bahia e do Maranhão, o Nordeste neste período teve a sua participação no PIB estagnada, caindo de 7,1% para 7%. Apenas reforçando o que já disse o Senador.

Outra consideração que gostaria de fazer é que ausência de planejamento não quer dizer ausência de intervenção estatal. Quer dizer intervenção estatal perversa, na maioria das vezes, aleatória, pessoal, cartorial que temos visto no Brasil nos últimos anos.

Outra questão gostaria ainda de especular a respeito é que os Estados que mais estagnaram nessas duas décadas foram Pernambuco que caiu de 2,9 para 2,57 do PIB; Rio de Janeiro de 16,67 a 10,91 e Rio Grande do Sul que caiu de 8,60 a 7,01.

O interessante é que as Lideranças políticas que empolgam essas regiões são aquelas que tem como referências os anos 1950 e 1960 quando esses Estados cresciam. E que se a lógica desses anos não for mais aplicável nos anos 1990 provavelmente essa tendência de estagnação irá prosseguir.

Um outro comentário que faço é acerca da estagnação de longo prazo. Ela não coloca um estado, uma região ou um país simplesmente na mesma situação de 20 ou 30 anos atrás, ela reorganiza a economia tendo como base a sua própria estagnação. Portanto, a retomada do crescimento em regiões estagnadas a longo prazo é muito mais complexa do que a retomada do crescimento em regiões que têm tido um crescimento moderado, têm gerado uma lógica para o seu desenvolvimento.

Faço referência à crise da indústria açucareira no Nordeste no século XIX, por exemplo, que provavelmente construiu nós e amarrar de difícil desate. É o caso do Rio de Janeiro, nesses últimos 30 anos, que provavelmente vai gerar um nó de difícil desate.

Um outro comentário é a respeito do Paraná, que vive uma situação muito especial. Ele tem uma interação social tão grande com o Estado de São Paulo que, no momento em que entra num processo de dificuldade de crescimento, transfere população para São Paulo com a maior facilidade. Naquele período em que o Paraná estava estagnado, o Estado de São Paulo chegou a um período de paranaenses mais do que a população de Curitiba. Portanto, há um efeito compensatório para o Estado do Paraná que facilita muito a sua vida.

Finalmente, temos um problema em nosso País muito delicado, que é a substituição de fundos de recursos de longo prazo. Na década de 50, tivemos como fundos, de recursos a longo prazo, usando de maneira pouco orgânica, os fundos previdenciários. Eu digo pouco orgânica, porque, no chinês, que conheço razoavelmente bem, a sua Previdência Social foi a contrapartida para o BNDES do Chile, a CORFO, que era a incorporação de fomento da produção, o que gerou uma interação positiva. No caso dos recursos da Previdência brasileira, recursos que eram generosos nos anos 50, porque não havia despesa, só receita basicamente, eles foram usados de forma alheia e se perderam no tempo.

Os recursos básicos de poupança compulsória brasileira, tanto da Previdência que passou a ser de poupança, quanto do Fundo de Garantia, do PIS, PASEP e da própria inflação, serão recursos certamente de pouco dinamismo. Uma questão de fundo é buscar aquela massa de recursos interdinâmicos de longo prazo, fora os externos obviamente, que sustente o financiamento para o desenvolvimento econômico. Provavelmente vamos ter que abrir espaço no sistema financeiro para o sistema de seguros que orienta recursos dessa maneira, fundos de pensão, etc.

Os desafios para as nossas reflexões são muito grandes. A sua exposição, professor, ajudou muito a que tivéssemos a verdadeira dimensão desse desafio, para entender como o nosso desenvolvimento é desigual e certamente combinado, e como essa combinação tem produzido um agravamento desse processo com a novidade dos últimos 20 ou 30 anos, que é uma concentração dentro da concentração, essa antropofagia que o Senador Beni Veras comentou.

Esses eram os meus comentários. Devolvo a palavra a V. S.ª para suas considerações finais.

O SR. ISTVAN KAROLY FAZNAZ — Muito obrigado.

Faço primeiro uma observação sobre a análise do Senador Beni Veras. Concordo com ela plenamente, no que tange à necessidade de avaliarmos o potencial da economia brasileira para desenvolvermos a Nação convenientemente. O Banco Mundial tem utilizado francamente não sei bem por quê pura e simplesmente até hoje não utiliza francamente não sei bem por quê para a realização de pesquisas profundas, visando a descoberta do potencial regional e a descoberta dos potenciais dos diversos estados do Brasil. Em outras palavras, montásemos um projeto para a Amazônia, por exemplo, que pesquisasse nitidamente os usos que podemos fazer da floresta heterogênea, para delas extrair essências, realizar exportação de matérias, aproveitar o ecossistema sem fazer mal à própria ecologia, poderíamos criar uma série de grandes projetos que inequivocamente impactariam positivamente numa redefinição da matriz agropecuária no Brasil com o crescimento significativo da silvicultura, da piscicultura e da apicultura. E isso, até o presente momento, não temos feito; temos considerado que a exploração madeireira, a exploração de essências, de muitas frutas tropicais no Brasil é incipiente, é mínima; quando feita ela é re-

alizada de forma exploratória, destrutiva freqüentemente. A grande exploração hoje tem sido na Ásia. Ora, nesse sentido o Brasil está perdendo tempo, dinheiro e empregos, a mesma coisa poderia acontecer no que tange ao desenvolvimento de projetos no Nordeste, particularmente nos projetos de turismo, que poderiam ser numerosos e têm uma capacidade fantástica de gerar empregos.

Sem dúvida alguma, esse projeto de desenvolvimento no País, antes de mais nada, haveria de se caracterizar por algo que ainda falta demais no Brasil, que é a mentalidade empresarial, em que o plano do governo se projeta e se propõe para os empresários: "Srs. empresários, o governo tem esse quinhão de responsabilidade, nas os senhores é que serão os responsáveis pelo desenvolvimento dessas e dessas áreas, as verbas necessárias são estas, e a disponibilidade inter-nacional é essa outra." Como no Brasil, até hoje, o plano vem do governo para a patrão, e não emana de um acordo com o grande capital empresarial privado, é preciso trazer justamente as Federações de Indústria, os Conselhos de Indústria para a discussão dos planos governamentais. De nada adianta ainda mantermos aquela mentalidade do vertical, de cima para baixo, em que é apenas o governo que dá ou oferece. Se pudéssemos transformá-la numa mentalidade mais liberalizante e privatista, certamente teríamos condições de desenvolver melhor ainda e desenvolver mais este País.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (César Maia) — Agradecendo a presença do Sr. Istvan, dos Srs. Parlamentares, das senhoras e dos senhores, dou por encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às 12h 22min.)

ANEXO A ATA DA 5ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA A TRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia

Vice-Presidente: Senador Elcio Alves

Relator: Senador Beni Veras

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

5ª REUNIÃO, REALIZADA EM

14 DE MAIO DE 1992

Às onze horas e cinco minutos do dia quatorze de maio de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 05 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Parlamentares: Francisco Rollemberg, Elcio Alves, Beni Veras, Magno Bacelar, Esperidião Amin, Mansueto de Lavor, Vicente Fialho, Luiz Girão, Ariosto Holanda, Marco Penaforte e B. Sá. Deixam de comparecer por motivo justificado os demais membros. Havendo número regimental o Senhor Senador Beni Veras declara aberta a reunião, comunicando que por motivo de compromisso externo o Senhor Presidente da Comissão Deputado César Maia não poderá comparecer e que o Senhor Vice-Presidente da Comissão Senador Elcio Alves teve que se retirar da sala por ter sido solicitada a sua presença no plenário. Em seguida o Senhor Relator Senador Beni Veras comunica que a reunião destina-se a uma mesa redonda sobre "Políticas Regionais versus Políticas Nacionais, Eficácias e Distorções", com a presença da Dr.ª Tânia Bacelar, da Fundação Joaquim Nabuco, Dr. Jorge Jatobá, Professor de Economia do Trabalho da Universidade Federal de Pernambuco e Dr. Márcio Fortes, Vice-Presidente do Conselho de Administração da João Fortes Engenharia S.A. Até continuou realça a presença do Dr. Alcyr Meira, Superintendente da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia — SUDAM, convidando este e os acima citados para tomarem assento à mesa. O Senhor Relator Senador Beni Veras solicita a presença do Senhor Deputado Vicente Fialho para assumir a Presidência da Comissão e passa a palavra ao Dr. Jorge Jatobá. Concluída sua exposição o Senhor Presidente Deputado Vicente Fialho passa a palavra à Dr.ª Tânia Bacelar. Concluída sua exposição o Senhor Presidente passa a palavra ao Dr. Márcio Fortes. Não havendo mais expositores, o Senhor Presidente dá início à fase de interperlações, onde fazem uso da palavra o Dr. Alcyr Meira e os Senhores Parlamentares Ariosto Holanda, B. Sá, Luiz Girão e Vicente Fialho. Em seguida o Senhor Presidente destaca a presença do Dr. Mauro Paré, Secretário do Conselho de Desenvolvimento do Extremo Sul — Codesul e passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras. Terminada a fase de interperlações o Senhor Presidente, agradece a presença dos Senhores Parlamentares, convidados e demais presentes. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião, lavrando-se, Adalberto de Menezes Dantas, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Convidados: Jorge Jatobá

Vicente Fialho

Tânia Bacelar

Márcio Fortes

Alcyr Meira

Ariosto Holanda

B. Sá

Luiz Girão

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Está aberta a reunião.

Hoje estão sendo votados alguns vetos, em regime de urgência, no Congresso, que estão impedindo que os nossos companheiros possam estar aqui. Mas há também um atraso na chegada da Dr.ª Tânia Bacelar e do Dr. Márcio Fortes, que virão de avião. Eles estarão chegando dentro de mais alguns minutos.

Iniciamos os nossos trabalhos recebendo o Dr. Jorge Jatobá, que é doutor em Economia pela Universidade de Vanderbilt, tem pós-doutorado pela universidade de Wisconsin, é pesquisador do CNPq e professor do curso de mestrado e doutorado em Economia da Universidade de Pernambuco.

O Dr. Jorge Jatobá tem uma extensa experiência no trato da questão regional e vai fazer a sua exposição em 30 minutos. Concedo a palavra ao Dr. Jorge Jatobá.

O SR. JORGE JATOBÁ — Sr. Presidente, quero agradecer inicialmente o convite da Comissão para participar dos seus trabalhos, e espe-

ro poder contribuir de alguma forma para que ela estruture o seu relatório, cujas proposições serão importantes, inclusive, para a revisão constitucional que será feita no futuro.

Quero começar afirmando que a questão dos desequilíbrios inter-regionais no Brasil é, como todos já sabemos, antiga e recorrente, porque está muito vinculada ao processo pelo qual o capitalismo distribui benefícios tanto entre pessoas, quanto entre fatores — capital e trabalho —, e regiões.

O problema dos desequilíbrios inter-regionais não é, especificamente, uma folha na economia de mercado. A economia de mercado pode ser eficiente e mesmo assim se ter forte desigualdade de renda, como podemos observar que ocorre no Brasil entre pessoas, entre fatores e regiões.

O problema é que como o sistema capitalista não é capaz de, por si só, garantir essa repartição, mais equânime dos benefícios entre as regiões, por exemplo, é o caso que estamos tratando aqui, a questão regional, para ser atenuada, para se reduzirem os desequilíbrios regionais, se precisa de um planejamento estratégico do Estado. Do mesmo modo que o mercado não garante a repartição equânime dos benefícios — e o Estado exerce um papel importante como redistribuidor de renda, via transferência para as populações mais pobres, via programas sociais compensatórios, a nível regional, o Estado tem que assumir um papel redistributivo. Não se pode conceder, portanto, um mecanismo de redução das desigualdades regionais se não for por uma direta intervenção do aparelho estatal.

E a experiência brasileira nesse sentido é relativamente rica e também frustrante, na medida que apesar do grande grau de intervenção do Governo, nos últimos 40 anos, sobre o problema regional brasileiro, ainda se manifestam problemas críticos, de natureza estrutural, especialmente no que toca à repartição dos benefícios do processo de desenvolvimento entre as regiões.

Não se pode esperar, portanto, porque o mercado assim não operaria, pelo funcionamento da livre iniciativa, pelo livre funcionamento do sistema de economia de mercado, para que se tivesse uma convergência nos desníveis regionais.

Na verdade, a literatura, no passado, esperava que esse processo de convergência ocorresse naturalmente. Era o que se chamava na época da expectativa de que no início do processo de desenvolvimento houvesse uma divergência e de crescimento econômico entre as regiões, mas a medida em que esse processo avançasse ao longo do tempo, houvesse uma relativa convergência das taxas de crescimento, não evidentemente conduzindo a uma igualdade ou equilíbrio completo entre as regiões, mas reduzindo substancialmente as desigualdades entre as diversas regiões a níveis que seriam socialmente, politicamente, toleráveis.

Coloco como premissa que a atenuação das desigualdades regionais exige um papel estratégico do Estado. Um papel que não trata apenas de ações compensatórias, mas que trata de promover ou induzir uma redistribuição espacial das atividades econômicas e um ordenamento territorial no seu processo de planejamento.

As questões de desequilíbrio inter-regionais têm muito a ver com questões de bem-estar da população brasileira, porque é necessário distinguir entre a prosperidade de um lugar ou de uma região e o processo de apropriação de benefícios que a população dessa região possa ter. Chamo a atenção para a diferença que existe entre a prosperidade que o lugar possa obter, uma região específica, e a apropriação que os residentes daquela região possam ter desse processo. Temos de distinguir fundamentalmente o que é benefício apropriado do que é simplesmente crescimento econômico localizado espacialmente. Por exemplo, teríamos que olhar atentamente para a questão da distribuição de benefícios entre residentes e não-residentes. É possível que uma região prospere, mas que boa parte dos benefícios dessa prosperidade seja apropriada por um residente de outras regiões. É também importante verificar como os residentes na região beneficiada apropriam de forma diferenciada os benefícios que são gerados dentro da própria região. São questões que envolvem comparações de bem-estar entre diversas regiões e dentro de uma mesma região em função da política regional. Eu disse que a experiência brasileira, no que toca ao desenvolvimento regional, é rica, mas é frustrante. É frustrante porque depois de muitos anos de intensas desigualdades regionais tem-se observado uma persistência nos desequilíbrios econômicos entre as regiões e uma grande extensão desses desequilíbrios, apesar das intervenções do Estado, como mencionei anteriormente.

Claro que o resultado dessa política não foi absolutamente ineficaz. Esses anos de política de desenvolvimento regional conduziram a vários espaços brasileiros — posso citar o caso do Nordeste especificamente — uma política que pelo menos teve um papel compensatório. Quero dizer com isso que a situação econômica e social dessas regiões estaria hoje, provavelmente, muito pior se não houvesse intervenção do aparelho do Estado para melhorar a infraestrutura de apoio às atividades produtivas, para induzir o surgimento de atividades diretamente produtivas e para atender para algumas questões sociais, que em algumas regiões específicas têm uma dimensão muito mais importante do que outras. Quanto à questão social, por exemplo, quando se olha para o Nordeste, é apenas a versão espacial da questão social brasileira. Vou voltar mais adiante a essa questão.

Mas é impressionante notar, por exemplo, e estudos recentes demonstram isso, que quando se olha para a eficácia da política social nota-se que apesar de ser muito mais importante para as regiões carentes da periferia do sistema espacial brasileiro, ela foi muito mais eficaz exatamente nas regiões mais desenvolvidas do que nas regiões mais pobres. É o caso, por exemplo, da política de saúde, educação e saneamento básico, como tem sido avaliado em estudos recentes feitos sobre desenvolvimento regional no Brasil. Por outro lado, programas especificamente regionais têm tido problemas sérios de internalizar dentro da própria região os benefícios em termos de renda e emprego. Isso ocorre muito na Amazônia, na medida em que parte da integração dessas regiões ao sistema nacional se dá por uma complementaridade ao nível de insumos, quer dizer, a região compra insumos de fora, matérias-primas, portanto, tem que vazar para poder adquirir esses insumos, mas, de outro lado, tende a operar no mercado final em bases competitivas. A Amazônia apesar dos incentivos que tem, importa componentes e matérias-primas, mas tem que concorrer no mercado nacional, com São Paulo, por exemplo.

Um dos instrumentos importantes da política regional nos últimos anos, especificamente a partir dos anos 60, inicialmente com a Revolução 34/18, posteriormente pelo Sistema Finor/Finam, tem sido objeto de críticas contundentes. Menciono-os porque são instrumentos de desenvolvimento regional e tiveram consequências bastante desagradáveis em algumas de suas dimensões. Vou mencionar algumas dessas questões, porque acho que podemos voltar a discutir o tema com mais vagar. Parece haver um certo consenso de que o incentivo Finor/Finam promoveu uma espécie de desregionalização da propriedade do capital. O capital produtivo que se instalou nessas regiões é de propriedade de não residentes, em uma fração significativa.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — Desculpe-me a interrupção. Eu queria convidar o Dr. Alcyr Moreira, superintendente da Sudam, para fazer parte da mesa.

O SR. JORGE JATOBÁ — Posteriormente, esses incentivos também conduziram, em extensas áreas do Centro-Oeste, mas fundamentalmente no Nordeste e na Amazônia, a um processo de pecuarização, que por si só não seria problemático se não tomasse terras destinadas à lavoura. Como no caso da própria Amazônia, gerou um processo de retenção especulativa de terras em grandes projetos agropecuários que não tiveram destinação produtiva. Reclama-se, também, dos incentivos fiscais sob o argumento de que ele aumentou consideravelmente a concentração fatorial em atividades produtivas, em desconpasse com a disponibilidade de outros fatores, especialmente de mão-de-obra.

Para mim, o fundamental, ao se definir uma estratégia de intervenção a nível regional, é a relação entre políticas nacionais e desenvolvimento regional. Há uma registro na literatura e parte dele passou para o Senador Beni Veras. Historicamente, as políticas macroeconômicas e setoriais no Brasil têm tido efeitos regionais, algumas vezes, indesejáveis e inibidores, com relação às áreas de menor desenvolvimento. Isto é, o processo pelo qual os planos nacionais de desenvolvimento setorial — agricultura, indústria —, o processo pelo qual a política macroeconômica de curto prazo é estabelecida, ao não levar em conta as diferenças regionais, muitas vezes inibe processos regionais — explícitos, e, embora sejam desenhados para o País como um todo, na verdade beneficiam o núcleo hegemônico do País, que responde, no caso do Sul e Sudeste, por 80% do PIB.

Vou voltar a uma questão que tem sido recorrente na literatura, que é a regionalização das políticas regionais. Isso significa que não se deve priorizar a região em si, mas priorizar o planejamento nacional, que deve ter uma abordagem especial, em escala nacional. Ademais, olhar a questão espacial brasileira a partir de uma ótica global, há claramente problemas específicos de natureza regional, que devem exigir políticas explicitamente regionais. A visão, portanto, é a de que o planejamento regional não pode ser isolado do planejamento nacional. O enfoque é de interdependência entre os dois níveis e implicaria a mudança na estrutura dos planos de desenvolvimento, na forma como o processo da tomada de decisões deve ser conduzido. Deveria haver uma descentralização no processo de decisão, que ensejaria uma maior participação social na formulação de políticas públicas e uma maior interação entre as sociedade civil e o Estado.

O objetivo-síntese de qualquer política de desenvolvimento regional é, obviamente, atenuar desigualdades e melhorar a qualidade de vida, para a redução da pobreza absoluta e da pobreza relativa. Esse é um objetivo-síntese. Podíamos enumerar objetivos mais gerais. Eu assinalaria, entre eles, por exemplo a incorporação de regiões periféricas, de tal forma que se pudesse distinguir a prosperidade do lugar e a prosperidade da população que habita a região. Há que se incorporar as regiões periféricas ao processo de desenvolvimento, mas de tal forma que não apenas se extralim recursos dessa região, mas se beneficie a população residente. O segundo objetivo geral seria um soerguimento das regiões periféricas deprimidas. Há alguns casos em que algumas regiões são claramente deprimidas. O Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais, é um caso típico. Um objetivo importante é um melhor equilíbrio do sistema espacial, fundamentalmente no que diz respeito ao sistema de transportes; hierarquia urbana; uma melhoria disseminação espacial dos benefícios; atenuação das diferenças entre classes sociais dentro de cada região e, entre classes sociais, ao nível inter-regionais, a geração de melhores e maiores oportunidades de emprego em todas as regiões, e preservação do meio ambiente, especialmente em áreas cuja extração mineral e vegetal é importante. Refiro-me especificamente à Amazônia, onde tem-se que equilibrar o desenvolvimento tecnológico com a necessidade de preservação do meio ambiente.

Há objetivos específicos claros, como corrigir distorções espaciais das políticas nacionais de desenvolvimento global e setorial, como mencionei antes, e a remoção de bolsões de pobreza claramente definidos. A forma e o conteúdo da política regional é fundamentalmente no sentido de priorizar a afirmação de alternativas diferenciadas e complementadas em termos espaciais. Nesse sentido, uma visão do ordenamento territorial. Esse ordenamento territorial deve ter, fundamentalmente, dois níveis: um, que chamo de políticas voltadas para a região, mas que têm uma dimensão nacional. Vou citar apenas dois exemplos. O primeiro, é a questão da Amazônia. A ocupação da Amazônia, a forma como seus recursos devem ser tratados e explorados, tem uma importância a nível nacional e planetário. Esse é um problema claramente regional de gravitação nacional.

Outro problema regional de gravitação nacional é a questão social no Nordeste, que se manifesta como a versão espacial da questão social brasileira. Esse, então, é um problema que, pelas dimensões dentro da região Nordeste, tem uma característica bem mais ampla porque é um problema estritamente regional. A outra dimensão, o outro nível, são os problemas regionais, de gravitação regional. São aqueles problemas regionais específicos da região. Chamo a atenção, por exemplo, para dois: a questão do semi-árido nordestino — o problema de como se estabelecer uma estratégia de utilização de recursos hídricos — e a questão de como o meio ambiente deve ser preservado em muitas dessas regiões. Num primeiro nível, o nível de problemas regionais de gravitação nacional, o requisito básico é de regionalização de estratégias sempre que possível, das políticas macroeconômicas clássicas.

É, aí, quero chamar a atenção, por exemplo, para a política de investimentos públicos; a forma como o Estado conduz, direta ou indiretamente, os seus investimentos públicos e como eles se reparte entre as diversas regiões. E, por exemplo, com a política estabilizadora. Agora, que o congresso deverá apreciar, em breve, a reforma fiscal deve avaliar os efeitos das mudanças ocorridas na Constituição de 1988, é importante que se verifique como uma política fiscal, que é uma pedra relevante no combate à inflação estrutural brasileira, deve ter uma preocupação, também, a nível regional e, finalmente, a política macroeconômica de curto prazo, que chamamos de política de estabilização, porque afeta câmbio, afeta preços e afeta, severamente, a distribuição de rendas entre as regiões.

Então, o que se atenta não é complicar tanto a condição da política macroeconômica, mas sensibilizar os tomadores de decisão de que políticas macroeconômicas não têm rebatimentos espaciais neutros. Elas importam de forma diferente e atingem, de forma mais contundente, regiões que são responsáveis pela maior parte de geração do produto interno bruto e, muitas vezes, podem ter efeitos até inibidores sobre regiões periféricas.

Então, acho que é importante chamar a atenção para essas questões e, antes de concluir, gostaria de descer um pouco à questão do Nordeste. Entendo que não se deve olhar a questão regional a partir do Nordeste. Penso que a questão regional, como disse claramente, é um problema nacional e deve fazer parte da estratégia nacional de desenvolvimento. Evidentemente, estamos discutindo isso no momento em que o planejamento está sendo deixado de lado. O momento em que a conjuntura tem permeado a década que economicamente estamos vivendo. Deixamos praticamente de lado o trato de questões mais permanentes e estruturais, para tentar controlar ou tratar a questão cambial e a questão inflacionária.

Então, esta preocupação com problemas de natureza cambial e inflação em, de fato, reduzir a prioridade e a atenção da questão do planejamento a nível nacional. Evidentemente, o planejamento regional tem sido severamente penalizado por essa questão. E por isso que acho que esta discussão, nesta Comissão, é importante na medida em que retoma uma questão muito importante que foi praticamente esquecida na década de 80 e início dos anos 90, mas foi muito discutida nos anos 50, 60 e 70 e permitiu, inclusive, o surgimento de várias políticas de natureza regional em todas as regiões brasileiras. O Nordeste, o Centro-Oeste e a Amazônia, em particular, foram as regiões que receberam uma grande variedade de programas que, inclusive, foram avaliados por vários pesquisadores.

No caso nordestino, particularmente, quero chamar a atenção de que, primeiro, até o final dos anos 50, a economia da região apresentava um declínio secular e que foi acelerado pela sua integração à economia nacional e esse processo de declínio secular foi interrompido pela atuação da Sudene. Essa agência teve um importante papel compensatório e sem sua ação o processo de interiorização econômica teria persistido ao longo da década de 60 e 70.

Para a questão do Nordeste, em particular, chamo a atenção dos Srs. para o fato de que é apenas a faceta espacial mais grave da questão social brasileira. No Nordeste, os pobres são maioria, hoje todos sabemos que a maioria dos pobres brasileiros não estão no Nordeste, tanto, na verdade, no Sudeste, basta olharmos o Censo demográfico do IBGE, o PNDA. E, terceiro, um problema que acho importante e que deve ser permanentemente dito é que alguns setores insistem em colocar a questão do Nordeste como um problema de engenharia hidráulica. Não é uma questão de engenharia hidráulica — a questão da água é importante, mas é um desafio de engenharia econômica e social onde a escassez de recursos hídricos torna esse desafio muito mais importante.

Mencionei que se esperava, evidentemente, que, ao longo do processo de desenvolvimento, houvesse uma convergência. No caso do Nordeste, essa convergência é lenta, mas podemos observar que se se olhar as taxas de evolução do PIB do Nordeste, nos últimos anos, poder-se-á observar que essas taxas de crescimento têm sido superiores às do Sul e Sudeste. Isso não quer dizer que o Nordeste não tenha sofrido retração da atividade econômica. Contudo, a velocidade de esse crescimento ter sido um pouco maior na fase de recuperação, a partir de 1964, pode-se observar que a participação de 15% do PIB brasileiro em fases de depressão, o Nordeste participou de 62%, dos quais quase 50 pontos percentuais de perda, exclusivamente, a São Paulo.

tos percentuais deve-se, exclusivamente, ao fato de que, na década de 70 e 80, o que houve foi uma tímida descentralização e, agora, sendo para o espaço brasileiro, mais amplo, vemos uma tímida descentralização nos anos 70 e uma reconcentração nos anos 80. A maior desconcentração ocorreu dentro do próprio Sudeste; especificamente, dentro do Estado de São Paulo. É impressionante como houve uma desconcentração — é importante para — o Estado de São Paulo — irradiando esses benefícios para a região do Nordeste, para o Goiás, fundamentalmente em termos de dinamismo agrícola; e houve uma desconcentração para outras regiões de forma tímida, no caso do Nordeste, fundamentalmente em termos de dinamismo urbano. O que tem sido a tendência é a reconcentração metropolitana de Salvador e para o oeste baiano, bem como a fronteira maranhense; foram regiões relativamente beneficiadas pelo processo de descentralização. Mas, repito, houve uma reconcentração nos anos 80 que está sendo evitada, fundamentalmente, pelas pesquisas.

Quero, também, chamar a atenção para o problema regional - no caso, Nordeste - de que o Nordeste é heterogêneo e que o desenvolvimento das últimas décadas, benéfico ao Estado de forma diferenciada. Entre os maiores beneficiados situa-se a Bahia, e, fora desse Estado, as áreas metropolitanas e capitais de certas unidades federadas do Nordeste.

Especificamente, no caso nordestino, há um subcúrculo de Estados que merece um problema à parte, que é formado, fundamentalmente, pelos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco e que constitui uma espécie de enclave que não conseguiu se articular com os núcleos mais dinâmicos do desenvolvimento nacional e regional, os quais, por exemplo, ao norte, como o Projeto Carajás, nem conseguiram, por exemplo, ao norte, como o Projeto Carajás, nem conseguiram articular-se bem com os problemas do Fundo de Desenvolvimento Regional do Centro-Oeste com os pólos dinâmicos ao Sul. Isso, fundamentalmente, porque essa região se isolou. Tem problemas sérios de recursos hídricos, escassez de boas terras, em desenvolvimento industrial muito diferenciado e um problema de desintegração e isolamento, decorrentes da falta de investimentos substanciais, em termos de transportes. Por essa razão a Ferrovia Transnordestina é impor-

tante para este subgrupo de Estados, a consolidação do porto de Suapê, em Pernambuco, por exemplo, é importante, como fonte de escoamento de riquezas, tanto ao norte deve-se separá-los porque eles tiveram maior dificuldade de articulação com o restante da economia brasileira.

Finalmente, para concluir, queria chamar a atenção para fatos que acho relevantes e que devem estar presentes no trabalho da Comissão.

Primeiro, como fazer face a esses desafios, em termos de formulação do eixo estratégico de desenvolvimento regional, que tenha dimensão nacional, em uma época em que o planejamento foi deixado de lado e que as questões de curto prazo estão em ascendência sobre as demais.

segundo, é examinar a questão regional. À luz do novo modelo de desenvolvimento que o Brasil está adotando, saímos de um modelo de substituição de importações, de uma economia protegida para uma economia que quer ficar crescentemente aberta à competição internacional. Quer dizer, está em andamento, no Brasil, hoje, uma política industrial de comércio exterior que pretende inserir, competitivamente, o Brasil no cenário internacional, torná-lo mais competitivo dentro do seu próprio mercado e fora dele. E, nesse sentido, que o processo de abertura comercial vai ter claras repercussões regionais. À maneira como essa política foi formulada, desde o seu início, demonstra uma pouca preocupação especial. Essa preocupação, aliás, vai ser mais uma preocupação regional, mas vai enfatizar outras coisas também porque o Mercosul é esse processo de abertura, o programa mais imediato. Então, fundamentalmente, os Estados do Sul devem estar preocupados com esse problema, mas ele afetará, não só a Região Sul, mas outras regiões. O Mercosul é apenas a ponta de um processo mais amplo de abertura comercial.

Queria até referenciar aqui, um documento recente do Banco Mundial, que discute, em dezembro do ano passado, onde há um desejo manifesto do autor, por exemplo, apenas um desejo, de que o processo de abertura comercial vai claramente melhorar a redistribuição de renda e do emprego a nível regional. A minha visão é exatamente contrária: se não houver uma política de desenvolvimento, uma política de comércio exterior, uma política industrial, com um processo nacionalmente diferenciado, pode-se concentrar ainda mais, a propriedade, o capital produtivo e a própria produção nacional, porque as regiões, que já têm maior poder de competição, serão as fortalecidas nesse processo.

medida em que estamos entrando num novo modelo de desenvolvimento nacional, é necessário, mais uma vez, que se atente com essas medidas, com esse novo modelo, terão impacto regional. Estou chamando a atenção, especificamente, para a política industrial de comércio exterior, porque acho que ela vai ter significativos rebatimentos a nível regional, e se não estivermos atentos para essa necessidade de diferenciar mecanismos de política, vamos estar, daqui a alguns anos, chamando a atenção mais uma vez, que a formulação de políticas nacionais, ditas nacionais, mas que, na verdade, estão voltadas para um núcleo hegemônico, em termos do desenvolvimento capitalista, tem, de fato, trazido processos que são, cada vez mais, concentradores, aumentando as disparidades entre as diversas regiões.

A outra questão, que também tem impactos regionais, é a da política de redução do tamanho do Estado. Se olharmos, por exemplo, para a importância do gasto público entre as diversas regiões brasileiras, vamos notar que o gasto público nos três níveis de governo, federal, estadual e municipal tem uma importância muito maior nas regiões menos desenvolvidas do que no Sudeste, por exemplo.

Vou dar apenas um exemplo da região metropolitana do Recife, porque foi baseada em pesquisas recentes. Cerca de 40% da massa salarial e do emprego do Estado, na área metropolitana do Recife dependem dos gastos com pessoal dos três níveis do governo. Quer dizer, 40% da massa salarial dependem, diretamente, do setor público. Então, qualquer política de desmonte do setor público, de redução do tamanho do Estado, de contenção de gastos tem um efeito multiplicador muito maior nas regiões periféricas do que nas regiões onde o setor público não tem tanta importância. Comparando, por exemplo, a importância da área metropolitana do Recife na dependência do gasto público com a área metropolitana de São Paulo, vemos claramente a diferença. Uma política de contenção de gastos, uma política de reforma fiscal que vai, inclusive, implicar em redistribuição de cargos entre União, Estados e Municípios, vai ter impactos macroeconômicos diferentes nas diversas regiões. E o impacto será tanto maior, em termos de emprego e de renda, quanto for maior a participação do Estado naquelas regiões. E os dados brasileiros são inequívocos, o Estado é mais importante nas regiões mais pobres.

Então, ao examinar a reforma fiscal, ao examinar políticas de redução do Estado, dentro da visão que o Governo brasileiro está conduzindo, é importante chamar a atenção para esses aspectos.

temo, pois, que, finalmente, como último item, porque já estou esgotando o meu tempo, queria chamar a atenção que, ao avaliarmos, no passado, várias políticas regionais, inclusive está nos volumes que entreguei, ao Senador Bení Veras, é impressionante como muitas dessas políticas foram mal gerenciadas. Há que se melhorar muito a gestão da política pública na questão regional. Isso significa que boa parte dos recursos às vezes são gastos em atividades-meio e não chegam aos verdadeiros beneficiários. Isso é apenas a versão regional de um problema que já existe em nível de governo federal, como o caso do Banco Mundial, no que toca à política social brasileira. Quer dizer, quando se cita como os gastos são feitos, com educação e saúde, muitas vezes parte desses gastos não chegam aos beneficiários diretos, são gastos simplesmente de intermediação.

bastos simplesmente queria chamar a atenção para a persistência dos problemas, a secularidade dos desafios, no que toca à questão regional brasileira tem impactado as pessoas, políticos, intelectuais, industriais, e as comunidades regionais. Desde os anos 50, quando o problema regional brasileiro ascendeu a um caráter prioritário na política pública, fundamentalmente pela priorização dada pelo Governo dos Estados Unidos no Kubitschek à questão do desenvolvimento econômico, a aversão à questão regional passou a ser a primeira medida dos anos 70, as questões regionais mantêm-se com problemas estruturais que chamam a atenção dos pesquisadores, dos políticos, dos empresários e da sociedade brasileira, como um todo.

Repito que, discutir essas questões no momento em que elas estão "fora de moda", é importante, porque nos lembra de questões, mais permanentes que devem ser visualizadas. Mas se formos retomar, como esperamos, o planejamento, em breve, se entendermos, a mim parece ser muito óbvio que mecanismos de mercados não garantem equidades, que o Estado necessita assumir uma postura redistributiva, então, a questão regional não pode ser deixada ao nível da política neoliberal. O problema dos desequilíbrios econômicos inter-regionais não vão se resolver pelas forças de mercado. É necessário um eixo estratégico de intervenção do Estado porque sem ele, vamos, daqui a pouco, daqui a alguns anos, novamente constatar que os desequilíbrios inter-regionais cresceram, em vez de ficarem atenuados.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Agradecemos a palestra do Dr. Jorge Jacobá e queremos informar aos companheiros conferencistas que a sistemática normalmente adotada por esta Comissão tem sido no sentido de inicialmente, fazermos a parte de conferências e, posteriormente, a de debates.

De forma que passamos, neste momento, a palavra à Dr. Tânia Baccelar, da Fundação Joaquim Nabuco, que tem mestrado e doutorado pela Universidade de Paris, é Professora da Universidade de Pernambuco, ex-Secretária de Planejamento e Fazenda do Estado de Pernambuco, pesquisadora da Fundação Joaquim Nabuco; nós principalmente, os nordestinos, conhecemos muito bem a sua combatividade, o seu talento na defesa dos interesses da região nordestina. Sua passagem na Sudepe foi marcada por um grande trabalho na defesa da região.

Concedo a palavra à Professora Tânia Baccelar.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Gostaria de saber qual o tempo de que disponho para a exposição. São trinta minutos.

Começo agradecendo a oportunidade de participar dos trabalhos desta Comissão. Usarei o tempo que me é permitido, dividindo a minha fala em três momentos. No primeiro, tentarei mostrar o que de importante aconteceu no Brasil nas últimas décadas e o reflexo disto nas regiões. A partir dessa abordagem histórica, encontrarei elementos para desenvolver a segunda e a terceira parte de minha intervenção. Na segunda, tentarei mostrar como as políticas nacionais e regionais se relacionaram nessa fase recente para, nas considerações finais, colocar alguns pontos que possamos tomar como referência, no momento em que o Congresso Nacional pensa a questão para o futuro.

Em termos da história recente, entre 60 e 80, onde vou centrar inicialmente as minhas observações, o Brasil tinha como projeto básico construir um parque industrial importante e, com isso, entrar para o restrito elenco das principais potências mundiais. As principais metas dessa proposta, aliás, eram compatíveis com os interesses do capital produtivo e financeiro internacional, que se dispusera a participar delas, num primeiro momento, instalando aqui suas filiais e, num segundo, financiando a construção do projeto de Brasil, Grande Potência, que foi desenvolvido durante esse período.

Apesar de crises cíclicas, essas duas décadas marcaram um período de grande expansão e, sobretudo, de intensa modernização da economia do País. São mudanças importantes, das quais participa o Estado, usando, inclusive, como instrumento a formulação e aplicação de políticas nacionais e políticas também de corte regional. Pesquisa recentemente concluída pelo Departamento de Economia da Fundação - onde dou o trabalho presente - e coordenada por Leonardo Guimarães, estudou o desenvolvimento desigual da economia e do espaço territorial brasileiro nas últimas décadas. Destaca, então, que a história econômica recente das regiões brasileiras confunde-se com a história do projeto industrializante que terminou por estimular uma rápida e violenta oligopolização de nossa economia e, nesse contexto, acelerou a constituição e consolidação do mercado interno nacional, apesar de integrar nele apenas uma parte da população do País.

Essas décadas assinalaram uma nova forma de funcionamento da economia nacional, que passa a operar cada vez menos em bases locais e cada vez mais em bases nacionais. Nessa evolução, todas as regiões são atingidas, embora traços particulares possam ser registrados em suas estruturas produtivas e papéis específicos tenham sido a cada um atribuídos.

As regiões foram se ajustando às mudanças importantes do projeto de consolidação da economia nacional, liderado pelos oligopólios apoiados no Estado. O planejamento regional também teve de se ajustar aos novos tempos. No caso do Nordeste, que conheço mais de perto, a Sudepe teve de abandonar a proposta industrializante, mas reformulada, para promover a industrialização conservadora, conduzida pelos sucessivos governos militares. Assim é que, ao invés de uma indústria colocada na base de recursos regionais e voltada para atender prioritariamente o mercado local, como propusera Celso Furtado ao GTDN, a indústria, incentivada pela Sudepe, compra sobretudo ao Sudeste a maior parte dos insumos que transforma e vende para lá a grande parte do que produz. Teve, assim, que se integrar às tendências que dominavam o processo mais geral da industrialização do País.

A Zona da Mata, ao invés de diversificação proposta pelos planos da Sudepe, conheceu o fortalecimento do monopólio da cana, estimulada pela possibilidade de produzir álcool também. A velha oligarquia ao invés de enfraquecer, ganha novo alento, como se percebe claramente hoje no cenário político nacional.

A antiga fronteira agrícola do Oeste se fecha. A região foi rapidamente ocupada não pelos sertanejos com a agricultura mercantil de alimentos para o mercado interno, como haviam proposto as políticas regionais inicialmente elaboradas pela Sudepe, mas pelos capitalistas do Centro-Sul, plantando melão ou soja para exportação e consolidando ali também a grande propriedade.

Também no semi-árido, a pecuária se firma como atividade cada vez mais hegemônica, expulsando o milho e o feijão e, com eles, os arrendatários e parceiros, consolidando também ali a grande propriedade, quando as propostas iniciais da Sudepe queriam estimular mudanças na estrutura fundiária, que era e persiste como um dos calcanhares-de-aquiles do Nordeste.

Na pesquisa a que me referi da ótica estrita da análise econômica regional, ficam destacados quatro processos, que mereceriam destaque, no que aconteceu de relevante na economia nacional nos últi-

mos anos e que tiveram reatamento regional importante. O primeiro é um processo mais típico dos anos 60, que achamos de articulação, que é comandado pela indústria paulista em busca de mercado em outras regiões do País. O ajuste que essas regiões tiveram que fazer a esse movimento foi pequeno, dada a limitada capacidade de acumulação de capitais locais para enfrentar a competição inter-regional com a região pólo da industrialização brasileira. As políticas de corte nacional, à época, eram nitidamente hegemônicas. A política industrial, de gesto público, de financiamento, cambial, de controle das importações, tarifárias, entre outras, conduziu o mesmo objetivo: estimular o desenvolvimento industrial, e seu efeito regional era profundamente concentrador, pois a economia do Sudeste é que se beneficiava largamente desse conjunto de políticas ditas nacionais.

O que o planejamento regional tratou de fazer foi estimular, quando possível, a modernização das indústrias locais, como fez a Sudepe no caso da indústria têxtil, que, no final dos anos 50, estava no dilema entre modernizar-se e desregionalizar-se ou fechar. A Sudepe pela primeira alternativa.

O segundo processo é o da ampliação da integração produtiva. Esse predominou nos anos 70 e tem por base a regionalização da grande indústria oligopolizada, privada ou estatal. Esse novo processo não elimina, mas complementa o primeiro, e, num segundo momento, até reforça as trocas de mercadorias entre os diversos pontos do espaço brasileiro. Mais uma vez as políticas nacionais é que o conduzem; as políticas regionais o impulsionam, utilizando a corréia de repasse - como o chamou Francisco de Oliveira - dos incentivos fiscais e financeiros, com eles se propagam em relação de produção capitalista no interior dos espaços diferenciados do País. Com a transferência de frações do capital produtivo para as regiões menos industrializadas, acontece pelo menos duas mudanças importantes. A primeira é que o crescimento da produção nos espaços periféricos não encontra mais limites regionais; tipo mercado local ou capacidade de acumulação dos capitalistas locais. O mercado é no mínimo o nacional e o financiamento também no mínimo nacional quando não internacional.

As economias do Nordeste, do Norte, do Centro-Oeste, também crescem e se modernizam nesse contexto e a presença do grande capital criou grandes possibilidades nessas regiões que extrapolaram claramente a disponibilidade de recursos dos agentes econômicos locais e que conduziram mudanças em terras que esses agentes locais não teriam sido capazes de realizar.

A segunda grande consequência da maior integração é que as dinâmicas econômicas são conduzidas por determinantes cada vez menos locais. É nesse sentido que entendo a afirmação do Sr. Francisco de Oliveira de que o arquipélago regional brasileiro desapareceu e que, agora, temos uma economia nacional regionalmente localizada, que é completamente diferente de termos economias regionais, ou seja, que da ótica da acumulação, as regiões deixam de existir, como locus de acumulação autônoma, embora não se dê uma homogeneização total do espaço, ao contrário especificidades locais existem e novas até são criadas. Mas, o dinamismo das regiões se solda; é impossível escrever hoje o que Celso Furtado escreveu no GTDN, o Nordeste vai muito mal, o Sudeste vai muito bem. Agora, quando o Sudeste vai mal o Nordeste vai mal, quando o Sudeste vai bem, o Nordeste teve aí bem junto, e assim as outras regiões também. A análise das curvas de produtos por região mostram claramente essa mudança importante.

O terceiro processo é o processo de maior integração físico-territorial, o espaço físico territorial do Brasil ligou-se mais; avançamos muito na consolidação do mercado interno e essa consolidação exigiu uma infra-estrutura de ligação entre os diversos pontos do mercado do espaço do País, os avanços em transporte e em comunicações são expressivos, sobretudo nas comunicações, é uma revolução rápida que se passou em pouquíssimas décadas. Essa integração facilitou não apenas a instalação das empresas capitalistas nos novos espaços de que falei antes, mas também abriu fronteiras para fluxos migratórios, que se intensificaram buscando terra, recursos naturais ou oportunidades de viver um pouco melhor do que nas suas regiões de origem.

O quarto processo é o de aprofundamento da inserção do País na economia mundial, e ele é mais intenso nos anos 80. Aprofundado nos anos do milagre, o Brasil, nos anos 80, amplia sua articulação com a economia mundial impellido pela necessidade de gerar excedentes na balança comercial para com isso conseguir dólares para pagar a dívida externa.

Além do impacto desse processo na economia do Sudeste, observa-se seu efeito na modernização da economia agrícola do Sul, em especial do Paraná, na incorporação do Centro-Oeste onde se expande rapidamente uma moderna agricultura de grãos destinados à exportação e na exploração de reservas minerais no Norte, sobretudo no Pará.

Não há como negar que as políticas nacionais de crédito de investimento público, sobretudo de infra-estrutura e de incentivo às exportações, jogaram aí, um papel determinante; elas foram muito eficazes para obter os objetivos pretendidos. As políticas regionais atuaram nesse contexto estimulando a utilização de novas terras de recursos naturais abundantes e lançando mão de incentivos fiscais e financeiros e do crédito oficial.

O Governo agiu também através da ação direta de suas empresas estatais, como é o exemplo da Companhia Vale do Rio Doce, esse fato reforçou a atuação da grande indústria em diversas regiões, e a consolidação do mercado interno não havia estimulado antes agora estimulou a modernização da agricultura do País.

Nesse contexto, entre esses anos, assiste-se a uma certa desconcentração da economia nacional tida como falou o Sr. Jacobá, mas que não pode deixar de ser mencionada. O Sudeste por exemplo, perde participação no PIB, do País, caindo de 65 para 58% entre 70 e 85 e as outras regiões ganham participação relativa. O Norte de 2 para 4%; o Nordeste de 12 para 13,5%, o Centro-Oeste de 3,7 para 6,3% e o Sul mantendo mais ou menos sua participação onde estava.

Essa pesquisa da fundação da qual já falei revela alguns fatos importantes nesse contexto de descentralização. No Norte se destaca a presença da Zona Franca de Manaus, que é hoje o segundo pólo mais importante do País na produção de certos bens de consumo duráveis, de alguns grandes projetos de mineração. No Nordeste, a implantação do eixo químico, do eixo minerometalúrgico, da zona de produção agrícola voltada para exportação e com base na irrigação; no Sul, a modernização da agricultura do Paraná, no Centro-Oeste a moderna a-

gricicultura de grãos e a consolidação do Distrito Federal, que dinamiza aqui um terciário muito importante.

Em resumo, dos processos em curso resultaram, ao lado do dinamismo, mudanças importantes nas estruturas produtivas das regiões, e o Estado, através de suas políticas, esteve sempre presente. As estratégias empresariais também se revelaram. Os planos regionais, a partir de um certo momento, foram embutidos nos planos nacionais, sobretudo o primeiro e o segundo PND, que definiram as políticas mais importantes tanto nacionais como regionais para conduzir esse processo.

A década de 80 assiste a fatos importantes: no plano mundial, a crise impulsiona a consolidação de novas formas de acumulação; a matéria-prima estratégica petróleo é substituída pelo conhecimento; a revolução científica e tecnológica avança e novos setores passam ao comando do dinamismo da economia mundial.

No Brasil, não acompanhamos essas tendências; passamos décadas, nos debatendo na crise da dívida, transferindo poupança para o exterior, paralisando investimentos aprofundando a crise financeira do setor público e convivendo na segunda metade da década com a ameaça constante da hiperinflação. Na segunda parte da década os choques estabilizante se sucedem cada vez mais próximos uns dos outros; o curto prazo domina o cenário nacional; o Governo, as famílias, a maioria das empresas entram na lógica do curto prazo. O modelo industrializante das décadas anteriores claudica, a ausência de investimentos degrada a infra-estrutura econômica, deteriora os serviços sociais, dificulta que as empresas acompanhem os avanços que se seguem efetivando lá fora, acumulamos atrasos e aumentamos a concentração da renda.

A crise abre a discussão de novos rumos enquanto o planejamento cedendo espaços para periferia do dia-a-dia, sem norte minimamente claro, se instala o que vivemos hoje, o "salve-se quem puder".

As políticas nacionais tornam-se hegemônicas, mas as políticas macroeconômicas voltadas, sobretudo, para a busca da estabilização predominam quase com exclusividade. As políticas voltadas para promover o desenvolvimento perdem espaço e junto com elas as políticas regionais também.

Como a economia estava integrada - que foi meu esforço em demonstrar antes - a crise atinge todas as regiões e não apenas algumas. Como existem particularidades nas estruturas produtivas de cada região, algumas são atingidas primeiro e outras são atingidas com mais intensidade. Na primeira metade dos anos 80, por exemplo, como a agricultura é menos afetada pela crise, o Norte se sai melhor e o Centro-Oeste também, em contraste com o Sul, se sai pior e o Sudeste fica estagnado. É que a crise bate forte na indústria de transformação e é bom não esquecer que, apesar de relativa desconcentração, de que já falei, um terço da produção industrial está num único centro urbano do País, que é São Paulo, e dois terços da produção industrial estão em apenas doze centros urbanos do País, como nos mostram os dados dos censos econômicos.

A economia estagna um pouco na década e as transformações se tornam mais lentas, embora os principais processos, de que já falei, continuem.

Algumas mudanças ocorrem. Em São Paulo, por exemplo, o terciário avança mais do que a indústria e nesta a crise é menor na produção de bens duráveis do que na indústria de bens de capital. Para além do mero ajuste os dados apresentados, por um estudo recente de Cristina Caxamalle chamam a atenção para curtas tendências que podem se revelar importantes para o futuro.

O avanço da terciarização.

Sessenta e três por cento dos novos empregos criados nas áreas metropolitanas brasileiras, na década, são empregos do terciário.

Essa não é só uma estratégia de ajuste à recessão. Os serviços especializados desconcentrados da indústria, que é uma nova tendência da economia mundial, também aparecem principalmente nas áreas urbanas maiores.

O setor financeiro também joga um papel muito importante na criação de novos postos de trabalho, enquanto que o emprego industrial é o que apresenta maior dificuldade.

Os serviços de auto-especialização aumentam o seu peso no setor de prestação de serviços, ao mesmo tempo em que o assalariamento perde posição relativa e cresce o assalariamento ilegal e o trabalho por conta própria fica mais condicionado à estratégia de ajuste à crise.

Na década atual se inicia como num contexto de crise e hiperinflação. O mesmo contexto que marcou os anos 80. A novidade é a vitória, nas urnas, do projeto neoliberal. A política econômica permanece escrava do curto prazo e da busca da estabilização. Para o caso do Brasil e também do México na América Latina, uma marca da hegemonia é da política fiscal-monetária-cambial e da condução de uma recessão programada que reduziu, em apenas um ano, 7,5% do PIB nacional, mais do que toda economia do Centro-Oeste junta, do que passamos uma década para construir.

Para além do curto prazo as ações não mais de destruição do que de construção. O desmonte do setor público avança atingindo também o aparato de produção de ciência e tecnologia essencialmente público, no caso do Brasil e também do México na América Latina, uma marca brasileira, construída ao longo e muitos anos e as duras penas. Aliás, o inverso do que se faz nos países modernos do mundo onde assim o são por terem investido firme e demoradamente na produção do conhecimento, matéria-prima estratégica desta década e do próximo século.

Ao invés de alcançar a modernização, ampliamos o nosso atraso. As estatais produtivas são colocadas em evidência e a vaga privatizante avança.

Fora do curto prazo as políticas nacionais, voltadas para a reestruturação do Estado, é que têm tido algum destaque. Outras políticas setoriais não conseguem, na maioria dos casos, pastas das intenções e das formulações, posto que não encontram sequer recursos para implementá-las no cenário onde o ajuste macroeconômico é evidentemente prioritário.

No projeto neoliberal não há lugar, evidentemente, para o estado-planejador e para o estado-produtor. As últimas décadas nos mostram que os dois juntos mostraram que, associados ao capital primário, nacional ou multinacional, foram os principais agentes das mudanças, as quais já me referi.

Do ponto de vista espacial, o Brasil não é sequer observado pelas políticas governamentais.

O viés abrangente dos macroeconomistas não permite trabalhar com um dado essencial da nossa realidade. Somos um País desigual, não apenas socialmente, mas também regionalmente e a heterogeneidade não é um mal, nem uma fatalidade. Pode até ser trabalhada com um dado positivo - como quero explorar um pouco mais adiante.

O Projeto de Reconstrução Nacional do atual Governo ignora isso. Define políticas setoriais completamente despidas de qualquer visão da organização concreta da economia nos espaços do País. Coloca a questão regional, por exemplo, no Capítulo das Políticas Sociais Compensatórias junto com o seguro-desemprego e as creches.

Que espaço poderíamos esperar nesse contexto para as políticas regionais? Muito pequeno. Mas nem tudo está definido.

No novo momento, o planejamento nacional de médio prazo e as políticas regionais podem ser retomadas. Acho que isso vai depender, pelo menos, de três condicionantes:

1º a reação que a sociedade brasileira demonstrar à aplicação concreta da atual política neoliberal. Uma coisa é o discurso, outra é ter vivido alguns anos de aplicação concreta dessa experiência. A reação, o julgamento que a sociedade vai fazer disso, é um dado importante;

2º o que vai restar do desmonte do Estado. Se demorar muito pode não restar muita coisa positiva;

3º é o que diz respeito à nossa capacidade em participar do que está acontecendo lá fora. Infelizmente, ainda estamos no fundo da crise, mas lá fora continuam operando-se mudanças importantes. E aí acho que a tendência mais evidente hoje, infelizmente, é a de ficarmos à margem, como aconteceu com a África no pós-guerra, mas não é a única tendência, existem outras latentes e espero que as outras predominem.

A luz disso que falei, como produto do que construímos nos últimos anos, gostaria de fazer uma análise das políticas nacionais versus políticas regionais.

Acho que o Dr. Jorge Jacob já mostrou uma coisa importante; é que existem estudos, à exaustão, mostrando que as chamadas políticas nacionais têm normalmente efeitos regionais mais impactantes, mais estruturadores do que têm as chamadas políticas regionais - pelo menos, como aplicamos no Brasil nos últimos anos. Efeitos, inclusive, indesejáveis, como ele salientou. Se todos fossem desejáveis, seria até bom.

A política de crédito e de incentivo às exportações nacionais, por exemplo, tiveram enorme impacto regional e não eram políticas regionais, eram políticas nacionais. No Centro-Oeste, no Norte, na ocupação do oeste do Nordeste, tudo o que aconteceu tem a ver com políticas nacionais e não com as regionais. As políticas regionais, quando muito, tiveram papel auxiliar, secundário, complementar, coadjuvante. Quem explica o que aconteceu é o conjunto de ações que estava sendo conduzido pelas chamadas políticas setoriais: a política agrícola, a industrial, a do crédito oficial, que explicam muito mais isso.

Deduzindo essa avaliação, eu tiraria a segunda observação. É que os chamados organismos regionais, tipo Sudam, Sudene e Sudeco, não conseguiram dar conta do que se implantava pelo próprio Governo Federal, às vezes, nas suas áreas de jurisdição. Eles eram definidos como órgãos de coordenação da ação federal. Mas assistem impotentes à montagem de um outro tecido econômico e social nas suas áreas de abrangência, sem deles participar.

No caso do Nordeste, de novo, que eu conheço mais de perto; na montagem da nova infra-estrutura e a região hoje, em termos de infra-estrutura, é completamente diferente do que ela era nos anos 50.

No começo, a Sudene até que participou. Os dois primeiros planos diretores da Sudene, uma parte importante dos recursos que eram destinados a construir a malha rodoviária da região passavam pela Sudene. Depois isso acabou e ela deixa de ter qualquer influência sobre o que vai acontecer na montagem da infra-estrutura regional.

Do ponto de vista dos cerrados, a Sudene não é responsável nem pelo que de positivo, nem pelo que de negativo foi construído, simplesmente foi realizado ao lado da sua atuação.

Na zona canavieira, o que aconteceu na área açucareira não tem nada a ver com a Sudene, tem a ver com o IAA, que é outro órgão federal que atuava na região e a Sudene nunca teve nenhuma condição de atuar nessa área, havia uma parede entre a Sudene e a Zona da Mata. Então, ela não pode ser creditada, de novo, nem pelo que aconteceu de positivo, nem pelo que aconteceu de negativo num dos espaços mais importantes da região que ela se diz planejadora.

A irrigação - e estou diante do ex-Ministro - qual é o peso que a Sudene teve no que aconteceu de importante na irrigação do Nordeste? Muito pequeno para a dimensão das mudanças que aconteceram nessa área, mudanças muitas das quais positivas.

Para não ficar só nos exemplos da economia, os programas sociais: o programa de habitação, o programa de saneamento se deram em muitas das cidades do Nordeste e a Sudene não tinha muita participação naquilo que se dava. Então, acho que essa é outra marca da nossa experiência recente, é uma certa impotência, sobretudo, nas fases mais recentes dos órgãos regionais para acompanhar e influenciar aquilo que se passava operado pelas políticas nacionais, e o mais grave: na maioria dos casos pelos próprios órgãos federais atuando no Nordeste.

Mas a principal distorção que observo deste período é o que queria fixar para terminar minha intervenção. Qual é a visão que predomina?

A visão que predomina é de que este País é formado por regiões desiguais, onde as políticas regionais têm um caráter compensatório.

Se o problema do Brasil é que nós temos regiões desiguais, umas mais ricas, outras mais pobres, o que nós temos a formulação das políticas é esse norte.

Então, as políticas regionais são tratadas como políticas compensatórias quando não emergenciais.

As políticas nacionais não são regionalizadas, as políticas nacionais geralmente concentram espacialmente e socialmente.

E o que estou dizendo para as políticas regionais também vale para as políticas sociais.

Como modelo da economia concentra renda, as políticas sociais atuam como colchão amortecedor, como modelo da economia concentra renda espacialmente, as políticas regionais atuam também como modelo amortecedor, elas nunca são importantes, elas são secundárias, complementares, para não deixar que a coisa se agrave — essa que é a grande marca da nossa experiência recente.

A capacidade demonstrada pelas nossas elites locais em se apropriar dessas políticas também merece destaque, a habilidade que as nossas elites locais têm primeiro: para se apossarem dessas políticas; segundo: para não deixar que elas provoquem qualquer mudança naquelas regiões e, sendo compensatória e sendo emergencial, essa possibilidade se amplia muito porque as elites locais têm muita força no comando dos instrumentos que aparecem nessas duas direções.

Aliás, o Nordeste só teve vez, dentro dessa visão, no final dos anos 50, quando o efeito Cuba não era o efeito Orloff, em relatórios escritos inclusive por economistas que não eram brasileiros, mostravam que ali era um caldeirão prestes a explodir. As políticas emergenciais e compensatórias foram rapidamente dirigidas para a região. Acho que se ter assim, aí de nós, que precisamos esperar que ele volte de novo a ter alguma relevância.

Isso faz com que, por outro lado, a visão regional termine sendo a visão do problema regional, nós não tratamos a questão regional no Brasil, mas os problemas regionais no Brasil. Por isso tanta ênfase quando se fala em regional para o Nordeste e o Norte, que, aliás, são os dois problemas regionais do Brasil, não tem outro: o Sul não tem problema regional, o Centro-Oeste tem uma área de expansão e o Sudeste é a área central da economia brasileira.

Então, é uma visão distorcida que vai pelo lado dos problemas e aí só ataca pela visão dos problemas.

Por outro lado, outro elemento que identifique na condução, sobretudo, das políticas nacionais é o seu caráter uniformizador, é como se este País fosse igual, em que definíssemos políticas nacionais iguais, embora a gente tenha aprendido pela experiência que políticas nacionais iguais neste País dá resultado diferente e não tem como esperar outra coisa porque as regiões são diferentes, elas estão integradas, mas são diferentes.

Como é que a gente explica, de novo, uma política como o BNH conduziu, querendo botar o mesmo tipo de casa no Rio Grande do Sul, na área metropolitana de São Paulo e na Amazônia?

Um País continental com a diversidade que existe implanta uma política nacional uniformizadora como foi a política do BNH; se fosse ela somente, tudo bem! Só que a gente reencontra essa característica na maioria das políticas nacionais setoriais, pelo menos na experiência recente que o País viveu.

Agora, passo para as minhas considerações finais na expectativa de que vamos passar uma fase de transição entre essa fase atual, onde predomina o curto prazo e o planejamento não existe, e as políticas de reconstrução da economia nacional não conseguem deslanchar para um momento mais positivo, onde a gente possa voltar a falar em política de desenvolvimento, em política industrial, em política agrícola, em política de ciência e tecnologia etc.

Para esse momento, do que eu expus antes, eu queria destacar uma frase, que é uma frase de conclusão: as regiões brasileiras estão integradas, mas elas são diferentes; para pensar para frente tínhamos que considerar isso. Estamos integrados, mas somos diferentes; se estamos integrados e somos diferentes isso implicaria tratar essa diferença com abordagem positiva e não com abordagem negativa. Ser diferente é uma coisa positiva, muitos países menos diferentes que o Brasil tiram partido de suas diferenças, consideram as diferenciações regionais não como problema, mas como uma potencialidade.

Regiões com estruturas diferentes, terem dotações de recursos diferentes não é um problema, é uma virtude e as políticas nacionais teriam que tratar isso com virtude, ou seja, na hora de formular uma política industrial considerar que a heterogeneidade do tecido industrial já montado não atrapalha, ajuda; considerar que uma política agrícola a heterogeneidade da agricultura já instalada não atrapalha, ajuda e, então, deveríamos partir da heterogeneidade.

Isso significaria uma mudança de 180 graus, ou seja, da história onde regional é sinônimo de desigualdade a gente iria para outra premissa. O tratamento regional é sinônimo de diferença, a desigualdade seria tratada num segundo plano. É claro que existe desigualdade, mas esta não é o foco principal da questão. O foco principal seria: este é um País rico de diferenciações regionais, e as políticas nacionais teriam que trabalhar com virtude, como potencial essas diferenciações regionais para trabalhar políticas nacionais regionalizadas, como propôs o Prof. Jatobá, não a do salário mínimo, como saiu recentemente.

Como a economia está integrada, o mercado de trabalho também está integrado. Então não faz sentido mais regionalizar, é coisa dos anos 40, dos anos 50 e não dos anos 90.

Mas a política de ciência e tecnologia, por exemplo, tem que ser regionalizada. Nós estamos, de novo, concentrando aquilo que vai ser a base do futuro. Basta pegar os dados de investimento em C / T: oitenta por cento do Sudeste, de novo. Ser que as regiões não têm áreas de excelências regionais? Tem. Mesmo que não tivessem, tinha que ser implantado. Porque essa é a matéria-prima do futuro. Se não explorarmos potencialidades em termos de C / T no espaço nacional, como um todo, vamos deixar aqui a vinte anos uma economia concentrada de novo. Temos que começar a montar agora para podermos ter alguma coisa desconcentrada, lá na frente, daqui a vinte anos. Porque é o tipo de investimento que não tem efeito a curto prazo. Mas, mesmo no presente, é possível encontrar focos de excelência fora do eixo São Paulo/Campinas.

Então, é preciso investir nesses eixos agora, para que não tenhamos de novo modelo fortemente concentrado que fizemos na década passada, porque até havia maior justificativa do que esse. Não quero aprofundar isso.

Acho que a Assembléia Nacional Constituinte centrou uma preocupação muito grande na regionalização dos recursos. Não é que ela não seja importante. Regionalizar recursos é muito importante, mas é muito insuficiente. A discussão na Assembléia Nacional Constituinte ficou muito em termos de como desconcentrar os recursos financeiros que vão ficar ainda nas mãos do Governo Federal. Acho que é muito insuficiente.

O que temos que fazer é mudar a proposta central. É querer ter um País integrado que tire proveito das potencialidades que ele tem no conjunto do espaço, visto na abordagem regional. Visto na abordagem social, isso também tem outra leitura. Seria um País que, ao invés de querer um processo para um terço, quereria um processo para integrar a maioria. É a mesma visão do lado social da que defendo do lado espacial.

Finalmente, a última conclusão da minha primeira exposição. Somos integrados, mas não barramos as especificidades regionais. Ao contrário, mantivemos muitas e construímos outras. Essas especificidades locais, como o Dr. Jorge Jatobá já mostrou, muitas delas não podem ser tratadas apenas na dimensão nacional. Muitas delas têm que ser tratadas na dimensão regional. Ou seja, além de planos nacionais regionalizados, que tratam a diferenciação do País, temos que ter planos regionais ainda e durante muito tempo. Até porque, além de diferenciados, aí, sim, também somos desiguais. Vai ter que, para certas regiões, haver instrumentos mais fortes, canalizar mais esforços, chegar junto de problemas que, pela dimensão naquele espaço, tem que ter um tratamento diferenciado. Não podemos nos permitir ao

luxo de só termos um planejamento nacional neste País ainda. Se andarmos bem, talvez, no futuro, só precisemos fazer o planejamento nacional regionalizado. Mas, na transição, acho que ainda precisamos ter as duas coisas: os planos nacionais regionalizados e os planos regionais e propostas regionais e políticas regionais e instrumentos regionais.

Só para terminar, de forma polêmica, queria colocar a minha dúvida, honesta, sobre uma tese que estou vendo florescer: é de que os órgãos regionais, tipo Sudene e Sudam, devam se transformar em meros órgãos de planejamento. Primeiro, Sudene e Sudam não foram criados como órgãos de planejamento. Até o nome já diz: é de Desenvolvimento do Nordeste, é de Desenvolvimento do Norte. Eles são órgãos de fomento que usam o planejamento como instrumento, não são órgãos de planejamento. Principalmente para essas duas regiões, tenho muita dúvida. Por que transformar em meros órgãos de planejamento, o que ficaria nas regiões? Os grandes órgãos de fomento seriam os bancos: Basa e BNB. Aí me pergunto: as questões centrais que vamos ter que enfrentar no Nordeste, com esse tratamento regional, seriam só com o crédito? Se somos capazes de dizer que só crédito resolve, então deixemos só o BNB e o Basa. Desconfio que só crédito não resolve. É preciso muito mais.

Por exemplo, no semi-árido — vou usar a presença de Jatobá, aqui, que tem um trabalho excelente sobre este assunto — além da questão fundiária, a miséria não muda por causa do capital comercial. O capital comercial é o mecanismo mais forte para fazer com que aquelas populações que produzem não consigam se capitalizar. Elas são capazes de produzir. Elas só não são capazes de se capitalizar. Por que elas não são capazes de capitalizar? Porque a tela de intermediação, capital comercial, que está montado em cima, explorando, não permite. Aí me pergunto: o crédito resolve isso, sozinho? Desconfio que não.

Então, temos que aprofundar essa discussão, principalmente porque certos problemas como o crédito só desconfio que não resolve.

Capacitar gente é um desafio muito maior no Nordeste do que em outras áreas. É com crédito que vamos alterar o quadro que temos, hoje, nessa região. E não é o mesmo problema nacional, não. É um problema muito mais forte, com intensidade muito maior.

Infelizmente, na nossa herança, na nossa cultura, na cabeça dos brasileiros, só quem planeja termina fazendo papel. As pessoas só se dispõem a negociar, a articular decisões, a definir parcerias, com quem tem algum instrumento, pode até não ser financeiro, mas que tem algum instrumento. Acho que se tirarmos todos os instrumentos dessas superintendências — e aí falo com mais gravidade, no Norte e no Nordeste, porque acho que aí temos, de fato, problemas regionais e relevantes, no caso Brasil — os agentes privados e as outras esferas de governo vão ter muita resistência em participar de uma negociação. Não vejo como melhorar o padrão de vida nessas regiões sem uma negociação muito bem feita entre Governo Municipal, Governo Estadual, Governo Federal e agentes privados. Se não for todo mundo junto... porque o Governo só já mostrou que é incompetente para fazer essas mudanças.

Com essa dúvida, queria agradecer e pedir desculpas pelo tempo que usei.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) — A Mesa agradece as palavras da exposição da Dr. Tânia Bacelar.

Concedo a palavra ao Dr. Márcio Fortes, que tem uma grande experiência tanto no setor público quanto no setor privado.

No setor público, vale destacar a sua passagem pelo BNDES, quando deu partida ao Programa de Privatização, no País. No Banco de Desenvolvimento do Rio de Janeiro teve uma passagem destacada, além de ter participado do Conselho de Administração da Petrobrás, e outras funções de destaque no setor público.

No setor privado, o Dr. Márcio Fortes participa do Conselho de Administração da Empresa João Fortes Engenharia, uma das mais destacadas empresas do setor de construção civil do nosso País.

O SR. MÁRCIO FORTES — Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. Parlamentares. ... e Srs. a qualidade, a profundidade e a amplitude dos assuntos tratados tanto pelo Dr. Jorge Jatobá quanto pela Dr. Tânia Bacelar, praticamente, dispensariam, inclusive, pelo avançado do tempo, a minha participação.

Vou poupar os Srs. de um prolongamento muito grande por essa razão, mas não me furtarei, de forma alguma, a dar um pouco da opinião de quem não é do Nordeste, nem da Amazônia, embora com raízes históricas genéticas, e que pode representar aqui o papel do empresário. Mas do que o papel do empresário, como, no momento, sou uma espécie de funcionário das Nações Unidas, em função da Conferência Mundial das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, acrescentar algumas pitadas no que pode significar como instrumento para o acesso a uma nova fase de desenvolvimento para o Brasil, como um todo, e, particularmente, para as regiões específicas e mais particularmente, ainda, para a Amazônia, tudo o que significa uma nova cultura e um novo conceito de desenvolvimento integrado.

Nesse sentido, os estudos que foram feitos no BNDES demonstravam - como demonstram hoje, com clareza - uma porção de coisas das quais ninguém se lembrava! Por exemplo: não existe nenhuma relação entre a capacidade de ser moderno, em termos de tecnologia agrícola, e o tamanho, pequeno ou grande, das propriedades. Tanto podem ser competitivas, avançadas e modernas, em técnica e em resultado final, as pequenas quanto as grandes propriedades. Também não existe nenhum tipo de relação entre a região e em que se situa, e o produto, a duração do produto, a sua oferta, a sua utilização como comestível energético ou como material de exportação. Tudo isso foi feito e demonstrado.

Não existe, por outro lado, necessidade de restrições ao trânsito dentro do País, como não precisa haver restrição ao trânsito de produtos de tecnologias e educação entre a Nação e as outras nações. Havia uma frase que o Dr. Rômulo dizia sempre, que é: "Precisamos promover a desconcentração, concentrando-a!" Inventou uma expressão curiosa, ou seja, desconcentração concentrada! E tomávamos para isso modelos ótimos de observação, de décadas, no desenvolvimento, por exemplo, do Pólo Petroquímico de Camaçari e do Centro Industrial de Aratu, analisando o que tinha acontecido ao desenvolvimento geral do Estado da Bahia, particularmente daquela região, quem tinha passado a ser empresário, a qualidade do emprego que tinha passado a haver, que qualidade de educação tinha passado a ser necessária e utilizada para a continuidade dos trabalhos - não exatamente do Pólo Petroquímico - de todas as atividades geradas em volta daquilo, sem qualquer artificialismo de mercado.

Não posso também deixar de mencionar, nesse pout-pouri de idéias rápidas, que poderiam ter sido melhor expostas lendo um texto, que se o Nordeste - outro dia, estive em Belém, na presença do Alcir e dos companheiros da diretoria da Sudam, falando um pouco essa língua, mas na Amazônia é um pouco diferente o discurso e a resposta dos participantes - parar de reclamar e de se queixar e passar a oferecer oportunidades de bons negócios, e se obter parceiros, e não pessoas incomodadas por terem que fazer caridade. Isso incomoda muitas pessoas. Queremos receber no Centro-Sul, em São Paulo, no Rio de Janeiro e em Minas Gerais parceiros que nos ofereçam oportunidades de desenvolvimento. Nem tanto de lucros extraordinários, mas de desenvolvimento, que, no futuro, gerarão resultados, inclusive sob a forma de lucros. Mas parceiros! Queremos tecnologia, queremos braços competentes para trabalhar, como são os nordestinos, queremos mercados, queremos articulação com mercados externos, uma porção de coisas, que são, eventualmente, a língua inversa daquilo que vêm nos dizer sistematicamente: "Me ajude, porque senão eu quebro!" Ninguém ajuda ninguém! Todo mundo quer ajudar a si próprio! Isso é uma verdade! Inclusive as elites governamentais de um País como o Brasil, complexo, múltiplo, amplo, grande e desejoso de desenvolvimento, necessitam de desenvolvimento em todas as suas regiões.

Acho que é só isso, Sr. Presidente, porque já passei dos dez minutos que me propus. O debate pode levantar questões novas, segundo o interesse dos trabalhos da Comissão.

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - A Mesa agradece a exposição do Dr. Márcio Fortes e passa agora ao debate.

O SR. MÁRCIO FORTES - Sr. Presidente, esqueci-me de algo muito importante.

Certamente, para o desenvolvimento regional, daqui para frente, fundamental não vai ser qualquer artificialismo, como houve na década de 60 ou 70. Isso ficou claro! Mas, sim, prover condições de infra-estrutura. Esta sim é que deve ser a grande demanda. A infra-estrutura considerada nos seus quatro pontos: energia, transporte, comunicações e, mais modernamente, informação, que supera a comunicação - a informação engloba os quatro setores em que se divide a infra-estrutura. Eles são fundamentais para o desenvolvimento de qualquer lugar.

Como não existirão recursos públicos para se fazer isso, não precisamos ter ilusões, porque os recursos públicos não são suficientes para cobrir minimamente as carências sociais que, essas sim, definitivamente, precisarão mais e mais de recursos públicos, eu lhes peço que, com franqueza e sinceridade, se tornem aliados de um processo em desenvolvimento do setor privado em novas responsabilidades até então exclusivas do setor público: na infra-estrutura. Não apenas para comprar usinas siderúrgicas. Isso também é importante! Mas não é necessário para o nosso futuro desenvolvimento! O que é necessário é que a próxima represa de Xingó não seja feita com o dinheiro que está fazendo falta aos hospitais, mas que seja feita com o dinheiro de quem está interessado numa coisa de extrema viabilidade: como aquela, em ganhar dinheiro com produção e distribuição de energia elétrica.

E só isso! Obrigado, Sr. Presidente!

O SR. PRESIDENTE (Beni Veras) - Passamos a palavra ao Dr. Alcir Meira.

O SR. ALCIR MEIRA - Obrigado, Sr. Presidente.

Assisti com bastante atenção aos depoimentos dos três conferencistas. E quero realmente confessar que poucas vezes tive oportunidade de ver o que realmente se defendia com tanto brilhantismo. Acho que as colocações foram feitas de maneira muito inteligente e muito pertinente a essa problemática que hoje envolve essas diferenças inter-regionais.

Ante aqui alguns tópicos das apresentações, que dizem respeito à Sudam, e gostaria também de esclarecer que, no momento, a Sudam está com o seu Plano de Desenvolvimento Integrado da Amazônia - PDA - concluído. Ele será agora apresentado, em sua fase final, ao Congresso, para a aprovação. Dentro daquilo que se apresenta no Plano de Desenvolvimento, existem algumas coisas que foram colocadas e sobre as quais eu realmente gostaria de ter um melhor esclarecimento ou de debater um pouco mais.

O Dr. Jorge Jatobá fez uma colocação muito importante. A redução dos recursos orçamentários, sejam federais, municipais ou estaduais, traz sempre um prejuízo muito grande e mais intenso nas regiões mais pobres. E temos, na Amazônia, um aspecto muito significativo dos nove Estados que compõem a Amazônia Legal - já que o Maranhão também ocupa uma faixa do Nordeste - cinco são Estados novos, que foram recentemente criados e que têm a sua economia praticamente ba-

seada nos recursos do Governo. Quando chego ao Amapá, por exemplo, observo uma coisa que chega a ser estranha. O expediente começa de manhã e vai até uma e meia da tarde. E encontramos todas as pessoas trabalhando até aquela hora. Depois de uma e meia da tarde, elas simplesmente vão para casa, colocam os seus pijamas e não saem mais. Há uma paralisação da atividade normal da cidade em função justamente de que praticamente toda a comunidade vive em torno dos recursos do Estado.

Ora, numa região em que cinco dos nove Estados são dependentes dos recursos do Governo, ou reformulamos realmente os conceitos, ou essa região jamais se desenvolverá. Acho que foi uma colocação própria, já que esse é um problema sério a ser enfrentado.

Há também a necessidade da regionalização das políticas. Isso é necessário, porque entendemos que a heterogeneidade que existe em nosso País exige que não haja um tratamento uniforme. Mas também é importante, para que isso ocorra, que haja um intercâmbio entre as políticas estabelecidas na própria região, nos seus planos específicos, e as políticas nacionais, que exista uma via de duas mãos, senão o que dificilmente teremos qualquer sucesso.

Sou um homem de planejamento, passei a vida inteira fazendo isso. E só entendo o planejamento dentro do critério de planejamento integrado, que é o que estamos fazendo, no momento, na Sudam. Tenho uma oportunidade, ainda será marcada a data, de vir aqui expor para a Comissão todos os conceitos que estavam embutidos no nosso Plano de Desenvolvimento da Amazônia e, nessa altura, poderão verificar que o aspecto mais importante é justamente o envolvimento que tivemos com todas as entidades governamentais e não-governamentais na elaboração do plano, que é, realmente, talvez pela primeira vez na história da Amazônia, um plano de desenvolvimento integrado.

Acho, então, que esse plano nacional regionalizado tem que ser justamente isso: um plano integrado, em que haja a participação, na ida e volta, de todos os integrantes nacionais das várias regiões que compõem o País.

A Dr. Tânia fez uma colocação que eu acho, também, muito séria: é que não está havendo a participação efetiva dos órgãos do desenvolvimento regional naquele aspecto fundamental da sua ação, que é o de concentração da ação do Governo Federal naquela região. Isso é uma luta que eu venho tendo desde que assumi, há dois anos, de que se dá à Sudam a plenitude da sua ação, e nessa plenitude é fundamental que assumamos essa coordenação.

Eu discordei um pouco ou talvez não tenha entendido - da crítica de que os órgãos do desenvolvimento regional não têm a missão específica de planejamento. Acho que não se pode ter desenvolvimento regional sem que haja um plano correspondente, porque senão teríamos o desenvolvimento caustico. Acho que é de fundamental importância que nós tenhamos, através de diretrizes traçadas no planejamento, as definições das hipóteses do desenvolvimento.

O que temos pretendido fazer na Sudam é que todo esse plano venha a ser feito através de uma efetiva avaliação da realidade regional. Nós não podemos é permitir, como era feito anteriormente, que, em cima de hipóteses, se jogue, então, um plano de desenvolvimento. Hoje, temos plena consciência da problemática amazônica, porque partimos, primeiro, de um zoneamento ecológico-econômico que cobriu toda a região amazônica e que nos deu um diagnóstico da realidade de toda a região, não só nos seus aspectos econômicos mas também ecológicos, e temos também um profundo conhecimento da realidade, através de um trabalho elaborado pela Sudam. "Macrocenários alternativos até o Ano 2010". Foi feita uma consulta à comunidade amazônica nas suas várias estratificações e foram consultados 268 segmentos da comunidade amazônica. Através desse trabalho, pôde-se verificar qual o futuro desejável para a região e, fazendo uma devida correlação entre as realidades internacional, nacional e regional, estabelecemos, dentro desse futuro desejável, qual seria o futuro plausível, o futuro possível. Então, fizemos o levantamento daquilo que é a realidade da região para, em cima dessa realidade, com pleno conhecimento, estabelecer todas as diretrizes de planejamento, estabelecer as políticas de desenvolvimento, estabelecer os programas de desenvolvimento e com eles os projetos de desenvolvimento.

Então, a Sudam não pode ser um simples órgão executor do desenvolvimento. Ela tem que, conhecendo, como conhece, com autoridade, a realidade amazônica, promover o desenvolvimento. Como? Traçando um plano integrado para que se promova esse desenvolvimento.

Finalmente, com relação à apresentação do Dr. Márcio Fortes, ele colocou uma palavra que eu acho de fundamental importância na discussão, que foi "pobreza". Na realidade, as diferenças inter-regionais pressupõem acima de tudo, a existência de extrema pobreza nas regiões subdesenvolvidas, e a erradicação dessa pobreza é que tem que ser, realmente, a ação mágica para que possamos diminuir essas diferenças inter-regionais. Ninguém pretende, na Amazônia, chegar a um grau elevado, digamos, de desenvolvimento tecnológico, porque isso é um processo lento. Eu digo sempre que desenvolvimento tem várias conotações. Aquilo que, digamos, é tecnologia avançada no Sul, no Sudeste, não tem o mesmo conceito no Norte ou no Nordeste. Avanço tecnológico no Sul é o telefone celular, um certo avanço tecnológico no Norte é se inaugurar uma torneira nova num bairro pobre. Isso já satisfaz a comunidade, já é um avanço, já é uma conquista. Na realidade, o que é importante para que se consiga diminuir essas diferenças inter-regionais é que se faça a eliminação daquilo que é a coisa mais grave das regiões subdesenvolvidas, que é a pobreza. Então, vamos começar a resolver por baixo até, num determinado momento, quem sabe, alcançarmos um maior patamar. Nunca tentar, pelo maior patamar, fazer um nivelamento, porque isso seria extremamente penoso e difícil dadas as dificuldades, inclusive, de orçamento e de finanças ora encontradas.

Então, com essas colocações, dou por encerrada a minha participação.

O SR. MÁRCIO FORTES - Sr. Presidente, em benefício da dinâmica do debate, gostaria de fazer uma colocação. A Dr. Tânia falou aqui da leve inversão na curva do desenvolvimento entre as diversas regiões. Perdoe-me, mas o percentual da renda do Centro-Sul caiu de 60 e poucos por cento para 58, necessariamente crescendo o percentual das outras. Só que as populações cresceram muito mais nas re-

giões menos favorecidas. Portanto, houve um aumento de renda, mas houve uma queda de renda per capita, agravando a pobreza. Essa afirmativa, em termos da Amazônia, por exemplo, chega a ser gritante. A população amazônica, se não me engano - se estiver errado, você diz que estou errado, que eu não fico zangado - cresceu de dois para 17 milhões de pessoas em 20 anos, é isso Alcir?

O SR. ALCIR MEIRA - É.

O SR. MÁRCIO FORTES - E a renda passou de cinco para oito, qualquer coisa assim. Logo, caiu à metade. Então, não adianta. Quer dizer, é muito próprio, sobretudo daqueles adeptos de velhos modelos de desenvolvimento regional, como os empresários sulistas inclusive, que se beneficiaram com os incentivos fiscais e pretendiam continuar contando com o mesmo tipo de política, apresentar volumes globais. Quer dizer, a nossa ação aumentou a renda da Amazônia cinco vezes. É certo que sim, só que a população aumentou dez vezes.

Portanto, o que aconteceu, na realidade, foi um aumento de população da parte pobre, agravando o subdesenvolvimento. Teria sido muito melhor que não tivesse havido esse determinado aumento de renda.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Vou lhe ajudar mais. O melhor exemplo é o de Porto Velho, que teve um aumento populacional, por ano, de 20%.

O SR. MÁRCIO FORTES - Aí o pessoal fica dizendo: "Puxa, como é que cresce esta região!" Cresce coisa nenhuma. Só decresce.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Cresce em pobreza.

O SR. MÁRCIO FORTES - Bom, a outra coisa que eu queria dizer, Alcir, só para lembrar o que falei lá em Belém, é uma coisa curiosa sobre a dinâmica dos modelos de desenvolvimento. Eu não sou planejador e, portanto, posso cometer erros de natureza teórica e acadêmica na relação, mas com a obrigação que tenho de ser intuitivo nos caminhos do desenvolvimento pela minha profissão e minha formação, nós gastamos uns três anos aqui, durante a discussão da Constituição, em alguns capítulos interessantes, e um deles foi o da Suframa, da Zona Franca de Manaus. Afinal de contas, a Zona Franca de Manaus existe para sempre. Sabe quando ela vai acabar? No ano que vem. Acabou já. No momento em que se integra o mercado brasileiro ao mercado estrangeiro, qualquer habitante brasileiro pode comprar motocicleta no Japão pelo mesmo preço que se compra em Manaus ou mais barato. O mesmo ocorre com televisão e todas essas coisas que fabricam lá na Zona Franca. Então, acabou a Zona Franca. A discussão toda - se é justo, se não é justo, se é modelo de desenvolvimento, se não é, se o artigo deve entrar na Constituição, no Ato das Disposições Constitucionais Transitórias ou não, aquela coisa enorme, Bernardo Cabral, que era da Amazônia - não adiantou nada, porque a dinâmica supera essas discussões que, na realidade, significaram apenas perda de tempo na definição de um modelo de desenvolvimento para a região como um todo, que intuíse o que iria acontecer alguns anos depois. Nesse particular, a Zona Franca não está muito diferente do Leste Europeu, para consolo de todos nós. Mas acabou. Daqui a um ano, ninguém compra mais nada fabricado na Zona Franca de Manaus. Não porque não goste, mas é porque vai poder comprar melhor e mais barato. É isso que vai acontecer.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - A sistemática de funcionamento da reunião da Comissão é no sentido de que, no momento das indagações, os conferencistas tenham a liberdade de fazer as suas considerações a respeito da indagação feita pelo interpellante. De forma que...

O SR. MÁRCIO FORTES - Então, perdão por ter furado a fila.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Não, em absoluto. V. só já fez as considerações devidas e apropriadas na relação às observações. As indagações do Dr. Alcir Meira. Agora eu colocaria a palavra à disposição do Dr. Tânia e, em seguida, do Dr. Jatobá, para fazerem as suas considerações sobre as indagações do Dr. Alcir Meira.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Creio que ficou uma dúvida entre o que eu falei e o que foi entendido por ele. De fato, ele entendeu errado. Eu não quis dizer que a Sudam, a Sudene ou a Sudene não são órgãos de planejamento, também. Disse apenas que ela não são Suplens nem Suplens. Elas são Sudam, Sudene, ou seja, são órgãos de desenvolvimento. Para promover o desenvolvimento elas usam o planejamento. Dizer que elas são só de planejamento é enervá-las muito mais restritas do que de fato elas são. Mas que o planejamento deve estar dentro delas, que elas devem ter planos regionais não há dúvida, continuo achando que durante um bom tempo vamos precisar desse tipo de atuação.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Muito obrigado. Concedo a palavra ao nobre Deputado Aristosto Holanda, o segundo inscrito. Antes de passar a palavra a S. Ex.^a, devo fazer um esclarecimento.

A comissão tem tido uma atenção especial em relação às instituições de desenvolvimento regional. Temos convidado permanentemente representantes e dirigentes dessas instituições para que participem das discussões, dos trabalhos da Comissão. Queremos aqui destacar a presença do Dr. Mauro Parreira, Secretário da Codesul, que nos está dando a honra da sua presença, participando desta sessão.

O SR. ARIOSTO HOLANDA - Inicialmente, eu gostaria de parabenizar o expositor pela profundidade com que abordou o tema. Eu diria, como o Dr. Márcio Fortes falou, que não tenho muito o acrescentar, uma vez que os tópicos importantes já foram abordados.

Eu gostaria de explorar alguns pontos, principalmente dentro da minha área, que considero muito importante, da educação, ciência e tecnologia.

Quando se fala em disparidades regionais, falamos no sentido do desenvolvimento. Quando surge a palavra desenvolvimento, sempre pergunto para quem e para quê o desenvolvimento. Creio que o cerne da questão está aí. Penso que qualquer alternativa de desenvolvimento só é real se o seu objetivo for o homem e seu desenvolvimento. Creio

que, nesse ponto, pecamos muito, principalmente em se tratando de Nordeste.

Eu gostaria de começar pela intervenção do Professor Jatobá, quando ele questiona o fato de estarmos usando um novo modelo de desenvolvimento baseado na competitividade industrial, ao invés daquele modelo da substituição das importações. Conhecemos que esse modelo foi baseado em três vertentes: a entrada no capital, sobre a qual falou muito bem o Dr. Márcio Fortes, se não me engano 8 bilhões de dólares por ano; a importação de pacotes tecnológicos, onde está o cerne da questão.

Muita gente fala em importação de tecnologia. Questiono essa palavra, uma vez que não se importa tecnologia, e sim máquinas e equipamentos. A tecnologia está na cabeça das pessoas. O grande erro estratégico, conforme comentamos, foi esse.

Faço uma pergunta direta ao Dr. Márcio Fortes, tendo em vista que, quando tomamos dinheiro lá fora para financiar algum projeto, esperamos que esse dinheiro tenha retorno capaz de pagar pelo menos o que foi emprestado. Que projetos realmente resultaram em tremendo sucesso, não retornando o capital suficiente para pagar o que foi pedido para construí-los? Eu apontaria alguns, talvez o programa nuclear, a Ferrovia do Aço, a Transamazônica. Agora o Governo anuncia o programa de competitividade industrial. Competitividade, para mim, significa produtividade e qualidade. Produtividade e qualidade só conseguimos com a tecnologia. Não é item estamos no fundo do poço, estamos muito longe. Tenho a idéia de que vamos repetir o mesmo modelo, ou seja, importar equipamentos modernos. Ocorre que os centros de pesquisa estão lá fora. Portanto, vamos sempre ter o atraso tecnológico, a dependência tecnológica, grande erro que se cometeu neste País foi a implantação de indústria-comércio e não indústria-desenvolvimento. A indústria/comércio é a que só se preocupa com a operação das máquinas, da matéria-prima dos insumos; não está preocupada com a inovação tecnológica, com a pesquisa, com o controle de qualidade, com a capacitação de recursos humanos. Falo, aí, da SUDENE, que repetiu, como a Tânia colocou muito bem, o modelo de substituir importações para atender não o que o GTM apontava. Ela colocou muito bem - que a industrialização foi totalmente desviada dos objetivos iniciais, que previam a exploração dos nossos recursos naturais, do nosso meio. Tenho essa visão, porque tive a oportunidade de exercer o cargo de Secretário da Indústria e Comércio do Governo passado e vi os erros grosseiros que foram cometidos em termos de industrialização do Estado. A SUDENE passou a ser PINOR, essa foi a grande verdade. Ninguém falava em SUDENE como planejamento estratégico. Pergunto: dentro do GTM onde estava o meio rural? O que se objetivava para o meio rural em termos de desenvolvimento? Essa pergunta é específica para o Prof. Jatobá e para a Prof. Tânia, porque lá estava a pobreza. Ao se concentrar a industrialização na Capital, o que se deu - e deixar o interior esperando chuva, a concentração de renda na capital aumentou tremendamente. A população, ávida de emprego, ao buscar a capital, acenava com mão-de-obra sem capacitação. A mão-de-obra precisava ser capacitada, uma vez que a ferramenta da indústria é a tecnologia. Houve uma repetição dos nossos industriais do Nordeste, que são comerciantes. São comerciantes. Lembro-me de que nessa época tentamos fazer um trabalho junto à SUDENE, de implantar um departamento voltado para o incentivo à pesquisa do desenvolvimento tecnológico, porque é impossível se pensar em industrialização sem ter a base do desenvolvimento tecnológico, da capacitação dos recursos humanos.

A Prof. Tânia coloca um aspecto da mais alta importância quando fala que estamos na era do conhecimento. Era do conhecimento significa educação, ciência e tecnologia e não podemos pensar no sistema de ciência e tecnologia eficaz, porque a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico é ponta final de uma cadeia onde começa com o ensino básico, com o ensino do 2º grau com a universidade, com o curso de pós-graduação. Como desenvolver a ciência e a tecnologia no País quando temos 30 milhões de analfabetos?

Aqui está o resultado de uma CPI que fizemos - recebemos ontem esse documento - que procura identificar as causas do nosso atraso tecnológico. Ouvimos mais de 100 depoimentos dos quais concluímos que o atraso está na degradação da base educacional do nosso País. Esse é o cerne da questão, pois o melhor investimento do homem chama-se educação, pelo menos para questionar esse modelo que estamos enfrentando.

Gostaria de citar alguns números importantes para a conscientização desse trabalho que mostra como estamos distantes do desenvolvimento. São depoimentos de professores das universidades, de setores produtivos, são dados que eu gostaria de citar. Nos países mais adiantados, mais desenvolvidos, a relação entre técnico de nível superior para técnico de nível médio é de 1 para 5. Um técnico de nível superior para um de nível médio. No Brasil ocorre o contrário: temos dois técnicos de nível superior para 1 de nível médio. Aí a situação é mais grave. O depoimento da ABENG - Associação Brasileira de Engenharia - diz que temos 400 mil técnicos de nível superior, 400 mil engenheiros, mas pela extensão territorial do País devíamos ter 4 vezes mais. Deveríamos ter 1 milhão e 400 mil técnicos de nível superior. Mas, como a relação do País é de 2 para 1, temos 400 mil técnicos de nível superior e 200 mil de nível médio. Acompanham o meu raciocínio: se a relação 1 para 5 é ótima então deveríamos ter 6 milhões de técnicos de nível médio qualificados. E só temos 200 mil. Com isso estou mostrando esse vácuo que existe dentro da educação. Não adianta falar em ciência e tecnologia sem completar essa cadeia.

Para terminar a minha intervenção, especificamente, além dessas questões que faço, pergunto: qual é a visão dos senhores no que diz respeito a esse segmento educação, ciência e tecnologia como ferramenta importante para o desenvolvimento das regiões mais pobres? Qual é a importância dada à educação, ciência e tecnologia na região mais pobres? Em termos bem telegráficos, qual a proposta de ações importantes a serem desenvolvidas no sentido de diminuir essas desigualdades, já que a área do crescimento está aí? Caso haja uma disposição do Governo em investir em ciência e tecnologia, quem está mais apto no momento a desenvolvê-la? A região centro-sul. Então o vácuo vai aumentar porque é através da ciência e da tecnologia que há o desenvolvimento. Estamos totalmente atrasados nessas áreas. Caso houvesse essa política da competitividade industrial voltada

para capacitar as indústrias também na sua pesquisa de desenvolvimento tecnológico, certamente ocorreria a concentração.

Um livro que li recentemente, cita a tríade do poder: a força — a arma —, a riqueza e o conhecimento. Dessas três armas poderosas que definem hoje o poder a que está menos mal distribuída ainda é a riqueza. Onde existe a maior concentração, responsável hoje pelo poder, é no conhecimento. E disso estamos muito distantes.

Eram estas as intervenções que eu queria fazer.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Filho) — Concedo a palavra ao Deputado B. Sá.

O SR. B. SÁ — Sr. Presidente da Mesa, não tive a oportunidade de assistir à palestra inicial do Professor Jabobá. Assisti à da Dr. Tânia e à do Dr. Márcio Fortes. Gostaria de observar que nesta Casa, em seus diversos plenários, todos os dias temos essas histórias sendo contadas, sejam por parlamentares, sejam por palestrantes que aqui vêm participar de seminários, em depoimentos em CPI e assim por diante.

Vivemos sempre aqui a fazer o diagnóstico da situação do País. Bem ou mal, estamos fazendo o diagnóstico. Apontam-se também soluções, e todos estamos sabendo que elas dependem, antes de tudo, de vontade e decisão política.

Gostaria de fazer aqui também algumas observações com base no que ouvi do Dr. Márcio e da Dr. Tânia. Esta alertou para alguns aspectos que foram aqui levantados também na palestra da semana passada, da com o Professor sobre a questão da falta de planejamento estratégico neste País.

Sou de uma região, Dr. Márcio, do Nordeste, onde o Senhor tem suas origens. Sou médico e professor universitário, nunca ocupei função importante neste País. Vim para cá depois de passar 6 anos dentro de uma Prefeitura do semi-árido do Nordeste. Entrei em política por ideal e estou aqui como deputado perguntando-me todos os dias o que estou fazendo nesta Casa. Sou do Nordeste, mas daqueles que entendem que, para reclamarmos do centro-sul desenvolvido, temos de ser competentes em nossa região. Temos de primeiro aplicar bem o pouco ou pouco dinheiro que recebemos para depois colocarmos a nos queixar de que a culpa da nossa miséria, da nossa desgraça está no centro-sul. Não sou desse tipo, que choraminga e jereima e nem culpo um ou outro. Devemos ser competentes em primeiro lugar.

Gostei das observações da Professora Tânia quando alertou para o fato de que o Nordeste hoje é praticamente, em termos de recursos de incentivos fiscais, um estúdio das vocações de competência das elites que lá se enastelaram e tiram proveito dessa situação.

Diz-se que o Norte e o Nordeste são atrasados e que os deputados e os senadores dessas regiões não são bons — estou falando de maneira genérica —, e a culpa é do povo que vota nesse pessoal, mas, como podemos esperar um voto mais qualificado se a maioria desse pessoal, desses bolsões e grótes de misérias que existem nessas regiões vivem no limiar da subsistência a esperar um prato de comida? Não há expectativa nem do amanhã. Nunca vi uma situação mais compadecida do que aquela colocada na Bíblia. É preciso agir hoje. Não se pode deixar para amanhã o que se pode fazer hoje. As pessoas daquela região vivem, eternamente, brigando pelo prato de comida do dia.

Quando vemos a televisão mostrar cenas degradadas da condição humana, como na Somália, esse país sofrido na África, no Nordeste temos uma situação semelhante, que já está beirando aquilo, só que a fome, na sua primeira fase, do ponto de vista biológico, provoca agressão, saques, e, na sua fase mais crônica, quando o metabolismo biológico já começa a consumir as proteínas e as gorduras do corpo, chegamos à situação da Somália: o indivíduo vai ficando na passividade, encostado num canto, todo dia você contando mais quatro, cinco, dez, vinte corpos de pessoas que estão morrendo e que vão sendo sepultadas.

Então, quero chamar a atenção, Professora Tânia, para uma coisa por que venho me batendo desde que cheguei a esta Câmara. Ouço e vejo nos jornais Governadores como o do Ceará, criticando abertamente o FINOR. Vejo também o Governador da Bahia criticar abertamente o FINOR. E tenho a experiência do que veio lá pelo Piauí, que a imensa maioria dos projetos do FINOR, sobretudo projetos agropecuários, são extremamente deletérios. São muito poucos os que são aplicados; e, quando são aplicados, fico a me perguntar: Qual é a condição de vida dos que estão trabalhando dentro desses projetos financeiros pelo FINOR? Qual é a condição de vida? Qual é a participação deles em algum lucro daquele investimento, daquela empreendimento? Pois bem. Fico a me perguntar: Se há desvios gritantes nesse FINOR, por que não se suspende tudo e se reconheça essa história? Por que se sabe que a SUDENE programou as coisas de uma maneira correta para aquela época.

Também sou a favor da avaliação do Dr. Márcio Fortes. Uma idéia que era pensada há 30 anos não pode ser mais verdadeira ante o dinamismo da evolução, 20, 30 anos depois. Você tem que modificar.

Mas a SUDENE, pelo que senti da palestra da Professora Tânia Barcelar, está totalmente marginalizada há muito tempo. E há técnicos lá do mais alto gabarito. Apenas, houve uma distorção e essa elite, como verdadeiros abutres, apossaram-se da situação: "não, vamos manter a situação como está, porque isso é bom para nós".

E faço hoje também crítica, sem nenhuma outra intenção, porque não tenho um projeto na SUDENE, não tenho projeto em FNE, nem coisa nenhuma. A própria política do FNE vai no ruminho certo do FINOE, vai exatamente em marcha batida, como se diz lá no Nordeste. Vai caminhando na mesma trilha. Não discuto aqui um ou outro projeto que esteja bem-intencionado e que esteja sendo trabalhado corretamente.

Apresentei um projeto de lei — está ali transitando na Câmara, tentando chamar a atenção para alguns aspectos do FNE, e hoje sou considerado, em algumas regiões, como inimigo do Banco do Nordeste. Por quê? Porque tive a audácia de me insurgir contra a ordem instalada, sem nenhuma tendência e sem nenhuma conotação ideológica, apenas como um sertanejo, como uma pessoa que está vendo aquela situação de miséria incrementar-se cada vez mais.

Por outro lado, gostava de falar muito em história de PIB — PIB tanto, PIB isso, PIB isso-aquilo-outro. Muitas vezes, o PIB pode ser até pequenínho, de uma região ou de um país. O que vale — como ficou bem colocado aqui pelo colega Ariosto — é a distribuição da renda. Então, o que temos no Nordeste é uma disparidade brutal nessa distribuição da renda. Não adianta você falar em PIB grande. Você tem que analisar é a distribuição da renda. Dr. Márcio, gostaria de

fazer umas observações em cima do que o senhor colocou. São muitas coisas, mas há outras pessoas também para falar, a gente se empolga.

O senhor disse claramente — e tenho essas informações também de leitura — que do ano de 1982 para cá praticamente não entrou mais dinheiro externo neste País. Quer dizer, não entrou e, de lá para cá, o País pode ser comparado com uma região que está numa redoma, completamente fechada para entradas externas, mas com suspiros, onde estão sendo sangrados diariamente recursos.

O senhor colocou também que o Poder Público está falido, que não tem condição de prover a infra-estrutura adequada onde se vai assentar o processo de desenvolvimento, a partir da iniciativa privada.

Por outro lado, a gente vê também diariamente nos jornais, em face dessa onda neoliberal ou liberalizante do País, que o empresário nacional, com honrosas exceções, vive a gritar também que não aceita que a abertura para o mercado externo seja feita de maneira abrupta, seja feita de maneira muito rápida. Por quê? Porque as suas mercadorias, os seus produtos não são competitivos. Ai entramos na outra questão, para a qual o Ariosto também chamou a atenção, a questão da tecnologia. Então, vem aqui a colocação: se esses empresários, de um modo geral, não se preocuparam com produtividade, não se preocuparam em melhorar o padrão do seu produto, não investiram em tecnologia, como é que esses empresários, que nunca tiveram o costume sequer de valorizar o seu produto, vão investir em infra-estrutura?

Então, temos que pensar a coisa. A infra-estrutura tem que ser provida pelo Estado. Agora, de maneira adequada, como colocou a Dr. Tânia, partindo de um planejamento regionalizado, obedecendo a situação de cada uma das regiões. Não se quer, com isso, que as regiões atrasadas permaneçam sempre atrasadas, mas é, sobretudo, pegar as características culturais locais e, a partir daí, procurar desenvolver esse pessoal em sintonia com o que eles têm ali. Tirando proveito, como ela bem frisou, desse caleidoscópio que é o País, e que é uma coisa fantástica, que tem de tudo dentro dele.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Filho) — Nosso Companheiro, e Deputado Luiz Girão.

O SR. LUIZ GIRÃO — Em primeiro lugar, volto a agradecer a extraordinária idéia do Senador Beni Veras em criar esta comissão, que nos tem dado, a nós principalmente, Parlamentares do Nordeste, uma visão de amplitude, uma macrovisão desses desequilíbrios regionais.

Mas acredito que tenhamos que encontrar pontos comuns de convergência entre todos os palestrantes que aqui passam, para que possamos daqui tirar conclusões objetivas, para que o projeto final da Comissão possa reverter o quadro de desníveis regionais em que nos encontramos hoje.

Precisaria, Professor Márcio Fortes, e minha querida Tânia Barcelar, de muito mais tempo — não assisti à sua conferência — para que a gente pudesse debater, dialogar, por horas e horas, para que eu pudesse me convencer cada vez mais daquilo que tenho dúvidas. Realmente, o seu trabalho na Secretaria de Planejamento de Pernambuco, foi uma coisa extraordinária. Acredito que possamos tirar muito daquelas boas idéias.

Com relação a esse problema das elites predatórias do Nordeste brasileiro, a gente não tem dúvida do mal que foi criado; temos é que evitar que esse tipo de coisa continue. É isso que muito bem expressou o Deputado B. Sá. Nós temos que tirar os abutres, essa elite predatória que há no Nordeste brasileiro, sabemos que há. E temos forma de fazer isso. Agora, precisamos debater mais. Estou ainda em dúvida até que ponto — vocês, que estudaram mais — o FINOR foi mal na medida em que concentrou, porque, na teoria do Rômulo de Almeida, a concentração não só traz desvantagem. Então, por exemplo, o endividamento externo brasileiro, esse conclui de desonestidade de quem passou por aí, o que deixou? Estamos sentindo aí que dezessete vezes tivemos o nosso parque de geração de energia aumentado. Quer dizer, até que ponto esse endividamento foi ruim? Tudo isso me deixa na possibilidade de precisar de mais informação.

Não resta dúvida de que uma coisa deixou-me muito feliz, foi esse otimismo da Dr. Tânia Barcelar, quando ela diz que temos que aproveitar esses nossos desníveis regionais como virtudes. No Ceará, há muito tempo defendo essa idéia, de que temos a sorte de ser o Estado seco deste País, com possibilidade de perenizar rios, de ter uma maior quantidade de sol, de ter maior possibilidade de energia elétrica. Então, vamos pegar os nossos defeitos e transformá-los em qualidades. Claro, isso precisa de competência. E aí quero corroborar em número, gênero e grau com o meu querido Ariosto Holanda, quando diz que a base do nosso planejamento estratégico tem que ser a educação, principalmente a educação básica, a educação fundamental e a educação de nível médio.

Então, cheguei a algumas conclusões, até agora, com os quatro ou cinco depoimentos a que já assistimos aqui nesta Casa, e nós podemos saber se esse é o comum de todo mundo, se esse é o denominador comum, se esse realmente é o ponto de convergência: primeiro, que o Brasil precisa ter um planejamento global, com uma ótica de modificar os desequilíbrios regionais. De agora para frente, os nossos planejamentos têm que ser planejamentos globais — e não mais planejamentos regionais —, que levem em consideração a forma de aproveitar esses desequilíbrios regionais; segundo seria a manutenção dos planejamentos regionais, até para que se possa equilibrar os desníveis que existem dentro da própria região. Não podemos comparar o sul da Bahia ou a Zona da Mata com o nosso semi-árido mais pesado. É preciso que haja equilíbrio também inter-regional para que possamos ter um desenvolvimento.

Tenho que corroborar com a idéia da Dr. Tânia, com relação ao problema de crédito. A política de crédito é totalmente predatória, e por isso não chegou a nada. O Deputado Vicente Filho sabe que no Nordeste já tivemos crédito subsidiado a 6%, sem correção, e isso não resolveu nenhum problema. O problema de lá é muito sério, não se resolve absolutamente com crédito, porque a malha de atravessador, a área de comercialização tem um projeto totalmente desvirtuado e, mesmo que se consiga produzir, não há forma de acumular capital. É indispensável haver uma forma organizada, um processo de apoio, principalmente naquelas regiões interioranas.

Pergunto-me, então: como vamos promover o desenvolvimento brasileiro sem que possamos levar em consideração as peculiaridades exis-

tentes em cada município. O município brasileiro, e principalmente aquele do interior do Nordeste perdeu sua base principal: a cultura. Isso é muito sério. Qualquer município do interior nordestino, principalmente do Estado do Ceará, hoje é totalmente analfabeto. Não se consegue formar ninguém porque não existe nem mais professores. Houve a perda da base eclesialística, que esta formada por padres e freiras, e agora quem tem qualquer cultura vai embora, pois não há condições econômicas de sobrevivência. Só permanecem os miseráveis formando analfabetos. Não se encontram condições de levar uma pessoa de certo nível para transferir cultura à comunidade interiorana do Nordeste brasileiro. Isso me preocupa demais, porque não é possível promover o desenvolvimento nem tampouco alcançar uma cultura.

Se alguém chegar ao meu município falando inglês, vai ficar falando só porque não encontra quem traduza. Tenho certeza de que 90% dos adolescentes do meu município não sabem absolutamente nada sobre, por exemplo, a Queda do Império Romano, mesmo porque não há como.

A classe de professores já não existe porque a elite predatória recolhe os recursos estaduais, falta para pagar ao professor e este, então abandona a atividade. Hoje uma professora ensina duas matérias, mas há aqueles que conseguem ensinar 12 matérias diferentes. Por aí se tem uma idéia da sua capacidade de sintetização.

Eu precisaria de muito tempo para que pudéssemos dialogar. Fiquei muito impressionado com a aflição de V. Ex., por conhecer toda a situação e não se conformar com o que está aí. Apesar de estar aqui, vou terminar o meu mandato sem poder fazer nada. Claro que tenho que agradecer às 60 mil pessoas que me elegeram, mas como vou poder devolver aquela confiança? O peso é muito grande para se empurrar sozinho ou com meia dúzia de pessoas que realmente têm vontade de fazer a pedra rolar.

A dúvida fica: até que ponto o endividamento externo foi prejudicial ao País na medida em que, por causa dele, temos hoje uma quantidade imensa de obras de infra-estrutura? Até que ponto consistentemente o FINAN, o FINOR, o 3418 foram predatórios para as regiões Norte e Nordeste?

A Comissão tem que sair daqui com o esqueleto de um planejamento estratégico de longo prazo. Para tanto foi muito importante a sua visão de que ainda temos algo que falta no mundo. Temos que saber usar bem esses nossos recursos naturais para não nos desfazermos deles com tanta facilidade e não degradá-los. Estou pensando num planejamento a longo prazo, para o ano 2050, para que não sintamos então o que sentimos hoje, para não deixarmos para os nossos filhos e netos o que os nossos avós nos deixaram.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Dr. Jorge Jacobá, faça uma indagação a respeito da concentração da economia nas regiões metropolitanas dos diversos estados. No País, temos principalmente Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná com a melhor distribuição da economia no seu interior. São Paulo nos últimos 10 anos, tem feito uma desconcentração extremamente saudável. Nos demais estados temos geralmente uma concentração nas capitais, principalmente na região Nordeste, Bahia, região metropolitana de Salvador, Recife, Fortaleza. Essas regiões estão absorvendo mais da metade de toda a economia do Estado, elas estão crescendo razoavelmente bem em detrimento de um decréscimo da economia do interior.

Há o fato, sem dúvida, do ponto de vista econômico, que o crescimento da região metropolitana cria economias de escala que facilita bem as implantações industriais e outras atividades de natureza econômica. Mas parece-me que uma melhor distribuição da riqueza, do desenvolvimento dos estados seria bem mais saudável do que as concentrações que estão ocorrendo atualmente, principalmente nas regiões mais pobres, como os Estados do Ceará, de Pernambuco, da Bahia, que estão com a cultura voltada de costas para o interior, há um verdadeiro colonialismo nos estados mais pobres na capital, da região metropolitana com relação às regiões interioranas. Esse é um fato extremamente relevante, que precisa ser levado em conta em qualquer estratégia de desenvolvimento que se pensa em termos do País e dessas regiões.

Para a Dr. Tânia Bacelar, pergunto, se aos organismos de desenvolvimento regional que são instituições federais, como SUDENE, SUDSUL, CODESUL, SUDAM, não conviria mais que não fossem instituições do puramente regionais. Se a Sudene, ao invés de ser uma instituição do Governo federal, fosse uma instituição dos estados do Nordeste, para que o seu superintendente tivesse a liberdade de colocar as posições que o da região de forma livre, autônoma com relação ao Governo Federal, devendo, superintendente da SUDENE, sendo um funcionário federal, devendo, portanto, submissão ao Governo central, vê-se quase sempre preso a esses condicionamentos, não podendo defender os interesses maiores da região. Muitas vezes penso, e gostaria de ouvir o pensamento da

Professora Tânia sobre essa matéria, que se tivessemos a SUDENE, a SUDSUL, a CODESUL e a SUDAM como instituições autônomas, regionais, compostas por autoridades dos estados, teriam o poder de barganha, de negociação, de defesa dos interesses regionais muito mais forte, ficariam muito menos sujeitos aos interesses da política do Governo Federal que muitas vezes não são os mesmos interesse das regiões.

Ao Dr. Márcio Fortes, faço uma indagação relacionada com a afirmativa feita pela professora Tânia Bacelar, com a qual concordo. O Brasil, nos últimos dez anos, vem ficando à parte da evolução do mundo moderno; o Brasil não está se integrando ao rápido progresso mundo moderno; o Brasil não está se integrando à economia moderna; o de evolução que está ocorrendo nos países de economia moderna; o Brasil paralisou no tempo, a banda está passando e o Brasil ficando à parte.

Indagaria ao Dr. Márcio Fortes se na sua compreensão o Brasil poderia ter participado dessa evolução com a estrutura que ele tipificar daquele clube mais avançado?

Foram essas as indagações.

O SR. MÁRCIO FORTES - Presidente, eu fiz uma consulta aos colegas debatedores, porque tenho um compromisso às 13:30 horas. Gostaria de pedir licença para me pronunciar com respostas às colocações em primeiro lugar, se for possível. (Assentimento da presidência). Gostei da sua sugestão, fica mais fácil. Podia gastar 5 minutos talvez, pouco mais, para traduzir um pouco mais da experiência que

se está vivendo hoje mais do que aquilo que se possa ter acumulado no passado.

Em primeiro lugar, a questão do desenvolvimento. Até 1989 o mundo inteiro tomava como indicador do desenvolvimento a maldita renda per capita: era o PIB e a renda per capita. De 89 para cá, acabou esse negócio no mundo todo. A partir do trabalho do Programa das Nações Unidas para o desenvolvimento que eu sugiro enfaticamente a toda a vez que eu venho aqui ao Congresso eu digo a mesma coisa: o Congresso deveria se dirigir ao escritório da ONU, aqui em Brasília, e comprar mil exemplares e dar um para cada Deputado e Senador, da publicação "Human Development Report", tem em espanhol também, "Desarrollo Humano", que foi publicado pela primeira vez em 1990, pela segunda vez em 1991 e pela terceira vez daqui a uns dois meses. As edições não são apenas atualizações estatísticas, elas vão agregando novos indicadores. E também o relatório "A Pobreza" feito pelo Banco Mundial.

O primeiro, que não é só sobre pobreza, chamam-se Relatório sobre o Desenvolvimento Humano. A partir de 1989 não se fala mais em renda per capita, apenas como indicadores do movimento, fala-se nos efetivos indicadores que retratam o desenvolvimento humano. O Brasil que tem uma renda per capita de média para grande considerado no cenário mundial, claro que com suas diferenças regionais. O País, como um todo, está no segundo bloco, o terceiro é a África. Mas é uma vergonha. É uma vergonha porque países de renda de 1200 dólares, países de 1500 dólares, o nosso 2.200, países de 800 dólares batem na gente, num diabo de um índice de desenvolvimento humano, que põe numa caldeira, que extrai lá com uma tecnologia bem desenvolvida os efetivos indicadores: mortalidade infantil, expectativa de vida, nível de analfabetismo, número de anos de escolaridade para os alfabetizados, proporção de médicos para enfermeiras, acesso à questão da saúde, etc. No frio dos ovos, as pessoas vivem mais, trabalham com eficiência, além de alfabetizados; têm adequação educacional para a sua vocação inata, conseguem conviver, ainda que não tenham morrido no primeiro ano, conseguem trabalhar com saúde e não viver 40, 50

anos produzindo mal, vivendo mal, reproduzindo mal, por falta de condições básicas de saúde que apontam um país como o Brasil, que se ufana tanto do seu patrimônio ambiental e da qualidade de seu povo e do seu desenvolvimento e, apresentando sua renda per capita, é um País definitivamente subdesenvolvido.

A partir deste momento se a conceituação de desenvolvimento é definida com novos indicadores, o nosso desafio, Deputado, me perdoe, eu não disse que o poder público está falido, eu disse que o poder público precisa concentrar todos os seus recursos nas tarefas que são próprias do poder público, que são enfrentar o novo modelo de desenvolvimento com a questão social, entregando o que puder para a iniciativa privada, se ela tiver interesse e tem que ter interesse, porque ela poderá fazer se tiver condições de mercado, de tecnologia, de crédito para fazer tarefas que pode fazer. É inimaginável pensar que a iniciativa privada vai comprar a rede hospitalar do interior do Nordeste, ou ampliá-la. Não vai, porque não dá renda. Mas é perfeitamente possível imaginar que a energia eólica ou solar na região nordestina possa ser investida, suportada e gerenciada, se houver condições de crédito, de tecnologia, de tarifa e de amparo legislativo, tendo em vista os prazos em que os projetos de infraestrutura merecem retornar, para que haja esse interesse.

Eu respondi às suas duas perguntas: Poder Público falido e empresarializado. O Poder Público no Brasil não está falido coisa nenhuma, ele tem recursos. É que os melhores recursos, ao longo de 30 anos - recursos financeiros, recursos humanos, recursos educacionais, recursos tecnológicos -, foram empregados num outro modelo - que, certo ou não, veremos a seguir - que privilegiou a produção, privilegiou a infra-estrutura e não o enfrentamento dos indicadores do desenvolvimento que hoje passaram a ser.

Na década de 60, país desenvolvido era o que tinha a renda per capita mais alta e pronto. Não é mais assim. Então, o Poder Público, a quem cabe a principal parte da tarefa do desenvolvimento tem que se dedicar a isso. Para isso, não está falido, mas falta dinheiro. Não pode desviar recursos - não é só dinheiro, não - nem gente da sua tarefa. Por isso, precisa confiar nos outros atores igualmente responsáveis pelo destino do País, que podem ser considerados assim uma sociedade que se desideologizou, como a época estamos acompanhando, e que continua eventualmente questionando o patriotismo dos empresários, tanto quanto estes questionam a competência dos funcionários públicos. Nem uma coisa nem outra são absolutamente verdadeiras. Basta ver que o Poder Público, quando dotado de recursos tecnológicos, financeiros e gerenciais, construiu a Petrobrás, a Eletrobrás, com extraordinária competência, inclusive internacionalmente reconhecida.

O modelo de desenvolvimento, portanto, é esse. Entretanto, como nós temos um na questão financeira, não veio apenas da questão do endividamento externo, mas de uma série de outros fatores - falo muito do endividamento externo, porque é uma coisa muito forte num modelo que acabou. A saída para o Brasil, em sucessão à política de substituição de importação, não foi errada, ele foi adequado ao seu tempo e produziu resultados extremamente positivos. Entretanto, foi, como disse antes, baseada naquilo que era abundante na época: recursos financeiros por empréstimo. E nada disso foi feito com uma política bem definida no II PND, maravilhosamente definida no II PND, que não teve continuidade. Não é isso. É que, daqui para frente, a política adequada para que se suceda a política de substituição de importações, tendo em vista as restrições creditícias de investimentos externos, de limitações do Poder Público para fazer face às responsabilidades que descobre ter eventualmente, surpreendentemente,

dacqui para frente, precisa adotar o modelo de integração competitiva com as outras nações. Integração mesmo. Competitiva, sim, porque nada lhe será dado de favor. Acabou esse negócio de Plano Marshall, de dar dinheiro americano. Isso não tem mais; é competição. Para ser competitivo, tem que ter competitividade. Perdoe-me mais uma vez, Deputado Ariosto Holanda, competitividade não é apenas produtividade e qualidade. A competitividade não é de produto nem de processo. A competitividade é uma tarefa da Nação.

A Coréia é competitiva. Não é o setor têxtil coreano que é competitivo. Aqui no Brasil, ouve-se falar muito o seguinte: é impossível que o setor têxtil seja competitivo, porque os teares são

velhos. Mentira! Coloquem teares novos e continuará não sendo competitivo. Estou falando do setor têxtil. O setor têxtil será competitivo na medida em que se trabalhe a semente e o plantio do algodão; a homogeneidade da qualidade do algodão; a comercialização do algodão e o seu preço; a adequação da sua qualidade ao produto final que se quer; o processo de transporte; a indústria, o tear moderno, não precisa ser informatizado necessariamente no primeiro passo; a moda; a moda, pois a coisa precisa ser vendida na Itália - e aqueles que dizem que, ao adotar a moda da Itália desempregando os modistas brasileiros, quero dizer que estou desempregando os modistas italianos, porque sou mais nós. Dêem-me a oportunidade de desenhar moda para vender na Itália que sou mais nós. Ao contrário do medo, do xenofobia, da coisa cansativa de ficar dizendo: "por favor, não deixa comprar pano italiano, porque de repente não terei o que fazer com quem desenha moda no Brasil". É mentira! Deixa eu comprar o pano italiano, porque irei vender para a Itália outro melhor, mais bonito e mais caro, porque vai ser tratado com competitividade, que tem que ter outras pernas. Por exemplo, a capacidade de ter assistência técnica. A coisa pode ser boa e barata e não conseguir ser comercializada pelo fantasma de que se quebrar não tem quem conserte. É o caso do carro russo aqui no Brasil. Não compro porque tenho medo. Quando quebrar o que eu faço? Os automóveis japoneses ganharam o mercado americano, não tanto pela sua qualidade e pelo seu preço, mas, sobretudo, porque ele não quebra. E quando quebra é só entrar numa oficina às 8 horas da manhã e poderá sair às 8 e meia com ele consertado. E não como estamos acostumados aqui. Quem é que não leva o carro para conserto, aqui no Brasil, entra numa fila, uma fila de cidadãos que parece um mélio, anota tudo, faz um orçamento. Três dias depois, já estamos irritados e o carro ainda não saiu. Isso é que não pode. Para ser competitivo é preciso que se tenha outras condições. É tarefa nacional. Precisamos vestir essa camisa.

Por causa disso e para tentar não responder a sua pergunta, no sentido de que é preciso fazer - não sei o que é preciso fazer! É impossível: seria leviano e irresponsável, em três minutos, querer dizer o que é preciso fazer. Há um ano o empresariado brasileiro organizou uma Comissão Empresarial de Competitividade (CEC). São 190 responsáveis por empresas, divididas numa matriz que separa setores e temas. Vamos imaginar uma porção de setores: 1,2,3,4,5, e uma porção de temas: educação, comércio exterior, meio ambiente, etc. Cada um dos indivíduos é, ao mesmo tempo, membro de um tema e de um setor.

Peguemos, por exemplo, o setor educação. Estou escolhendo educação, porque foi muito mencionado e com justa razão.

O empresário diretor da empresa Copaf, em São Paulo, é responsável e Secretário da Comissão temática de Educação. E tem um senhor de cada setor. Tem um senhor do setor de bens de capital; um senhor do setor têxtil, agrícola, um senhor do setor de construção civil, etc. Esse trabalho, que já dura um ano, reúne esses 190 indivíduos duas vezes por mês em um ano e continuará reunindo para um "pacote" - se essa palavra ainda puder ser usada - de sugestões de medidas não apenas do Poder Executivo, mas que incluam questões fiscais, legislativas, judiciárias, de relação com o exterior, de propostas ao GATT, para que se vista o Brasil de uma mentalidade competitiva que lhe possibilite ser competitivo na sua integração com o exterior, portanto, e por aí superado as suas dificuldades financeiras, porque apenas aí virá a participação de capitais, interesses financeiros, tecnológicos e humanos que possibilitem a retomada do desenvolvimento. As outras ferramentas - eu já as citei e não vou ficar repetindo - temos meio ambiente, temos outras coisas, temos o estilo gestão, que isso temos também. Quando as coisas acontecem com sucesso, no Brasil. Mas, de toda maneira, o que aconteceu, por exemplo, na questão do comércio exterior foi uma coisa bem combinada. As propostas foram mais ou menos acatadas, porque foram bem construídas. As propostas, em termos dos preços dos automóveis, foram mais ou menos bem construídas, foi um sinal de que alguma coisa pode acontecer.

No campo da Educação é muito pior do que se diz. Não apenas constatamos que investir em educação só daqui a 25 anos. Essa é uma coisa que diz um pouco irresponsavelmente. Mas o contrário é muito pior. Não investir hoje em educação nos condenará a daqui a três anos não ter um operário para operar um torno. Não quero um técnico de nível médio, eu só quero um operário.

Os indicadores do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) são dá formação profissionalmente para a indústria, no Brasil, são lamentáveis. A queda de qualidade dos alunos, daqueles privilegiados operários que ascendem a cursos profissionalizantes do Senai, em 10 anos, é de não fazer chorar! O sujeito não sabe ler. Ele não consegue operar um torno, para o qual ele tem habilidade e experiência, porque não sabe ler. Ele não consegue ler gráficos simples de tempo versus distâncias, porque não aprendeu a ler. E ficamos dizendo que educação é isso, é aquilo. Mas é um gargalo mesmo! E que para ser superado exige uma tarefa rápida.

O estudo que o BNDES fez sobre a Coreia, em 1988, demonstrou com clareza, é um estudo ótimo, bem feito. A Coreia, naquela época tinha 100 mil estudantes de matrículas tecnológicas em todos os níveis, fora da Coreia, no Japão e Estados Unidos, sobretudo, 100 mil. O Brasil tinha 1 mil fazendo pós-graduação e uns 10 ou 20 fazendo graduação. É número real, não é ordem de grandeza. Não de 100 mil para 1 mil. Evidentemente é concentrado em área tecnológica. Então, é justo isso? Não é. A Coreia é uma ditadura, há 40 anos tem o mesmo presidente. Então, temos que adaptar à nossa cultura e ao nosso desejo nacional o que também é importante para o modelo de desenvolvimento, ou seja, a capacidade de participar ativamente no processo democrático do País, as necessárias condições de competitividade e não escondê-las debaixo da gaveta, achando que está tudo errado e vamos chamar, afinal de contas, novamente, a ditadura.

O que me resta falar, já que estou abusando da minha vez de falar daquilo que me foi perguntado, foi um pouco a curiosidade dos Senhores sobre o modelo passado. O modelo adotado não apenas em termos de planejamento, como o modelo adotado em termos de endividamento - de alocação de recursos externos para o padrão do desenvolvimento que se adotou.

Acho que não houve erros substanciais. Os projetos que foram objeto do financiamento externo, na sua enorme maioria, 90% ou mais, incluíam dentro de si mesmo as condições de viabilidade. Cada usina hidrelétrica que foi financiada pelo Banco da América, ou qualquer

coisa dessa tinha, no seu projeto de viabilidade, a capacidade de, em face do consumo que seria oferecido a quem se interessasse, receber contas de luz e um pedacinho daquilo lá para lá. Só que se esqueceu que havia necessidade de ter divisas. Não bastava ter cruzados. E divisas se constroem com relações construtivas com o mundo exterior e não pedindo favor. As relações construtivas com o mundo exterior foram atrapalhadas por diversos fatores, e fingimos que não vimos as duas crises do petróleo, achamos que era melhor esconder que os juros tinham quadruplicado, gostamos da história de nos emborram com o reland de 82 a 85, quer dizer reemprestando ao setor público aquilo que o setor privado tinha fretado e então aí houve realmente distorções. Mas os projetos, em si, não foram errados na sua essência, na sua maioria. Uns e outros foram, mas menos por motivos financeiros e de operação de créditos e de projetos do que, efetivamente, por estratégias erradas, em termos de modelo de desenvolvimento, como é o caso notório - não preciso ficar repetindo - da rodovia Transamazônica.

Os modelos que desenvolvimento foram adequados ao seu tempo, no meu entender, porque à época, o Celso Furtado quando inventou a questão da Sudene - lembro-me claramente, eu ainda era estudante secundário, havia grandes debates sobre a questão - não preconizava exatamente o subsídio e o incentivo fiscal. Então, houve uma disfunção no caso. Mas houve uma disfunção com a melhor das intenções, não foi para agredir os fatores de mercado, que depois causaram a derrocada daqueles empresários que legitimamente tinham se interessado pela questão. Acho que houve erros de operação, houve erros de estratégia, mas não houve, efetiva, fundamentalmente, erro de adoção de modelos, porque parecia serem próprios à época em que foram adotados e operados.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Agradecemos à presença do Dr. Mário Fortes. Gostaríamos de poder continuar contando com a sua participação ao longo dos trabalhos da Comissão. Gostaríamos que houvesse uma inteição ao longo dos trabalhos da Comissão. Sua palestra foi de grande brilhantismo. A Mesa agradece o seu empenho e esforço por ter vindo até aqui, atendendo ao nosso convite. Passamos a palavra à Dr. Tânia Bacelar.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Vou tentar ser rápida.

Ariosto Rollemberg pergunta o que havia no GDTN para o meio rural?

Acho que o GDTN tinha duas propostas centrais: uma era a industrialização, e a outra era a criação, no Nordeste, do que ele não tem até hoje - modesto propósito - fazer no Nordeste uma agricultura mercantil de alimentos. A agricultura mercantil de alimentos do Nordeste até hoje está fora do Nordeste: importamos alimentos.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Isso estava no GDTN.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Estava no GDTN. Então, vejamos, havia que se diversificar a Zona da Mata para colocar alimentos perto das áreas urbanas, onde se tinha que instalar as indústrias.

O SR. LUIS GIRÃO - Os canaviais não deixaram.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Exato. Aconteceu o inverso. A elite local disse: "Não! Queremos cana subsidiada!" Continua a haver cana subsidiada até hoje, e importamos alimentos de fora. O Oeste seria para a agricultura de alimentos.

O que o Sudeste fez no fim do século XIX, que foi implantar, junto com o processo de industrialização, um setor produtor de alimentos para o mercado, o Nordeste não fez até hoje. E essa era uma proposta central do GDTN. Então, até implantarmos uma agricultura de alimentos para o Oeste, só que para exportação: soja para exportação, melão para exportação, melancia para exportação. Não tivemos até hoje, capacidade, na região, de ter empresários competentes produzindo aquilo que a sociedade local compra. E temos que trazer tudo de longe, em caminhão. Vejam V. Exs o comportamento dos índices de preços nas regiões metropolitanas do Nordeste e constatem o horror que é ainda hoje. Lá, onde a população do País é mais pobre, os preços dos produtos alimentícios crescem mais rápido do que nas áreas mais ricas. Basta comparar São Paulo ao Recife, do ponto de vista dos índices de preços, para se ver isso. Essa é a situação que continua viva hoje: o Nordeste compra alimentos de fora, levados para lá em caminhões que gastam óleo diesel, quando ainda há terra para produzir.

O SR. LUIS GIRÃO - São permitidos apertes?

Quero falar, porque este debate é muito importante, e praticamente só temos aqui, agora, Deputados nordestinos. É muito importante que possamos contrapor o nosso pensamento. Não consigo entender, por exemplo, no meu Estado, o Piauí, como poderíamos fazer a agricultura de sequeiro, porque aquela época não tínhamos condição de fazer irrigação? Hoje, já podemos pensar nisso. Como fazer a irrigação, por exemplo, para plantar feijão, para plantar milho irrigado? Não consigo aceitar esse ponto de vista de V. Sr. como verdadeiro. Preferiria que discutíssemos um pouco mais, porque se no projeto, que não conheço, existia uma determinação para que naquele semi-árido nordestino...

O SR. LUIS GIRÃO - São permitidos apertes?

Quero falar, porque este debate é muito importante, e praticamente só temos aqui, agora, Deputados nordestinos. É muito importante que possamos contrapor o nosso pensamento. Não consigo entender, por exemplo, no meu Estado, o Piauí, como poderíamos fazer a agricultura de sequeiro, porque aquela época não tínhamos condição de fazer irrigação? Hoje, já podemos pensar nisso. Como fazer a irrigação, por exemplo, para plantar feijão, para plantar milho irrigado? Não consigo aceitar esse ponto de vista de V. Sr. como verdadeiro. Preferiria que discutíssemos um pouco mais, porque se no projeto, que não conheço, existia uma determinação para que naquele semi-árido nordestino...

A SRA. TÂNIA BACELAR - Não.

O SR. LUIS GIRÃO - ... pudéssemos fazer uma agricultura de sequeiro com lucratividade, acho que planejavam errado.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Era na zona úmida do litoral e na zona úmida do Oeste. A proposta não era plantar milho e feijão irrigado no sequeiro. Era produzir na Zona da Mata parte do que as cidades do Nordeste consomem, e aí não é agricultura de sequeiro, é agricultura de zona úmida, em terra fértil. Só que aconteceu o inverso. Dobrou-se a área cultivada com cana em duas décadas.

O SR. LUIS GIRÃO - Tudo bem! mas o setor canavieiro nordestino é totalmente incompetente, mesmo no modelo de hoje, por um problema de solo e de clima. Não é só por um problema de elite predatória, é

também por um problema de clima. Está provado que a própria forma de produzir cana no Nordeste também não é boa.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Então, vejamos, em vez de se produzir competentemente fruticultura...

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Embora seja Extremamente saudável essa discussão, muito útil para o enriquecimento dos nossos trabalhos, dado o avançado da hora - já são 14h10min - queremos pedir aos companheiros conferencistas que continuem e reservarmos para uma outra oportunidade uma discussão mais profunda.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Bom, o segundo ponto importante é o Deputado pensar. Ele diz que a infra-estrutura tinha que ser toda provida pelo Estado. O Márcio deu uma definição de infra-estrutura muito boa. Infra-Estrutura, hoje, não é só estrada, energia, comunicação. Ciência e tecnologia e informação são uma infra-estrutura mais estratégica do que as três primeiras. Então, no Nordeste, hoje - concordando com ele - seria melhor deixar que a iniciativa privada fizesse Xingó e que estivessemos investindo na construção dessa infra-estruturas que vai ser fundamental para o nosso futuro. Até porque a iniciativa privada já fez energia neste País, até há bem pouco tempo. Quem estatizou o setor foi o Governo militar, para vender energia subsidiada; usou-se dinheiro da sociedade para transferir renda via subsídio da energia. Esse modelo não serve. É uma defesa da presença estatal cega. Seria melhor deixar que a iniciativa privada construísse Xingó, se ela é um empreendimento rentável, e guardar o dinheiro para investir na infra-estrutura que é a ciência e tecnologia, porque ela hoje é mais estratégica do que foi no passado. Considero que Márcio tem um pedaço enorme de razão. As coisas mudaram, as prioridades não são mais as mesmas, e não podemos continuar raciocinando com os padrões anteriores.

Com relação ao Finor, a minha opinião sincera sempre foi - os agropecuaristas sabem disso - que o Finor não era instrumento para a agropecuária. Se se pergunta isso às pessoas técnicas da Sudene responsáveis pela aplicação do Finor, 90% vão ter a mesma opinião que tenho. Só que politicamente é inviável tirar-se o Finor da agropecuária, simplesmente, porque um dos sustentáculos da Sudene hoje é o Finor e o grande sustentáculo do Finor são os agropecuaristas, inclusive no Congresso Nacional. Não há quem mexa aí, porque a retaguarda política é do pessoal que quer projeto para a agropecuária e esse tipo de instrumento não serve para isso. Todos os relatórios técnicos mostram que as distorções estão aí, muito maiores do que na indústria.

Na indústria, o Finor Cometeu outro pecado. Já temos uma elite que só quer favores, só quer subsídios, a velha. Criou-se uma nova que quer investir. No Nordeste porque o dinheiro é de graça. Não é isso que o Nordeste tem que vender. Temos que produzir porque lá há a potencialidade. O ponto de nivelamento já certo. Venham prá cá, que a gente garante". O que podemos dar é uma ajuda momentânea. Agora, ensinar a empresários de fora que o Nordeste é bom, porque lá o dinheiro do Finor é de graça?

Foi um avanço muito grande ter transformado parte importante do Finor em debentures. Tem que haver retorno. Por que dar dinheiro de graça numa região onde a miséria é um negócio trágico? Então, mesmo na indústria acho que houve uma distorção importante, com o dinheiro de graça - porque aquelas CI não valiam nada na hora em que eram transformadas em ação. Então, se estava fazendo, mesmo, curto e grosso, doação a quem não precisa e concentrando renda numa região que já é líder da concentração de renda no País inteiro.

Com relação à questão do semi-árido, só quero transmitir uma experiência que tivemos no Governo de Pernambuco. Criamos um programa de estímulo à pequena produção, em que não havia subsídio nas linhas de crédito. E o esforço do banco era articular o produto e o mercado com operações de crédito, tal como o BNDES faz. Copiamos do BNDES, com operações de crédito, tal como produtor, fazíamos uma grande operação de crédito; financiávamos, por exemplo, tomates para o pequeno produtor, sem subsídio. Agora, articulava-se isso com as indústrias de transformação do tomate. A garantia não era que se teria dinheiro de graça, era que havia quem comprasse o que se fosse capaz de produzir. Havendo a outra ponta, ao invés de se trabalhar a operação como todo mundo trabalha, financiando a produção e deixando a se lascar na comercialização, financiava-se a produção e ajustava-se isso à comercialização. É um mecanismo de negociação. Não demos dinheiro de graça a ninguém. Negociamos operações do lado da produção com gente da iniciativa privada, não do Governo, para comprar aquela produção que saía. E era rentável, não era preciso subsídio, como o FNE está dando. Fazíamos as contas, eram bancários que faziam as contas, e dava certo, não era preciso subsídio de que o nordestino. Estava-se criando uma outra mentalidade, de que o nordestino é capaz de produzir, ser rentável, sem sugar dinheiro do Estado. Que é uma coisa difícil de se dizer no Nordeste, porque a mentalidade que vem de cima é o oposto.

Finalmente, respondo a pergunta do Dr. Vicente Fialho, sobre a ideia da Sudene e da Sudam serem bancadas pelas estruturas estaduais. É uma ideia nova, eu nunca tinha ouvido falar nela. Tenho duas dúvidas. Uma é financeira. Os Estados teriam capacidade financeira para montar isso? Se tiverem, é uma coisa que deveríamos discutir. A segunda é política. Se a elite nordestina fosse a elite cearense, eu até achava que poderíamos estar num bom caminho. Infelizmente, a elite cearense, hoje, é uma exceção ainda na mídia da elite do Nordeste. Então, em muitos momentos da história da Sudene, os seus Superintendentes - e até no começo - eram apesar de serem os funcionários federais, representantes de propostas de mudança na região com as quais a elite política local não concordava. Eles eram avançados, modernizadores, transformistas. Não é à toa que a Sudene avançou exatamente depois do golpe militar; que uma parte foi muito visada exatamente depois do golpe militar, comunista, da equipe dirigente da Sudene era considerada besta-fera, comunista. Essa nova no Nordeste. A elite do Nordeste é muito conservadora. Mais do que a variável financeira, temos que pensar a variável política. Entregamos aos Estados, que interesses do Nordeste vão ser defendidos pela Sudene?

Esta é a minha dúvida. Para mim, é uma proposta que está chegando hoje. Desculpem-me.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Concedo a palavra ao Professor Jorge Jatobá.

O SR. JORGE JATOBÁ - Procurarei ser breve porque todos devem estar, evidentemente, com muita fome e eu sou um deles.

A primeira observação, nobre Deputado Ariosto Holanda, é a respeito do modelo de desenvolvimento. Quando eu disse que o modelo tinha se esgotado, não qualifiquei que o modelo anterior foi dentro dos padrões do Terceiro Mundo e muito bem sucedido. O modelo de substituição de importações, do ponto de vista econômico, criou um complexo industrial e uma força produtiva na indústria brasileira, que na década de 70 era invejável. Nós perdemos esse dinamismo exatamente ao longo dos anos 80 e 90, com a emergência dos chamados "tipos asiáticos", e porque o modelo mudou a nível internacional para uma inserção mais competitiva. O modelo, evidentemente, foi excluído do ponto de vista social - nós pagamos um alto custo para a industrialização substitutiva de importações, do ponto de vista social. Nós tivemos a não-resolução de questões centrais para a qualidade de vida das pessoas - a educação, a saúde, a pobreza, apesar de ter caído na década de 70 se manteve, ainda, em níveis intoleráveis na década de 80, mas, do ponto de vista econômico, a industrialização brasileira foi bem sucedida. Acontece que ela foi montada em cima de um modelo que se esgotou e que tinha a proteção tarifária como um dos seus pilares fundamentais. A partir do momento em que ela se oligopolizou, a partir do momento em que ela ficou conformada à proteção alfandegária generosa, ela perdeu a eficiência, enquanto que o mundo caminhava no sentido de uma inserção mais competitiva.

O Governo Collor inaugurou, no seu discurso de posse, já em 1990, um programa de competitividade industrial com um programa de inserção competitiva do Brasil numa economia internacional - como chamei, aqui, na minha exposição, de política industrial de comércio exterior e, como atentei, deveria ter, também, um caráter regionalizado, com relação a essa política, eu tenho algumas qualificações. Eu, por exemplo, acho que o Brasil tem que se inserir competitivamente, mas essa política tem que ser uma política gradual, não só no sentido de se remover as empresas brasileiras de condições tecnológicas para competir, porque na hora em que se abre, as importações entram aqui no dia seguinte. Mas não se garante uma exportação competitiva no dia seguinte - isto exige investimentos em ciência e tecnologia, exige, inclusive, uma sequência, um timing, na maneira como a política industrial é estimulada. Por exemplo, não tem sentido se estimular aumento de produtividade industrial começando pelas indústrias que produzem bens de consumo final; tem-se que começar pelas indústrias que produzem bens intermediários e de capital, se não o bem final lá, do mercado interno ou externo, não vai ser competitivo.

Eu, também, estou preocupado com as repercussões regionais, como falei, anteriormente, desse novo modelo de inserção competitiva. Para ser competitivo lá fora tem que ter ciência e tecnologia. É por isso que acho que esta política de inserção competitiva do Governo Collor está capenga. Eu sou um homem da comunidade científica, sempre vivi nas universidades, sempre fui pesquisador e nunca vi, mesmo nos momentos mais negros da ditadura, uma situação tão crítica na área de ciência e tecnologia, como a que enfrentamos hoje. A Finep está desestruturada, o CNPq não paga seus bolsistas, os projetos integrados de pesquisas são aprovados, mas os recursos não são liberados, a comunidade científica está indo aos jornais denunciar, publicamente, a situação de miséria em que se encontra o Instituto de Pesquisa. Estamos perdendo cérebros importantes para instituições de pesquisas no exterior. Como é que nós vamos querer ser modernos e competitivos desta forma? Então, eu não poderia, sendo homem da universidade, homem da academia, sempre ligado à pesquisa, deixar de priorizar isto e chamar a atenção, como foi mencionado aqui, que ciência e tecnologia é também uma política que deveria ser regionalizada, não se pode só usar o critério da excelência, já consolidada, como critério de alocação de recursos.

Se é difícil para todos nós resistir a esse novo modelo que, evidentemente, terá as suas primeiras críticas nos próximos anos, com os próximos resultados - a nível internacional, alguns desses resultados já estão surgindo, alguns bastante concretos - eu quero chamar a atenção de que mesmo essa política de inserção competitiva pode nos levar a um problema sério se nós não dermos apoio não só a programas de desenvolvimento tecnológico, porque este pode ser feito de acordo com as empresas, mas em termos de apoio à pesquisa básica, porque é a pesquisa básica aquela que gera os elementos para que a tecnologia possa avançar. A tecnologia não é autônoma. Ela depende muito da pesquisa científica básica.

Esta é a primeira colocação que desejava fazer.

A segunda por que os programas de desenvolvimento rural no Nordeste fracassaram de certa forma? Por que tantos programas surgiram e os resultados foram tão frustrantes? Vou, apenas, chamar a atenção para alguns: Polonordeste, Projeto Sertanejo, PAB, etc.

Uma das questões, em primeiro lugar, é que a dimensão do problema nordestino na agricultura é muito grande enfrenta-se com programas relativamente tímidos uma população que na região semi-árida é de uma dimensão extraordinariamente grande. As vezes, esquecemos o tamanho do problema do Nordeste, quando nos enfrohamos com as políticas públicas. Em segundo, é que muitos desses programas se enlaxaram pelo fato de que não atacaram o cinturão mercantil. Procurou-se dar estímulo à produção, mas se esqueceram da comercialização, e o capital mercantil no Nordeste é forte, porque o capital mercantil é uma forma primitiva de capitalismo - quanto mais a região for atrasada, mais forte ele é. É pouco moderno porque ele não gera valor na produção. Ele gera valor na circulação. Essa é uma das formas mais primitivas e atrasadas de capitalismo, porque o indivíduo retira valor na circulação da mercadoria. Ele não investiu, ele não contratou, não comprou, não vendeu - ele comprou um bem feito e, simplesmente, agrega valor pela especulação e pela facilidade que ele tem de acesso aos canais de comercialização. A presença do capital mercantil na pequena agricultura do Nordeste é uma questão central e que, em parte, responde pelo fracasso desses programas, mas tem a ver, também, com a dimensão do problema da pequena produção. Não é um problema localizado, pequeno - é um problema importante do semi-árido.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Muito bem colocado!

O SR. LUIS GIRÃO - E há o problema da gestão dos programas.

O SR. JORGE JATOBÁ - Sim. Eu, no final, chamei a atenção para a gestão dos programas, em que boa parte dos recursos simplesmente se exauram nas atividades-meio e não chegam aos verdadeiros beneficiários.

A SRA. TÂNIA BACELAR - Quero informar que nós, no Nordeste, somos 28% da população brasileira e 42% da pré-agrícola brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - É uma coisa que mostra a baixa produtividade da agricultura.

O SR. LUIS GIRÃO - E esta foi uma das coisas mais importantes que ouvi nesses últimos anos, porque esse diagnóstico eu fiz há dez anos - não tem jeito. A agricultura no Nordeste não tem jeito. Essa de sequeiro, quanto mais fizer, mais perde...

O SR. JORGE JATOBÁ - Para avançarmos, agora, para a penúltima questão, eu quero chamar a atenção para a pergunta do Sr. Presidente, com relação a questão dos investimentos concentrados nas áreas metropolitanas.

Primeiro, há o aspecto do qual do ponto de vista do mercado, não se pode fugir. A maior parte dos mercados que tem infra-estrutura para produção está nas áreas metropolitanas e evidentemente, o programa de industrialização reforçou e modernizou o parque industrial nessas áreas. Em alguns casos, isto não só foi limitado à área metropolitana. Eu acho, por exemplo, que o caso mais bem sucedido de investimento foi na área metropolitana de Salvador, porque havia uma base de recursos naturais importantes para dar sustentáculo àquele parque industrial. Mas houve, por exemplo, programas nacionais, todo o desbravamento do oeste baiano, do outro lado. Contrapõem-se, agora, à região metropolitana - o sul da Bahia já era próspero, mas era uma atividade mais antiga - a prosperidade do oeste baiano. No caso de Pernambuco - que eu conheço mais de perto - tivemos um macrocefalia na área metropolitana de Recife, com investimentos industriais muito diversificados, mas só na década passada começou a surgir um desenvolvimento mais significativo no oeste pernambucano, a partir do sub-médio do Vale do São Francisco - muito mais pela iniciativa empresarial à qual, inclusive, está faltando infra-estrutura produtiva, do que por uma iniciativa diretamente vinculada à Sudene.

O SR. MÁRCIO FORTES - Ela não tem infra-estrutura - toda ela precisa ser preparada.

O SR. JORGE JATOBÁ - Ela ainda é muito carente.

O SR. LUIS GIRÃO - Se você for conversar com os empresários da área, eles vão dizer que as estradas são vicinais, que não há escolas, tem pouca eletricidade.

O SR. JORGE JATOBÁ - Na minha opinião, deve ter um ordenamento territorial dentro de cada Estado, procurando fazer uma hierarquia urbana, mas sobretudo criando as condições para o mercado, porque não adianta artificializar a criação de mercado. O sujeito não vai montar uma indústria siderúrgica em Cabrobó, mas ele pode montar em Cabrobó uma indústria de beneficiamento de produtos que podem ser gerados com a agricultura irrigada. Os custos podem ser reduzidos se se gerar infra-estrutura produtiva barata, estradas de boa qualidade, educação, saúde, enfim, a área social, os investimentos que são de responsabilidade do Estado.

Quero também dizer, no final desta exposição, que eu estou convencido de que temos que reavaliar completamente o sistema de incentivos fiscais. Eu já mencionei aqui quais foram os efeitos indesejáveis do sistema 34/18 Finor - Finam: pecuarização, concentração da renda e um discurso, que era o discurso das elites, que se diziam da Região, mas que era fundamentalmente sem discurso voltado para as necessidades de um grupo muito pequeno dentro do Nordeste, dentro da Amazônia. Temos que rever completamente esse sistema incentivos fiscais. Eu, pessoalmente, acho que deveria ser extinto o sistema de incentivos fiscais, o Finor, para a agricultura, porque foi um instrumento importante de concentração da propriedade fundiária. Deveria ser revisto o processo de incentivos fiscais para a indústria, de tal forma que não fosse simplesmente uma transferência. Como o sistema foi montado nos anos 60, era simplesmente uma doação, uma transferência de recurso da União para o empresário, e essa doação não se limitava simplesmente ao acesso do sistema 34/18 - Finor/Finam, mas representava também um subsídio forte pelo lado da isenção, impostos de importação, IPI, de financiamentos do Banco do Nordeste do Brasil, enfim, eu me lembro que na década de 60, ainda estudante de Economia, eu fazia um cálculo, trabalhando como estagiário num escritório de projeto, porque se o empresário fosse o suficiente esperto naquela época ele entraria com 8% de recursos próprios, o restante seriam simplesmente doações, transferência e financiamento altamente subsidiado para as propriedades produtivas. Claro que as pessoas iriam tentar explorar esse terreno. O resolutivo disso, nas décadas de 70 e 80 foi deplorável, como já ficou registrado na literatura.

Eu sei que tem uma comissão no Senado, presidida pelo Senador Mansueto de Lavor, que está estudando a questão dos incentivos fiscais. Tem que se repensar completamente a estrutura de incentivos. Eu não estou dizendo que deve ser abolido, mas o que foi criado no lugar não pode gerar ineficiências, não pode ser considerado simplesmente como uma transferência paternalista e nem deve ser tomado simplesmente como um mecanismo que não seja um instrumento capaz de atrair atividades produtivas, rentáveis e que tenham, de fato, mercado, porque, senão vamos construir artificialmente um parque industrial, uma estrutura econômica, que vai se fragilizar rapidamente.

Era basicamente, isso que eu queria mencionar, encerrando esta participação, agradecendo mais uma vez o convite da Comissão e dizer que eu estou disposto a cooperar quando precisarem de mim no futuro.

O SR. PRESIDENTE (Vicente Fialho) - Nós agradecemos, pela Comissão, a participação da Professora Tânia Bacelar e do Dr. Jorge Jatobá. Queríamos também reafirmar que a colaboração dos ilustres conferencistas não se encerra aqui, porque os trabalhos da Comissão irão avançar e ao longo dos trabalhos nós gostaríamos sempre de poder contar com a participação dessas figuras que conhecem tão profundamente a vida do País e particularmente a nossa região nordestina. Muito obrigado aos conferencistas e aos companheiros da Comissão.

Está encerrada a reunião.

(Levanta-se a reunião às horas.)

ANEXO A ATA DA 6ª REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL MISTA, CRIADA ATRAVÉS DO REQUERIMENTO Nº 810, DE 1991-CN, DE AUTORIA DO SENHOR SENADOR BENI VERAS, DESTINADA A ESTUDAR O PROBLEMA DO DESEQUILÍBRIO ECONÔMICO INTER-REGIONAL BRASILEIRO E PROPOR SOLUÇÕES.

Presidente: Deputado César Maia
Vice-Presidente: Senador Elcio Álvares
Relator: Senador Beni Veras
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

6ª REUNIÃO, REALIZADA

EM 20 DE MAIO DE 1992

Às dez horas e trinta minutos do dia vinte de maio de mil novecentos e noventa e dois, na sala número 6 (seis) da Ala Senador Nilo Coelho, reuniu-se a Comissão Mista acima especificada, presentes os Senhores Parlamentares: Garibaldi Alves, Elcio Álvares, Marluce Pinto, Magno Bacelar, Amazonino Mendes, Esperidião Amin, Mansueto de Lavor, Vicente Fialho, Pinheiro Landim, Luiz Girão, Paulo Mandarino, Ribeiro Tavares, Osvaldo Coelho, B. Sá, Wagner Nascimento e Wilson Cunha. Deixam de comparecer por motivo justificado os demais membros. Havendo número regimental, assumiu a Presidência o Senhor Senador Elcio Álvares Vice-Presidente da Comissão, que deu como aberto os trabalhos, comunicando o objetivo da reunião, debate sobre "A SDR e os Desafios dos Desequilíbrios Inter-Regionais", com a presença do Senhor Ministro Ângelo Calmon de Sá, da Secretaria de Desenvolvimento Regional. Em seguida o Senhor Presidente destaca a presença do Dr. Eliezer Menezes, Superintendente Adjunto da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - Sudene e do Dr. Paulo César Batista, Secretário Executivo da Secretaria de Desenvolvimento Regional. O Senhor Presidente convida os Senhores Ministro Ângelo Calmon de Sá e Dr. Paulo César Batista, para tomarem assento à mesa e passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras. Ato contínuo o Senhor Presidente faz elogios à pessoa e ao trabalho do Senhor Ministro Ângelo Calmon de Sá, passando a palavra ao mesmo. Concluída sua exposição o Senhor Presidente dá início à fase de interações, onde fazem uso da palavra os Senhores Parlamentares Amazonino Mendes, Esperidião Amin, Vicente Fialho, Osvaldo Coelho, B. Sá, Wagner Nascimento, Marluce Pinto, Pinheiro Landim e Wilson Cunha. Terminada a fase de interações o Senhor Presidente destaca a presença do Senhor Senador Mansueto de Lavor, Presidente da Comissão Mista destinada a Reavaliar os Incentivos Fiscais e passa a palavra ao Senhor Relator Senador Beni Veras que faz comentários a respeito da exposição do Senhor Ministro e informa sobre a próxima reunião a realizar-se amanhã, quinta-feira, dia 21 de maio do corrente ano, às 10:00 horas, na sala número 5 (cinco) da Ala Senador Alexandre Costa, para debate sobre "Desigualdades Regionais no Brasil", com a presença do Dr. João Paulo dos Reis Velloso. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente agradece a presença do Senhor Ministro Ângelo Calmon de Sá, dos Senhores Parlamentares e demais presentes, encerrando a reunião, lavrando eu, Adalberto de Menezes Dantas, Assistente da Comissão, a presente ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente, indo à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Convidados: Beni Veras
Ângelo Calmon de Sá
Amazonino Mendes
Esperidião Amin
Vicente Fialho
Osvaldo Coelho
B. Sá
Wagner Nascimento
Marluce Pinto
Pinheiro Landim
Wilson Cunha.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) - Vamos dar início à nossa reunião. Quero registrar a presença do Dr. Eliezer Menezes, Superintendente adjunto da Sudene, do Diretor Paulo César Batista, Secretário Executivo da Secretaria de Desenvolvimento Regional e também do Dr. Mauro Parente, secretário da Codesul.

Nesse instante, damos a palavra ao Senador Beni Veras, S. Ex. tem sido um grande entusiasta desta Comissão, e é Senador altamente dedicado a esse problema, para proferir as palavras inaugurais.

O SR. BENI VERAS - Em princípio, quero agradecer a gentileza, e presteza com que o Sr. Ministro de Assuntos Regionais atendeu ao nosso convite, para vir a esta Comissão, assim como realçar a preocupação a respeito desses problemas, demonstrar a oportunidade que tivemos com S. Ex. no Ministério.

É bom que se tenha criado a Secretaria de Desenvolvimento Regional com uma pessoa com o mesmo conhecimento, experiência, e a vivência dos problemas regionais, que é o Ministro Calmon de Sá. Isso nós dá muita confiança e a certeza de que podemos ter um interlocutor adequado, para tratar desses problemas, que, de fato, são muito sérios.

Não se pode esconder que o País tem desigualdades gritantes, tanto assim que existe essa secretaria, com a finalidade de melhorar essa condição. Com isso tudo, pode-se realçar que a política governamental exercida até hoje não foi capaz de reduzir substancialmente as diferenças regionais, a tal ponto que o País hoje é capenga, do ponto de vista de renda, possibilidades e oportunidades de sua

população. Preocupa-nos muito essa situação, ao País inteiro, creio, é muita boa esta oportunidade de poder discutir com o Sr. Ministro e ter a sua visão desse problema, não só porque S. Ex.^a o conhece bem, como também tendo à frente uma gestão, que esperamos seja profícua e que poderá gerar e executar políticas que poderão, sem dúvida, reduzir essas desigualdades.

O Sr. Ministro tem condições para isso, tem a nossa esperança, a nossa confiança e a sua presença aqui nos dá a oportunidade de examinarmos juntos as suas idéias, as suas intenções relacionadas a estas questões.

Sr. Ministro, desejo a V. Ex.^a muito boa sorte.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) — O Ministro Ângelo Calmon de Sá, formado em Engenharia Civil e em Engenharia de Petróleo, com administração financeira. Foi Ministro da Indústria e Comércio de 1977/79; Presidente do Banco Do Brasil; Secretário da Fazenda da Indústria e Comércio do Estado da Bahia. No setor privado, S. Ex.^a exerceu também funções relevantes, destacando-se a de Diretor Presidente do Banco Econômico S.A., além de ter chefiado várias delegações econômicas do Governo brasileiro no exterior. É detentor de 26 títulos e condecorações nacionais e internacionais.

Esta é a apresentação oficial do Ministro Ângelo Calmon de Sá. Mas eu gostaria, dentro de um enfoque especial, de assinalar que me sinto muito feliz de, neste momento, ter o Ministro Ângelo Calmon de Sá como palestrante, porque quando no exercício do Governo do Estado do Espírito Santo, recebi de S. Ex.^a todo apoio e incentivo, integrando um Governo, onde se destacava a figura exponencial do Presidente Ernesto Geisel, que foi talvez o Presidente que dividiu o meu Estado em duas fases, antes e depois de Ernesto Geisel. O Ministro Ângelo Calmon de Sá sempre prestou ao Espírito Santo e aos seus pleitos toda sua simpatia, toda sua inteligência.

Então, nesse instante, quero reiterar aqui, de público, a minha admiração e o meu apreço pelo Ministro Ângelo Calmon de Sá e ter a certeza e a convicção de que o Presidente Fernando Collor de Mello vai ter neste Ministro, que tem a responsabilidade hoje de conduzir os destinos do desenvolvimento regional, um colaborador à altura, brilhante, inteligente, moderno nas idéias e, sobretudo, perfeitamente identificado com as aspirações sociais e políticas de todas as regiões brasileiras.

Por tanto, a partir deste momento, teremos a oportunidade de ouvir sua palestra subordinada ao tema, Secretaria do Desenvolvimento Regional, os desafios dos desequilíbrios inter-regionais.

Com a palavra o Ministro Ângelo Calmon de Sá.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Sr. Presidente, Senador Elcio Álvares, Sr. Relator, Senador Beni Veras, Srs. Senadores, Srs. Deputados, minhas Senhoras, meus Senhores, inicialmente, eu queria agradecer aqui as palavras bondosas proferidas pelo Senador Beni Veras e pelo Senador Elcio Álvares que, realmente, estão vindo em mim qualidades que acho que não as tenho.

Gostaria de, nesse nosso depoimento aqui nesta Comissão, que considero extremamente importante, dividir aquilo que no fundo todos

Na primeira, gostaríamos de abordar aquilo que no fundo todos sabemos, mas de uma forma sucinta, o que o problema dos desequilíbrios regionais tem sido um dos fenômenos econômicos mais estudados da economia brasileira, desde a época da criação do Banco do Nordeste, do Banco da Amazônia, das superintendências regionais de desenvolvimento e da elaboração do relatório do grupo que trabalha para o desenvolvimento do Nordeste, para citar apenas a história mais recente.

A despeito disso, considero que não é ocioso fazer uma apreciação preliminar das dimensões e natureza dessas disparidades, de sorte à realçar as dimensões que considero mais relevantes e que orientar parte das sugestões e medidas no decorrer da minha exposição.

Os indicadores dos desequilíbrios inter-regionais, segundo a minha visão, podem ser classificados em dois grandes grupos: o econômico e o social. No campo econômico, as três regiões menos favorecidas do País, Norte, Nordeste e Centro-Oeste, embora participem com 39,5% da população nacional, portanto, 40% da população nacional, contribuem com menos de 1/4, ou seja, menos de 25% do PIB nacional.

O emprego e a renda dessas regiões, por seu turno, são significativamente dependentes do setor rural e de serviço. Essa estrutura, como veremos, tem severas implicações na participação desproporcional, na qualidade do emprego gerado e até mesmo no potencial de seu crescimento.

A produtividade agrícola dessas regiões é significativamente inferior à média das regiões mais favorecidas do País. O Nordeste, por exemplo, onde esse fenômeno é mais expressivo, apresenta produtividade para o milho correspondente apenas a 21% da média nacional. Para o algodão, o arroz, o feijão e a soja, esse indicador é de apenas 24, 62, 64 e 77%, respectivamente.

No campo social, no tocante a essas disparidades, foi observado pelo Professor Hélio Jaguaribe que a pobreza nacional tem uma clara dimensão setorial e espacial. Especialmente, ela se concentra no Nordeste brasileiro, em relação ao qual destaco as seguintes constatações. O nordestino vive em média quase 11 anos menos do que o brasileiro do Sudeste.

A mortalidade infantil nordestina, cem por mil, em 1987, é quase duas vezes a do Sudeste. A ligação de água à rede, 47,6% no Nordeste, é quase a metade da verificada no Sudeste. A taxa de alfabetização, 61,9% representa apenas 70% da observada no Sudeste.

O Nordeste concentrou, em 1985, 46,5% das famílias pobres — 5 milhões de famílias, e 56,5% das famílias em condições de miséria do País — 2,7 milhões. Isso significa que vivem no Nordeste, 25 milhões de pobres, o que supera a população de todos os países da América do Sul, exceto a Argentina.

A zona rural nordestina detinha 78,6% do total de famílias pobres rurais do Brasil, o equivalente a quase 3,7 milhões de famílias ou 19 milhões de pessoas. No caso da Amazônia, a baixa densidade demográfica torna expressiva a concentração populacional e de miséria em centros como Manaus e Belém, com repercussão negativa sobre a qualidade de vida.

No Centro-Oeste, o intenso fluxo migratório e a mecanização da agricultura geraram a favelização da periferia de cidades como Campo

Grande, Cuiabá e Brasília. Em 1970, 73% da população da região estavam nas áreas rurais e, atualmente, mais de 70% dos habitantes encontram-se nos centros urbanos que não têm condições de ofertar empregos em número adequado.

Vamos agora fazer uma avaliação do que houve de desempenho econômico mais recente dessas regiões: nos últimos 26 anos, as regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste, têm apresentado taxas de crescimento equivalentes ou superiores às do País e restante do Brasil, como evidência de "capacidade de resposta aos estímulos das políticas governamentais".

Além disso, as taxas de crescimento nos diversos períodos, 60/70, 70/80, 80/96, onde vemos que, realmente, o Brasil, como um todo, nesse período, tem taxa de crescimento, principalmente na década de 70/80, 80/86, inferior ao crescimento, por exemplo, do Nordeste, em relação também ao crescimento do Norte, principalmente e do Centro-Oeste.

Esse relativo sucesso no campo econômico, contudo, não se refletiu em proporcional melhoria das condições sociais dessas regiões

que, em geral, ainda estão muito distantes das condições prevalentes nas regiões mais favorecidas, como tive oportunidade de demonstrar.

Segundo as análises que têm sido feitas, essa desproporção entre a evolução dos indicadores econômicos e sociais decorreu do modelo de crescimento do Nordeste, particularmente devido à prioridade conferida à implantação de infra-estrutura econômica, como forma de induzir a expansão das atividades privadas, portanto, implicando em menor prioridade da infra-estrutura social.

Implantação de indústrias e empresas agrícolas modernas ou mais intensivas de capital e tecnologia devido a necessidade de competir no mercado interno, sem proteção alfandegária que, por outro lado, implicam na redução da oferta de emprego e na desarticulação de atividades tradicionais.

Adotou-se ainda nessas regiões, particularmente no Nordeste e Amazônia, modelo nacional de substituição de importações. O Centro-Oeste destacou-se, ainda, pela expansão da fronteira agrícola com base nas exportações. O Nordeste pela montagem de um parque industrial e a Amazônia pela abertura de novas frentes de ocupação.

Esse processo de crescimento, contudo, acentuou as dependências dessas regiões com relação aos mercados de insumos e de produtos do Sul, e Sudeste, criando mecanismos para evasão não visível de parte dos recursos, como decorrência das políticas governamentais.

Em termos de perspectiva futura do desequilíbrio, o processo que aí está tem a tendência de aprofundar nesse desequilíbrio. A relativa melhoria dos indicadores, em especial do Nordeste, não reproduz o agravamento das disparidades intra-regionais. O agravamento do grau de miséria dos segmentos mais vulneráveis e a disseminação da pobreza com suas sequelas, pressiona o estado para ampliação das ofertas dos serviços sociais em nível superior à capacidade do estado em mantê-lo.

É primordial o estabelecimento de ação governamental planejado adequadamente e conduzido com consequência a promover mudanças estruturais na realidade que se apresenta. Para tanto, entendemos fundamental, a consciência de que os problemas sociais brasileiros não decorrem da realidade pre-existente, mas do próprio processo de crescimento econômico, não balizado para a promoção da distribuição dos seus benefícios.

O entendimento que as questões relativas a miséria e pobreza independem do atual quadro recessivo, provindo de casos que devem ser discutido de forma ampla no quadro nacional.

A apreciação de forma conjunta da retomada do crescimento de forma ambientalmente saudável e do quadro social existente como componente de processo único. A consideração de que o encamihamento de ações, o estabelecimento de instrumentos direcionados para regiões mais carentes ou para segmentos sociais mais vulneráveis não constituem privilégios dessas regiões e populações, mas compromisso da sociedade com seus valores nacionais e éticos. A compreensão de que, menos sob essa ótica, os resultados econômicos obtidos pela execução de políticas de cunho compensatório, resultam mais positivamente para as áreas que compreendem maior dinamicidade econômica.

A percepção de que a sociedade caminha para a equalização das disparidades mediante o equilíbrio para baixo, em termos dos indicadores sociais regionalizados, através das migrações das áreas deprimidas, direcionadas para aquelas mais dinâmicas com adensamento das periferias carentes, destruturadas e sem oportunidades de emprego, que cercam cada vez mais e mais fortemente os centros urbanos.

Gostaria de destacar esse aspecto porque diria que, felizmente, de um lado, e infelizmente, de outro, acho que esse fenômeno que se acentuou nos últimos 10 anos no País, ou seja, o que eu chamaria a

favelização das grandes metrópoles do nosso País, inclusive de São Paulo, por essa migração, acho que está servindo de fato para despertar uma consciência maior nos centros desenvolvidos de que o processo de desenvolvimento, a grande retomada de desenvolvimento tem que ser desconcentrada. Se não desconcentramos a retomada de desenvolvimento neste País, só iremos agravar os problemas que já temos, e que agora começam a ser problemas que incomodam os grandes centros desenvolvidos.

Há dois dias, li um artigo de um professor de São Paulo, publicado, se não me engano, na Folha de S. Paulo, ou no Estado de S. Paulo, onde ele exatamente pregava o que acabei de dizer, e a razão que ele apontava era essa: não vamos nos iludir. Se cuidarmos de promover a retomada do desenvolvimento de forma mais acelerada nos centros mais desenvolvidos no País, vamos agravar de uma forma violenta os problemas que temos em torno das grandes cidades.

Acho que essa é uma realidade que tem que ser dita, repetida, repetida "n" vezes, para que não se entenda que o privilégio aparente concedido às regiões menos desenvolvidas é em detrimento do interesse nacional. Ao contrário, é na linha do grande interesse nacional. E isso que temos que ter presente. Não há como não cumprir aquilo que existe na Constituição. O Congresso, há muito tempo, já despertou para essa necessidade. Colocou-se na Constituição de 1988 uma série de dispositivos que claramente privilegiavam as regiões menos desenvolvidas do País, com o objetivo de melhorar os indicadores sociais dessas regiões. Acho que isso tudo tem que ser colocado em

prática e entendido como uma política de interesse nacional. Não é uma política de interesse regional.

Esse ponto não vou cansar de repetir, porque considero que infelizmente ainda existem até cabeças importantes, pensantes, no meio empresarial e mesmo na área do Governo de alguns Estados desenvolvidos que ainda não entenderam que é no interesse deles próprios que se tem que fazer a retomada de desenvolvimento nos grandes investimentos de área social, com preferência nas regiões menos desenvolvidas.

Que a discussão e o encaminhamento de prioridade se dêem portanto, com plena participação do conjunto da sociedade, envolvendo, em todos os aspectos, o Poder Legislativo no estabelecimento de ações planejadas com objetivos de médio e longo prazos, com garantia de permanência essencial a promoção das mudanças desejadas.

A redução das desigualdades se constitui no melhor caminho para alavancar a retomada da economia. Que o resultado desse esforço não pode ser creditado a uma região, por mais que ela se beneficie dos resultados, ou a segmentos sociais e economicamente mais carentes, mas ao conjunto da sociedade, que poderá estabelecer padrões dignos de qualidade de vida para o conjunto de sua população.

As nossas estratégias: gostaria de iniciar dizendo que quando o Presidente Fernando Collor de Mello mandou me chamar para ter uma conversa com ele, de antemão já sabia que seria para me apresentar um convite. Confesso a V. Ex. que entendia que não ia ser muito fácil não aceitar a convocação do Presidente, em que pesem todos os problemas que isso me criaria.

Na minha conversa com o Presidente Collor, ficou muito claro para mim que não haveria realmente nenhuma condição de eu não aceitar o convite de Sua Excelência. Como, aliás, foi mencionado aqui pelo tanto pelo Senador Beni Veras, como pelo Senador Elcio Alvares. Dizia-me o Presidente que considerava que nos dois primeiros anos de Governo, a sua sensibilidade dizia que ele não teria feito pelas regiões menos desenvolvidas do nosso País tudo aquilo que ele gostaria de fazer.

Ele acreditava que colocando uma pessoa como eu, que conhecia a região Nordeste, a Amazônia menos, mas que também conhecia, e a Centro-Oeste, mas principalmente que conhecia os mecanismos de funcionamento de governo naquelas regiões e os próprios mecanismos de funcionamento da máquina governamental, que seria essencial esse entendimento meu para que a ação do governo se fizesse de acordo, efetivamente, com as diretrizes que ele vinha dando. Por que essa preocupação? Todos nós sabemos, como sabem aqueles que tiveram experiência da máquina do governo central, que, se não houver um gerenciamento diário daquilo que é prioridade para as regiões menos desenvolvidas, o rio vai correr para o mar.

É uma luta cotidiana, não porque as pessoas tenham alguma prevenção contra essas regiões. É porque a demanda das regiões mais desenvolvidas em cima da área de governo é sempre maior. Então, se a coisa correr naturalmente não vamos nunca resolver o problema das disparidades regionais.

Então, disse ao Presidente, como disse aqui hoje, talvez não tivesse todas as qualidades que ele dizia que eu tinha, mas que podia ficar tranquilo porque tinha uma qualidade que eu, com falsa modestia, diria que tenho. Eu disse: Presidente, sou um bom gerente, e Vossa Excelência verá que vou gerenciar de fato a ação do seu governo, dentro da diretriz que Vossa Excelência está estabelecendo de prioridades para o desenvolvimento das regiões mais carentes.

O Presidente forneceu-me uma diretriz muito clara de que o desenvolvimento teria que ter uma característica nova, uma distribuição espacial melhor porque também tínhamos problemas inter-regionais. Somente com o desenvolvimento espacial, distribuindo, portanto, pela região o processo de desenvolvimento e fazendo-o de uma forma integrada, ou seja, coordenando a ação de todos os ministérios setoriais na promoção desse desenvolvimento, seria possível, realmente, se resgatar, pelo menos parcialmente, essa grande dívida social que o País tem com as regiões menos desenvolvidas.

Então, essa é a espinha dorsal da forma em que a SDR vai atuar. Logo que assumi, procurei inteirar-me do que estava sendo dito e o próprio Presidente havia me recomendado que analisasse com cuidado os planos que tinham sido elaborados nesses dois anos de Governo, visando agora uma ação mais dinâmica, entre eles, destaque o Plano de Desenvolvimento Regional Integrado do Nordeste, o Plano de Desenvolvimento da Amazônia, ambos documentos concluídos, que brevemente, inclusive, serão submetidos ao Congresso Nacional. Também o aproveitamento, um estudo para aproveitamento dos recursos hídricos do Nordeste, elaborado inclusive pela Sudene, e também um Plano de Desenvolvimento de Turismo do Nordeste, um assunto que interessa muito a todos os governadores.

Mas, o que ficou muito claro, dentro da diretriz do Presidente, é que o maior esforço nosso seria de articulação, coisa que todos sabemos que está mais do que arraigada nas ideias do Presidente, tenho em vista o próprio seminário que acaba de ser realizado neste último fim de semana com todos nós, que foi, mais do que tudo, um seminário de articulação.

Essa, na minha opinião, Congressistas, é a grande novidade da ação no desenvolvimento regional: é a articulação. Nós todos que estamos aqui nesta sala, principalmente os Srs. Deputados e Srs. Senadores, sabemos que nunca foi o forte da ação do governo, nem federal, nem estadual, nem municipal, uma articulação. Por isso, temos obras inacabadas, obras que, às vezes, ligam o nada ao nada. Quer dizer, não houve, no passado, uma verdadeira articulação. E o que sentimos, hoje, é que talvez a crise nacional, a falta de recursos tenha tornado mais evidente que não há como se gastar o dinheiro público sem ser de uma forma racional, porque o dinheiro é pouco. Então, diria que uma das principais ações nossas junto a todos os Ministérios setoriais que atuam nas regiões, em conjunto, articulada, inclusive, numa articulação que estamos envolvendo o Congresso, e evidentemente os governadores estaduais, é de racionalizar as nossas ações, e fazê-lo de uma forma integrada. Já existem exemplos palpáveis dos benefícios de se priorizar, por exemplo, concluir obras inacabadas. Afinal de contas, existem centenas de milhões, para não dizer, bilhões até de dólares, de obras inacabadas em todo o nosso País. Isso é um capital que a sociedade, através do Governo, investiu sem retorno. Obras inacabadas nenhum benefício traz à população, seja uma barragem, seja um projeto de irrigação, seja uma es-

trada, seja uma ponte, seja uma escola, seja um hospital, tudo enfim, que não foi investido, pois o Governo dispendeu o recursos que arrecadou junto à sociedade e não transferiu nenhum benefício à sociedade com a aplicação desses recursos.

Então, tenho dito que a arrancada, a retomada do nosso desenvolvimento será muito mais rápida e muito mais forte do que o que se imagina, na medida em que a gente aja com racionalidade, investindo nesses projetos que estão inacabados, porque para um capital de dez vamos propiciar bens ou benefícios à população equivalente a cem. Já se investiu sete, oito, nove, dez vezes mais do que vamos precisar investir agora para concluir a obra.

Vou citar um exemplo concreto que tenho citado a inúmeros Deputados: o Ministro Antônio Cabrera já colocou no seu orçamento deste ano, e está dando prioridade absoluta, à conclusão são de 23 obras de irrigação no Nordeste, obras todas com mais de 80% executadas, com centenas de milhões de dólares que foram investidos e que não estão gerando absolutamente nada de benefícios hoje. Algumas delas, inclusive, paralisadas por falta de recursos. Essas obras já estão sendo retomadas e dentro de 12 meses, praticamente, todas estarão concluídas, colocando à disposição do Nordeste, mais cem mil hectares de área irrigada.

Então, não há, portanto, correlação direta entre o que o Governo vai investir agora e o benefício que vai propiciar evidente, à região. E, assim, eu citaria inúmeros exemplos de obras que precisam ser concluídas. Além disso, além dessa conclusão que é óbvia, as prioridades terão que ser discutidas com os Srs. Congressistas, com os governadores e com os Ministérios para aplicação dos recursos. Eu, enho, recurso no Ministério, pode ser que haja uma obra que é mais prioritária no Ministério da Saúde, seja no Amazonas ou Nordeste. Agora, por exemplo, tenho um caso concreto que posso aqui citar.

O Ministro Adib Jatene, na sua exposição no seminário, mostrava que a malária ainda é um problema no Brasil, principalmente na Amazônia, e que é preciso se erradicar a malária — como se erradicou do resto do país. Ele mostrava que há uma concentração no fenômeno da malária em Rondônia, principalmente na região de Ariquemes, e que há uma necessidade de se concluir um canal onde há falta de recursos e precisa da mobilização de sete bilhões de cruzeiros apenas.

Imediatamente, o Ministro Ricardo Pízza e eu nos dispusemos a utilizar uma parcela de recursos dos nossos orçamentos para permitir, junto com o Ministério da Saúde, concluir essa obra. É obra que tem prioridade nacional óbvia. Ainda temos centenas de milhares de casos de malária no país, é uma vergonha e não podemos admitir que temos isso no País.

Então, há essa articulação, esse entendimento, essa racionalidade, vai realmente fazer com que o Brasil seja um Brasil diferente, a ação do Governo vai ser diferente. Tenho dito, e gostaria de repetir aqui nesta Casa, que todos os Deputados e Senadores que estiveram no meu Ministério — já recebi cerca de 180, entre Deputados e Senadores — e não encontrei um só, um só que não entendesse a necessidade dessa racionalidade, de se estabelecer prioridades, de cada um estabelecer as prioridades em relação às suas emendas coerentes, realmente, com os interesses nacionais. Já que não temos recursos para fazer tudo, temos que fazer esses exercícios.

Então, entendo que essa ação conjunta e articulada e racional, vai permitir, sem dúvida alguma, que esse problema da desigualdade regional, possa, definitivamente, começar a ser resolvido de uma forma mais acelerada. Nós todos sabemos — principalmente em relação ao Nordeste — o que deve ser feito. Em matéria de estudo, de análise e de diagnóstico, acho que não existe nenhuma região mais estudada na face da terra do que o nosso Nordeste. Nem por isso, nós conseguimos, realmente, resolver todos os seus problemas.

O exemplo típico é a área de recursos hídricos, onde nós sabemos que hoje, por exemplo, o Estado do Ceará fez um trabalho que a Sudene agora está estendendo a todo o Nordeste, de identificar a real possibilidade de recursos hídricos do Estado e de todos os municípios. A conclusão a que chegamos é que o Nordeste tem água demais, tem água à vontade e o que precisa é saber armazená-la, armazená-la nos pontos corretos de uma forma distribuída e vamos eliminar todo o sofrimento quando o fenômeno da seca ocorrer. Nós não vamos impedir que a seca ocorra — ela é um fenômeno natural —, mas temos condições, sem dúvida alguma, de tecnologia e até diria de recursos para, não instantaneamente, mas dentro de um programa, eliminar toda a aflição que se verifica no Nordeste com o fenômeno da seca.

Então, penso que, como eu disse, a crise veio nos ensinar que temos que ser racionais mais do que nunca e que essa mudança de mentalidade está ocorrendo em todos os segmentos da sociedade.

A nossa preocupação maior é exatamente mobilizar tudo o que for possível nesse processo de eliminação das desigualdades regionais. Sabemos que essas regiões hoje têm, inclusive, algum recurso destinado a elas, de forma constitucional, que são recursos importantes, os fundos que os Srs. Deputados e Senadores colocaram na Constituição para o Centro-Oeste, para o Nordeste, para a Amazônia. Além disso, temos os recursos dos incentivos fiscais, no caso do Nordeste e no caso da Amazônia. Temos de fazer um uso o mais racional possível dos recursos orçamentários da União, junto com os recursos dos fundos e com os recursos dos Estados e dos municípios.

Existem hoje — dois planos já bem claros em relação à Amazônia e ao Nordeste, e no caso do Centro-Oeste, temos dois programas — não temos um plano completo — que terão repercussão, sem dúvida alguma, naquela região, como o Plano Flora e o Prodeaq — que são projetos que contam, inclusive, com a participação de financiamentos do Bird, que vão dinamizar, um, especificamente, Rondônia, e o outro, a área de Mato Grosso. Mas a nossa maior preocupação é no sentido de que tenhamos um programa de ação coerente com esses planos maiores, com o próprio Plano de Desenvolvimento Regional Integrado, com o Plano Plurianual, com o Plano de Reconstrução Nacional, mas que seja um programa de ação em que se possa mostrar, daqui para o final do Governo do Presidente Collor, que ações vão ser implementadas, coerentes com esses objetivos maiores de longo prazo, mas que comecem, de imediato, a dar resultados palpáveis.

Nesse período, mais do que em qualquer outro, a prioridade tem de ser estabelecida com muito cuidado, avaliada, reavaliada para que possamos, com o mínimo de recursos, promover o máximo de benefício

tônica da exposição apresentada que, a meu ver, foi a racionalidade. Isso muito nos apraz. A par de outras colocações que entendo básicas, dentro dessa linha de gerenciamento que V. Ex. elege como a qualidade maior, prestar serviços à nossa Nação através de sua pessoa.

Realmente, é inquestionável que o nosso País prima pelo desperdício de recursos, até por ações cumulativas de diversos órgãos que não se comunicam, estabelecendo uma espécie de caos. Isso é um mal nacional que tem sido, perpetuado ao longo do tempo.

Por outro lado, a nossa continentalidade, a nossa diversificação geográfica, sociológica, econômica, sem falar do grande drama moderno das concentrações populacionais econômicas, criando todo esse desnivelamento com implicações muito mais graves, até com relação à integridade do território brasileiro. Diria a V. Ex. que um dos males que temos é a mania de fazermos leis gerais; leis gerais para disciplinar relações sejam elas sociais, econômicas, enfim, jurídicas. O mesmo ângulo de visão dentro das diversas sociologias de comportamentos, economias etc. Para nós que somos das regiões mais pobres e sofridas, é muito fácil analisarmos e termos as nossas referências e colaborar. E como é permanente o sentimento de revolta em relação a tudo isso, ao caos, aos desastros, à sistemática teimosia em relação aos problemas. Vou ousar dizer aqui, nesta Casa, fruto da minha experiência, embora modesta, mas experiência de ex-governador da região, ex-prefeito de Capital e hoje exerce este mandato no Senado, que é insuportável a resistência, a tutela, é como se o povo dessas regiões subdesenvolvidas não tivesse condições de colaborar, de apresentar sugestões em relação ao seu destino. Em relação aos planos, tenho muito medo. Eles são elaborados debaixo de uma inspiração formada por conhecimentos adquiridos nas universidades americanas, européias etc., nos números frios e mentirosos dos livros — e o Brasil é um país que prima por não ter números, ninguém pode fazer nada porque ninguém sabe de nada, as informações, além de serem precárias, são defeituosas — e nos sujeitamos a esses planos. Não posso ter a veleidade de fazer uma incursão nacional nesta colocação que faço, aproveitando a brilhante presença de V. Ex. Mas, me permite tão-somente falar um pouco sobre a Amazônia, sintetizando tanto quanto possível, obedecendo à orientação do nosso Presidente.

Sr. Ministro a Zona Franca de Manaus é um modelo porque lutamos para que permaneça por absoluta falta de opção. A Zona Franca de Manaus foi inspirada, criada, para desenvolver a Amazônia Ocidental, cerca de dois milhões, duzentos mil quilômetros quadrados. Criou-se até à época o conceito de Amazônia Ocidental. E o que foi que aconteceu? 99.8% da Receita do Estado do Amazonas se concentra numa cidade-estado, como se fosse na Grécia antiga uma cidade chamada Manaus, com o maior índice brasileiro de concentração de renda. A miséria grassou naquela cidade de tal forma e de tal sorte que, hoje — fui prefeito daquela cidade e sei — vejo são necessários bilhões de dólares para que o povo tenha acesso ao mínimo de uma existência digna, os ouvidos surdos às reclamações, às sugestões é um modelo meramente reflexivo da economia brasileira, porque é voltado para o consumo interno. E, já que no momento o nosso País procura sair ou implementar uma mudança radical com a abertura do seu mercado ou coisa que o valha, esse modelo de fato entra em colapso e apenas poderá sobreviver mercê da vontade política que em muito boa hora e com todo o nosso aplauso e admiração o Ministro demonstra, e em nível até de Presidente da República.

Sabemos que isto é apenas uma tentativa pálida para que não sobremos de uma vez por todas. E o resto, os dois milhões e duzentos mil quilômetros quadrados, da região que têm implicações de toda a sorte, de ordem estratégica, militar? Uma área dessas só pode ser nacional se for ocupada. Ela se transforma em res nullius em questão de átomo de tempo.

Não quero alongar-me porque termino fazendo um paralelismo. Mas vou citar um pequeno exemplo que sei que o Ministro conhece profundamente: a questão da borracha. Aquela região o Brasil ganhou por causa da borracha e vem toda uma história: até 1912, quando houve a grande debécia e fomos salvos, momentaneamente, em função das guerras mundiais.

Mas, toda aquela população da Amazônia Ocidental, da calha sul, do grande caudal do rio, é extrativista. Manteve aquela região para a nossa Nação, conquistou-a através do extrativismo, ao longo de dois ou dois e pouco séculos, e aquilo sobreviveu como parte brasileira.

Hoje, além da questão ecológica, que é uma outra atividade perversa, porque sofremos proibições e não temos definições nem alternativas, esses produtos originários do extrativismo sofreram aviltamento de preços no mercado internacional e ficou vazio. Mas o vazio absoluto. No entanto, estimamos naquela região mais ou menos cerca de uns dez milhões de hectares de várzeas que são irrigadas todos os anos normalmente. Recordo-me que, quando o menino nascido que sou no seringa, morando naquela região, éramos auto-suficiente em milho e arroz, de feijão e até de café. Hoje não se encontra um pé de milho em lugar nenhum, não se produz um quilo de feijão, não se produz literalmente nada, porque simplesmente o móvel maior da economia que era a borracha acabou. E não se tomou conta, não se quis fazer absolutamente mais nada.

Sr. Ministro a Zona Franca de Manaus é um modelo porque lutamos para que permaneça por absoluta falta de opção. A Zona Franca de Manaus foi inspirada, criada, para desenvolver a Amazônia Ocidental, cerca de dois milhões, duzentos mil quilômetros quadrados. Criou-se até à época o conceito de Amazônia Ocidental. E o que foi que aconteceu? 99.8% da Receita do Estado do Amazonas se concentra numa cidade-estado, como se fosse na Grécia antiga uma cidade chamada Manaus, com o maior índice brasileiro de concentração de renda. A miséria grassou naquela cidade de tal forma e de tal sorte que, hoje — fui prefeito daquela cidade e sei — vejo são necessários bilhões de dólares para que o povo tenha acesso ao mínimo de uma existência digna, os ouvidos surdos às reclamações, às sugestões é um modelo meramente reflexivo da economia brasileira, porque é voltado para o consumo interno. E, já que no momento o nosso País procura sair ou implementar uma mudança radical com a abertura do seu mercado ou coisa que o valha, esse modelo de fato entra em colapso e apenas poderá sobreviver mercê da vontade política que em muito boa hora e com todo o nosso aplauso e admiração o Ministro demonstra, e em nível até de Presidente da República.

sabemos que isto é apenas uma tentativa pálida para que não sobremos de uma vez por todas. E o resto, os dois milhões e duzentos mil quilômetros quadrados, da região que têm implicações de toda a sorte, de ordem estratégica, militar? Uma área dessas só pode ser nacional se for ocupada. Ela se transforma em res nullius em questão de átomo de tempo.

Não quero alongar-me porque termino fazendo um paralelismo. Mas vou citar um pequeno exemplo que sei que o Ministro conhece profundamente: a questão da borracha. Aquela região o Brasil ganhou por causa da borracha e vem toda uma história: até 1912, quando houve a grande debécia e fomos salvos, momentaneamente, em função das guerras mundiais.

Mas, toda aquela população da Amazônia Ocidental, da calha sul, do grande caudal do rio, é extrativista. Manteve aquela região para a nossa Nação, conquistou-a através do extrativismo, ao longo de dois ou dois e pouco séculos, e aquilo sobreviveu como parte brasileira.

Hoje, além da questão ecológica, que é uma outra atividade perversa, porque sofremos proibições e não temos definições nem alternativas, esses produtos originários do extrativismo sofreram aviltamento de preços no mercado internacional e ficou vazio. Mas o vazio absoluto. No entanto, estimamos naquela região mais ou menos cerca de uns dez milhões de hectares de várzeas que são irrigadas todos os anos normalmente. Recordo-me que, quando o menino nascido que sou no seringa, morando naquela região, éramos auto-suficiente em milho e arroz, de feijão e até de café. Hoje não se encontra um pé de milho em lugar nenhum, não se produz um quilo de feijão, não se produz literalmente nada, porque simplesmente o móvel maior da economia que era a borracha acabou. E não se tomou conta, não se quis fazer absolutamente mais nada.

Sr. Ministro, entendo que, além da defesa da Zona Franca de Manaus, teríamos que desenvolver urgentemente dois projetos: um que custaria aos cofres da Nação, segundo os meus cálculos, apenas 40 milhões de dólares para atender 500 mil brasileiros e resguardá-los na região. É muito barato. Seria um projeto com base na borracha e que concomitantemente se obrigaria, dentro da metodologia que se implementaria, os seringalistas a produzirem grãos com a ajuda do Ministério da Agricultura, com a Embrapa com as sementes básicas etc., um projeto simples que, se V. Ex. permitir, um dia qualquer posso chegar no seu Ministério e levar-lhe pelo menos um esboço, que diria que é o sentimento da região.

O segundo projeto não seria paliativo, mas, o definitivo. Seria um plano decenal para a ocupação da Amazônia, com base nas suas potencialidades econômicas, respeitando o que se conhece até hoje dos limites ecológicos. E poderíamos usar ao invés de 10, 30 milhões de hectares de várzeas. O Brasil planta 50 milhões de hectares. E com índice de produtividade, com certeza, muito inferior ao desses 30 milhões de hectares de várzeas; com um custo de produção, a meu ver, muito superior ao que poderia ocorrer com esses 30 milhões de hectares de várzeas. É uma questão simples: os rios são navegáveis, perenes; a navegabilidade, vai até aos altos dos rios, em alguns vãos, não todos. E, assim, poderíamos encostar vale o mundo que nos reclama o respeito à floresta e exigiríamos que agências de desenvolvimento mundiais, como caso o Banco Mundial, BID e BIRD, para financiarem esse programa. É apenas uma questão de vontade política nacional. Eu falaria muito, mas peço desculpas pelo alongamento. Eu não poderia deixar de perder essa oportunidade.

Deixo de continuar a minha colocação, mas parabéns a V. Ex. pela racionalidade, que foi a tônica da sua exposição. E sei que as minhas palavras aqui não serão palavras jogadas simplesmente ao esquivamento. Sei que V. Ex. ouviu isso com muita seriedade. Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Quero assegurar ao Senador Amazonino Mendes que não só gostaria de recebê-lo mais uma vez na nossa Secretaria, mas inclusive receber — se ele tiver como dispor — um esboço desse projeto em relação à borracha, formando alguma idéia mais precisa sobre o problema das várzeas. Mas diria inclusive a ele que a minha idéia é, até se for o caso, visitar a Amazônia mais uma vez na companhia do Senador, para irmos até a algumas áreas de várzeas onde pudéssemos pessoalmente constatar essa viabilidade e tentarmos, quem sabe, fazer um grande projeto para obter recursos nesses fundos que estão sendo criados em defesa da ecologia. Porque temos a compatibilização entre se desenvolver um projeto desse, preservando evidentemente a Amazônia.

Não tenho a menor dúvida que daremos toda a atenção às sugestões do Senador.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Concedo a palavra ao Senador Esperidião Amin.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Srs. Parlamentares.

Desejo congratular-me com o escopo básico do depoimento de V. Ex. Sr. Ministro e quero fazer três rápidos comentários tão objetivos quanto me é possível.

Aplaudir a sua idéia, o seu objetivo de lutar por desconcentração. Gostaria de pedir-lhe que resgatasse os arquivos do CNDU, órgão que sucedeu ao Conselho Nacional de Política Urbana, que prestou bom serviço ao País enquanto existiu o antigo Ministério do Interior. E nesse resgate, surgiu que determine algum assessor que procure conhecer e explorar uma linha de crédito do Banco Mundial que já beneficiou pelo menos dois Estados do Brasil, o meu e o Paraná, no financiamento a municípios de pequeno porte para dotar essas pequenas comunidades daquele mínimo de infra-estrutura para manter a população no local.

O meu Estado tem uma distribuição quase satisfatória da população, mas o fenômeno do êxodo rural também afeta Estados que tirem o equilíbrio em função dessa urbanização. Essa sua prioridade é muito importante porque o Senador Amazonino Mendes falou, que vale para Manaus, vale para São Paulo, para o Rio de Janeiro onde já nos esquecemos quanto custa um centímetro de metrô.

Na minha conta antiga custava um mil e quinhentos dólares, ou seja, cento e cinquenta mil dólares o metro; cento e cinquenta milhões de dólares um quilômetro, seja municipal, estadual. Esta divisão, como foi a do Rio de Janeiro, está sendo assumida pela União, e

é o País que está pagando. E paga porque existe ali deseconomia de escala. Essa palavra queria lembrar a V. Ex.^a no momento em que V. Ex.^a dá prioridade para a desconcentração.

Queria pedir-lhe também a atenção para a necessidade de um País que está quebrado, cujo poder público tem um poder de resolutividade baixíssima e a eficácia do que resolve é mais baixa ainda. Que V. Ex.^a nos ajudasse, a todos os que estão enjagados no ideal desta Comissão, complementando a Constituição, o que era o desejo original do Presidente da República, estabelecer um mecanismo atual para avaliar todas as renúncias de receita, incluindo incentivos fiscais, subsídios que vêm sendo empregados sem que haja uma verdadeira avaliação de custo-benefício.

Apresentei um projeto de lei neste sentido, que é apenas um começo desta idéia, mas entendo que V. Ex.^a que está preocupado corretamente com as ilusões que são criadas para empresários, me preocupou também com outras ilusões que são criadas para o Governo que imagina que, com incentivos, esteja ajudando a diminuir desequilíbrios dentro de uma região. E a ilusão para o próprio povo que imagina que incentivo fiscal, subsídio, crédito subsidiado, renúncia fiscal qualquer um vai ajudar a distribuição de renda. E isso não acontece, como o depoimento do Senador Amazonino Mendes comprovou. Há 20 anos existe a Suframa e a dependência é maior hoje do que antes da sua existência.

De forma que essas são as duas colocações que queria lhe fazer a par de oferecer a nossa solidariedade, a minha também, para que seja dada prioridade sempre à conclusão de obras.

O SR. ANGELO CALMON DE SÁ — Senador Esperidião Amin, quero apenas aduzir ao que foi dito que, em relação a esse programa de desenvolvimento urbano, quando Presidente do Banco do Brasil — tenho certeza de que o Senador se lembra — havia um programa grande que era o FDU e posso dizer que nós do Banco do Brasil financiamos muitas cidades médias por este País agora e ficava evidente a importância da daquele tipo de trabalho para ajudar na fixação do homem naqueles núcleos urbanos do interior.

Ninguém pode questionar realmente o resultado desse tipo de política. E cito, como exemplo, naquela época em que estava no Governo, em 1974, a criação da Diretoria Regional do Banco do Brasil em São Paulo. Fizemos um concurso interno dentro do Banco e pedimos aos funcionários do Banco do Brasil no País inteiro que se candidatassem a esses cargos que haviam sido criados na Diretoria Regional de São Paulo. E, tivemos um resultado curioso; nenhum funcionário do Banco do Brasil que trabalhava em cidades do interior de São Paulo se candidatou, porque todos entendiam que a qualidade de vida em São Paulo era pior do que nas cidades do interior. Ficou reforçado aquilo que todos hoje aqui evidenciamos, de que essas grandes cidades foram se deteriorando, há uma dupla economia de escala, como disse o Senador, que realmente só faz piorar.

E o que é mais grave, é que a necessidade de investimentos do Governo para tentar corrigir essas distorções, esses dramas das grandes cidades está numa escala absurda. É todo um processo que tem que ser explicado, não podemos continuar a permitir que esse processo ocorra no País, porque não só não vamos resolver o problema de disparidade, mas vamos agravar ainda mais a situação de quem já teve no passado uma situação de vida melhor, um padrão e uma qualidade de vida melhor.

Portanto, diria ao Senador que estamos dentro dessa linha em que daremos obviamente toda prioridade a esse tipo de colocação feita pelo Senador.

Em relação ao aspecto de avaliação dos incentivos, acho que realmente se faz mais do que necessário. Apenas diria, conforme já disse aqui no meu depoimento, que obviamente melhoraram os indicadores econômicos das nossas regiões como um todo, mas os indicadores sociais não melhoraram na mesma proporção. Mas temos que reconhecer que, se não existissem os incentivos e os projetos incentivados, os Estados não teriam condições de melhorar a infra-estrutura social, porque não teriam recursos nem renda da forma como tiveram.

Não é só o problema da SUFRAMA, mesmo em alguns Estados do Nordeste a esmagadora maioria dos recursos que o Estado dispõe, ou dispõe nos últimos anos para, construir as escolas, os hospitais, enfim, para fazer toda a infra-estrutura, veio da arrecadação das empresas que foram beneficiadas com os incentivos. E aí vou apresentar ao Senador um dado que assustou até o próprio Ministro Marcílio em um seminário, de 1987 para cá — esses dados existem, somado ao Governo estatísticos ao Nordeste — o que o Governo Federal, através das empresas que recebem, sem considerar o municipal, arrecadou na região Nordeste, através de IPI e incentivos fiscais que estão na região Nordeste, quatro vezes e meio o que essas regiões receberam em cada um dos anos em incentivos fiscais. Sendo que, nos últimos anos, o multiplicador está crescendo em cada vez mais, ou seja, como o volume de incentivos não cresceu em termos reais, e houve um crescimento real de suas arrecadações, entretanto, cada dia, os governos dos Estados e o Governo Federal estão arrecadando algo como quatro a cinco vezes o que essas regiões estão recebendo de incentivos fiscais.

E devo dizer que o próprio IPI isolado ou o que o Governo Federal arrecada das indústrias que receberam incentivos é maior do que o que o Governo Federal está mandando anualmente de incentivos para as regiões. Portanto, sob o ponto de vista, diria, econômico e, de certa forma, social, o incentivo funcionou. É claro que não haveria nenhuma dúvida em dizer que se não tivesse havido talvez uma concentração, durante algum tempo, de incentivos em projetos maiores com uma intensidade maior de capital, é provável que tivéssemos gerado mais emprego e até mais arrecadação. Esse requerimento se impõe e acho que esse processo de avaliação, que direcionamente se impõe e acho que esse processo de avaliação, que já foi objeto de projeto de S. Ex.^a Senador, é essencial até para ir corrigindo a utilização dos incentivos.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Com a palavra o Deputado Vicente Fialho.

O SR. VICENTE FIALHO — Caro ministro Ângelo Calmon de Sá, tive grande entusiasmo quando V. Ex.^a foi indicado para a Secretaria de Desenvolvimento Regional, pois já conhecíamos o seu espírito público, a sua grande experiência administrativa como Ministro de Estado, e, a sua grande capacidade de gerenciar o Banco; conhecíamos a sua grande capacidade de geren-

ciamento, mas com a experiência que tínhamos com irrigação. Neste, nos entusiasmos mais principalmente pela sua grande capacidade de negociador.

Uma de suas primeiras manifestações, quando assumiu essa nova tarefa, foi levantar o problema da irrigação no Nordeste e hoje a irrigação no Nordeste é mais, muito mais do que uma obra física. Num primeiro momento, tive até uma preocupação sobre a conveniência dessas obras físicas irem para a Secretaria de Desenvolvimento Regional, mas hoje estou conciente de que é até bom não ir, porque a tarefa que nos parece caber a V. Ex.^a é muito maior, é a de coordenar as ações para que possamos multiplicar aquela experiência de Petrolina e Juazeiro na Bahia.

Ainda nessa área, negociávamos com o Banco Mundial a possibilidade de criação de seis pólos semelhantes ou próximos aos de Petrolina e Juazeiro. O Banco Mundial aprovou e o Governo atual está dando prosseguimento a esses financiamentos que não os pólos na Bahia, de Barreiras e Formoso, no Ceará, Tabuleiro de Ruças do Rio Jaguaribe e Tabuleiro do Aracati no Rio Acaraú. No Piauí, Plator... de Guadalupe lá no Alto Parnaíba e os Tabuleiros de Parnaíba.

O que se deseja e se sonha — e sei que também é seu sonho — é transformar essas regiões e outras mais que têm potencial semelhante em áreas que já têm uma vitalidade econômica, áreas de negócios agrícolas como é o caso de Petrolina e Juazeiro da Bahia. O projeto, a obra física de irrigação é apenas uma parcela, claro, uma parcela importante porque é a partida, mas, mais importante é a etapa seguinte, dos negócios, das indústrias, da agroindústria, dos negócios de exportação, da interação daquela produção com o mercado interno e externo. Ninguém, ou poucos, neste País, teriam condições, como V. S.^a, para comandar o processo de criação desses pólos em agrovilas de negócios agrícolas.

De forma que a sua palestra hoje confirmou a minha confiança, o meu entusiasmo na sua chegada. Acho certa a linha que o Sr. está seguindo.

Estamos esperançosos. Como o Sr. mesmo disse, não podemos sonhar com seis ou nove Califórnia, mas podemos sonhar, a curto prazo, com seis ou oito Petrolinas, o que já seria uma transformação extraordinária no Nordeste.

Queria, também, trazer à reflexão e à lembrança — naturalmente o Sr. já estava bem atento a esse problema — que o Brasil tem um grande potencial para a carcinicultura e a concentração desse potencial de carcinicultura está no Nordeste, cerca de 330 mil hectares.

Já temos aqui na América do Sul países exportando mais de 500 milhões de dólares com este filão.

De forma que, esta é uma área que também necessita de atenção especial e também o fator principal é mais uma vez negócios, mais uma vez negociar os empreendimentos, ao nível de recursos internos e externos, abrir mercados para esse setor importante de produção que pode se desenvolver no Nordeste.

E um terceiro setor que gostaria de lembrar a V. Ex.^a, sei que V. Ex.^a também conhece essa experiência, é que nas regiões dos desertos do México já estão confinando 100 mil bois por ano, produzindo proteína animal tendo por base os restos dos projetos de irrigação, estão até estimulando irrigação, com base numa atividade rentável que é a produção de carne.

O Sr. conhece o Oeste dos Estados Unidos e sabe que lá existem grandes confinamentos, confinamentos de até 97 mil bois. É uma atividade bem sucedida na região Oeste dos Estados Unidos.

De forma que, a minha vivência no campo da agricultura irrigada no Nordeste me conduziu aqui aos caminhos que o Sr. aqui citou. São eles a educação, irrigação e depois concluir as obras e, principalmente, fazer a assistência necessária.

De forma que, queria manifestar aqui a minha confiança e o meu entusiasmo nesse trabalho que o Sr., sem dúvida nenhuma, levará à frente com muito sucesso em benefício do campo.

O SR. ANGELO CALMON DE SÁ — A minha observação em relação ao que disse o nosso Deputado seria apenas no sentido de que o Deputado está certo na sua avaliação de que mais importante do que ser responsável pela SDR a execução das obras físicas de irrigação é fazer, realmente, essa coordenação e essa articulação.

Posso dizer que isso mesmo eu disse ao Presidente da República que ocorreu que alguns Deputados e Senadores, em particular, os do Nordeste, foram ao Presidente sugerir que talvez coubesse transferir para a SDR, ao DEMOS, à CODEVASF, enfim, a execução das obras físicas de irrigação.

Eu disse ao Presidente que achava, como aliás depois aqui o Deputado Vicente Fialho, que era muito mais importante que eu me dedicasse realmente a fazer articulação do que estar preocupado com a execução que eu achava que estava muito boa, estava muito bem onde estava no Ministério da Agricultura.

Realmente, a minha maior preocupação é essa, é no sentido de que esses projetos sejam integrados, não sejam apenas uma obra física de irrigação, que se possa fazer projeto integrado e, como o Deputado disse, transformar, fazer diversos pólos como Juazeiro e Petrolina onde, inclusive, se sente que esse tipo de incentivo tem que ser apoiado. É uma preocupação, como dizia o Deputado Osvaldo Coelho, da construção dos ginsílios rurais, das escolas técnicas, quer dizer, tem todo um trabalho que tem que estar junto a esses núcleos de irrigação, que tem que ser desenvolvido porque, senão não vamos maximizar o resultado que se pode obter num projeto de irrigação.

Não é só fazer o projeto de irrigação, tem todo um contexto, principalmente na área social, que precisa ser desenvolvido para que se possa ter um maior rendimento possível desse tipo de investimento.

Essa é a nossa preocupação.

Pretendo concentrar, de fato, a minha preocupação nisso: articular as ações nos Ministérios Setoriais para que eles façam, realmente, um desenvolvimento integrado porque sabemos que, se não fizermos isso, não vamos corrigir em definitivo essas disparidades e não vamos alcançar esse grande objetivo, que é manter o homem que está no campo, em condições até melhores do que se ele estivesse na cidade. Esse tem que ser o nosso objetivo. O objetivo final meu é este, que é o objetivo do Presidente. Ele disse com muita clareza isso.

Temos que perseguir isso. E isso só poderá acontecer com a SDR se preocupando muito mais com articulação do que só acompanhar um

projeto de implantação ou acompanhar um projeto de implantação ou acompanhar a implantação de um projeto de irrigação.

Estou de inteiro acordo, obviamente, com o nosso Deputado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — A Mesa registra com satisfação a presença do Senador Mansueto de Lavoura, presidente da Comissão que está reavaliando os incentivos fiscais; Comissão muito identificada com os propósitos desta Comissão.

Com a palavra o Sr. Deputado Osvaldo Coelho.

O SR. OSVALDO COELHO — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Ministro:

Creio que se concluisse dizendo "Ministro Ângelo, muito bem" teria dito tudo. Mas eu me proponho ir mais além.

O Ministro das Finanças do Paquistão, ultimamente disse o seguinte: as oportunidades têm que ir ao encontro das pessoas; se isso não acontecer, as pessoas viajarão no sentido das oportunidades.

Isso é o programa da favelização que V. Ex.^a falou com muita insistência.

Agora, sua fala é uma coisa nova nesta Casa porque digo que não sou precipitado nem injusto. Muitos companheiros aqui já desistiram de lutar contra o desequilíbrio regional porque parecíamos estar na contramão da história.

Instrumentos como a SUFRAMA, FINAM, Finor, Banco do Nordeste, Sudene, DENOCS, CODEVASF, nos últimos anos, só foram comentados para serem extintos.

O Decoco hoje estaria sepultado se o Senador Beni Veras não nos convocasse para que isso não acontecesse.

O outro que estava na fila era a Codevasf. E o Finor e o Finam todos sabem eram considerados coisa fora de moda. Chegaram a ser suspensos por um ano.

Então, V. Ex.^a traz um ânimo novo. Não quero dizer mais nada, só que a sua responsabilidade realmente está crescendo e é enorme.

Agora, o Ministro não se sinte só, pode saber que nesta Casa, no Congresso, Senadores e Deputados vão cerrar fileiras ao seu lado porque já estamos muito cansados de estarmos constantemente cercados por uma pobreza intolerável. São pessoas que vivem sem dignidade e pessoas que vivem sem a sensibilidade dos Governos porque verdadeiramente os governos últimos têm sido insensíveis à pobreza.

As pessoas cada vez mais ficam marginalizadas, as pessoas cada vez mais ficam periféricas, ficam a proteção devida do Congresso.

Porque por aí apenas com essas palavras porque antes conversamos tanto de forma que o eu disse hoje para V. Ex.^a não é novidade.

Mas desejo dizer ainda o seguinte: nenhum sucesso V. Ex.^a vai ter se não nos ajudar muito no problema da educação, no problema do ensino fundamental, porque este País está na contramão do mundo, este País está despercebido que não vai ter modernidade nenhuma de economia, não vai ter competitividade nenhuma, não vamos chegar em século nenhum sem cuidarmos urgentemente do problema da sua preocupação.

E que isso seja quase que o passo primeiro da sua preocupação. E que isso seja quase que o passo primeiro de visitando e discutindo, numa universidade, problemas. Para terminar, o reitor me dizia: Deputado, parece que o Sr. está querendo que a criança vá ao encontro da escola. A escola é que tem que ir ao encontro da criança.

Está pensando que o seu projeto de irrigação vai para a frente sem recursos humanos rigorosamente preparados? Irão à breca, como foi à breca o projeto de irrigação aqui do Estado de Washington.

De forma que, se não pontilharmos essas nove "Califórnia" com um avanço do ensino técnico, colégios agrícolas e a região toda pre-ocupada, como o quando houver a necessidade de inversões nos Estados, como os próprios Deputados e com os Governadores. Porque acho que as pessoas que não para o mesmo período, acho que representam inclusive pouco e têm obrigação de saber definir prioridades.

Quanto à forma de tratamento diferenciado ao Piauí, eu aí penso que nesse assunto eu sou professor. É a respeito do Banco do Brasil, quando definiu que o Estado do Piauí, como um todo, teve um número de aplicações do Banco do Brasil menor do que uma agência metropolitana da cidade do Recife.

Então, qualifiquei isso e criei naquela época — fiz uma reunião no Estado do Piauí — regras diferentes para a concessão de crédito no Piauí, com critérios e garantias, diferentes, tudo para Brasil todo com o problema do ensino fundamental, se não fizermos isso, aí começo a reacar do sucesso da gestão de V. Ex.^a

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ — Meu caro amigo, Deputado Osvaldo Coelho, já conversamos sobre este assunto e acho que o Deputado não tem nenhuma dúvida de que Educação na minha cabeça é prioridade número um e posso dizer, pelo que assisti no Seminário, no final de semana passada, facilitar. Porque um empresário do Piauí era um empresário que não tinha a mesma condição do empresário do Recife eu de Salvador ou de Fortaleza...

Então, não há menor dúvida. Isso que o Deputado colocou é verdade, é a realidade e a gente tentou e tem que estar preocupado com o desequilíbrio inter-regional. Eu apenas diria ao Deputado o seguinte: a minha convicção — nas conversas que tenho tido com o Deputado Aloísio — que o Piauí vai dar uma grande arrancada com a ação que o Governo e, em particular, que a STR pretende desenvolver, quer dizer, não melhora diretamente, mas corre para o nosso Estado do Piauí. E posso dizer que o Estado do Piauí já começa a ser um dos Estados que tem o maior volume de recursos dentro do Orçamento da SDR. Quer dizer, já está se fazendo uma certa correção, pois o volume de recursos do Piauí não está proporcional à população e não há nada no Piauí, apenas a pobreza do Piauí; eu diria, está proporcional à pobreza. Então por isso é que ele está sendo maior.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Com a palavra o Deputado Wagner de Nascimento.

O SR. WAGNER DO NASCIMENTO — Sr. Presidente, Sr. Ministro: Acredito mesmo que a função mais importante é sabermos administrar as regiões. As questões, as colocações, essa adversidade enorme que este País possui.

Estamos aqui quase que sozinhos, o Senador Esperidião Amin é lá do Sul, no meio de todos aqui, e fico preocupado que sua atenção não seja voltada para a nossa região.

Porque, na verdade, foi colocado aqui, muito bem, que para se irrigar é preciso que se tenha condições e a cultura própria para fazermos a irrigação.

Não basta, simplesmente, achar que o equipamento colocado, de irrigação, fará toda, a produção surgirá, porque exige uma tecnologia específica, cuidadosa, melindrosa que, para dar resultados, é preciso que haja essa cultura inicial. E essa cultura, vamos buscá-la onde já se irriga. E para isso acontecer é preciso também que se olhe, então, as regiões que não contam com o poderio da instalação de irrigação, mas que está, por exemplo, produzindo os equipamentos, porque para se fazer a irrigação, a região que produz equipamentos precisa ser olhada para ser integrada à região que necessita.

Outro candidato da Mesopotâmia Brasileira, chamado ??? formado pelo rio Paranaíba, fico imaginando o que seria da pecuária nacional, que o Sr. conhece tanto, sem aquele trabalho de Uberaba, que conquistou o troféu nacional, ??? do boi. Hoje, o País não mais precisa do trabalho de Uberaba, o produtor internacional tem o Zebu. Mas, se não for aquele trabalho pioneiro, a pecuária estaria noutra situação hoje. E, aí, eu culpo o ??? é a questão do êxodo rural. E quando eu vejo o Presidente lançando um ônibus para fazer as escolas da zona rural, eu fico pensando como este Brasil é diferente e é diversificado, na verdade.

Em todo lugar, esse ônibus não vai dar certo, mesmo. Porque, no Nordeste e também em outras regiões há propriedades que têm um dispositivo que para eliminar a porteira eliminar o piquete, se chama mata-burro.

O Ministro Goldenberg deu uma ênfase muito grande à educação fundamental. S. Ex.^a considera que é absolutamente essencial e acredito que possamos levar a escola a todos aqueles que têm direito a ela em nosso País. E digo mais, o Ministro Antônio Cabrera insistiu muito nesse aspecto: a preocupação de que se levasse a escola ao meio rural como um fato mais do que necessário; não vamos fazer, como disse aqui o Deputado Vicente Fialho, (falha na gravação) no Brasil que se vale fazer do mundo, se nós não tivermos essa educação fundamental e essa educação técnica. Portanto, tranquilizo agora que cada vez que passa à frente da SDR, confesso que meus ombros ficam sobrecarregados porque estou vendo que o peso da responsabilidade que tenho é muito grande.

Todos aqueles que me conhecem sabe que adoro desafios e sei que esse é enorme. Mas quero também dizer a todos deputados, sempre conto com S. Ex.^as, e mais do que eu, o Governo sabe que conta com essas bancadas e sabe que tem compromisso com elas. Deixei ao trabalho de analisar todas as votações, cujos assuntos são do interesse do Governo entre 80 e 85% dos votos que o Governo consegue para aprovar seus projetos, eles provêm da Amazônia, do Nordeste e do Centro Oeste, porque o Governo sabe que ele tem a responsabilidade, inclusive política, para com a região que não pode faltar a essas três áreas.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) — Concedo a palavra ao nobre Deputado B. Sá.

O SR. B. SÁ — Sr. Ministro, Sr. Presidente, Srs. Deputados, sinceramente, Sr. Ministro fiquei feliz com essas últimas palavras quando V. Ex.^a focalizou as bancadas que realmente estão ao lado das determinações de todos os projetos do Governo e elas são justamente dessas regiões menos favorecidas.

Mas, gostaria, Sr. Ministro, de fazer uma rápida observação em cima do que V. Ex.^a colocou e, em seguida, uma indagação. O Senador Elcio Alvares assinalou nas suas palavras de inóitro que existem hoje, desde o governo Geisel, dois Espírito Santo; certamente ele quis com isso mostrar que houve um apoio decisivo do Presidente Geisel para o processo de desenvolvimento do Estado do Espírito Santo. Quero chamar atenção, o que também é óbvio que em face da escassez de recursos e até mesmo de recursos humanos, e mesmo quando não há essa racionalidade, quando há esse excesso de recursos, está provado que o desenvolvimento é toda uma questão de precisão política, tanto de uma política municipal, como da política estadual e, sobretudo, da política federal.

Faço essa observação, Sr. Ministro, porque sou do Nordeste e me preocupa acutadamente a questão do desequilíbrio inter-regional do Sudeste doicocéfalo, cabeça cumprida e do nordestino, cabeça chata, subdesenvolvido e por aí. Mas o que me preocupa ainda mais dentro da região nordestina é o subdesenvolvimento, ou seja, o desequilíbrio intra-regional. E é aí, que quero chegar, como representante desse estado, economicamente, como foi dito aqui em palestra, nesse Seminário e em palestras anteriores discriminado, há 20 anos, o Estado do Piauí.

Chamo a atenção, Sr. Ministro para dois aspectos importantes, um, que dói nesse instante, é que o Estado do Piauí está com fome. Não tivemos safra, estou andando aqui, de ministério em ministério, como um Dom Quixote dos tempos atuais, pedindo socorro, pedindo que o Governo Federal se sensibilize com essa situação que só se compara à que está instalada hoje na Somália. O Piauí está com fome, e já há regiões do Sudeste também do Estado do Ceará, onde o inverno não foi bom e nós temos uma situação de safra muito pequena, praticamente inexistente. E dentro de 30 dias, em muitas regiões, nós vamos ter os saques e todos os outros aspectos de insurreição social que se possa imaginar.

Quero destacar também, Sr. Ministro, só para se ter uma idéia dessa questão da mão do Governo Federal, do aporte externo, e aqui não vai nenhum demérito, pelo contrário, não vai nenhuma observação de desprestígio para outras regiões, faço é elogiar, tenho é inveja mesmo. No Município de Quixadá no Estado do Ceará, há o Açude de Banabui, a Barragem do Quexaramobim e outras que têm mais água acumulada pelo Governo Federal do que todo o Estado do Piauí junto. Ficou nessa história em dizer que o Piauí tem grande lençol subterrâneo, isto é uma balela, e esse fato não se pode mais levar adiante. A água subterrânea é água fóssil, é água que deve ser utilizada para o consumo humano antes de tudo, só nas regiões que têm condição que deve utilizá-la para a irrigação. Nós temos rios em grande quantidade

de e é um volume fantástico de água que se perde mesmo nos anos de inverno fraco como este e que não tem nenhum aproveitamento.

É preciso que se faça urgentemente o barramento também desses rios do Estado do Piauí.

Sr. Ministro, antes de fazer a minha indagação, chamo atenção para uma notinha que mexe com essa questão do desequilíbrio inter-regional que está no jornal Correio Braziliense de hoje. No seminário do desequilíbrio inter-regionais estará presente hoje, o Ministro Ângelo Calmon de Sá, para falar sobre o (Falha na gravação) inclusive discutirá algo sobre a questão de transposição de água do rio São Francisco, está lá no enfoque do Congresso para a Bacia do Jaguaribe e para a Bacia do rio Piranhas na Paraíba.

Chamo a atenção Sr. Ministro, só para um dado, essa transposição, se efetuada é uma questão mais de ordem técnica, levará no mínimo, nós falamos que atravessa uns 400 quilômetros para chegar à Bacia do rio Jaguaribe. E para chegar na Bacia do rio Piauí não mais do que 40 quilômetros, está bem ali do outro lado é só atravessar uma serra.

Eu queria, Sr. Ministro, fazer a seguinte indagação segundo o critério da racionalidade, e face a esse desequilíbrio inter-regional estou fazendo a pergunta calçada nessa hipótese. V. Ex.^a falou que é preciso que se dê a prioridade às obras que estão inacabadas. A primeira pergunta: mas onde estão essas obras? Segunda, qual a prioridade no sentido de situar essas obras? Terceiro, qual o resultado previsto dessas obras?

Essas indagações Sr. Ministro, são feitas porque segundo entendemos não seria mais racional não tocar, não adiantar, não concluir determinadas obras, se ficar provado sua inviabilidade em termos econômicos, em termos de produtividade, em termos de relação custo-benefício? São perguntas que faço porque extraio uma suspeita que existe dentro do meu próprio Estado do Piauí, que é um Estado que recebeu incentivo do Governo Federal em 1964, no Governo Castelo Branco, nordestino do Ceará, que foi a da Barragem de Boa Esperança, e de lá para cá, os incentivos que vieram foram esses que o Ministro Vicente Fialho citou, da (Falha na gravação) litorânea, que fica ali na região de Parnaíba e do platô de Guadalupe que ficam ao Sul. Digo isso porque há quem coloque dúvidas lá no próprio Estado do Piauí no próprio Estado do Piauí, sobre a viabilidade do próprio programa...

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ - Nobre Deputado, a sua pergunta responderia muito simplesmente, é claro que, se por alguma razão, for verificado que uma obra que está em curso, que não está concluída, ela não tem viabilidade, não é daquelas obras que darão os resultados que esperamos para a sociedade, talvez seja preferível começar ou concluir uma outra que dará retorno muito maior. Agora, perdoo-me não conheço todas as localidades do Estado do Piauí, mas pode ser que há uma obra grande que está para ser inaugurada no Estado do Piauí que é o açude...
O SR. B. SÁ - É o Açude Pirapuruca, sou inclusive votado nessa região e corro o risco aqui, mas eu quero. Mas quero observar que existem regiões muito mais secas, com muito mais gente já situado na vale dos rios mais nas regiões centro-sul se priorizou (Falha na gravação).

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ - A observação já o recebi do Deputado José Luiz Maia, exatamente, em relação a esse açude ele achando que existiu em Barragem que exigiam muitos recursos que poderiam ter sido feitas e que trariam em benefício maior ao Estado. A racionalidade, a que me referi, espero que ela atinja todos os graus possíveis para se evitar isso uma vez que, na verdade, hoje todos nós sabemos que os recursos, no passado, não havia tanto essa preocupação dentro dessa racionalidade, o Deputado pode ficar tranquilo que iremos promover a execução das obras que sejam realmente importantes e, como disse não tenho a pretensão de saber melhor do que os Deputados e tenho certeza que o Ministro Antônio Cabrera também não tem. Esses assuntos serão debatidos quando houver alguma coisa fica sem passar e sempre irá ficar.

Então, é preciso que haja uma atenção geral para o País; é preciso que haja e se pegue o apoio das regiões que já estão como esse favorecimento. Sei, também, que o Sr. falou muito certo. Se a região estiver (Falha na gravação) importe que ela busque em um outro país mais próximo do que a grande São Paulo, a megalópole São Paulo, chamada a locomotiva do País.

Por outro lado, Ministro, eu queria lembrar aqui que para se fazer essa conquista moderna, pela agricultura - o Centro-Oeste, Rondônia e Mato Grosso, com planos específicos -, é preciso que se tenha tecnologia, na base do calcário e do fertilizante. São ingredientes básicos para que essas regiões produzam. E preciso também que se tenha de onde vem esse fertilizante. Então, a região também que se produz precisa ser olhada conjuntamente com essas duas regiões, para que haja uma integração. E quando exportarem ao caminharem para do, essas regiões mencionadas, quando saíam cheio de dentro da fazenda, o porto, trouxessem um caminhão, que saiu cheio de dentro da fazenda, e voltasse cheio de fertilizantes para a própria fazenda.

Então, essa integração seria interessantíssima e fundamental. É tão simples de se falar e tão difícil de se executar.

É nesse sentido, Ministro, que louno a sua atenção, sua atitude, ampla de conhecimentos profundos dessas questões, adequadas mesmo para essa função que o Presidente lhe confiou. A nossa satisfação de entender que essa secretaria está em boas mãos.

Lá, na minha região, Ministro, a questão do êxodo rural eu a combati de maneira racional. Porque ao se falar, aqui, na questão do combate (Falha na gravação) se não se levar a colá lá - como dizia o Deputado Oswaldo Coelho - à criança poderá ficar muito mais difícil. Tenho do exemplo disso: Os núcleos de 2º Grau, na zona rural, em que a escola foi de encontro à criança.

A melhor parceria que fizemos: façam a reforma agrária e o custo-benefício disso? Fizemos lá um programa para fazer com que o proprietário, que por uma razão ou outra não plantava, se associasse com outro. (F. na gravação)... na terra do senador Esperidião Amin, para fazer esse trabalho que existe em Uberaba, o maior produtor de soja do Estado e maior produtor de milho do Estado, sem gastar nada e sem conflito.

Acredito na sensibilidade de V. Ex.^a e espero que essa limitação, que esses desencontros regionais, esse desequilíbrio regional seja olhado com toda atenção. Obrigado.

O SR. MINISTRO ÂNGELO CALMON DE SÁ - Nobre Deputado, queria dizer que a nossa preocupação é essa mesma, e pode-se dizer que a irrigação no Nordeste - eu diria até, em algumas áreas que conheço na Bahia, por exemplo, em Barreiras - ela tem sido feita muito por gaúchos, catarinenses, até gente do Paraná, como também a própria lavoura da soja. Quer dizer, esse intercâmbio tem de existir, posso também dizer que no caso da região de Juazeiro e Petrolina, foi muito na base de preparação, aplicação e treinamento e que o grosso das pessoas que desenvolvem a irrigação naquele pólo, são pessoas locais.

Acho que esse problema da integração em termos de transporte, em nossas condições básicas para desenvolvermos uma região igual à condição real de desenvolvimento, é que ele tem que ter estradas, vias de acesso, para poder comprar os insumos que se deseja e, evidentemente, poder exportar os seus produtos. Tanto que isso, também, está sendo considerado dentro desses projetos integrados.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - O Ministro, hoje, está abrindo sua exceção, porque tem um compromisso inadiável às 12h e 30min, e, muito mais ainda, o Presidente do Congresso está encarecendo aos Srs. Deputados e Senadores a presença para a votação do veto. Como o compromisso está pautado inadiavelmente para às 18h e 30min, concedo a palavra à Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Agradeço, Sr. Presidente, ao Sr. Ministro e vou ser bastante rápida, embora infelizmente (Falha da gravação) o Senhor vai dar solução. Mas, fiquei satisfeita quando V. Ex.^a mencionou o caso da BR-174, que realmente tem emendas aprovadas e hoje fomos tratar disso com o Presidente da República, pela manhã, e quero dizer a V. Ex.^a que além desse fato tem um outro muito importante que pode até resolver grande parte desses problemas, não só de Roraima mas também do Norte e da região do Nordeste.

O asfalto na Venezuela, a preço de hoje, tem uma diferença de 10 vezes mais o preço do Brasil e existe uma refinaria em Manaus. O que acontece no momento é que a Petrobrás - Petróleo Brasileiro - Importa o asfalto da Venezuela e vai refinar em São Paulo e depois de refinado sai para ser distribuído por esse Brasil afora, chegando até Roraima. O que encarece no frete - e esse é um dos assuntos que gostaria de falar com V. Ex.^a - solicitando para que se implantasse, o mais rápido possível, as nossas duas áreas de livre comércio que aprovamos, ao final do ano, que é a fronteira com a Venezuela e com as Guianas. Tenho certeza de que com a visita de V. Ex.^a ao nosso Estado, que é o único que V. Ex.^a ainda não conhece, e conhecendo os nossos campos naturais, vai nos favorecer para que se implante o sistema de irrigação. Já estamos com um projeto básico no Ministério da Agricultura e o que está nos faltando é investimento.

Em Roraima não precisamos de muito dinheiro. Sinceramente, já conversei com o Presidente da República e peço a sua colaboração para que as pequenas obras que existem no Orçamento da União a fim de se iniciar o asfaltamento da BR-174; existe um contrato bilateral, a Venezuela já cumpriu na totalidade a parte que lhe cabe e nós brasileiros ainda não iniciamos.

Espero que essa verba, ao invés de ser feita concorrência em nível nacional, porque participam as grandes empresas, o que encarece bastante, pela administração (Falha na gravação), porque lá tem uma equipe técnica muito boa e o Senhor pode até nos fazer essa visita e tenho certeza de que em menos de dois anos teremos condições de dar (Falha na gravação) de Boa Vista ao marco da fronteira com a Venezuela.

Quanto aos outros assuntos, vou marcar uma nova audiência, porque são muitas as nossas prioridades, como a ponte do Rio Tacutu, que é outro contrato bilateral com a Guiana, para o qual aprovamos emendas, no Orçamento da União para a execução dessa ponte.

V. Ex.^a nos concedeu essas quatro prioridades, tenho certeza de que dará uma grande ajuda ao desenvolvimento do Estado de Roraima.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ - Senadora, gostaria de dizer que não só mencionei aquele comentário da assinatura no seminário como declarei, muito enfaticamente e o Presidente me deu apoio total, porque eu acho que essas obras teriam que ter prioridades absolutas, não só por atender a Estados que precisam mas também por causa dos nossos compromissos com os países vizinhos. Então, V. Ex.^a pode ficar tranquila que é prioridade absoluta.

A SRA. MARLUCE PINTO - Muito obrigada. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de falar.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Alvares) - Estou fazendo um apelo ao Sr. Ministro Ângelo Calmon de Sá pelos dois interpelantes, os Deputados Pinheiro Landim e Wilson Cunha.

O SR. PINHEIRO LANDIM - É evidente, com a ascensão de V. Ex.^a ao Ministério, a mim me causou esperança no redirecionamento para objetivar o nosso encontro. É que efetivamente tivemos que nos movimentar, no ano passado, por mais de uma vez, a Bancada do Nordeste, Centro-Oeste e do Norte para impedir que fosse extinto o FME, FINOR, FINAN etc, porque havia insensibilidade, por parte da equipe do Governo no sentido da necessidade desses recursos para desenvolver a região, diminuir, em alguns pontos o desequilíbrio econômico do País.

Então, entendo que, com a sensibilidade de V. Ex.^a, evidentemente esses problemas não irão mais surgir na equipe do Presidente Fernando Collor.

Depois, temos uma preocupação, e isso vem de muito tempo, antes de ser político - e já milito na política há algum tempo - pois estamos no Congresso que é a Casa das leis é que nós fazemos as leis, os decretos, portarias, normas, geralmente generalizadas quando não observamos as diferenças inter-regionais, tanto climáticas como econômicas, e isso é impossível de ser cumprido.

Vamos supor que o Governo exija uma contrapartida dos Estados e Municípios para os recursos federais de 30%. Ora, o Senhor protege o

rico e penaliza o pobre, pois uma lei de um município que não tem condições de pagar o salário mínimo à professora, e esta é a maior causa do analfabetismo do Brasil, pois 70% dos municípios brasileiros não têm condições de efetuar esse pagamento à professora e ainda exige que ela possua uma escola, com professora para ensinar a 50 ou 70 alunos, que ela entre com 50% dos recursos da (Falha na Gravação) se ela não tem condições nem de pagar a professora.

Essa é uma incoerência do Governo em exigir dos municípios (Falha na Gravação) o Senhor já pode na Comissão que instalamos aqui que 5% ao município pobre, 10% ao município um pouco mais rico e até 80% para atender aos municípios que efetivamente estejam em condições de cobrar a contrapartida por parte do Governo.

Mas esses pequenos detalhes, essas discussões cabem a V. Ex., para que possamos encontrar o caminho e ordenar a maneira de atender às diversas comunidades brasileiras.

A Senadora já saiu, mas eu, como Deputado do Ceará, no início da década de 80, e quando lá como Presidente da Associação dos Produtores Rurais do Estado de Roraima, na época Território, vim aqui para uma audiência com o Ministro Amauri Stabile, Ministro da Agricultura, e ele se surpreendeu com o que é Roraima no período de chuva. Ele não sabia que em Roraima o período de chuva era diferente da do sul e Sudeste do País, ele desconhecia que em Roraima o período de chuva era diferente do Amazonas, que é dividido pela linha do Equador, chove uma parte no Amazonas e não chove em Roraima, sendo vizinhos.

Esse desconhecimento do Ministro para os problemas brasileiros, em determinadas regiões, é que leva ao desastre administrativo de modo geral. Estou sendo rápido, mas terei de fazer uma visita a V. Ex. para discutir outros assuntos que desejaria no âmbito do Governo Federal.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) - Depois do Deputado Wilson Cunha usar da palavra, o Ministro sintetizará a resposta para ambos os Deputados.

O SR. WILSON CUNHA - Sr. Ministro, não obstante eu ser Deputado pelo Estado de Minas Gerais, fui votado e represento uma das regiões mais pobres do mundo chamada de Vale do Jequitinhonha.

Agora, na verdade, não sei ainda onde nos localizamos se no Nordeste ou Sudeste, porque Minas Gerais tem sido motivo do processo de desenvolvimento deste País, especialmente Jequitinhonha onde a sua área corresponde a quatro Estados do Nordeste, Sergipe, Alagoas, Piauí e Pernambuco e não temos nenhum projeto específico, procurando mostrar às autoridades competentes a necessidade urgente de um projeto de desenvolvimento, mas como disse V. Ex., de ação integrada.

Não é implementando um projeto específico de educação e saúde que se resolve a situação de carentes com um projeto de desenvolvimento de ação integrada. Para isso, temos como base fundamental a fixação do homem nas suas bases, nas suas raízes, e para isso é preciso que o Governo implante uma infra-estrutura capaz de dar uma vida mais digna aos habitantes daquela região. Por isso, elaborei um projeto, que apresentei ao Sr. Presidente da República, Fernando Collor, e que se encontra na SDR. É um projeto de desenvolvimento comunitário do Vale do Jequitinhonha e Norte de Minas Gerais, cujo projeto foi consultado nas bases.

Levei daqui de Brasília representantes de todas as áreas do Governo e os coloquei em contato com os produtores daquela região, do Vale do Jequitinhonha, captamos a vontade, a cultura, a vocação do nosso povo e aí sim, elaboramos um projeto e apresentamos ao Governo, só que esse projeto não foi para a frente, Sr. Ministro e gostaria que V. Ex. verificasse nos arquivos do SDR e encontrasse esse projeto chamado de Projeto que dará as linhas exatamente como V. Ex. acabou de colocar: é preciso que se faça um trabalho de uma ação in-

tegrada, para que desenvolva o homem. E esse projeto também tem como objetivo criar um pólo de desenvolvimento, formando um dique de contenção do fluxo migratório do homem nordestino, que se dirija ao Amazonas, para evitar que ele deprede o nosso sistema ecológico.

E ainda coloquei para o nosso Presidente que o homem nordestino que se dirige ao Amazonas não vem com o intuito de devastar, e sim de buscar recursos para a sobrevivência da sua família e de seus filhos. E para isso é preciso que se combata essa migração com o desenvolvimento, com o trabalho, dando condições mais dignas à sua família. E é preciso que sejam agilizadas providências imediatamente, Sr. Ministro, para viabilizar esse projeto, porque assim estará sendo salva uma das regiões mais carentes, mais pobres, como já disse, do mundo. Enquanto existir, talvez, uma certa omissão por parte dos representantes de Minas Gerais a favor dessa região, sinto-me na obrigação de defender esse povo, porque nós, políticos, autoridades, temos que fazer um trabalho por ideal e não para satisfazer o nosso ego.

Muito obrigado.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ - Eu diria, primeiramente, ao Deputado Pinheiro Landim que em relação aos problemas da contrapartida, o Deputado José Luiz me disse que no Congresso quando da LDO, que ele, inclusive, havia tido essa preocupação de introduzir uma modificação - há um parágrafo que diz: "no caso de emendas apresentadas pelo Congresso...

O SR. PINHEIRO LANDIM - É o art. 17, Sr. Ministro. Desculpe-me a interrupção. Só que até agora não houve nenhuma determinação da equipe econômica para os diversos órgãos no sentido de suspender essa exigência. Continua a mesma exigência. Então, seria uma ação no sentido de que isso se efetivasse, se tornasse real. O que não aconteceu ainda.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ - Mas, posso garantir a V. Ex. que no caso da STR faremos exatamente o que diz a lei, o art. 17.

O SR. PINHEIRO LANDIM - Mas, a minha solicitação é que V. Ex. interfira junto ao Governo, como um todo.

O SR. ÂNGELO CALMON DE SÁ - Vou interferir junto ao Governo, como um todo, para que isso seja resolvido.

Em relação à colocação do Deputado Nilson Cunha, eu diria que vamos examinar esse Projeto, e como o Deputado fez questão de salientar, está dentro das diretrizes de ação que a Secretaria pretende implementar. Na medida em que examinarmos o Projeto vamos cuidar de, inclusive, alocar recursos, porém se não existirem recursos ou emendas dentro do orçamento do STR, de 1992, só poderemos fazê-la em 1993. Mas levaremos em consideração na elaboração do orçamento de 1993.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) - A Mesa apresenta ao Ministro Ângelo Calmon de Sá os seus cumprimentos e agradecimentos pela magnífica palestra. E nesse instante passa a palavra ao Relator Beni Veras, para comunicações, desobrigando totalmente o Ministro para os seus compromissos subsequentes.

Com a palavra o Senador Beni Veras para os registros finais.

O SR. RELATOR (Beni Veras) - Amanhã estará aqui o Ministro Reis Veloso, às 10h. Convidamos todos a participarem desse encontro com S. Ex., que é um estudioso do problema da política regional. Será na sala 5, da Ala Alexandre Costa. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Elcio Álvares) - Está encerrada a reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

SEÇÃO II (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31-3-92

Número avulso Cr\$ 500,00 até 31-3-92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência - PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 110

(abril a junho de 1991)

Está circulando o nº 110 da Revista de Informação Legislativa, periódico trimestral de pesquisa jurídica, editada pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

Este número com 398 páginas, contém as seguintes matérias:

Assinatura para 1991 (nº 109 a 112).

Cr\$ 4.500,00

COLABORAÇÃO

A primeira Constituição Republicana do Brasil -
Alcides de Mendonça Lima

Tarefa dos partidos políticos no processo de integração da América Latina - *André Franco Montoro*

Os actos legislativos no Direito Constitucional Português - *Jorge Miranda*

Konrad Hesse: Uma nova crença na Constituição - *Inocêncio Mártires Coelho*

Os Direitos Humanos como limitações ao poder constituinte - *Leomar Barros Amorim de Sousa*

Revisão constitucional - *Geraldo Ataliba*

Direito Constitucional Brasileiro (Reflexões sobre aspectos elementares) - *Sebastião Baptista Affonso*

Mandado de injunção - *Marcelo Duarte*

As Medidas Provisórias no Sistema Jurídico-Constitucional Brasileiro - *Fran Figueiredo*

Aspectos do Regime Constitucional da Desapropriação - *Vitor Rolf Laubé*

A liberdade de expressão e a propaganda eleitoral ilícita - *Geraldo Brindeiro*

Questões e direitos relativos à mulher nas Constituições do Brasil e de Minas Gerais - *Anamaria Vaz de Assis Medina*

Fundações privadas instituídas pelo Poder Público - *Adilson Abreu Dallari*

Auditoria e avaliação da execução - *Rosinethe Monteiro Soares*

Soberania do Poder Judiciário - *Antônio de Pádua Ribeiro*

O Poder Normativo da Justiça do Trabalho - *Paulo Emílio Ribeiro de Vilhena*

A Escola Judicial - *Sálvio de Figueiredo Teixeira*

Da constitucionalidade do bloqueio de valores - *Adriano Perácio de Paula*

O Programa Brasileiro de Privatização de Empresas Estatais - *Marcos Jurueña Villela Souto*

Tratamento jurídico dispensado no Brasil ao capital estrangeiro - *Werter R. Faria*

Agricultura e inflação sob o capitalismo periférico - *Mauro Márcio Oliveira*

A pau e pedra: notas sobre o vandalismo - *José Arthur Rios*

Dois momentos decisivos na vida de Rui Barbosa - *Rubem Nogueira*

PESQUISA - Direito Comparado

Lei inglesa de proteção ao consumidor, 1961

Lei inglesa de segurança do consumidor, 1978 ...

Emenda à lei inglesa de segurança do consumidor, 1986

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones: 311-3578 e 311-3579

Os pedidos deverão ser acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT Senado Federal - CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letácio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaração de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

REVISTA DE TRANSFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANUÁRIO A MARÇO 1991

ANO 28 - NÚMERO 188

Centro Gráfico do Senado Federal
Caixa Postal 07/1203
Brasília — DF